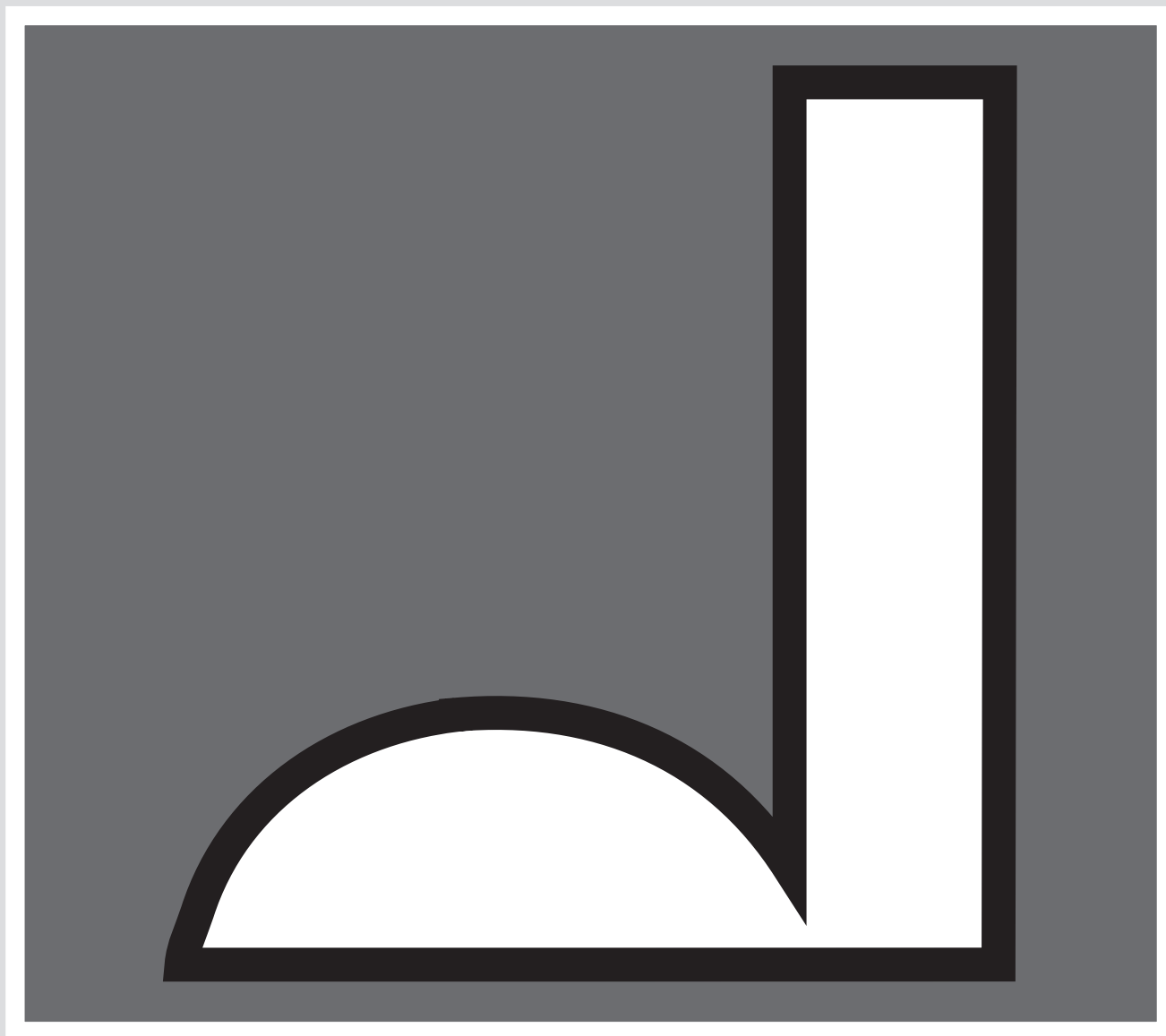




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 190 - SEXTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 214ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão, que será dedicado a celebrar os oitenta anos da chegada no Brasil dos missionários norte-americanos de Utah, nos termos do Requerimento nº 1.103, de 2007, do Senador Edison Lobão e outros Senhores Senadores..... 41657

1.2.2 – Oradores

Senador Edison Lobão 41657

Senador Alvaro Dias 41661

Senador Romeu Tuma 41663

Senador Mão Santa 41664

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCONI PERILLO – Homenagem aos membros da Igreja Mórmon, presentes no Plenário. Justificação pela apresentação de três requerimentos convocando o Ministro de Minas Energia e do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e o presidente da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos. Lamento pela atitude do Presidente Lula de defender Hugo Chávez, presidente da Venezuela. Crítica a saída de quatro economistas do Ipea. 41666

SENADOR GERSON CAMATA – Agradecimentos ao Presidente Lula pela sanção de dois projetos da autoria de S. Exa., o que federaliza o Porto de Regência, em Linhares, e o que homenageia o primeiro prefeito negro do Brasil, Mário Gurgel..... 41671

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para tornar obrigatória a manutenção de estoque das vacinas antitetânica e anti-rábica e dos respectivos soros e imunoglobulinas nos estabelecimentos hospitalares. 41672

Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do se-

guro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.... 41676

Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que acrescenta artigo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para tornar obrigatória aos Titulares dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais à comunicação dos registros de óbitos à Secretaria da Receita Federal do Brasil. 41677

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 69, de 2007, que *suspende a execução do inciso IV do caput do art. 19 do Decreto nº 3.017, de 28 de fevereiro de 1989, do Estado de Santa Catarina*, que, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à promulgação. 41679

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que *denomina “Rodovia Prefeito João Eutrópio” o trecho da Rodovia BR-484 situado entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado do Espírito Santo*, que, aprovado terminativamente pela comissão competente vai à Câmara dos Deputados..... 41679

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *institui a data de 5 de junho como o “Dia Nacional da Reciclagem,”* que, aprovado terminativamente pela comissão competente, vai à Câmara dos Deputados. 41679

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que *dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional do Imigrante Italiano” e dá outras providências*, que, aprovado terminativamente pela comissão competente vai à Câmara dos Deputados. 41679

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Ple-

nário, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Santana, no Amapá, que*, aprovado terminativamente pela comissão competente vai à Câmara dos Deputados. 41679

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *institui o Dia do Movimento Pestalozziano no Brasil, a ser comemorado no dia 26 de outubro*, que, aprovado terminativamente pela comissão competente, vai à Câmara dos Deputados. 41679

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, que, aprovado terminativamente pela comissão competente, vai à Câmara dos Deputados. 41679

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul*, que, aprovado terminativamente pela comissão competente, vai à Câmara dos Deputados. 41679

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *institui o "Dia Nacional da Leitura" e a "Semana Nacional da Literatura"*, que, aprovado terminativamente pela comissão competente, vai à Câmara dos Deputados. . 41679

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.359, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia, Nelson José Hubner Moreira, para, no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil. 41679

Nº 1.360, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a convocação do Ministro de Estado do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para, no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil. 41680

Nº 1.361, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando voto de congratulações à Secretaria de Arquivo do Senado Federal, pelos

brilhantes trabalhos que realizam em prol desta Casa Legislativa. 41680

1.2.7 – Ofícios

Nº 388/2007, do Senador Adelmir Santana, informando a impossibilidade de participar, no dia 19 do corrente, da Sétima Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. 41681

Nº 629/2007, de 22 do corrente, do Senador Marcelo Crivella, comunicando que esteve presente no Senado Federal na data de hoje, e, por lapso, deixou de registrar seu comparecimento no painel eletrônico. 41681

1.2.8 – Pareceres

Nº 1.101, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 157, de 2007 (nº 690/2007, na origem), que solicita autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, possam celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), com vistas à alteração dos empréstimos originais da modalidade de *Fixed-Rate Single Currency Loan* – SCL (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para a de *Fixed-Spread Loan* – FSL (Empréstimo com Margem Fixa) baseada na taxa Libor. (**Projeto de Resolução nº 74, de 2007**). 41681

Nº 1.102, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 202, de 2007, (nº 848/2007, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa. (**Projeto de Resolução nº 75, de 2007**). 41685

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Resolução nºs 74 e 75, de 2007, apresentados como conclusão de pareceres foram lidos anteriormente. 41690

1.3 – ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 26 de novembro, em virtude de acordo de lideranças, firmado na sessão de ontem.

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos

produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira..... 41690

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007)... 41691

Item 3 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 41691

Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências..... 41691

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. (Votação nominal) 41691

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. (Votação nominal)..... 41691

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. (Votação nominal).. 41692

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribui-

ções sociais e de intervenção no domínio econômico. (Votação nominal, caso não haja emendas) 41692

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior. (Votação nominal, caso não haja emendas)..... 41692

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demostenes Torres, que altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências..... 41692

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 41692

Item 12 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública... 41692

Item 13 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.. 41693

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir aos deputados federais e senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.. 41693

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no **caput** dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. (CPMF) 41693

Item 16 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo. 41693

Item 17 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB..... 41693

Item 18 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta..... 41693

Item 19 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo. 41694

Item 20 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA. 41694

Item 21 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que requer, nos termos regimentais,

seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.... 41694

– Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO, como Líder – Defesa do fim da CPMF e destaque para a necessidade de o País definir um sistema tributário mais justo. Homenagem pelo transcurso dos 241 anos de fundação da cidade de Lajes, em Santa Catarina. 41694

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Registra presença em reunião com a representação gaúcha para tratar sobre debate a respeito das finanças públicas do Rio Grande do Sul. Solicita ao Governo Federal, principalmente ao Ministro Mantega, que apóie o movimento de servidores para colocar em dia o 13º salário..... 41695

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Convocação pelo 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, de sessão conjunta solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 28 do corrente, quarta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher. 41697

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE – Resalta e comenta matéria publicada em jornal argentino, que tece elogios à economia brasileira. 41697

SENADOR EDUARDO SUPLICY, como Líder – Leitura de correspondência encaminhada pela Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, sobre o episódio em que uma menor foi mantida presa junto com 20 homens, no Estado do Pará..... 41700

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Comentários sobre matéria publicada em *O Globo*, intitulada “CPMF de sobra: excesso de arrecadação federal já equivale à contribuição de 2007”. 41704

SENADORA KÁTIA ABREU – Manifestação de indignação com o episódio divulgado pela imprensa sobre a jovem que ficou presa em delegacia, no Estado do Pará, com 20 homens. Defesa do fim da CPMF e apelo em favor da realização de uma reforma tributária. 41710

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre reunião hoje, com o Ministro da Fazenda, o Secretário de Governo, Arno Agostinho, a Governadora Yeda Crusius e outras autoridades, para discutir a crise econômica do Rio Grande do Sul. 41715

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Preocupação com a perspectiva de fechamento do Centro de Estudos Brasileiros, na Universidade de Oxford, o mais conhecido e produtivo centro fora do País. 41717

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Questionamento sobre o aparelhamento do Estado, com a máquina pública sendo inflada com apaziguados, e repúdio ao afastamento de técnicos do Ipea. Comentários sobre livro de autoria de Fábio Giambiagi..... 41719

1.3.4 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 417 e 1.336, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 12 de dezembro, às 10 horas, destinada a comemorar o “Dia do Marinheiro”, celebrado no dia 13 do referido mês. **Aprovados**..... 41764

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Homenagem ao Lyceu, pelo transcurso, no dia 27 de novembro, dos 70 anos de atividades em Goiânia.. 41767

SENADOR ROMEU TUMA – Reflexão sobre o Caminho de Abraão, no Oriente Médio. 41768

SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem pelo transcurso, em 19 de novembro, do Dia da Bandeira.. 41771

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre o artigo intitulado “A pluralidade e a revolução dos idiotas”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 15 de outubro último. Registro da matéria intitulada “Vale ameaça produzir alumínio em outro país por medo do apagão”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 16 de outubro último..... 41771

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “5 Questões sobre o funcionalismo”, publicada na revista **Veja**, edição de 10 de outubro último. 41774

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “IPEA não vê redução da desigualdade”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 21 de setembro último..... 41775

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 202ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 6 de novembro de 2007 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente..... 41777

3 – PARECERES

Nº 69, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 26, de 2007-CN (nº 1.132-Seses-TCU/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.543/2007, proferido nos autos do processo nº TC 009.994/2007-4, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam relativo à Auditoria realizada nas obras de Implantação, Aparelhagem e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, do Hospital Geral de Fortaleza/CE..... 41777

Nº 70, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 28, de 2007-CN (nº 1.190-Seses-TCU/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.617/2007 – TCU (Plenário),

bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram relativo a levantamento de auditoria realizado nas obras de “Construção de Trecho Rodoviário – Diamantino – Sapezal – Comodoro – na BR-364 – no Estado de Mato Grosso”, (TC nº 012.540/2007-3). 41779

Nº 71, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 30/2007-CN, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.762, de 2007 – TCU (Plenário), bem como o respectivo relatório e voto que o fundamentam, relativos ao levantamento de auditoria realizado na Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – AGETOP, com o fim de verificar a regularidade da execução das obras do Complexo Prisional de Goiânia/GO, integrado pela Casa de Prisão Provisória, pelo Hospital de Custódia e pelo Presídio Regional (TC nº 010.547/2007-5)”. 41782

Nº 72, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 33, de 2007-CN (nº 1.450-Seses-TCU/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2010, de 2007 – TCU (Plenário), bem como do respectivo relatório e voto que o fundamentaram relativo ao levantamento de auditoria realizada nas obras de construção das Eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará – (TC 009.362/2007-8). 41784

4 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 401, de 2007 41787

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 5.224, de 2007 41787

Nºs 5.238 a 5.241, de 2007 41788

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 214ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Edison Lobão, Romeu Tuma e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/11/2007 07:22:43 até 22/11/2007 20:00:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
EM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
loco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
SDB	PR	ALVARO DIAS	X	
EM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
loco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
loco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
SDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
DT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
loco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
EM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
MDB	MA	EDISON LOBÃO	X	
SDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
loco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
EM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
EM	MG	ELISEU RESENDE	X	
loco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
loco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	X	
loco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
SDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
loco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
MDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
MDB	ES	GERSON CAMATA	X	
MDB	AP	GILVAM BORGES	X	
loco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
EM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
loco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
MDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
EM	MT	JAYME CAMPOS	X	
DT	AM	JEFFERSON PERES	X	
DT	BA	JOÃO DURVAL	X	
loco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
EM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
EM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
MDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
EM	TO	KÁTIA ABREU	X	
MDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	X	
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
loco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
MDB	PI	MÃO SANTA	X	
EM	PE	MARCO MACIEL	X	
SDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
EM	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES	X	
SDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
SDB	MS	MARISA SERRANO	X	
loco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
MDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
DT	PR	OSMAR DIAS	X	
SDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
DT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
MDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
loco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
MDB	RS	PEDRO SIMON	X	
EM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
loco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
MDB	RR	ROMERO JUCA	X	
loco-PTB	SP	ROMÉU TUMA	X	
MDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
SDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESHARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 67 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Sras. e Srs. Senadores:

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Pela ordem, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, em sendo possível, me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito para a segunda etapa desta sessão, já que a primeira é sessão especial.

Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, gostaria de pedir a minha inscrição para uma comunicação logo que possível regimentalmente.

Ao mesmo tempo, quero saudar a todos os membros representantes da Igreja Mórmon. Quero até dizer que fui convidado para, amanhã, às 16h30min, fazer uma visita na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, cujos dirigentes e representantes aqui se encontram. Eu quero saudar a presença do filho do fundador da Igreja Mórmon, em Utah, nos Estados Unidos, que aqui está presente, e saudar o Senador Edison Lobão que tomou a iniciativa de fazer esta homenagem, apoiado pelo Deputado Moroni Torgan, que aqui também comparece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a, Senador Mão Santa, fica inscrito em terceiro lugar para a comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O tempo reservado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão será destinado a celebrar os oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah, nos termos do **Requerimento nº 1.103, de 2007**, do Senador Edison Lobão e outros Senhores Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Convido para compor a Mesa o Sr. Ronaldo Costa, autoridade da área da Igreja Mórmon, representante da Presidência da Área Brasileira; o Sr. Murad Karabachian, Presidente da Câmara Brasileira de Comércio

de Utah; o Sr. Clovis Lemes, representante do Estado de Utah; o ex-Deputado Federal Moroni Torgan; o Exm^o Sr. Edison Lobão, autor do requerimento subscrito também por outros Senadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecendo a presença de todos os visitantes ao plenário do Senado Federal, fato que muito nos honra, convidamos para fazer uso da palavra o autor do requerimento, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. convidados, minhas senhoras e meus senhores, com requerimento de minha autoria, tenho a honra de homenagear, no dia de hoje, nesta Sessão Especial do Senado da República, os oitenta anos do início da pregação Mórmon no Brasil. É uma das Igrejas que mais crescem no mundo, e já ocupa lugar de destaque em todo o território brasileiro, para nossa honra e para nossa alegria. Apenas para termos uma breve idéia da sua grandeza, segundo estimativas divulgadas por vários meios de comunicação, unicamente nas regiões do Paraná e Santa Catarina, existem hoje cerca de oitocentos mil seguidores dessa Igreja de Cristo.

Os mórmons já se tornaram figuras comuns na vida social brasileira. Quase sempre são vistos no meio da multidão, nos lugares mais longínquos de nossa imensa hinterlândia, nas ruelas dos minúsculos vilarejos empobrecidos do Nordeste brasileiro, nas feiras populares das pequenas e médias cidades, nas ruas, nas praças, nos parques e nas avenidas das grandes metrópoles.

Eles são inconfundíveis porque normalmente são jovens, andam quase sempre em dupla, são simpáticos, pacíficos e bem-educados.

Em verdade, o contingente de missionários dedicados é a espinha dorsal da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, seu nome oficial, organizada em 06 de abril de 1830, em Fayette, Nova York, sob a orientação do jovem missionário Joseph Smith, primeiro Profeta e Presidente da Igreja, nascido no dia 23 de dezembro de 1805, em Sharon, Vermont, nos Estados Unidos.

Quando foi reorganizada, a Igreja tinha apenas seis membros batizados, incluindo os líderes, e mais uns vinte simpatizantes. A primeira reunião oficial ocorreu em um modesto barraco de madeira no quintal de uma casa de família, na localidade de Finger Lakes, na região norte do Estado de Nova York, nos Estados Unidos. A partir daqueles seis membros, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias iria se tornar uma respeitável organização religiosa mundial.

Ela não foi diferente, Senador Mão Santa, da Igreja diretamente formada por Jesus Cristo, que nomeou como seu representante Pedro e ao qual determinou: “Pedro, tu és rocha e sobre esta rocha edificarás a minha Igreja”. E Pedro começou com uma igreja modesta, chamada Igreja do Caminho. Não era a Igreja Católica de hoje, não era o Cristianismo.

Eu ainda hoje comentava esse episódio com alguns mórmons no meu gabinete. Tempos depois, já com Saulo convertido a Paulo e com Lucas se aproximando da Igreja do Caminho, Lucas deu uma opinião. Achava que a Igreja deveria chamar-se Cristianismo, que a idéia de Jesus deveria chamar-se Cristianismo e não Igreja do Caminho e foi aí que começou de fato a primeira Igreja de Jesus Cristo.

Essa Igreja que nós hoje estamos homenageando cresceu nos Estados Unidos para, logo em seguida, atravessar as suas fronteiras e se expandir por todo o mundo. Hoje está presente em mais de 200 países e territórios. De todas as nações associadas à Organização das Nações Unidas, a Igreja está presente em 135, representando mais de 70% dos países filiados. Mais de 60 mil missionários – Que homens extraordinários! – estão espalhados por todas as latitudes do globo terrestre! A Igreja tem mais de 11 milhões de membros e não pára nunca de crescer. A maior área de crescimento fora dos Estados Unidos é a América Latina. Neste continente o Brasil e o México lideram as taxas de aumento de fiéis. O mesmo dinamismo acontece no Chile, no Peru, na Argentina e na Guatemala. Por outro lado, as maiores concentrações de mórmons estão nos Estados Unidos, em toda Europa, no Canadá, na América Latina, na África e na Escandinávia.

Alguns meses após a sua organização, a ira e a inveja dos intolerantes forçaram a igreja a mudar-se. Vejam como a história religiosa se repete. Houve intolerância com Cristo e a sua igreja; os seus apóstolos. Intolerância com os mórmons também. Perseguidos, Joseph Smith e seus seguidores estabeleceram uma nova sede em Kirtland, no Estado de Ohio, onde o primeiro templo foi construído, em 1836. Apesar da mudança, a perseguição não cessou e os membros da igreja se dirigiram ainda mais a oeste, para a região do Missouri e mais tarde para o Illinois, onde, em 1839, a igreja fundou a próspera comunidade de Nauvoo, que abrigava mais de 11 mil habitantes. Na época, era a maior cidade de Illinois.

Quanto maior era a perseguição, mais temperados na luta os missionários se demonstravam. Desígnios de Deus; nem mais e nem menos do que isso.

Nessa comunidade de Illinois, os negócios cresceram. As fazendas que foram abertas se tornaram prósperas. A paz se instalou e um grande templo foi

construído. Todavia, a felicidade deles não duraria para sempre e, mais uma vez, a violência e a perseguição contra o direito de livre manifestação religiosa estava presente. As colheitas foram queimadas, animais foram mortos, lares foram destruídos, o templo foi profanado e, como se não bastasse tanto ódio, o profeta Joseph Smith, juntamente com seu irmão, foram covardemente assassinados, em 27 de junho de 1844.

Porém, a sucessão veio a tempo: o apóstolo Young, que presidiu o Quórum dos Doze Apóstolos, foi escolhido para seguir o caminho traçado por Joseph Smith, como presidente da igreja. Outra vez pressionados pela coação, foram obrigados a atravessar o rio Mississippi, em busca de maior segurança e de uma vida, pelo menos, um pouco mais tranqüila. Finalmente, em 24 de julho de 1847, a primeira caravana de pioneiros, composta de 148 homens, mulheres e crianças, chegou ao Vale do Grande Lago Salgado, no Estado de Utah. Nos anos seguintes, milhares de simpatizantes vindos de inúmeras regiões dos Estados Unidos se instalaram no lugar e transformaram, em pouco tempo, aquela vastidão desértica em um vale verde com árvores, casas, fazendas, escolas e hospitais. Que gente benfazeja! Que gente operosa! Que gente religiosa! Que gente resistente a todos os sofrimentos!

Quatro anos após a chegada no Vale do Lago Salgado, os mórmons já estavam construindo povoados em todo o Oeste americano. A título de exemplo, fundaram vilas e cidades no Arizona, no Sul do Canadá, na Califórnia, em Idaho, no Novo México, no Norte do México, e no Wyoming. Por volta de 1857, e já haviam fundado 135 comunidades, com uma população de mais de 75 mil pessoas. Em 1887, as colônias equivaliam a uma área de 2.200 Km, do Canadá ao México.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse no início desse pronunciamento, os primeiros missionários mórmons iniciaram seus trabalhos no Brasil há oitenta anos, quase um século. Suas pregações começaram em Santa Catarina, em uma colônia agrícola alemã situada na localidade de Opimo. O ponto de referência foi uma família alemã, que havia adotado a igreja antes de emigrar para o Brasil, em 1923. Um ano após o primeiro contato com os germânicos, diversos missionários desembarcaram no Brasil, principalmente na região de Santa Catarina. É importante salientar que a dificuldade de conhecimento da Língua Portuguesa foi um grande obstáculo ao desenvolvimento do trabalho inicial dos pregadores mórmons.

Mesmo assim, com o passar do tempo, as barreiras lingüísticas foram sendo superadas e a missão mórmon começou a ganhar terreno em nosso País.

Em 1935, foi criada a missão São Paulo Brasil. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, o trabalho foi interrompido e os missionários voltaram para os Estados Unidos. Somente em 1948, com o fim do conflito, a igreja retornou ao País. Hoje, o seu crescimento é vertiginoso em todo o território nacional.

No Brasil inteiro, existem mais de setecentas capelas e outras cem estão em construção. São templos divinos. Em São Paulo, Recife, Campinas e Porto Alegre, já funcionam e ministram seus ensinamentos. Em construção, as de Curitiba e Manaus. A igreja possui centenas de milhares de fiéis no Brasil, e esse número cresce a cada ano.

Seu clero não é profissional nem pago, o que é admirável. As atividades eclesiais são ministradas por membros da sociedade que doam parte de seu tempo para servir à igreja, sem dela nada cobrar jamais. Assim, velhos, jovens, crianças, homens, mulheres, estudantes, empresários, intelectuais, profissionais liberais, homens públicos, lideranças comunitárias e qualquer pessoa, todos podem participar, como lideranças da igreja e todas as suas atividades.

É a partir da sede, situada na cidade de Lago Salgado, Salt Lake City, que milhares de congregações em todo o mundo são supervisionadas. Dessa maneira, em qualquer país, os escritórios existentes estão em contato permanente com o centro de supervisão, de onde recebem orientação. Em Lago Salgado estão situados os escritórios das autoridades gerais, que são dirigidas pelo presidente da Igreja, considerado um profeta de Deus. A Primeira Presidência compreende o Presidente e seus dois conselheiros – é uma estrutura algo parecida com a da Igreja Católica. Abaixo da Primeira Presidência, a maior autoridade é o Quórum dos Doze Apóstolos.

Nobres Srs. Senadores, para a Igreja Mórmon, a unidade familiar é a base principal do equilíbrio social, da harmonia e da felicidade. Eu nunca tive dúvida de que a família é a principal instituição da humanidade. Assim pensa por igual a Igreja dos Mórmons. Os seus pregadores ensinam que o casamento é sagrado, os seus ensinamentos religiosos têm o poder de fortalecer a estrutura familiar e de engrandecer o lar, porque baseados na paz e na esperança. Para solidificar seus laços, a Igreja incentiva o estudo do Evangelho e destina às famílias a maioria de suas atividades.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite, Ex^a?

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Senador Camata, com todo o prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Edison Lobão, inicialmente, quero me congratular com V. Ex^a pela iniciativa desta sessão em homenagem

aos 80 anos da chegada dos primeiros missionários mórmons ao Brasil. No Espírito Santo, participei com alguma coisa da história dos Mórmons no meu Estado. Eu era dos *Diários Associados*, como V. Ex^a foi também jornalista dos *Diários Associados*, e trabalhava na TV Vitória, quando chegaram os dois primeiros Élders – porque eles usavam uma camisa branca, uma gravata preta e uma calça preta. Eu os entrevistei por várias vezes na televisão perguntando qual era o objetivo. Eles eram norte-americanos, mas falavam português com pouco sotaque, pois foram treinados para chegar lá. Candidatei-me a Vereador na época e andava favela, morro, classe média, loja, botequim e, em todos os lugares, me encontrava com eles. Esses dois missionários que lá estavam eram onipresentes. Vários amigos meus foram convertidos à Igreja Mórmon. O primeiro templo foi feito no bairro de Maruípe, até num lote de um amigo meu que era fotógrafo do jornal, que se converteu. Hoje há vários templos Mórmons por todo o Estado do Espírito Santo. Entrei um pouco, como Pilatos no Credo, na história do desenvolvimento da Igreja Mórmon no Espírito Santo. Depois, tive um episódio interessante na minha vida sobre os Mórmons. Eu era convidado pelo Departamento de Estado Norte-Americano, quando ainda era Deputado Federal, e fizemos um voo com direção a Washington. Era um dia de domingo e, antigamente, no avião, serviam uma refeição quente – não era como hoje, que é um sanduíche ou uma barra de cereal. Quando fui servido, pedi um vinho. A um certo momento do voo, a aeromoça colocou um copo enorme de papelão em cima, dizendo assim: “Não beba por enquanto”. E eu perguntei, depois, a ela por que não podia beber. Ela me disse: “O avião está sobrevoando o Estado de Utah, onde, aos domingos, é proibido beber bebida alcoólica em público. Quando eu tirar o copo, depois de atravessarmos o Estado de Utah, o senhor pode continuar bebendo vinho”. E eu disse: “Mas tem algum perigo”? Ela disse: “Não tem tanto, mas, se alguma autoridade de lá embarcar um fiscal, o senhor desce e fica seis meses na cadeia lá”. De modo que há obediência à lei, mesmo passando por cima do Estado. Hoje sei como a Igreja Mórmon tem a história de todas as famílias do mundo arquivada, guardada, microfilmada, digitada. Se, no tempo de Adão e Eva, já existissem os mórmons, a história da humanidade estaria toda na nossa mão. Fui dono de uma das primeiras bíblias de Joseph Smith, que me deram um dia quando eu estava entrevistando esse missionários. Quero que esse fato registrado pelo Senado seja um fato cívico para o Brasil pelo desenvolvimento da igreja e pelo bem que ela tem feito aos brasileiros.

Cumprimento V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Senador Gerson Camata, V. Ex^a faz um depoimento de natureza prática e objetiva. Muito interessante. Menciona o episódio do seu vôo aos Estados Unidos, passando por sobre o Estado de Utah. Realmente, os mórmons não bebem, não aconselham e até proíbem. Creio que existe aí a minha única discordância com os Mórmons, creio que existe aí a minha única discordância com os mórmons, porque Jesus Cristo tomava o seu vinho; os apóstolos todos tomavam vinho. É claro que, àquela época, havia um outro sentido no vinho, pois a água não era tratada, era poluída, gerando, de modo geral, problemas de toda natureza, e o vinho era puro. Não se tomava, portanto, o vinho com o sentido da embriaguez, mas com um sentido medicinal, que fosse. Mas os mórmons, hoje, adotam esse princípio. Não acho que façam mal, porque o vinho tomou outro sentido hoje. As pessoas buscam a bebida por outras razões; deletérias todas, ou quase todas.

Estive em Utah, Senador Gerson Camata, a convite dos mórmons, até recentemente – soube até que o nosso Presidente, Senador Alvaro Dias, também irá lá. Que gente admirável! Visitei os templos, quase todos, participei de alguns momentos e me convenci, cada vez mais, que tenho uma frustração na vida: a de não ter sido um pregador evangélico, ou um pregador dos mórmons, ou até da Igreja Católica. Quanto eu desejava isso! Se bem que se, um dia, eu sair daqui e não tiver outra ocupação, se me aceitarem, vou tentar encaminhar-me por aí.

Vejo a luta dos mórmons. Ela se difere da luta dos apóstolos de Cristo apenas numa coisa – no mundo moderno, as comunicações estão facilitadas. Os transportes existem; naquela época, não. Mas a obstinação, a dedicação que eles hoje incluem na sua religião é a mesma dos tempos de Cristo.

São Paulo, depois de visitar inúmeras cidades da Galiléia, da Ásia, da Europa, fundando igrejas de Cristo, começou a receber, em Antioquia, cartas desesperadas de igrejas que ele havia deixado funcionando e que já então entravam em dificuldades, porque não poderiam continuar. E ele não sabia o que fazer, até com a dificuldade do transporte, como acudir a todas aquelas igrejas espalhadas por todo o território. E aí houve a inspiração de Cristo: escrever as epístolas; escrever cartas às igrejas com palavras de estímulo. São as famosas Epístolas de São Paulo, que a dificuldade de locomoção gerou. A história da Igreja é uma história fascinante, toda ela.

Vejo aqui o oficial-general que representa o Exército nesta solenidade. Ali, o Senador Tuma, que esteve na Polícia Federal por muitos anos; o Deputado Moroni Torgan, que também militou na segurança.

Eu hoje digo, sem nenhum receio de equívoco: as igrejas de Cristo promovem mais segurança no mundo, combatem mais a violência do que o aparelho policial de Estado. À medida que as igrejas atraem para o seu seio, para a sua intimidade, as pessoas estão seguramente sendo retiradas do vício da droga, da violência e de tudo o mais.

Daí o meu encantamento cada vez maior com as igrejas e com a palavra de Jesus, cujo nome para sempre seja louvado.

Prossigo, Sr. Presidente, e já vou concluir.

Uma ampla programação dirigida às famílias é organizada com frequência por eles. Semanalmente, nos lares, em seus templos e em outros lugares de oração, são organizadas noites familiares. Os “mestres familiares” assim são chamados e aproveitam a ocasião para levar mensagem de fé, de inspiração religiosa, de orientação e de boa vontade às famílias necessitadas. A *Bíblia Sagrada*, o Livro dos livros, o *Velho e Novo Testamento*, o *Livro de Mórmon*, os *Escritos de Doutrinas e Convênios*, *Presidentes da Igreja* e *Pérola de Grande Valor* não deixam de ser consultados durante esse trabalho paciente de orientação, unificação e evangelização. O batismo é também uma forma de manutenção da família e um dos acontecimentos mais importantes.

Quando falta a religiosidade degrada-se, em geral, a família. Degradada a família, é o descaminho.

Srs. Senadores, os mórmons já conquistaram o Brasil porque o nosso País está entre os maiores seguidores da religião. Segundo estimativas feitas por estudiosos em ciência da religião, em menos de 30 anos, um em cada 20 americanos será mórmon; o mundo deverá ter mais de 50 milhões de seguidores e existirá, pelo menos, uma congregação em cada país do planeta.

No livro ainda não traduzido no Brasil, *A Religião Americana* – é o título do livro –, o autor, Harold Bloom, Professor da Universidade de Yale, afirma que os mórmons trabalham duro e sofreram todo tipo de perseguição para construir o seu formidável patrimônio religioso. Portanto, patrimônio de Cristo. O dia-a-dia de um mórmon é rigoroso, o que torna a religião elogiada por muitos. Eles são disciplinados, cumprem uma programação rigorosa, assumem compromissos e os realizam, têm comportamento reservado e são honestos. Assim, em tempos de violência e de dificuldade em organizar a vida, muitos vêem a conduta mórmon como uma orientação e um exemplo a ser seguido.

Não é por acaso que, entre 2001 e 2006, no Brasil, o número de aderentes à religião cresceu mais de 460%. De acordo com a última pesquisa sobre o trânsito de fiéis, realizada pelo Centro de Estatística

Religiosa em Investigações Sociais, do Estado de São Paulo, enquanto o crescimento mórmon no País aconteceu de maneira explosiva nos últimos cinco anos, o percentual de católicos – e eu sou católico – caiu de 74% para 67% no mesmo período.

Lamento muito que tenha acontecido isso.

Ainda bem que o católico, nessa estatística, não deixou de ser religioso; houve uma transferência, um trânsito de uma igreja para outra.

Gostaria de finalizar minhas palavras dizendo que, neste início de século, vivemos em um País onde está sendo travada uma importante disputa religiosa. Todavia, diferentemente do que está acontecendo em diversos lugares do mundo, aqui essa competição por maiores espaços religiosos acontece de forma pacífica e democrática. Felizmente, não temos agressões pessoais ou trocas freqüentes de insultos nessa luta para arrebanhar o maior número possível de praticantes. Na verdade, no que diz respeito a esse aspecto, o Brasil é um País tolerante, e essa capacidade de aceitar as diferenças faz parte de nossa formação e do nosso espírito democrático.

Dessa forma, louvo o comportamento correto dos pregadores mórmons em nosso País, que começaram a levar a sua palavra religiosa há 80 anos. Hoje, a igreja reúne milhares de praticantes em todo o território nacional, pessoas de todas as raças e de todas as crenças que batem todos os dias às portas dos templos mórmons em busca de abrigo espiritual. O cidadão desavindo espiritualmente está, automaticamente, desavindo também na sua casa, na sua cidade, no seu bairro, no seu país.

Enfim, não podemos deixar de considerar que a presença permanente de Deus é incontestável no imaginário coletivo e na vida cotidiana de todas as classes sociais.

Parabéns aos representantes da Igreja Mórmon pelo incansável trabalho religioso que realizaram até agora em nosso País. Agradeço por terem vindo até aqui ouvir nossas modestas palavras e receber as homenagens do Senado da República do Brasil.

Senhoras e senhores, na viagem que fiz a Utah, num determinado momento, fui convidado a comparecer a uma solenidade em que se homenageava um dos primeiros missionários americanos no Brasil. Ele foi para o Rio de Janeiro, ele e a mulher dele, recém-casados, não falavam o idioma, não tinham recursos financeiros e o sofrimento era atroz. Eles foram, aos poucos, se adaptando, mas antes começaram a pensar que sua missão iria fracassar. Oravam diariamente para que aquilo não acontecesse, para que Deus lhes desse forças para levar adiante a palavra de Cristo. Anos depois, já perfeitamente adaptados e prestando um

bom serviço à causa de Deus, eles voltaram para os Estados Unidos, já então numa situação melhor, onde se tornaram empresários e prosseguiram a serviço da mesma causa: a causa da palavra divina.

Sobre esse casal foi feito um filme por um brasileiro, que se encontra aqui no plenário do Senado, ao qual eu assisti. Será exibido daqui a pouco, às 15 horas – e convido a todos que puderem comparecer –, na Sala nº 2 das Comissões Técnicas do Senado.

Eu assisti àquele filme com lágrimas nos olhos. Que exemplo admirável de sofrimento, de dedicação! Somente a palavra divina é capaz de mobilizar tanta gente, tanto esforço e tanto sofrimento sem nenhuma remuneração, sem nenhum benefício à vista que não seja a compensação espiritual, divina, no futuro.

Como é mágica a palavra de Deus! Como ela é catalisadora! Como ela é inebriante! Como ela é convincente! Como ela é mobilizadora de consciências e de mentalidades! Aquele que se detém, um minuto que seja, na leitura da Bíblia que se encontra nos hotéis, por exemplo, não vai para o descaminho; segue as instituições divinas.

Não quero prosseguir por mais tempo, embora desejasse, porque até já estou ansioso para ouvir a palavra do Senador Alvaro Dias, que aqui também vai falar sobre esta mesma matéria. Mas quero dizer que esta homenagem que o Senado da República do Brasil presta aos mórmons pelos seus 80 anos em nosso País é justa! É justa, porque todos eles estão a serviço da melhor consciência brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nossos cumprimentos ao Senador Edison Lobão pelo pronunciamento. E convidamos S. Ex^a para presidir a sessão, já que é o principal responsável por este evento.

Com satisfação, passo a Presidência ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Dando prosseguimento a nossa sessão, convido o Senador Alvaro Dias a usar da palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, autoridades que compõem a Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres visitantes que nos honram com sua presença no plenário do Senado Federal, meu discurso seria agora perfeitamente dispensável depois do longo, mas brilhante, pronunciamento do Senador Edison Lobão, que reper-

cutiu os sentimentos do Senado Federal em relação a essa extraordinária contribuição que oferecem ao Brasil, ao longo de 80 anos, os mórmons que para cá vieram e continuam a contribuir com o desenvolvimento econômico, social e cultural do nosso País.

De qualquer forma, também quero deixar registrado, em breve pronunciamento, o meu sentimento de alegria em poder prestar esta homenagem e, conjuntamente, celebrarmos os 80 anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos, especialmente de Utah. O trabalho de proselitismo, iniciado originalmente no século passado, numa colônia agrícola situada na cidade de Ipoméia, em Santa Catarina, expandiu-se e hoje é tradução da presença consolidada no Brasil da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

A obra missionária daqueles que aqui chegaram, ainda no século passado, rendeu extraordinários frutos. Hoje, como já disse o Senador Edison Lobão, a Igreja possui quase um milhão de membros em nosso País. São quase duas mil capelas espalhadas por quase todo o território nacional, quatro templos – e o de Curitiba, a ser inaugurado em 2008; e quero ter a satisfação de estar presente no dia da inauguração –, 27 missões e 284 Centros de História da Família. São quase 13 milhões de membros espalhados pelo planeta e 53 mil missionários realizando um trabalho diário de assistência de caráter voluntário e não remunerado.

Gostaria de registrar e enaltecer o trabalho de ajuda humanitária prestado pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias em todos os quadrantes do mundo e especialmente no Brasil.

Aproximadamente 163 Países já receberam ajuda humanitária da Igreja em aportes expressivos, tanto em dinheiro quanto em material.

Faço questão de registrar o meritório trabalho social dessa Igreja em nosso País, desenvolvido por intermédio do programa de trabalho voluntário chamado Mãos que Ajudam. Esse programa tem realizado projetos dos mais variados e em escala crescente. O mais recente foi deflagrado em todo o Brasil no último dia 7 de setembro. Foram reformadas 284 escolas públicas com a participação de 60 mil voluntários. Em 2007, igualmente, um grande mutirão promovido sob os auspícios do Programa Mãos que Ajudam realizou a reforma de roupas hospitalares em 290 hospitais públicos de 190 cidades brasileiras e costurou 190 mil peças de roupas, envolvendo milhares de membros e amigos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. A Igreja dos Mórmons no Brasil realiza o exercício da função social na sua plenitude.

O conceito que norteia o referido programa é a permanente ajuda humanitária e serviço comunitário, mobilizando milhares de voluntários de todas as ida-

des, membros da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, no Brasil, estendendo a mão a quem precisa. A sinergia do programa com outras entidades, instituições religiosas, empresas privadas, órgãos governamentais ou organizações assistenciais, levando alento aos menos favorecidos, deve ser destacada como exemplo de doação e altruísmo.

A propósito, considero de suma importância o trabalho voluntário.

Acredito verdadeiramente que cada um trabalhando localizadamente pode efetivamente ajudar sua comunidade. Esse é o exemplo que recolhemos da atividade de solidariedade humana que exerce essa Igreja.

No dia 12 de outubro passado, a Igreja mobilizou mais de 50 mil crianças em todo o País para o trabalho de revitalização de 320 praças e parques públicos. São ações de voluntariado dessa natureza, orquestradas pelos integrantes e amigos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que deveriam ser disseminadas por todo o País.

Só isso, Senador Edison Lobão, justifica esta homenagem que o Senado Federal presta nesta tarde por iniciativa de V. Ex^a.

No rol de ajuda humanitária e trabalho voluntário prestado pela Igreja no Brasil devem ser mencionados ainda os programas de doação de sangue, limpeza e reforma de asilos, ajuda à terceira idade, cuidado com as nossas cidades e doação de kits para bebês internados em maternidades públicas. Uma presença missionária proativa de apostolado, mas que não ignora a realidade social e econômica que a cerca. Precisamos louvar essa atuação em prol das camadas mais necessitadas da população. Precisamos enaltecer essa visão estratégica do que é social e humano.

A preocupação do trabalho missionário da igreja cujo foco é a família como uma das maiores fontes de felicidade nos parece extremamente salutar.

A propósito, o Deputado Moroni Torgan, há pouco, lembrava-me de uma frase que resume bem o pensamento da Igreja com relação à família. É de David O. McKay: “Nenhum sucesso na vida compensa o fracasso no lar”.

Partindo da premissa de que a família, como instituição e célula *mater* da sociedade, enfrenta um processo de desintegração no mundo inteiro, sua ação missionária procura priorizar os laços familiares e contribuir para edificar um relacionamento baseado na harmonia e no amor fraterno.

A obra missionária cresceu consideravelmente desde a chegada dos primeiros missionários norte-americanos de Utah. As atividades eclesiais da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias

se expandiram graças ao esforço coletivo de membros que doam parte de seu tempo para servir a Igreja. São empresários, profissionais liberais e operários dos mais variados campos de atividades, que participam e integram a liderança da Igreja sem receber remuneração, os responsáveis por um trabalho de natureza religiosa cuja missão transcendeu a vertente doutrinária.

Parabéns pelos 80 anos da chegada desses missionários ao Brasil, responsáveis por uma obra digna de louvor. Estão nos ajudando a construir uma grande Nação.

Muito obrigado e que Deus lhes pague por essa obra que enaltece a figura do ser humano, especialmente em tempos difíceis como esses que vivemos, complexos e contraditórios, que colocam em xeque, inclusive, a crença de milhares de brasileiros e milhares de pessoas em todo o mundo.

Parabéns pelos 80 anos da chegada ao Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA)

– Cumprida a finalidade da presente sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento, agradeço aos membros da Igreja que aqui vieram, aos Srs. Senadores, que também nos deram a alegria de sua presença, e suspendo a sessão por alguns minutos, reiniciando em seguida para os procedimentos normais da sessão.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 14 horas e 59 minutos e reaberta às 15 horas e 03 minutos.)

O Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Está reaberta a sessão. Reiniciamos nossos trabalhos.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu peço a V. Exª a palavra, para dizer que, por um equívoco, a sessão foi suspensa sem que os Senadores Mão Santa e Romeu Tuma tivessem podido falar, por culpa minha. Mas peço aos convidados que permaneçam aqui no Senado, se V. Exª permitir, que é a sugestão dos dois oradores, que querem dar uma palavra ainda com a presença deles.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Eu creio que não há nenhum óbice regimental. Poderá haver, sim, a continuidade da Hora do Expediente.

Eu concedo a palavra, de início, ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, ao Senador Mão Santa. Eu

peço ao Senador Edison Lobão que volte a presidir os trabalhos.

O Senador Marconi Perillo é o primeiro orador inscrito. Ocorre que o Senador Edison Lobão pediu, pela ordem, a continuidade da Hora do Expediente, uma vez que os dois oradores estavam inscritos para se pronunciar e não tiveram a oportunidade. Mas, em seguida ao Senador Romeu Tuma, poderá falar o Senador Marconi Perillo e, posteriormente, o Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados para a homenagem dos oitenta anos de chegada dos missionários de Utah, eu estava conversando com o Moroni e outro membro da Mesa, perguntando sobre alguns fatos ligados à Igreja Mórmon. Moroni me apresentou alguns dados históricos. É claro que não podemos falar de improviso sobre aquilo que diz respeito à história de qualquer segmento religioso com a força que tem os mórmons.

Eu disse ao Moroni que há algo que sempre me encanta quando chego aos Estados Unidos em missão. Quando saio do aeroporto, a caminho de Manhattan, há uma Igreja Mórmon à direita, linda, que encanta pela visibilidade e parece chegar ao céu. Suas torres apontam para o céu. Sempre peço a quem nos leva à cidade que pare um pouco, pelo menos, para fazer uma oração.

A família é sagrada. Se Cristo quis nascer dentro de uma família, nada é melhor que o exemplo do que é a família para nós. Vi o Senador Edison Lobão fazer seu discurso com uma profundidade que muito pregador mórmon não tem. Desculpem-me pela liberdade. S. Exª pesquisou, estudou e tem uma convivência muito grande com a religiosidade. O Senador Alvaro Dias, do Paraná, que presidiu a sessão, também fez sua pesquisa.

Comecei a sentir um arrepio por dentro do organismo quando se falou em família. Quem de nós consegue sobreviver e ter amor ao próximo se não for bem-educado, bem formado dentro de sua família?

Tenho quatro filhos e acho que cada um de nós, como pai, como mãe, tem a dignidade quando sabe educar e orientar seus filhos no seio do amor à família. Essa é a história de qualquer ser humano que realmente consegue prestar serviço ao próximo.

A atividade social que foi descrita nesta tribuna nos traz uma satisfação enorme porque ainda se acredita em Deus, em Jesus e que o próximo é a nossa vida. Temos um compromisso com Deus, com Jesus. Quando passamos por momentos difíceis em nossa

vida, lembramos que Ele está lá e assinamos um compromisso espiritual de fé. Cada minuto que Ele consiga nos dar a mais de vida tem de ser utilizado para servir ao próximo. E é isso que os mórmons têm feito, provavelmente desde a primeira idade.

Há mais de 15 anos, convivo com o Deputado Moroni Torgan e, perto dele, sinto um alívio espiritual enorme, pela conduta, pela ética com que ele se reproduz e com o amor com ele fala de sua família. Tenho um amor profundo, estou casado há 48 anos. Tenho quatro filhos, nove netos e uma bisneta. A coisa mais alegre para mim é quando todos estamos juntos. Minha mulher larga tudo porque ela acha que a família unida, sem dúvida, traz as bênçãos de Deus na mesma hora.

Desculpem-me pela emoção, provavelmente seja esse espírito vindo do céu, que nos alimenta a alma e que faz com que consigamos viver mais um pouco na busca da felicidade do próximo. Nós não podemos ser egoístas na busca dos nossos objetivos individuais e sim daqueles que possam somar para servir ao próximo. Isso eu aprendi com as palavras do Senador Edison Lobão e Alvaro Dias, durante o pronunciamento que aqui fizeram, repercutindo esses 80 anos de presença dos mórmons em território brasileiro.

Disse-me o Moroni que, em São Paulo, há cerca de 400 mil mórmons, o que dá um exemplo claro das virtudes das pregações que são feitas para atrair a sociedade em razão da linha de conduta.

Engraçado como são as coincidências, porque eu não sabia, Moroni, desta homenagem. Peço desculpas por não me ter preparado direito. Mas escrevi um discurso para falar hoje sobre os caminhos que foram percorridos por Abraão por todos os caminhos do Oriente, onde o maior conflito religioso e de violência está hoje a predominar naquela região. E provam esses caminhos que todos são filhos de Deus, portanto, a paz depende do coração de cada um de nós. E a repetição desse caminho provavelmente está na pregação dos mórmons, que fazem, dentro da espiritualidade, da busca da história do que passou, para o presente e para o futuro, uma vida melhor para cada um de nós.

Esta ação dos mórmons só merece o nosso respeito, e o registro no Senado, sem dúvida, permanecerá por toda a nossa vida e daqueles que virão.

Moroni, em nome de Deus, agradeço a você por hoje, pois, ao vê-lo na Mesa, vim saber o que estava acontecendo e foi um momento de felicidade.

Que Deus nos abençoe a todos. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA) – Agradecemos as palavras do Senador Romeu Tuma.

Por uma concessão do Senador Marconi Perillo, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Edison Lobão, que preside esta sessão em homenagem aos mórmons, Parlamentares presentes, peço permissão para saudar todos os líderes religiosos na pessoa do Moroni Torgan. E são tantos que eu poderia esquecer alguns, mesmo involuntariamente, o que seria imperdoável.

Brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado. Senador Edison Lobão, Deus escreve certo por linhas tortas. Esta é a única solenidade de homenagem que teve segundo turno, segundo expediente. Deus escreve certo por linhas tortas. V. Exª e todos falaram tão bem; a Casa está representada. Eu já esperava isso, porque recentemente o Senador Edison Lobão, na minha cidade, Parnaíba, foi homenageado por uma emissora que completava 25 anos. No seu pronunciamento, eu detectei a profundidade dos conhecimentos cristãos de Edison Lobão.

Moroni Torgan, eu só não quero que Edison Lobão transfira o título para o Piauí, porque aí ele levaria todos os votos, pela firmeza cristã que ele passou na minha cidade natal.

Mas o mundo está aí, o homem é o homem e suas circunstâncias. Ortega y Gasset. O mundo muda e mudou. Até o Deus que o fez tentou, e ele via maldade e tentava melhorar. Muitas tentativas de luz. Aí resolveu mandar um filho especial, Jesus. Começa aí o ensinamento. Ele, o Deus, não desgarrou o filho especial; Ele botou numa família, Jesus, Maria, José, a Sagrada Família. Este é o grande ensinamento: a família.

Rui Barbosa. Vejam que esta Casa tem 183 anos! Muita confusão. Em uma das grandes confusões, o Edison Lobão fez como Moisés. Atentai bem! Moisés recebeu uma missão e acreditou nela: levar a Igreja de Deus, trazer até hoje, até aqui, até os mórmons. Ele não quis saber se havia Mar Vermelho.

Mas nós estamos aqui justamente inspirados em Moisés. Ele pegou as leis, ensinando-nos o que Deus mandou nos dizer: tem que ler lei. Por isso Rui Barbosa está ali e que ele disse: “Só há um caminho e uma salvação: é a lei e a justiça”. O próprio Deus ensinou. Está aqui: Moisés, leve as leis. Esta é a Casa de leis. Mas, houve hora, Moroni, que Moisés quis desistir; mas, bravo, enfrentou o Mar Vermelho, deserto de faraó, peste, seca, muito pior do que aquelas do Ceará. Quarenta anos! E, de repente, o povo desgarrou. Bezzerro de ouro. Moisés quebra as leis e quis desistir. E ouviu

uma voz: busque os mais velhos e os mais experientes que eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo. Então, Moroni, nasceu essa idéia de Senado, melhorado na Grécia, melhorado em Roma, melhorado na França, na democracia, melhorado na Inglaterra, nos Estados Unidos, dos mórmons, melhorado aqui com Rui Barbosa e conosco.

Edison Lobão, esse negócio de dizer que o Senado... Aqui houve tormenta; houve um Mar Vermelho revoltoso. De repente, Deus o coloca na presidência. Aí, Ele busca um santo, hoje é santo, está no céu, Ramez Tebet. Então, estamos nestas tormentas, mas há esperança.

Há aquele livro, Moroni, *Verdes mares bravios*; V. Ex^a deve ter lido *O Velho e o Mar*, de Ernest Hemingway. “A maior estupidez é perder a esperança”. Não podemos perder a esperança; esta Casa tem de ser a esperança da democracia deste País.

Outro dia, o nosso Presidente Tião foi infeliz, *errarre humanum est*, quando disse que aqui não tem estrela. Não tem. Mas há homens de vergonhas, homens compromissados com o povo e com a democracia. Esse é o meu entendimento. Mas por que Rui Barbosa está ali? Por isso. A pátria é a família ampliada! É a família. Estou nesta Casa há quatro anos e dez meses, e vou mostrar o que aprendi aqui.

Cícero, uma vez, no senado dele, mais complicado do que este... Olha que elegeram uma vez um cavalo lá, *incitatus*, Calígula o fez senador. Lá houve facada, e morreu gente no meio do Senado. Então este é um dos melhores senados da história do mundo; nós estamos aqui para isso e vamos provar isso.

Este Senado tem essas dificuldades, mas aprendi aqui. E aqui é para conter os pais da Pátria. O Luiz Inácio, nosso Presidente, querido Presidente, homem generoso, ele tem que entender isto. E aprendi aqui uma coisa, e é velha. Lá, no senado romano, ô Romeu Tuma, Cícero já bradou: “*Pares cum paribus facillime congregantur*”. É, Luiz Inácio, violência atrai violência. Como é atual, não é? Mas aprendi aqui, Luiz Inácio, e V. Ex^a há de aprender conosco. Só tem uma razão do Senado se batermos aqui e podermos ensinar ao Luiz Inácio que “*pares cum paribus facillime congregantur*”. Cícero! Eu aprendi aqui nesses debates.

Aliás, quis Deus estar aí o Magno Malta, que é o que mais fala de violência, que se preocupa, que luta, que brada, que clama, que chora. Mas aprendi aqui e quero trazer isso para o Luiz Inácio. Se não for isso, fecha. Ô Deus, jogue um raio aqui. Para que essa despesa? Eu quero ensinar ao Luiz Inácio. Marisa, não deixe os aloprados nos dois ouvidos do Luiz Inácio. Aloprados. Essa foi a palavra mágica de Luiz Inácio para essa Casa ser clemente. Ele bradou no mar de

corrupção: “Foram os aloprados. Foram os aloprados. Foram os aloprados”. E nós fomos clementes. Acreditamos em nosso Presidente. Foi isso que o salvou. Ele podia receber um *impeachment*. O nosso companheiro Presidente Collor, que hoje é Senador – senta bem aí –, cometeu um pecado venial: um fiatzinho, uma pintura na casa da Dinda. O PC, o Collor nunca o nomeou na prefeitura ou no governo.

Nós atendemos o clamor e fomos tolerantes. Não fizemos o *impeachment*. O povo o absolveu e está aí. Não estamos reclamando. Mas, quanto àqueles da Justiça – bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça – carimbaram – corruptos – os quarenta aloprados. E o que mais botou tinta foi o Procurador-Geral da República nomeado pelo Luiz Inácio.

Essa é a verdade. “Em verdade, em verdade, eu vos digo”... Foi isso, Tuma, que disse o Cristo. Não tem outro caminho a não ser o da verdade. E a CPMF... A CPMF, Luiz Inácio, é mentira. Mentira na sua origem – provisório... provisório é provisório. Luiz Inácio tem que abrir o dicionário. Mentira no seu meio: que vai para a saúde; não vai para saúde. Todo mundo sabe: eu vou fazer 41 anos de médico no dia 16 de dezembro, formado no Ceará, médico de Santa Casa. E é mentira que só branco paga. Usa até preconceito racial para defender.

Então essa Casa é para isso.

Eu aprendi aqui, Edison Lobão. E os mórmons estão aqui, o melhor testemunho. E vou dar dizer por que estou aqui. V. Ex^a me atrai, me lidera, mas um mórmon... E é simples: um quadro vale por dez mil palavras. Nessas reuniões sobre violência, que são inúmeras, nas audiências públicas, chega um e diz: “Bota o Exército, cadeira elétrica, faz um paredão, como Fidel Castro, capa, bota lá... Tem idéia de todo jeito. Cada um dá uma idéia... Eu vi uma idéia de um jornalista, como V. Ex^a. Em uma dessas audiências, ele só disse o seguinte: Luis Inácio,... Vamos todos nós, brasileiros e brasileiras... O problema é nosso. O jornalista disse que freqüentava as favelas, os bairros pobres onde os índices de criminalidade eram maiores e observou o seguinte: onde tinha uma igreja a criminalidade era menor. Então, este País precisa de Deus. Precisa é... Saiam daqui e trabalhem mais! Nós temos muito poucas igrejas Mórmon. Muito poucas! Nós não temos um milhão, ainda! O País já está com 187 milhões! Nós não temos 1%!

E eu quero lhe dizer: meu nome é Francisco. Aquele que mais se aproximou de Cristo e que levou a igreja aos pobres. Quero dizer, então, que sou católico, como Edison Lobão. A vida política nos obrigou a conviver, a entender a grandeza de Lutero, de Calvino, de Smith. Por isso estamos aqui.

(Interrupção no som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço apenas mais um minuto. Em um minuto Jesus criou o Pai-Nosso. São 56 palavras.

Tenho 65 anos de idade. Convivi com muita gente, mas – eu disse outro dia – quem mais me comoveu foi meu motorista Bento, mórmon. Vi a grandeza. Eu vi a firmeza. Eu vi a dignidade.

Agora eu me igualo ao Luiz Inácio. Ele gosta de tomar umas. Eu também tomo. O Edison Lobão confessou que gosta de vinho.

Com todo o respeito, digo que me tranquilizava quando andava pelas estradas esburacadas do Piauí, nas piçarras, cumprindo o meu dever, entregue à responsabilidade, à força cristã, à firmeza e à dignidade do motorista mórmon que eu tinha.

Ó, Deus – como disse Castro Alves em *O Navio Negreiro*: “Onde estás, Deus, que não respondes?” –, vamos multiplicar essa igreja mórmon no meu Brasil. Aí teremos paz, ordem e progresso.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Agradeço ao Senador Mão Santa as palavras alusivas à mesma homenagem. E agradeço a presença de todos que vieram para essa justa homenagem aos mórmons do Brasil e do mundo.

Muito obrigado aos senhores.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria também de prestar a minha homenagem a todos os missionários norte-americanos de Utah que chegaram ao Brasil. Agora completa 80 anos a atividade missionária dos mórmons neste País. A eles, a minha homenagem e a homenagem do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao qual pertenço.

Um grande abraço ao Deputado Moroni Torgan. A todos os que estão presentes a nossa saudação, a nossa homenagem e os nossos sinceros agradecimentos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos me trazem a esta tribuna, na tarde de hoje: o primeiro diz respeito a três requerimentos que estou apresentando, de acordo com o Regimento Interno e a Constituição, convocando para uma assembléia geral, neste plenário, os Exm^{os} Srs. Ministros de Estado de Minas e Energia, do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, bem como o Sr. Presidente da Petrobras, para, em audiência pública, ou em assembléia geral, neste plenário, prestarem esclarecimentos a nós, Senadores, sobre a descoberta

do Campo Petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos, e o impacto dessa descoberta no potencial energético do Brasil. Aliás, essa pesquisa se iniciou muitos anos atrás.

Os jornais de grande circulação no País noticiaram com destaque a descoberta de uma grande reserva de petróleo e gás na Bacia de Santos, descoberta essa que teria o potencial de transformar o Brasil em um fornecedor global de energia. Especula-se que o Campo de Tupi, descoberto pela Petrobras depois de um longo processo de pesquisa abaixo da camada de sal da Bacia de Santos, teria a capacidade de produzir aproximadamente 23 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, o que equivale a 77% dos 30 milhões de metros cúbicos importados hoje da Bolívia.

Todos sabemos, e já debati isso muito na Comissão que presido, a Comissão de Minas e Energia, das dificuldades que o Governo brasileiro, especialmente a Petrobras, tem encontrado para manter os contratos com aquele país.

O campo também disporia de reservas entre cinco e oito bilhões de barris de óleo equivalente, no caso o BOE. Para o Presidente da Petrobras, o pico da produção será muito provavelmente superior a 200 mil barris de petróleo equivalente por dia. Portanto, é inegável a importância da descoberta do campo de petróleo de Tupi na Bacia de Santos.

Entretanto, Sr. Presidente, algumas dúvidas ainda permeiam esse acontecimento. Há graves dúvidas com relação à quantidade das reservas que serão realmente transformadas em provadas. Qual será o custo estimado da extração já que a *commodity* foi encontrada em uma profundidade em que a Petrobras ainda não atua? Como esse gás será levado para o continente, já que está longe, distante 250 quilômetros da costa, e, principalmente, quando começa ou quando começaria a produção de fato?

Editorial do jornal *O Globo*, do último dia 10 de novembro, já chamava a atenção para o seguinte fato:

“O horizonte do caso do petróleo é inevitavelmente de longo prazo, de modo que, em que pese o foguetório oficial, apenas em meados da próxima década é que se poderá contar de fato com a produção dos novos campos, o que, por sua vez, dependerá da montagem de uma complexa infra-estrutura, devido à profundidade e à distância dos poços em relação ao litoral”.

Enfim, Sr. Presidente, são essas dificuldades econômicas, e até mesmo tecnológicas, que motivaram a apresentação desses requerimentos, convocando essas autoridades para que neste plenário possam debater essa jazida.

Assim, o presente requerimento pretende oferecer aos convidados acima citados a oportunidade de

apresentarem seus esclarecimentos sobre a descoberta da área de Tupi na Bacia de Santos.

Sr. Presidente, esse foi o primeiro assunto trazido a este plenário na sessão de hoje.

Trago também à reflexão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores um outro assunto que também tem nos preocupado muito.

Não é de se admirar, Sr. Presidente, que o Presidente Lula defenda o Colega Hugo Chávez e chegue a dizer que há plena liberdade democrática na Venezuela, mesmo diante da possibilidade de se colocar em risco naquele país um dos pilares da democracia republicana: a alternância no poder.

Não é de se admirar que o Governo brasileiro tenha feito muito pouco ou quase nada, salvo as vozes nossas aqui no Senado e em outros setores da sociedade brasileira, para protestar com veemência contra o fechamento de canais de TV na Venezuela.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao ilustre Senador e ex-Governador do Espírito Santo, o Colega Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a. Queria dizer que concordo com V. Ex^a embora não tenha chegado aqui – foi aprovado ontem na Comissão de Justiça da Câmara e ainda vai para o Plenário lá. Esse assunto que V. Ex^a traz ao debate do Senado hoje tem que começar exatamente agora a ser estudado por nós. Eu acredito que não devemos nem aceitar a tramitação desse pedido de ingresso da Venezuela no Mercosul. Chegando aqui, devolve-se e aguarda-se o que vai acontecer na Venezuela depois desse plebiscito do domingo, que está conflitando aquele país; aguarda-se o que vai acontecer, na Venezuela, depois da primeira invasão que o Governo da Venezuela já fez na Guiana e que poderá se agravar muito nos próximos dias; aguarda-se o que vai acontecer, na Venezuela, quando os venezuelanos rejeitarem essa tal reforma da constituição que esse presidente venezuelano colocou ali. Alguns companheiros dizem: “Não! Às favas com os escrúpulos! Não temos nada com a Venezuela. Precisamos vender produtos para aquele país e ganhar dinheiro.” Acredito que ganhar dinheiro à custa do próprio Regimento Interno do Mercosul, que não permite a entrada de países não democráticos, não é o melhor ato cívico que podemos praticar em favor do Brasil, no futuro, e em favor da América Latina. É bom que V. Ex^a traga esse assunto ao debate. Diz o provérbio popular goiano, que V. Ex^a como Governador conhece bem: “Quem tem o olho fundo começa a chorar cedo.” E está na hora de chorar.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Gerson Camata pelo aparte, que certamente muito ilustra essa nossa preocupação

e agrega valor a este modesto pronunciamento. O Senador Gerson Camata é um dos Senadores mais experientes desta Casa e em boa hora coloca essa questão do ingresso da Venezuela no Mercosul. Eu concordo piamente com V. Ex^a e acho que nós temos aqui, Senador Camata, um antídoto para tomar essa providência agora sugerida por V. Ex^a. O Senador Marco Maciel é um Senador absolutamente comprometido com a democracia e com a história recente do País. É o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Creio que estará nas mãos dele, que tem também a estatura de estadista, tendo sido várias vezes Presidente da República em exercício, duas vezes Vice-Presidente da República, no sentido de tomar essa providência e determinar a volta do projeto imediatamente à Câmara. Acho que, em fazendo isso, ele estará dando uma lição ao ditador vizinho em relação aos compromissos históricos desta Casa de Rui Barbosa com os verdadeiros pilares da democracia não só no Brasil, mas também no continente e em todas as partes do mundo.

Aliás, falando dessa questão da Venezuela, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de colocar uma questão ocorrida recentemente aqui no Brasil. Porque aqui no Brasil já se começa a ensaiar também essa história do terceiro mandato, meio que sub-repticiamente, mas recentemente, agora, há poucos dias, a caça às bruxas começou exatamente no Ipea – Instituto de Pesquisas e Estudos Aplicados, uma instituição cujo renome foi construído ao longo de décadas. É aqui no Brasil que o Presidente da República parece invejoso das pretensões chavistas de permanência *ad aeternum* no poder.

Nem mesmo durante o regime militar, o Ipea foi tolhido no mais lúdimo direito...

(Interrupção no som.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ... de discordar.

Peço mais cinco minutos a V. Ex^a.

Nem mesmo durante o regime militar, o Ipea foi tolhido no mais lúdimo direito de discordar. Mas agora, sob a batuta do recém-nomeado presidente daquela instituição, subordinado ao Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, que se chamava até bem pouco tempo, antes de derrubarmos a medida provisória, Sealopra, talvez devendo ter alguma coisa a ver com os aloprados, resolveu cortar cabeças discordantes, intelectuais que ousam discordar de algumas políticas e de algumas encenações, principalmente em relação aos números, principalmente em relação aos indicadores econômicos e sociais.

Na verdade, o Governo Lula não lida bem, nem nunca lidou, com a oposição ou com o confronto de idéias e, nesse caso específico, agiu da mesma forma que Chávez, ou seja, não renovou os contratos de cessão dos economistas Fábio Giambiagi e Otávio Tourinho, do BNDES. Da mesma forma que o presidente venezuelano não renovou os contratos de concessão da rede de TV.

Ambos são atos arbitrários, travestidos de poder discricionário. Os dois outros afastados, os Drs. Gervásio Castro de Rezende e Régis Bonelli, são aposentados e, apesar de continuarem a prestar valiosos serviços à instituição, foram convidados a se retirar exatamente por discordarem da atual gestão do Ipea.

O caso de Giambiagi revela arbítrio gritante, porque esse economista, a exemplo do que temos comentado nesta tribuna, defende a contestação ou a contenção dos gastos públicos, e propõe uma política para o equilíbrio das contas governamentais. Volto a insistir na tese de que temos de aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal no âmbito Federal.

Sr. Presidente, as atitudes deste Governo são sintomáticas e merecem a devida atenção desta Casa, porque não nos parecem transparentes, tampouco bem intencionadas. Da mesma forma que não podemos pressupor justeza na ação do presidente do Ipea, não podemos entender que um Líder com a história política de Luiz Inácio Lula da Silva desconheça a diferença entre os sistemas republicano e parlamentarista, não a ponto de fazer na mídia esdrúxulas comparações entre a longa permanência de primeiros-ministros no poder, como foi o caso de Margaret Thatcher e Tony Blair, na Inglaterra, e as pretensões ditatoriais de Hugo Chávez na Presidência da Venezuela.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Marconi Perillo, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Só um instante, Senador Crivella.

Assusta-nos, Sr^s e Srs. Senadores, que o mais alto dirigente do Brasil confunda as atribuições de primeiro-ministro com as de presidente. Assusta-nos, Sr. Presidente, que o Chefe do Poder Executivo oculte do povo as diferenças de fundamentos entre os sistemas parlamentarista e presidencialista.

E não nos venham dizer que o Presidente Lula falou em tese, em uma mera reflexão. Não, certamente não. O Presidente tinha plena convicção do alcance de suas palavras que ecoaram em todo o Brasil e feriram, mortificaram as bases republicanas deste País. Afinal de contas, o mundo inteiro comentou a frase do Rei da Espanha, frase célebre que já entrou para a história da Conferência Ibero-americana, porque foi ele a liderança mundial que teve a coragem e a oportunidade de

dizer a Chávez: “*Por que não te calas?*” E ele deve se calar, mas não só se calar, ele deve, efetivamente, se comprometer a devolver a democracia àquele país.

Passou da hora de Chávez deixar o poder na Venezuela; passou da hora de Chávez deixar de buscar artimanhas para se perpetuar no poder, artifícios, casuísmos; já passou da hora de deixar de tolher a oposição venezuelana de ter representantes no Congresso daquele país.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Marcelo Crivella e, logo após, aos Senadores Mão Santa e Eduardo Suplicy.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Marconi Perillo, V. Ex^a, sempre que sobe à tribuna, faz um debate qualificado, como um dos mais valiosos membros da oposição, que alerta o Governo com alma e coração abertos, olhando nos olhos, com o vigor e a ousadia que o caracterizam como grande líder que teve o prazer e a honra de apoiar em seu Estado. Só peço a V. Ex^a que, quanto ao Ipea, considere que o nosso Márcio Pochmann foi pego pelos ditames duros, mas definitivos, do serviço público. Segundo parecer da procuradoria, os dois aposentados não podiam continuar ali. Ele está tentando fazer agora um novo arranjo para abrigá-los. Mas, segundo a procuradoria – há esse parecer lá –, eles não podiam continuar. Quanto aos outros dois do BNDES, o convênio venceu. Se o BNDES quiser renová-lo, poderá reencaminhá-los e será aceito. V. Ex^a tem toda razão em dizer que o Ipea tem que ter o confronto das idéias porque o Governo Lula, para mim, é um Governo que adota uma política macroeconômica muito “tucana” e sou contra. Sou contra a política macroeconômica “tucana”! Por favor, tenha por mim a consideração de aceitar essa minha discordância, mas com todo respeito e todo apreço que tenho por V. Ex^a. Sei que ali no Ipea – e no Governo Lula – a política macroeconômica é a política macroeconômica do governo anterior, exatamente igual. Portanto, Senador Marconi Perillo, quero, sim, o debate das idéias, quero, sim, que o Ipea tenha dois lados, duas posições, que haja confronto, porque economia é uma ciência humana e não como a nossa engenharia. A engenharia, aqui, na China, na África, todos sabem qual é a resistência do concreto, a tração, a compressão, a torção, a flexão do aço, da madeira, do vidro, é tudo tabelado, tem aba. O sujeito calcula um edifício aqui ou nos Estados Unidos e é normatizado, tem norma para tudo. A economia, não; é uma ciência humana, ela tem um milhão de especiarias, quer dizer, de coisas diferentes que possam influir ou não e, por isso, é tão fascinante. No Ipea, garanto a V. Ex^a que não existe pensamento único, porque discutimos quatro pesquisadores e o Ipea tem mais de mil. Quero tranquilizar

V. Ex^a, com todo respeito e apreço que tenho por esse grande líder tucano do PSDB.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Senador Marcelo Crivella, as palavras de V. Ex^a, de certa maneira, nos folga. Espero que não haja, efetivamente, as injustiças que estão sendo divulgadas por todos os órgãos qualificados da imprensa brasileira. O Ipea precisa ser cada vez mais um órgão que reflita o pensamento econômico, social e político do País; precisa ser efetivamente um órgão onde o contraditório se estabeleça cada vez mais fortemente. De qualquer maneira, agradeço a V. Ex^a, sobretudo pela palavras carinhosas.

Concedo um aparte, se o Presidente me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Permito e peço aos apartes que sejam econômicos nos seus apartes.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Marconi Perillo, quando, na segunda-feira última, voei para Brasília, tive oportunidade de encontrar o Presidente do Ipea, Márcio Pochmann, com o qual, no sábado tinha conversado por telefone, preocupado com a notícia que havia sido colocada pela imprensa, de que estaria a direção do Ipea afastando alguns dos economistas em função de divergências. O que posso assegurar-lhe é que o Presidente do Ipea, o economista Márcio Pochmann disse que, de maneira nenhuma, ele estaria tomando qualquer atitude que significasse a limitação ou o cerceamento de pensamento, mas que foram decisões administrativas que nada teriam a ver com qualquer cerceamento de opinião. Então eu disse a ele que havia lido no jornal que o Senador Arthur Virgílio iria fazer um requerimento para que o Ministro Roberto Mangabeira Unger e o Presidente do Ipea pudessem vir à Comissão de Assuntos Econômicos. Ele disse que teria o maior prazer de vir. Aliás, verifiquei o requerimento do Senador Arthur Virgílio, que é na forma de um convite. Avalio que será uma excelente oportunidade para que possamos – o requerimento ainda não foi apreciado na CAE; acredito que o será na próxima terça-feira –, dentro de duas semanas, numa reunião regular, dirimir todas essas dúvidas. Eu, que sou Professor na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, hoje de economia e de administração pública, que tem por tradição a liberdade acadêmica, em toda a nossa história, sou o primeiro a transmitir a ele que tenho preocupação. Imagine se isso fosse cerceado aqui. Ele procurou assegurar-me que toda a liberdade de pensamento, de pesquisa, inclusive recém-retratada no Conselho do Ipea, recém-constituído, que

ainda nem se reuniu, que tem pessoas desde Maria da Conceição Tavares a Luiz Carlos Bresser Pereira, a Antonio Delfim Netto, para citar três exemplos. Esses conselheiros estarão sugerindo normas de pesquisa e assim por diante. Então, tenho confiança de que eles irão, ambos, esclarecer esse ponto de vista. Com respeito ao Presidente Hugo Chávez, quero dizer, prezado Senador Marconi Perillo, que o povo da Venezuela terá os meios de decidir sobre se avalia que ele deva ou não continuar. Mas, hoje, ele é um presidente constitucionalmente eleito. Aqui no Senado, quando houve a tentativa de golpe contra o Presidente Hugo Chávez, houve manifestação, inclusive do Congresso Nacional, a favor de que não houvesse qualquer tentativa de golpe. Foi quando o Presidente Lula sugeriu aquele grupo dos amigos da Venezuela, que teve no México, nos Estados Unidos, no Brasil, na Colômbia, dentre outros, numa ação importante para normalizar a situação de pré-golpe que havia lá. Acho que o nosso diálogo com o Presidente Chávez deve ser o mais construtivo possível. Acho que a maneira como o Rei Juan Carlos dirigiu-se a ele foi espontânea, mas eu manifestei hoje voto contrário a que coloquemos mais lenha na fogueira desse assunto. E avalio como próprio que façamos aqui uma reflexão sobre o processo político na Venezuela, sobre o processo democrático que todos desejamos preservar na América Latina. E gostaria de adiantar que sou favorável ao ingresso da Venezuela ao Mercosul e a que não tenhamos atitudes tais como a de isolarmos um país. Avalio, por exemplo, que o bloqueio econômico a Cuba só tem dificultado ainda mais qualquer normalização do processo democrático naquele país. Portanto, assim como sou favorável a que não haja qualquer bloqueio a Cuba, muito menos sou favorável a se evitar que a Venezuela, que tem na sua Constituição o propósito de se integrar na América Latina, como nós temos na nossa, eu votarei favoravelmente – aqui já expressei o meu voto – a que a Venezuela seja parte do Mercosul.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

Gostaria de dizer que nutro por V. Ex^a o máximo respeito, admiração, carinho e afeto. Não só eu, mas grande parte dos brasileiros. Mas não posso admitir, Senador Eduardo Suplicy, não posso imaginar que V. Ex^a seja tão inocente a ponto de defender Hugo Chávez, a ponto de defender a chamada “democracia constitucional venezuelana.”

Não existe isso! Isso é balela, Senador Eduardo Suplicy! V. Ex^a vai rasgar o seu currículo, que tem sido construído com tanto talento, com tanto respeito à sociedade, com tanto respeito às diferenças.

Hugo Chávez é um dos piores exemplos de neoditadores que já passaram por esta região. E todos nós sabemos como ele tem conseguido vencer esses plebiscitos: fechando canais de TV, fechando canais de rádio, perseguindo adversários, confiscando bens, fechando grandes empresas naquele país. É impressionante a forma com que Hugo Chávez tem-se desempenhado e a desenvoltura dele, à frente do Governo da Venezuela, com todos os casuísmos possíveis para se manter e se perpetuar no poder.

Sinceramente, Senador Eduardo Suplicy, fico, às vezes, imaginando como pode haver uma pessoa com a alma de V. Ex^a, tão inocente, a ponto de defender Hugo Chávez. Assisti a um discurso de Kadhafi, na presença do Presidente Lula, há alguns anos, na Líbia, e verificava como ele se referia a Hugo Chávez. Ali já estava o embrião dessa neoditadura que se está implantando na Venezuela: um ditador tupiniquim de péssimo gosto, desqualificado, que, inclusive, agrediu fortemente esta Casa de Rui Barbosa; um ditador que quer transformar a Venezuela, esse grande país da América Latina, numa república de bananas.

Ora, não dá para concordar! Não tenho nenhuma obrigação de acreditar, sinceramente, Senador Eduardo Suplicy, que o ditador Hugo Chávez está conseguindo os seus feitos por meio de adventos constitucionais, em função de plebiscitos, mas sim às custas de muito cerceamento de idéias, de opinião, de liberdades, inclusive da liberdade empresarial, enfim, cerceamento de todas as ordens. Não dá! E ainda querer se passar como líder da nossa região?!

Sinceramente, não posso concordar com isso. Considero o Sr. Hugo Chávez uma piada de péssimo gosto, de muito mau gosto. Não dá para concordar que alguém que pretende implantar uma ditadura, mesmo que disfarçada, possa ingressar no Mercosul, que tem uma cláusula pétrea no sentido de não se aceitar o ingresso de países cujos presidentes sejam ditadores ou neoditadores.

Aproveito a presença do Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para referendar algo que acabei de tratar com o Senador Gerson Camata, em debate que fizemos.

Sr. Presidente, estará nas suas mãos a oportunidade, de ofício, sem que a própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecie o processo de ingresso da Venezuela no Mercosul, de mandá-lo de volta para a Câmara. Será uma resposta que a democracia brasileira, que esta Casa de leis dará a esse ditador que trabalha no sentido de se perpetuar no poder no país vizinho.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está propondo algo que não é democrático, regimental

nem constitucional. V. Ex^a está sugerindo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – É verdade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...que decida, ele próprio.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Se for regimental, cabe a ele decidir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas seria inteiramente...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Se for regimental, cabe a ele.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Seria uma ofensa ao nosso Regimento. V. Ex^a está propondo uma ação não-democrática ao fazer uma crítica ao...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Senador Eduardo Suplicy, nesta Casa, nós somos regidos pela Constituição Federal...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então?!

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ...e pelo Regimento Interno. É claro que, em hipótese alguma, eu proporia ao Presidente da Comissão que cuida da constitucionalidade das leis, da admissibilidade das leis, tomar uma decisão que não tivesse embasamento no Regimento Interno.

Concedo, com prazer, o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E precisaria ser objeto de diálogo e debate pelos membros da CCJ e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sem dúvida, nós faremos isso aqui. Espero que esta Casa não manche a sua história.

Senador Mão Santa, com a palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marconi Perillo, quis Deus que assumisse a Presidência o Senador Tião Viana. Tião Viana, acredito ser este o melhor Senado da história da República. Eis aí uma estrela. E V. Ex^a disse que este Senado não tinha estrela. Jovem, carreira fulgurante, Governador exitoso de um dos Estados que mais enriqueceram neste País, nos últimos anos, que teve a coragem de trazer dois importantes temas: primeiro, o Ipea. Eu quero cobrar aqui, ô, Camata. O DNA do Ipea é piauiense. Foi João Paulo dos Reis Velloso, na sua inteligência, no período revolucionário, que o criou. É aquele planejamento que Luiz Inácio disse que não teria pesquisa, economia aplicada. As riquezas do futuro deste País. João Paulo dos Reis Velloso, lá do meu Piauí, ensina ao PT: dos vinte anos de mando, foi a luz do governo revolucionário, do progresso. Camata, em vinte anos

de mando – atentai bem –, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade nem corrupção. Este é o pai do Ipea: é o piauiense João Paulo dos Reis Velloso. E segundo, quanto a nossa eleição que o Suplicy diz... O Fidel Castro... Eu também estive lá, Tuma. Eles têm uma assembléia popular democrática, como a chamam, têm eleição; não têm partido. Têm mais do que aqui. Aqui são 81, Marco Maciel; lá são 300 cadeiras, eleitos. Fui conferir a última eleição: Fidel Castro, Camata, 300 votos; o irmão dele, 300. Foram eleitos Presidentes. Ele diz, como o Chávez, nesse jogo...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a atenção com o horário do Regimento, Senador Mão Santa. O aparte é de dois minutos, e temos mais oradores inscritos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É... Realmente, as liberdades estão sendo esgotadas. Daqui a pouco a gente vai ter saudade do Renan.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente Tião Viana, pediria a V. Ex^a mais dois minutos para encerrar o meu pronunciamento, já que tive o prazer e o privilégio de conceder alguns importantes apartes.

Causa-nos pesar e estranheza que exatamente um Presidente cujas origens estão no movimento sindical, na luta sindical, que um Presidente preso pela ditadura militar, que um Presidente símbolo da luta pela democracia, que um Presidente eleito pelo sistema democrático, depois de perder três eleições seguidas, permita-se fazer insinuação capaz de pelo menos “abalar os alicerces” da representatividade política brasileira.

Tememos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que haja de fato o intuito de se perturbar a ordem democrática no Brasil, tão duramente edificada ao longo das últimas décadas. Na verdade, os tiros contra a democracia surgem a toda hora com propostas de “re-reeleição”, de reeleição para um terceiro mandato, com comentários inoportunos e vexatórios do Presidente da República, com caça às bruxas em instituições como o Ipea e a Capes. É como se o intuito fosse sentir a reação da sociedade, palpar a reação da sociedade. Há idéias que, na essência, são um verdadeiro golpe branco nas regras democráticas e constitucionais vigentes, uma arapuca na qual não podemos cair em hipótese alguma.

Esta Casa de Rui Barbosa, Sr. Presidente, tem o dever e a obrigação de rechaçar toda e qualquer tentativa, qualquer que seja, de quem quer que seja, de colocar em risco as bases e os fundamentos da democracia brasileira.

A ordem vigente no País não nos pertence, porque pertence, sim, à sociedade brasileira, à gente

brasileira, aos cidadãos brasileiros, refúgio último da nossa democracia tão duramente conquistada ou reconquistada. O Estado de direito vigente no Brasil não nos pertence, porque pertence, sim, como legado, às futuras gerações. Essa ordem e esse Estado fundados no direito do voto, na alternância de poder, na pluralidade política e partidária não podem sucumbir diante de um Governo que revela ter não um projeto centrado no desenvolvimento sustentável do Brasil, mas um projeto de poder, de permanência inaceitável por anos infintos na Presidência do nosso País.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marconi Perillo, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

Durante o discurso do Sr. Marconi Perillo, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente-Interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

A seguir, daremos início à Ordem do Dia.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna esta tarde para fazer um agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esta semana, dois projetos de minha autoria, coisa rara, foram sancionados pelo Senhor Presidente da República sem que eu tivesse ido lá pedir, sem que eu tivesse solicitado a algum assessor ou procurado alguém do Palácio.

Reclama-se muito aqui de que poucos projetos chegam a se transformar em leis de iniciativa dos Parlamentares. Tive a sorte e o mérito de, em uma semana, ter dois projetos sancionados pelo Presidente da República. Penso que nem o Senador Paulo Paim teve algum dia em sua vida uma oportunidade como essa.

O primeiro projeto, Sr. Presidente, é muito importante porque transforma, federaliza, inclui na relação dos portos federais do Brasil o Porto Federal de Regência, no Município de Linhares, no norte do Espírito Santo. Esse porto é muito importante para o futuro do Brasil. Primeiro, ele atualmente é um porto usado pela Petrobras para escoamento de gás, escoamento de petróleo e para os navios do tipo *supply* das plataformas que atuam extraíndo gás e petróleo na costa norte do Estado do Espírito Santo.

Mas, com a sua federalização, o Governo Federal poderá aplicar recursos que já existem no PAC para

transformá-lo num porto muito importante, inclusive para Brasília, porque, com a execução das obras da BR-484, a rodovia que corta transversalmente o Brasil, saindo lá do Município de Linhares, da BR-101, e vindo aqui para o interior do Brasil, ele se transforma num porto muito importante para o desenvolvimento econômico do norte do Espírito Santo, do leste de Minas e do sul da Bahia, que possui indústrias de celulose, de papel e, agora, uma nova modalidade muito importante de exportação de gado, a exportação de rezes vivas, em navios que levam de quinze a vinte mil rezes de uma vez, vivas, até o mercado onde elas são abatidas e transformadas em alimentos e outros produtos industriais.

Ouviremos falar muito do Porto de Regência, em Linhares, quando se contar a história do desenvolvimento dessas regiões brasileiras. Quero agradecer ao presidente ter sancionado essa lei.

E uma outra, Sr. Presidente, foi uma homenagem muito importante que o Presidente da República prestou ao primeiro negro Prefeito de uma capital do Brasil, Mário Gurgel. Foi Deputado Federal, foi Prefeito de Vitória eleito, foi um grande democrata, cassado na época dos militares. Sofreu muita perseguição. Um homem muito pobre. Começou como engraxate em Vitória, vindo do Rio Grande do Norte, e se transformou no Prefeito e no Deputado Federal mais votado do Estado do Espírito Santo. Esse homem morreu pobre. Tive muitas oportunidades de ajudá-lo, até financeiramente. Agora, ele passou a ser o nome de uma avenida que passa sobre a BR-262, entre o bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo. O Presidente da República sancionou essa lei. A família de Mário Gurgel vai, no próximo dia 29, a Vitória, agradecer esse ato do Presidente da República.

O Presidente vai a Vitória, Sr. Presidente, no dia 29, para um programa muito importante: inaugurar o terceiro alto-forno da maior siderúrgica da América Latina, a Arcelor Mittal, que está no Estado do Espírito Santo. Vai tomar conhecimento da segunda maior siderúrgica da América Latina, que transformará o Espírito Santo no maior produtor de aços e perfilados do Brasil, a usina Baosteel, chinesa, em associação com a companhia Vale do Rio Doce, a ser construída no Município de Anchieta.

O Presidente da República irá à Colatina, no Estado do Espírito Santo, para inaugurar a segunda ponte sobre o Rio Doce, a segunda ponte sobre o Rio Pancas, o contorno de Colatina e o viaduto da ligação de Colatina, em direção a Aimorés, da BR-259, com o Estado de Minas Gerais.

O Presidente Getúlio Vargas, em 1951, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esteve em Colatina e inaugurou a primeira ponte sobre o Rio Doce. Desde 1951, nunca mais um presidente da República foi a Colatina.

O Presidente Lula, no dia 29, pela manhã, depois de 64 anos, será o segundo Presidente da República a visitar o norte do Espírito Santo. Vai inaugurar, então, essas importantes obras do Governo Federal no Município de Colatina.

Eu anuncio essa viagem do Sr. Presidente da República, que participa de dois importantes eventos para a história econômica do Espírito Santo, mas também para a história econômica do Brasil. A BR-259 e essa ponte ligam o Espírito Santo ao Estado de Minas Gerais, ao Estado da Bahia e também a Brasília. Esse segundo alto-forno da Arcelor Mittal é uma importante realização para o Brasil, porque transforma essa usina na maior produtora de aço do Hemisfério Sul, da América Latina, portanto. São eventos importantes para a história do Espírito Santo.

Eu quero agradecer ao Presidente as duas leis de minha autoria que sancionou e cumprimentá-lo pelas importantes obras que entrega ao Brasil, no dia 29, no Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Meus cumprimentos a V. Ex^a pela colaboração com o Regimento da Casa.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, DE 2007

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para tornar obrigatória a manutenção de estoque das vacinas antitetânica e anti-rábica e dos respectivos soros e imunoglobulinas nos estabelecimentos hospitalares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, o programa nacional de imunizações e a imunização em casos de urgência ou de emergência e estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e de agravos inusitados à saúde.

Art. 2º A Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar acrescida do seguinte Título II-A:

“TÍTULO II-A

Da Imunização em Casos de Urgência ou de Emergência

Art. 6º-A Os estabelecimentos hospitalares, públicos e privados, manterão estoque das vacinas antitetânica e anti-rábica, bem como dos respectivos soros e imunoglobulinas ou seus substitutos, para imunização de vítimas de ferimentos ou de outros agravos à saúde que exijam a aplicação do produto em regime de urgência ou de emergência.

§ 1º A autoridade sanitária local poderá dispensar a manutenção do estoque de que trata o **caput**, se os produtos estiverem disponíveis em centro de referência de fácil acesso para o paciente, em tempo hábil, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º A dispensa da manutenção de estoque não é justificativa para a não-aplicação do produto em paciente internado por mais de quarenta e oito horas, sujeitando-se o responsável às sanções a que se refere o art. 14.

§ 3º A autoridade sanitária federal poderá determinar a manutenção, nos estabelecimentos e no centro a que se refere o § 1º, de estoque de outras vacinas e de outros soros e imunoglobulinas ou seus substitutos, para imunização em regime de urgência ou de emergência.

§ 4º O estoque de que trata este artigo será mantido com produtos fornecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) do âmbito de gestão pactuado em comissão intergestores tripartite, ou com recursos próprios do estabelecimento.

§ 5º A renovação do estoque pelo gestor do SUS depende da comprovação da utilização do produto por ele fornecido ou da devolução da embalagem intacta de produto cujo prazo de validade tenha expirado.

§ 6º O não-atendimento das condições a que se refere o § 5º implica a cobrança do valor do produto repostado pelo SUS ou a aquisição, pelo próprio estabelecimento, com recursos próprios.

§ 7º A não-renovação do estoque submete os responsáveis às sanções a que se refere o art. 14.

Art. 6º-B São vedadas, inclusive nos estabelecimentos privados, a comercialização e a cobrança do valor de produto formador do estoque de que trata o art. 6º-A, fornecido pelo

SUS, admitida a cobrança do valor dos insumos e do material utilizados na aplicação.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos produtos de estoque mantido pelo estabelecimento com recursos próprios.

Art. 6º-C Por ocasião da alta hospitalar, o paciente com indicação de início de vacinação, de dose de reforço ou de continuação do uso dos produtos a que se refere o art. 6º-A receberá orientação escrita de como proceder para que lhe seja prestado o atendimento, assinada pelo médico responsável pela alta e pelo paciente ou seu responsável.

Parágrafo único. A orientação a que se refere o **caput** será lavrada em três vias, a primeira para ser incluída no prontuário, a segunda para ser entregue ao paciente ou seu responsável e a terceira para ser enviada ao serviço que deverá complementar a imunização.”

Art. 3º O art. 14 da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Sem prejuízo das demais sanções penais e civis cabíveis, a inobservância das obrigações estabelecidas nesta Lei constitui infração à legislação sanitária federal e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias da data da sua publicação.

Justificação

O tétano acidental e a raiva humana são doenças graves que ainda causam mortes, apesar de a medicina contar com recursos capazes de preveni-las. No Brasil foram confirmados, em 2006, 451 casos de tétano acidental que levaram ao óbito 160 pessoas. A incidência de raiva é bem menor – foram 11 casos em 2006 –, mas é importante ressaltar que a característica principal dessa doença é a letalidade em 100% dos casos. Isto significa que todos os casos de raiva humana levam ao óbito.

No indivíduo susceptível, a prevenção do tétano acidental e da raiva exige, além dos cuidados diretos sobre os ferimentos e outros tipos de agressões, a aplicação de vacinas específicas. No caso da raiva, as arranhaduras, as lambeduras e os ferimentos causados por animal doente ou desconhecido ou que morreu antes de decorridos dez dias da agressão exigem a aplicação do soro anti-rábico ou da imunoglobulina humana hiperimune anti-rábica.

A prevenção do tétano accidental e da raiva humana exige intervenção rápida. O período de incubação da doença, ou seja, o tempo decorrido desde a contaminação até o aparecimento dos sintomas pode ser bastante curto em ambas as infecções. No caso do tétano accidental, esse período varia de dois a vinte e um dias. Na raiva, é extremamente variável, com média de 45 dias, mas pode ser tão curto quanto uma semana. Na criança, esse período tende a ser mais curto ainda.

A gravidade e o local da lesão e a quantidade de vírus inoculado são fatores que influenciam a duração do período de incubação da raiva. Em relação ao local, quanto mais próximo do sistema nervoso central, menor a duração. Por esse motivo, a lambadura em mucosas e os ferimentos na cabeça, no pescoço e nos membros superiores levam a período de incubação curto.

Quando o paciente recebe alta imediatamente após o atendimento, a imunização pode ser feita em centro de saúde de referência, desde que esse serviço esteja disponível em tempo hábil. Nos feriados prolongados e nos períodos em que o centro não funciona por outros motivos – recesso, greve, reforma etc. –, o paciente fica desamparado e pode perder a vida por falta de uma ação básica de saúde que deve estar continuamente disponível.

A legislação brasileira que trata de imunizações não contém dispositivo que obrigue os estabelecimentos hospitalares a manterem estoque de vacinas e soros antitetânico e anti-rábico para aplicação em casos urgentes. A Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, trata das ações de vigilância epidemiológica e do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Esse Programa, por sua vez, regulamenta apenas a vacinação obrigatória constante de três calendários de vacinação: Calendário Básico de Vacinação da Criança, Calendário de Vacinação do Adolescente e Calendário de Vacinação do Adulto e do Idoso. Em nenhum deles há referências às vacinações anti-rábica e antitetânica de urgência.

A proposição que apresentamos tem a finalidade de tornar obrigatória a manutenção de estoque de vacinas e soros antitetânico e anti-rábico em hospitais e em centros de referência para imunização contra tétano accidental e raiva humana. Esses produtos são perecíveis e de custo relativamente alto, motivo pelo qual os hospitais privados geralmente não têm interesse em mantê-los em estoque. Para contornar esse obstáculo, o projeto determina que eles sejam fornecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. Em contrapartida, os serviços privados não poderão cobrar do paciente o valor correspondente ao produto, mas tão-somente os insumos e o material utilizados na aplicação.

O projeto propõe, também, alteração do art. 14 da Lei nº 6.259, de 1975, devido ao fato de que o Decreto-Lei nº 785, de 25 de agosto de 1969, a que esse artigo se refere, foi revogado pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura as infrações à legislação sanitária federal e estabelece as respectivas sanções.

Estamos convictos de que as medidas propostas contribuirão para diminuir o número de óbitos por tétano accidental e raiva humana. Essa convicção leva-nos a contar com o apoio de ambas as Casas Legislativas para a aprovação da proposição.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– Senadora **Marisa Serrano**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.259, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975

Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Consoante as atribuições que lhe foram conferidas dentro do Sistema Nacional de Saúde, na forma do artigo 1º da Lei nº 6.229, inciso I e seus itens **a** e **d** de 17 de julho de 1975, o Ministério da Saúde, coordenará as ações relacionadas com o controle das doenças transmissíveis, orientando sua execução inclusive quanto à vigilância epidemiológica, à aplicação da notificação compulsória, ao programa de imunizações e ao atendimento de agravos coletivos à saúde, bem como os decorrentes de calamidade pública.

Parágrafo único. Para o controle de epidemias e na ocorrência de casos de agravo à saúde decorrentes de calamidades públicas, o Ministério da Saúde, na execução das ações de que trata este artigo, coordenará a utilização de todos os recursos médicos e hospitalares necessários, públicos e privados, existentes nas áreas afetadas, podendo delegar essa competência às Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

TÍTULO I

Da Ação de Vigilância Epidemiológica

Art. 2º A ação de vigilância epidemiológica compreende as informações, investigações e levantamentos necessários à programação e à avaliação das medidas de controle de doenças e de situações de agravos à saúde.

§ 1º Compete ao Ministério da Saúde definir, em regulamento, a organização e as atribuições dos serviços incumbidos da ação de Vigilância Epidemiológica, promover a sua implantação e coordenação.

§ 2º A ação de Vigilância Epidemiológica será efetuada pelo conjunto dos serviços de saúde, públicos e privados, devidamente habilitados para tal fim.

TÍTULO II

Do Programa Nacional de Imunizações

Art 3º Cabe ao Ministério da Saúde a elaboração do Programa Nacional de Imunizações, que definirá as vacinações, inclusive as de caráter obrigatório.

Parágrafo único. As vacinações obrigatórias serão praticadas de modo sistemático e gratuito pelos órgãos e entidades públicas, bem como pelas entidades privadas, subvencionadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, em todo o território nacional.

Art. 4º O Ministério da Saúde coordenará e apoiará, técnica, material e financeiramente, a execução do programa, em âmbito nacional e regional.

§ 1º As ações relacionadas, com a execução do programa, são de responsabilidade das Secretarias de Saúde das entidades Federadas, ou órgãos e entidades equivalentes, nas áreas dos seus respectivos territórios.

§ 2º O Ministério da Saúde poderá participar, em caráter supletivo, das ações previstas no programa e assumir sua execução, quando o interesse nacional ou situações de emergência o justificarem.

§ 3º Ficará, em geral, a cargo do Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio da Central de medicamentos, o esquema de aquisição e distribuição de medicamentos, a ser custeado pelos órgãos federais interessados.

Art. 5º O cumprimento da obrigatoriedade das vacinações será comprovado através de Atestado de Vacinação.

§ 1º O Atestado de Vacinação será emitido pelos serviços públicos de saúde ou por médicos em exercício de atividades privadas, devidamente credenciados para tal fim pela autoridade de saúde competente.

§ 2º O Atestado de Vacinação, em qualquer caso, será fornecido gratuitamente, com prazo de validade determinado, não podendo ser retido, por nenhum motivo, por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

§ 3º Anualmente, para o pagamento do salário-família, será exigida do segurado a apresentação dos Atestados de Vacinação dos seus beneficiários, que comprovarem o recebimento das vacinações obrigatórias, na forma que vier a ser estabelecida em regulamento.

Art. 6º Os governos estaduais, com audiência prévia do Ministério da Saúde, poderão propor medidas legislativas complementares visando ao cumprimento

das vacinações, obrigatórias por parte da população, no âmbito dos seus territórios.

Parágrafo único. As medidas de que trata este artigo serão observadas pelas entidades federais, estaduais e municipais, públicas e privadas, no âmbito do respectivo Estado.

TÍTULO III

Da Notificação Compulsória de Doenças

Art. 7º São de notificação compulsória às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados:

I – de doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional.

II – de doenças constantes de relação elaborada pelo Ministério da Saúde, para cada unidade da federação, a ser atualizada periodicamente.

§ 1º Na relação de doenças de que trata o inciso II deste artigo será incluído item para casos de “agravo inusitado à saúde”.

§ 2º O Ministério da Saúde poderá exigir dos Serviços de Saúde a notificação negativa da ocorrência de doenças constantes da relação de que tratam os itens I e II deste artigo.

Art. 8º É dever de todo cidadão comunicará autoridade sanitária local a ocorrência de fato, comprovado ou presumível, de caso de doença transmissível, sendo obrigatória a médicos e outros profissionais de saúde no exercício da profissão, bem como aos responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e ensino a notificação de casos suspeitos ou confirmados das doenças relacionadas em conformidade com o artigo 7º.

Art. 9º A autoridade sanitária proporcionará as facilidades ao processo de notificação compulsória, para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 10. A notificação compulsória de casos de doenças tem caráter sigiloso, obrigando nesse sentido as autoridades sanitárias que a tenham recebido.

Parágrafo único. A identificação do paciente de doenças referidas neste artigo, fora do âmbito médico sanitário, somente poderá efetivar-se, em caráter excepcional, em caso de grande risco à comunidade a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio do paciente ou do seu responsável.

Art. 11. Recebida a notificação, a autoridade sanitária é obrigada a proceder à investigação epidemiológica pertinente para elucidação do diagnóstico e averiguação da disseminação da doença na população sob o risco.

Parágrafo único. A autoridade poderá exigir e executar investigações, inquéritos e levantamentos epidemiológicos junto a indivíduos e a grupos populacionais determinados, sempre que julgar oportuno visando à proteção da saúde pública.

Art. 12. Em decorrência dos resultados, parciais ou finais, das investigações, dos inquéritos ou levantamentos epidemiológicos de que tratam o artigo 11 e seu parágrafo único, a autoridade sanitária fica obrigada a adotar, prontamente, as medidas indicadas para o controle da doença, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente.

Art. 13. As pessoas físicas e as entidades públicas ou privadas, abrangidas pelas medidas referidas no artigo 12, ficam sujeitas ao controle determinado pela autoridade sanitária.

TÍTULO IV Disposições Finais

Art. 14. A inobservância das obrigações estabelecidas na presente lei constitui infração da legislação referente à saúde pública, sujeitando o infrator às penalidades previstas no Decreto-Lei nº 785, de 25 de agosto de 1969, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 15. O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Saúde, expedirá a regulamentação desta lei.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1975; 154º da Independência e 87º da República. – **ERNESTO GEISEL – José Carlos Seixas – L. G. do Nascimento e Silva.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 31-10-95.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, DE 2007

Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 2º

§ 6º Se o trabalhador desempregado for pai, mãe ou responsável legal de criança portadora de deficiência, o período máximo estabelecido no **caput** é de sete meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data da dispensa que originou a primeira habilitação. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O seguro-desemprego é uma assistência financeira temporária concedida aos trabalhadores demitidos sem justa causa, ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso de qualificação profissional, oferecido pelo empregador, decorrente de convenção ou acordo coletivo celebrado para esse fim, aos pescadores artesanais, durante o período de defeso, e aos trabalhadores resgatados de regimes de trabalho forçado ou em condições escravas.

O trabalhador formal, o trabalhador doméstico, o bolsista de qualificação tem direito ao seguro-desemprego, entre três e cinco parcelas mensais. O número de parcelas varia de acordo com o tempo de serviço do trabalhador nos últimos 36 meses. De 6 a 11 meses de serviço: 3 parcelas; de 1 ano a 1 ano e 11 meses de serviço: 4 parcelas; de 2 anos ou mais de serviço: 5 parcelas.

Nas famílias nas quais um de seus membros é portador de deficiência física ou mental grave exige-se dos pais ou responsáveis dedicação integral.

Diante dessa realidade, discute-se muito sobre a necessidade de dar um suporte legal maior aos trabalhadores desempregados que têm sob sua guarda portadores de deficiências.

Esses trabalhadores, quando em situação de desemprego, vivem a angústia de terem de atender às necessidades especiais do filho deficiente, como consultas médicas freqüentes e outros tratamentos continuados e, ao mesmo tempo, procurar uma nova colocação de trabalho.

Vale lembrar que o desempregado com experiência profissional leva em média seis meses para ser recolocado no mercado de trabalho. Esse prazo pode ser ainda maior, porque, não raras vezes, diante da escassez de postos de trabalho, ele se vê obrigado a freqüentar cursos de requalificação profissional para assumir nova atividade profissional.

É evidente que, se o trabalhador tem sob sua guarda portador de deficiência, terá ainda maior dificuldade de se empregar.

Nesse contexto, estamos apresentando o projeto de lei em tela que visa a dilatar o período do seguro-desemprego para os trabalhadores que são pais ou responsáveis legais de portadores de deficiência.

Pelas razões aqui expostas, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do projeto em debate, os quais estão certos, é da mais alta relevância social.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– Senadora **Marisa Serrano.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.900, DE 30 DE JUNHO DE 1994

Dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O programa do seguro-desemprego tem por finalidade:

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta;

II – auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.”

Art. 2º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§ 1º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

§ 2º A determinação do período máximo mencionado no **caput** deste artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I – três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II – quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses e no máximo vinte e três meses, no período de referência;

III – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência.

§ 3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 4º O período máximo de que trata o **caput** poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.

Art. 3º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Assuntos Sociais, cabendo à última (decisão terminativa).)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 669, DE 2007**

Acrescenta artigo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para tornar obrigatória aos Titulares dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais a comunicação dos registros de óbitos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 49-A:

“Art. 49-A. O Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais comunicará à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), até o dia 10 de cada mês, o registro dos óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, devendo da relação constar a filiação, o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), a data e o local de nascimento da pessoa falecida.

§ 1º A falta de comunicação na época própria, bem como o envio de informações inexatas, sujeitará o Titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais à multa de R\$500,00 (quinhentos reais).

§ 2º A comunicação deverá ser feita por meio de formulários para cadastramento de óbito, conforme modelo aprovado pela SRFB.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Justificação

Pela legislação atual, os Titulares dos Cartórios de Registros Cíveis de Pessoas Naturais têm a obrigação de comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), à Justiça Eleitoral e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os registros de óbitos de sua competência.

Essas comunicações são essenciais tanto para o controle e prevenção de fraudes previdenciárias e eleitorais quanto para o correto dimensionamento e acompanhamento da evolução da população brasileira, o monitoramento do exercício da cidadania e a implementação de políticas públicas, especialmente na área da Saúde.

Há, contudo, grave lacuna em nossa legislação, que não exige a comunicação dos registros de óbitos à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Efetivamente, essa situação potencializa as chances de fraude realizadas por meio de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de pessoas falecidas. Sabe-se que para todo tipo de operação comercial ou bancária exige-se a apresentação do CPF válido. Por seu turno, para se atestar a idoneidade desse documento, basta que o interessado acesse a página da SRFB na internet e peça a emissão de uma certidão, que é disponibilizada imediatamente, caso não haja restrições. Assim, na hipótese de óbito sem a posterior comunicação do fato à SRFB, o CPF do falecido poderá ser utilizado por terceiros de má-fé sem dificuldades, como vem sendo noticiado diuturnamente.

Diante disso, acreditamos que a presente norma, ao obrigar o Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais a comunicar à SRFB os óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, complementa a legislação atual. Esclarecemos, por fim, que o intervalo de sessenta dias para a entrada em vigor da futura lei foi inserido para que os cartórios possam se adaptar às novas exigências.

Essas as razões pelas quais proponho o projeto, esperando a sua acolhida e aprovação por parte de nossos nobres Pares.

Sala de Sessões, 22 de novembro de 2007. – Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

CAPÍTULO III Das Penalidades

Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do juiz competente do lugar da residência do interessado. (Redação dada pela Lei nº 10.215, de 2001).

§ 1º Será dispensado o despacho do Juiz, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.

§ 2º (Revogado pela Lei nº 10.215, de 2001)

§ 3º O Juiz somente deverá exigir justificação ou outra prova suficiente se suspeitar da falsidade da declaração.

§ 4º Os assentos de que trata este artigo serão lavrados no cartório do lugar da residência do interessado. No mesmo cartório serão arquivadas as petições com os despachos que mandarem lavrá-los.

§ 5º Se o Juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavrar o assento dentro em cinco (5) dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário mínimo da região.

Art. 47. Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.

§ 1º Se for injusta a recusa ou injustificada a demora, o Juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.

§ 2º Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, satisfeitos os emolumentos devidos, sob as penas previstas no parágrafo anterior.

Art. 48. Os Juízes farão correição e fiscalização nos livros de registro, conforme as normas da organização Judiciária.

Art. 49. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de

janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

§ 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2º Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

.....
(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (decisão terminativa.))

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Resolução nº 69, de 2007**, que *suspende a execução do inciso IV do caput do art. 19 do Decreto nº 3.017, de 28 de fevereiro de 1989, do Estado de Santa Catarina*.

Tendo sido apreciado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2007**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que denomina “Rodovia Prefeito João Eutrópio” o trecho da Rodovia BR-484 situado entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2007**, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a data de 5 de junho como o “Dia Nacional da Reciclagem”;
- **Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2007**, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional do Imigrante Italiano” e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2007**, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal

de Construção Naval do Município de Santana, no Amapá;

- **Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que institui o Dia do Movimento Pestalozziano no Brasil, a ser comemorado no dia 26 de outubro;
- **Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2007**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2007**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o “Dia Nacional da Leitura” e a “Semana Nacional da Literatura”.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.359, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convocado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Nelson José Hubner Moreira, para, no plenário desta Casa, prestar esclarecimentos aos senadores sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil.

Justificação

Os jornais de grande circulação no País noticiaram com destaque a descoberta de uma grande reserva de petróleo e gás na bacia de Santos, descoberta essa que teria o potencial de transformar o Brasil em um fornecedor global de energia.

Especula-se que o campo de Tupi, descoberto pela Petrobras abaixo da camada de sal da bacia de Santos, teria a capacidade de produzir aproximadamente 23 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, o que equivale a 77% dos 30 milhões de metros cúbicos importados hoje da Bolívia.

O campo também disporia de reservas entre cinco e oito bilhões de Barris de Óleo Equivalente (BOE). Para o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, o pico da produção “será muito provavelmente” superior a 200 mil barris de petróleo equivalente por dia.

Portanto, é inegável a importância da descoberta do campo de petróleo de Tupi, na bacia de Santos. Entretanto, algumas dúvidas ainda permeiam esse acontecimento.

Há graves dúvidas com relação à quantidade das reservas que serão realmente transformadas em provadas, qual será o custo estimado da extração – já que a **commodity** foi encontrada em uma profundidade que a Petrobras ainda não atua – como esse gás será levado para o continente – já que está longe 250 quilômetros da costa – e, principalmente, quando começa a produção de fato.

Editorial do jornal **O Globo** do último dia 10 de novembro já chamava a atenção para o fato:

“O horizonte no caso do petróleo é inevitavelmente de longo prazo, de modo que, em que pese o foguetório oficial, apenas em meados da próxima década é que se poderá contar de fato com a produção dos novos campos, que, por sua vez, dependerá da montagem de uma complexa infra-estrutura, devido à profundidade e à distância dos poços em relação ao litoral.”

Enfim, são essas dificuldades econômicas e tecnológicas que motivaram a apresentação do presente requerimento. Assim, este requerimento pretende oferecer ao convidado acima citado a oportunidade de apresentar seus esclarecimentos sobre a descoberta da área de Tupi, na bacia de Santos.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– Senador **Marconi Perillo**.

REQUERIMENTO Nº 1.360, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convocado o Ministro de Estado do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para, no plenário desta Casa, prestar esclarecimentos aos senadores sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil.

Justificação

Os jornais de grande circulação no País noticiaram com destaque a descoberta de uma grande reserva de petróleo e gás na bacia de Santos, descoberta

essa que teria o potencial de transformar o Brasil em um fornecedor global de energia.

Especula-se que o campo de Tupi, descoberto pela Petrobras abaixo da camada de sal da bacia de Santos, teria a capacidade de produzir aproximadamente 23 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, o que equivale a 77% dos 30 milhões de metros cúbicos importados hoje da Bolívia.

O campo também disporia de reservas entre cinco e oito bilhões de Barris de Óleo Equivalente (BOE). Para o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, o pico da produção “será muito provavelmente” superior a 200 mil barris de petróleo equivalente por dia.

Portanto, é inegável a importância da descoberta do campo de petróleo de Tupi, na bacia de Santos. Entretanto, algumas dúvidas ainda permeiam esse acontecimento.

Há graves dúvidas com relação à quantidade das reservas que serão realmente transformadas em provadas, qual será o custo estimado da extração – já que a **commodity** foi encontrada em uma profundidade que a Petrobras ainda não atua – como esse gás será levado para o continente – já que está longe 250 quilômetros da costa – e, principalmente, quando começa a produção de fato.

Editorial do jornal **O Globo** do último dia 10 de novembro já chamava a atenção para o fato:

“O horizonte no caso do petróleo é inevitavelmente de longo prazo, de modo que, em que pese o foguetório oficial, apenas em meados da próxima década é que se poderá contar de fato com a produção dos novos campos, que, por sua vez, dependerá da montagem de uma complexa infra-estrutura, devido à profundidade e à distância dos poços em relação ao litoral.”

Enfim, são essas dificuldades econômicas e tecnológicas que motivaram a apresentação deste requerimento. Assim, o presente requerimento pretende oferecer ao convidado acima citado a oportunidade de apresentar seus esclarecimentos sobre a descoberta da área de Tupi, na bacia de Santos.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– Senador **Marconi Perillo**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.361, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido voto de

congratulações à Secretaria de Arquivo do Senado Federal, pelos brilhantes trabalhos que realizam em prol desta Casa Legislativa.

Justificação

Na solenidade de lançamento de uma página na Internet para a divulgação de seu acervo, a Secretaria de Arquivo do Senado Federal deu um passo fundamental para a população brasileira reconhecer a importância que o Senado tem na formação histórica do Brasil e sua influência nas principais decisões tomadas nos últimos 180 anos.

A partir de hoje, 22 de novembro de 2007, a população pode ter maior aproximação com os acontecimentos históricos do Senado. A Secretaria de Arquivo do Senado manterá em sua página na Internet, <http://www.senado.gov.br/sf/senado/sarq/default.asp>, a divulgação de seu acervo, permanentemente atualizado, com arquivos desde a primeira Sessão Ordinária do Senado do Império, em 1826.

Cumprimento e homenagem a todos os servidores ali lotados na pessoa de seu diretor, Francisco Maurício da Paz.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– **Paulo Duque**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 388/2007 – GSASAN

Brasília, 21 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Informo a Vossa excelência que, por razões supervenientes, não foi possível participar no dia 19 de novembro do corrente mês da Sétima Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizou na cidade de Montevideu, no Uruguai.

Aproveito a oportunidade para expressar a Vossa Excelência a minha consideração e apreço.

Respeitosamente, – **Adelmir Santana**, Senador.

Ofício nº 629/2007-GSMC

Brasília, 22 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa. que estive presente no Senado Federal na data de hoje, tendo, inclusive, usado da palavra para apartear o Senador Marconi Perillo, e,

por lapso, deixei de registrar o meu comparecimento no painel eletrônico, pelo que peço considerar minha presença.

Colho do ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – **Marcelo Crivella**, Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) –
Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.
Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.101, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 157, de 2007 (nº 690/2007, na origem) que solicita autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, possam celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), com vistas à alteração dos empréstimos originais da modalidade de Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para a de Fixed-Spread Loan – FSL (Empréstimo com Margem Fixa) baseada na taxa Libor.

Relator: Senador **Eliseu Resende**

Relator *ad hoc* Senador **Antonio Carlos Júnior**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 157, de 2007 (nº 690, de 18 de setembro de 2007, na origem), o Presidente da República solicita a esta Casa autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta possam celebrar aditivos contratuais com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD).

Os referidos aditivos têm em vista alteração da taxa de juros dos empréstimos originais de **Fixed-Rate Single Currency Loan** – SCL (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para **Fixed-Spread Loan** – FSL (Empréstimo com Margem Fixa) baseada na taxa Libor (ou seja, a taxa de juros praticada no mercado interbancário de Londres, no Reino Unido).

Acompanham a Mensagem a Exposição de Motivos nº 124, de 2007, do Ministro de Estado da Fazenda, o Parecer PGFN/COF nº 1.782/2007, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e a Nota da Secretaria do

Tesouro Nacional nº 1.490/2007/GERFI/COREF/STN, de 14 de agosto de 2007.

II – Análise

A Constituição Federal atribui ao Senado Federal competência privativa para disciplinar o endividamento dos entes da Federação, conforme o art. 52, incisos V a IX, da Lei Maior.

No exercício dessa competência, o Senado Federal editou as Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, que, respectivamente, estabelecem os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Mensagem sob exame trata de solicitação do Poder Executivo Federal para que o Senado autorize alterações contratuais de operações de crédito externo celebradas com o Banco Mundial (BIRD), com vistas a substituir a modalidade de “Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa” para “Empréstimo com Margem Fixa”, baseada na Libor. Com efeito, a taxa de juros deixa de ser fixa e passa a ser definida como uma margem sobre a Libor.

As Normas Gerais Aplicáveis aos Empréstimos do BIRD em Margem Fixa permitem ao mutuário os seguintes recursos para melhor administração de seus riscos e responsabilidades financeiras decorrentes da operação de crédito:

a) conversão de flutuante para fixa ou vice-versa de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo;

b) estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros; e

c) alteração de moeda de referência do empréstimo para montantes desembolsados ou a desembolsar.

O § 6º da Resolução nº 89, de 1989, determina que alterações das condições de empréstimos que envolvam a elevação dos valores mutuados ou a redução dos prazos de amortização sejam submetidas à deliberação do Senado Federal.

Todavia, conforme ressalta a Secretaria do Tesouro Nacional, na antes citada Nota nº 1.490/2007, a alteração em pauta não eleva o valor dos empréstimos nem reduz os prazos de amortização. Não obstante, “o exercício da alteração da modalidade importa em custos adicionais”, pois as condições financeiras “são afetadas com a mudança na composição da taxa de

juros e a incidência de uma comissão de transação”, nos seguintes termos:

a) juros – exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa Libor para seis meses e margem de até 0,75% ao ano;

b) comissão de transação – 0,03% sobre o montante do empréstimo, devida pela fixação da margem aplicável à respectiva taxa de juros.

Ademais, o exercício das alternativas permitidas pela adoção da modalidade “Margem Fixa” resulta nos seguintes custos e encargos financeiros para o mutuário:

a) comissão de transação – de até 0,125% sobre os valores afetados, nos casos de conversões de taxas de juros e de estabelecimentos de tetos e bandas para flutuações de taxa de juros, e nas conversões de moeda para montantes não desembolsados do empréstimo;

b) comissão de transação – de até 0,25% sobre os valores afetados, no caso de conversão de moeda para montantes desembolsados do empréstimo;

c) custos eventualmente incorridos pelo BIRD com tais operações, a título de ressarcimento.

A conversão de modalidade de empréstimo em operações com o BIRD encontra justificativa “nos casos de mutuários que têm interesse na obtenção de um produto financeiro que lhes possibilite alternativas para gestão de riscos”, tendo em vista as opções acima mencionadas, quais sejam, conversão de moeda, estabelecimento de tetos e bandas para flutuações da taxa de juros e conversão da própria taxa de juros de fixa em flutuante, ou vice-versa. Em outras palavras, compensará a alteração contratual para o mutuário toda vez que a taxa de juros efetiva (determinada pela Libor mais a margem fixa de 0,75% ao ano e o custo de transação) for menor do que a taxa de juros fixa anteriormente contratada.

De todo modo, o exercício dessa opção pelos entes federados dependerá, em nosso entendimento, também de autorização do respectivo Poder Legislativo.

Em suma, as alterações contratuais propostas são padronizadas: preservam o valor original do em-

préstimo e não reduzem os prazos de amortização – ou seja, os entes federados e suas entidades não contraem novo endividamento e passam a dispor de mais um instrumento de gestão de riscos, em face das opções que a modalidade “Margem Fixa + Libor” lhes permite. Portanto, em sendo aprovadas, pelo Senado Federal, as alterações contratuais dispensam o exame caso a caso por esta Casa, revelando economia processual e sem prejuízos para o controle do endividamento público.

A solicitação está, assim, em conformidade com as determinações constitucionais e com as normas reguladoras fixadas pelo Senado Federal sobre a matéria.

III – Voto

Diante do exposto, voto pela aprovação da autorização solicitada pela Mensagem nº 157, de 2007, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 74, DE 2007

Autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL) para a modalidade de Margem Fixa (Fixed Spread Loan – FSL).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Ficam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, autorizados a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa **Fixed-Rate Single Currency Loan** para a modalidade de Margem Fixa **Fixed Spread Loan**.

Art. 2º Considera-se, para os fins desta Resolução, que a modalidade de Margem Fixa é aquela que faculta aos mutuários, nos termos das Normas Gerais Aplicáveis aos Empréstimos do BIRD, ações para gestão dos custos e dos riscos financeiros do empréstimo, que consistem em:

I – conversão de flutuante para fixa ou vice-versa de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo;

II – estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros;

III – alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante já desembolsado;

IV – alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante a desembolsar.

Art. 3º Os aditivos autorizados por esta Resolução devem obedecer às seguintes condições básicas:

I – juros – exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa Libor para seis meses e margem de até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

II – comissão de transação **transaction fee** – 0,03% (três centésimos por cento) sobre o montante do empréstimo, devida pela fixação da margem aplicável à respectiva taxa de juros.

Art. 4º Adicionalmente às condições básicas previstas no art. 3º fica autorizada a cobrança de:

I – custos eventualmente incorridos pelo BIRD na realização das operações de que trata esta Resolução;

II – comissão de transação **transaction fee** de até:

a) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) sobre os valores afetados, nos casos a que se referem os incisos I, II e IV do art. 2º;

b) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados, no caso a que se refere o inciso III do art. 2º.

Art. 5º Qualquer aditivo contratual com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa **Fixed-Rate Single Currency Loan** para a modalidade de Margem Fixa **Fixed Spread Loan** que inclua custos adicionais ou superiores aos parâmetros estabelecidos nesta Resolução ou que amplie o montante total da operação de crédito deve ser objeto de autorização específica do Senado Federal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.

– **Antonio Carlos Junior**, Relator *ad hor*.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 157, DE 2007
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/11/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A):

RELATOR "AD HOC"

SEN. ANTONIO CARLOS JÚNIOR

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCLÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
EUCLYDES MELLO (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-CÉSAR BORGES (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5- EDISON LOBÃO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

DEM

ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
VAGO	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO IV
Do Senado Federal**

Art. 52 Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice Presidente da República nos crimes do

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2-9-99)

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar.

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

~~XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;~~

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003).

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

PARECER Nº 1.102, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 202, de 2007, (nº 848/2007, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do

Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

Relator: Senador **Jayme Campos**

I – Relatório

Trata-se de pleito do Estado de São Paulo para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

O financiamento em análise foi considerado passível de obtenção de recursos externos pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), tendo essa decisão sido homologada pelo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio da Recomendação nº 770, de 31 de dezembro de 2004.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, como atestado pelos Pareceres nºs 1.064/2007/Gerfi/Coref/STN, de 31 de agosto de 2007, 174/Copem/STN, de 6 de março de 2007, e 515/Copem/STN, de 21 de dezembro de 2005.

O Banco Central do Brasil (BCB) efetuou o credenciamento da operação, conforme o Expediente DESIG/DICIC-SUREX – nº 2007/27, de 28 de setembro de 2007.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 2.356/2007, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à concessão da garantia.

II – Análise

Segundo o Parecer nº 1.064/2007/Gerfi/Coref/STN, de 31 de agosto de 2007, com base em nota técnica do interessado, o Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento econômico e social do estado através da melhoria

do transporte terrestre de cargas e passageiros pela rede viária do estado. O Programa, que será realizado na modalidade de obras múltiplas, prevê a realização de obras de recuperação de aproximadamente 156km de rodovias.

A operação prevê as seguintes características financeiras:

a) valor: até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

b) credor: BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;

c) modalidade: Moeda Única;

d) prazo de desembolso: até 48 meses contados a partir da vigência do contrato;

e) amortização do saldo devedor: em 32 parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas nos dias 15 dos meses de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira 6 meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 anos após a assinatura do contrato;

f) juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela I) taxa de juros Libor trimestral para o dólar americano; II) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor; III) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor e IV) mais a margem para empréstimos do capital ordinário; observando-se que, trinta dias previamente ao primeiro desembolso o interessado deverá confirmar a opção pela taxa de juros, que poderá ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID;

g) comissão de crédito: até 0,75% ao ano, calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, observando-se que, atualmente, a comissão encontra-se em 0,25% ao ano;

h) despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% do valor do financiamento;

observando-se que, no momento, essa taxa não vem sendo cobrada pelo credor.

As condições financeiras da operação, segundo análise da Secretaria do Tesouro Nacional, implicam um custo aceitável. Quanto ao mérito da utilização dos recursos, a aplicação em infra-estrutura viável na presente conjuntura é de todo recomendável.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo, está de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75, DE 2007

Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada respeitando as seguintes condições:

I – valor: até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

II – credor: BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;

III – modalidade: Moeda única;

IV – prazo de desembolso: até 48 meses contados a partir da vigência do contrato;

V – amortização do saldo devedor: em 32 parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas nos dias 15 dos meses

de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira, 6 meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 anos após a assinatura do contrato;

VI – juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela:

a) taxa de juros Libor trimestral para o dólar americano;

b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor; e

c) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor; e

d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário; observando-se que, trinta dias previamente ao primeiro desembolso o interessado deverá confirmar a opção pela taxa de juros, que poderá ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID;

VII – comissão de crédito: até 0,75% ao ano calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

VIII – despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% do valor do financiamento.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 202, DE 2007
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/11/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
EUCLYDES MELLO (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-CÉSAR BORGES (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5- EDISON LOBÃO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

DEM

ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
VAGO	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO VI

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

.....
Art. 159. A União entregará:

~~I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e sete por cento na seguinte forma:~~

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

~~III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do~~

~~referido parágrafo. (Incluído pela Emenda Constituição nº 42, de 2003)~~

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação da pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º – Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º – A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º – Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....
Art. 167. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, **a** e **b**, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 1.101 e 1.102, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes Projetos de Resolução:

- **Nº 74, de 2007** (MSF nº 157/2007), que autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa para a modalidade de Margem Fixa; e
- **Nº 75, de 2007** (MSF nº 202/2007), que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Em virtude do acordo das Lideranças firmado na sessão de ontem, a deliberação de matérias da Ordem do Dia fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 26 de novembro. Está encerrada a Ordem do Dia.

São os itens cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 26 de novembro:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens rela-*

cionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 3-11-2007)
Prazo final (prorrogado): 26-2-2008

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 37, DE 2007**

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que *institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, de dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).*

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 4-11-2007)

Prazo final (prorrogado): 27-2-2008

3

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007-art.336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2005***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 58, DE 2005***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao*

Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 94, DE 2003**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 5, DE 2005**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 60, de 2005, tendo com primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo com primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a deputados federais e senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. (CPMF)*

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Alvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 850, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.*

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

18

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato

Casagrande, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.*

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

19

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.*

21

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra,

que *requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro, para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.*

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à lista de oradores.

Os líderes têm precedência: Senador Raimundo Colombo; a seguir, Senador Sérgio Zambiasi e Senador Aloizio Mercadante, para voltarmos à lista.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu ia fazer um aparte ao Senador Marconi Perillo antes de abordar a questão que me traz à tribuna hoje, que é exatamente a minha concordância e meu apoio ao seu posicionamento em relação à questão da Venezuela e seu ditador Hugo Chávez. É absurdo querer considerar como normal, como regular, como comum o que está acontecendo na Venezuela. É absurdo considerar como uma atitude democrática a atitude do ditador Chávez.

A infeliz entrevista que o Presidente Lula deu numa coletiva, dizendo que onde há eleições está garantida ali a democracia é brincar com a inteligência do nosso País. Democracia não é só um ato de vontade; é muito mais do que isso, desde o funcionamento das suas instituições até o atendimento das aspirações da sociedade. O pluralismo democrático, tão necessário, fica afetado quando se fecha um canal de televisão, quando se intimidam os agentes da comunicação, os jornalistas – agora, uma deputada, uma preposta desse movimento... E todo populismo é um ato passional. Aqueles que discordam disso chegam a ser agredidos, no exercício de sua profissão de informar. Isso tudo parece estar normal e que o Brasil, ou parte da classe política brasileira, acha que é assim mesmo, que isso é democracia.

Na verdade, eu não acredito que isso venha a trazer conseqüências no dia-a-dia, na vida da democracia brasileira, mas é realmente preocupante o apoio que esse ditador recebe de parte da política brasileira, porque isso é não ver os fatos e os desdobramentos que estão aí.

Eu, que sou um municipalista convicto, vejo pela imprensa a arrecadação pública batendo todos os re-

cordes. Cerca de R\$650 bilhões arrecadados, mais de R\$2 bilhões/dia – não dia útil, dia corrido –, e aí ficamos pensando por que não são repartidos esses recursos com os Municípios.

Foram criadas todas essas contribuições, essas taxas que estão aí, que não são repartidas com os Municípios, e uma delas, a mais expressiva, é exatamente esta que está aqui em discussão, que é a CPMF. Votar contra a CPMF significa dar um passo adiante e conquistar a reforma tributária, porque o Governo, e qualquer governo que está com os cofres cheios, com a arrecadação batendo recordes, não vai querer fazer reforma tributária, não vai querer modernizar nem aperfeiçoar o modelo, não vai querer cumprir em sintonia com o que a sociedade quer. Quanto mais arrecadação melhor, e cabe a nós, aqueles que queremos e que defendemos a melhor distribuição, a melhor organização, a modernização do sistema, que é muito caro, burocrático, complexo e que cada dia fica pior, a oportunidade é esta de derrubar a CPMF, de obrigar o Governo a construir, participar, propor e interagir para que, de fato, construamos um novo modelo tributário para o nosso País. Acredito, estou otimista, que isso seja votado o quanto antes, para que possamos recuperar a credibilidade, reconquistar a sintonia com a sociedade, avançar, enfim.

Ontem, vimos no Brasil todo a greve dos médicos reclamando do salário e da penúria em que vive a saúde brasileira, assunto que aqui já foi falado por tantos, inclusive por mim. Nesses dias, em uma reunião com os Prefeitos, falando bastante sobre o Programa Saúde na Família, eles estavam reclamando que dois terços do programa são custeados pelo Município. Dos recursos da CPMF, apenas um terço vem do plano federal.

Por isso, basta de CPMF! Chega de imposto! Vamos derrubar essa contribuição, vamos avançar como sociedade, vamos construir de fato um novo modelo tributário mais simples, mais eficiente, mais justo e que retire das costas do povo brasileiro essa carga absurda de impostos, sobretudo quando vemos a má utilização e os resultados absurdos e ineficientes que estão à disposição, com tantos e tantos recursos que são desperdiçados a cada dia.

Mas quero informar, aproveitando os minutos que me restam, como representante de Santa Catarina, que Lages, a minha cidade, hoje completa 241 anos. Lages foi fundada pelo Bandeirante Antonio Corrêa Pinto de Macedo, em 1766, no dia 22 de novembro. É uma das cidades mais especiais deste nosso País, com uma extraordinária história de luta, de coragem, de destemor, de progresso, e de respeito e de solidariedade.

Nossa cidade tem cerca de duzentos mil habitantes e é uma das maiores de Santa Catarina e do Sul do Brasil. É uma cidade que se destacou já na Proclamação da República; foi atuante, dinâmica e fundamental na Revolução Farroupilha; tem uma filosofia, cultura e tradição muito ligada ao espírito gaúcho de solidariedade, de respeito à natureza, de fraternidade. Isso faz com que convivamos numa das cidades mais extraordinárias e que vive grandes desafios.

Um deles, a nossa economia, muito voltada para a madeira, que vive uma fase terrível. Com a queda do dólar, que tem, a cada dia, se agravado mais, e com a crise no mercado americano, há uma depressão econômica muito forte. Muitas indústrias estão fechando e outras estão demitindo grande parte de seus funcionários. Segunda-feira próxima teremos uma reunião com todo o setor produtivo para tentar sensibilizar o Governo a criar mecanismos para enfrentar essa crise.

Alguns setores têm conseguido conviver com o dólar baixo. São as *commodities*, que conseguem repassar seus custos, aumentar o valor lá fora, como o setor de grãos, por exemplo, o setor de carnes, o setor metal-mecânico, o setor de aço, o setor de papel, que conseguiram renegociar contratos e agregar aos valores, ao dólar uma condição de competitividade lá fora.

No entanto, outros não conseguem, por uma realidade de mercado, especialmente a madeira, da qual falei. Quer dizer, há uma crise na construção civil americana, há uma diminuição expressiva de consumo, de exigência de produto e há uma perda de competitividade muito grande em relação ao mercado internacional. Isso está trazendo desemprego, falência nas empresas, desativando um setor importante. É fundamental que o Governo seja pró-ativo, sensível e ataque essa questão.

Por isso, nos 241 anos da cidade de Lages, quero cumprimentar todos, ressaltando a sua grandeza, o seu passado e, com certeza, um futuro de destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Raimundo Colombo, o Sr. Tião Viana, Presidente-Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

V. Ex^a tem, por delegação, cinco minutos, prorrogáveis por mais um minuto e meio.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Senador Romeu Tuma, só espero um pouco mais da generosidade de V. Ex^a, porque esta comunicação é após a Ordem do Dia e parece-me que os minutos, que são preciosos aqui, podem ser estendidos.

São dois assuntos breves, mas importantes, Senador Romeu Tuma, que quero abordar aqui.

O primeiro, aproveitando a presença do companheiro e colega, Senador Paulo Paim, da Bancada do Rio Grande do Sul aqui no Senado. Registro que hoje, pela manhã, reunimo-nos, a representação gaúcha – a Governadora Yeda Crusius, o Secretário da Fazenda, Aod Cunha de Moraes Júnior, os Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, eu, o Coordenador da Bancada gaúcha, Deputado Mendes Ribeiro, o Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Fontana, o Deputado Eliseu Padilha, o Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul, Deputado Frederico Cantori Antunes, juntamente com o Ministro Guido Mantega e o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin –, e fizemos um importante debate a respeito das finanças públicas do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul vive uma de suas mais graves crises econômicas, o Estado público. O Estado privado, felizmente, graças a Deus, está pujante, produtivo, está indo bem. Mas o Estado público está com gravíssimos problemas e é hora de a Nação incorporar-se a esse movimento de solidariedade com o Estado do Rio Grande do Sul. É hora de a Presidência da República – e nós sabemos da boa vontade do Presidente Lula nesse sentido.

Depois de um movimento muito forte – e aqui registro a iniciativa do Senador Valdir Raupp junto conosco, hoje, e do Senador Paulo Paim –, no momento em que colocamos ao Ministro Mantega que o Estado sequer tem condições de pagar o 13º salário aos seus servidores. Foi uma discussão ampla, transparente, em que colocamos, Senador Romeu Tuma, uma dívida histórica que a Nação tem, que o País tem com o Estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul, em outras épocas, em que a Nação não poderia investir lá, assumiu a responsabilidade de investir, com verbas próprias, em rodovias federais, Senador Romeu Tuma. E lá estão mais de R\$1 bilhão. Hoje, talvez, somados os juros e a correção, pode chegar a R\$2 bilhões o que o Rio Grande do Sul, dos seus próprios cofres, gastou em rodovias federais. É uma dívida, portanto, histórica e reconhecida. Lá, como bem lembrava o Senador Pedro Simon nesta manhã, tivemos a questão da Aços Finos Piratini, que exigiu investimentos superiores a US\$300 milhões, também dos cofres gaúchos, que, repassada para a União, privatizada, a União não indenizou o Estado, e assim em sucessivas outras questões.

Colocamos todas essas dificuldades ao Ministro Mantega. Tivemos uma expectativa positiva no sentido de encaminharmos uma perspectiva de solução. Inicialmente, Senador Paulo Paim, levando uma primeira perspectiva de apoio a esse momento crítico que é a tranquilização dos servidores públicos do Estado; a certeza de que, com o movimento que a bancada gaúcha promoveu esta manhã junto ao Ministério da Fazenda, teremos a garantia do apoio do Governo Federal para que o 13º salário dos servidores não atrase, que seja pago. Que esse momento especial do ano, vivido por todos, seja contemplado com o salário em dia. Afinal, são trabalhadores como todos e têm o direito de viver com paz, com tranquilidade e com serenidade a chegada do final do ano.

Então, eu queria fazer este registro. Considero da maior importância registrar aqui o trabalho que todos os integrantes da bancada gaúcha promoveram, num movimento que se estende já há cerca de um mês, exigindo duas audiências com o Ministro Guido Mantega e o Secretário Arnold Augustin, numa perspectiva de solução. Isso nos dá ânimo, coragem de continuar lutando, no sentido de trabalharmos as soluções de problemas históricos que o Estado vem passando. O que aconteceu hoje não foi o suficiente; foi o mínimo que o Governo Federal poderia fazer pelo Rio Grande do Sul, o mínimo, um gesto de solidariedade. Não foi suficiente. Foi muito pouco, mas já brilhou uma luz de esperança para todos os gaúchos. Era um registro e um testemunho público que eu queria aqui fazer.

Sr. Presidente Romeu Tuma, peço generosidade no tempo apenas para deixar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – V. Ex^a permite, sobre o assunto que V. Ex^a encerra?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pois não, Presidente Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Peço desculpas, não poderia intervir, mas eu queria cumprimentar a bancada do Rio Grande do Sul na pessoa de V. Ex^a pelo apoio à Governadora, que tem passado momentos difíceis, o que está repercutindo inclusive sobre o funcionalismo público daquele Estado. De forma que tem um paulista que gostaria de ser solidário e de compactuar com essa luta de V. Ex^as no sentido de ajudar o Rio Grande do Sul a restabelecer principalmente a parte econômica, tendo em vista as grandes dificuldades que atravessa e que têm repercutido amplamente na imprensa com o sofrimento da Governadora Yeda Crusius.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Obrigado, Presidente Tuma.

Registro que não é uma questão nem política nem partidária. A Governadora é do PSDB. O Senador Paim é do PT, eu sou do PTB, o Senador Simon é do PMDB. Portanto, quatro correntes político-partidárias diferentes. Estivemos juntos, comprometidos com uma causa. E como nós dizíamos esta manhã ao Ministro Guido Mantega, a causa é o nosso Estado, a causa é o Rio Grande do Sul.

De outra parte, infelizmente, registro aqui também uma grande frustração. Há poucos dias esta Casa aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005, que regulamenta o exercício da profissão de supervisor educacional. Infelizmente, nos vem a informação de que o projeto, depois de tramitar durante longos sete anos, entre a Câmara e o Senado, foi vetado pela Presidência da República.

Realmente, não negamos o direito ao veto, em hipótese alguma, está lá, é legal, é constitucional. O que nos faz questionar é a relação do Executivo com o Legislativo. Um projeto tramita durante sete anos, nas duas Casas; o Executivo tem tempo suficiente para encaminhar as orientações sobre seu posicionamento na discussão das comissões. O Executivo não pode deixar, Senador Paim, que as Casas Senado e Câmara aprovem a matéria, para só então submeter o Presidente ao sofrimento de vetar um projeto que criou grande expectativa numa enorme camada de profissionais que são os supervisores de educação.

Então, eu deixo aqui este registro no sentido da articulação do processo entre as duas Casas e o Governo. Não é justo que se permita que um projeto tramite durante tanto tempo, passe pelo crivo das duas Casas, passe pela análise de inúmeras comissões: Comissão de Educação, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vem a plenário nas duas Casas, é aprovado pelas duas Casas, chega à Presidência e é vetado. Deixo aqui esta crítica no sentido de alertar para um processo de relacionamento entre o Legislativo e o Executivo. Não é justo, não é justa a expectativa que se cria entre profissionais de uma área importante da educação, como são os supervisores, o trabalho do Legislativo, intenso, árduo, movimentando comissões, técnicos, coordenadores, consultores, Parlamentares, o Plenário, vendo o projeto aprovado, a celebração do projeto e, posteriormente, a grande frustração provocada por erro de articulação.

Espero que não se submeta mais esta Casa a um desgaste absolutamente desnecessário com o Executivo. Se o Governo entende que o projeto tem dificuldades para ser sancionado pelo Presidente, que use seus instrumentos legais de contato, de articulação com a Casa, para que ele possa tramitar no tempo necessário, ser corrigido ou então ser derrotado aqui

mesmo, democraticamente, como deve ser. Neste momento, além da solidariedade para com os supervisores educacionais, só nos resta, Presidente Tuma, aguardar o momento da discussão do veto para que ele seja derrubado.

Agradeço a sua compreensão, a sua solidariedade para com o Rio Grande do Sul, não poderia ser diferente numa pessoa com os seus sentimentos, e espero – sempre com a importante articulação do Senador Paim – que tenhamos novos encontros com o Governo, com o Ministério da Fazenda, por intermédio do Ministro Mantega e do Secretário Augustin, para que esses outros pontos, decisivos para o Rio Grande do Sul, possam ser discutidos e, quem sabe, já a partir do ano que vem o Estado possa viver um novo momento econômico, em âmbito de desenvolvimento, especialmente no setor público. Agradeço, mais uma vez, a sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a. Meus cumprimentos.

Antes de passar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, lerei um comunicado do Sr. Presidente.

A Presidência comunica que o Primeiro vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, convocou sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 28 do corrente, quarta-feira, às 10h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou começar minha intervenção lendo matéria de algumas páginas publicada no jornal *La Nación*, que é o periódico mais tradicional e representativo da Argentina. O título da matéria é *O Brasil realiza um grande salto: como se converteu em potência*. A chamada é *Não só se converteu na 10^a economia do planeta como agora poderia converter-se também em potência petrolífera. Quais foram as chaves do seu êxito? Por que o Brasil sim, e nós, da Argentina, não*.

O artigo de Florence Carboni começa assim:

É o país da América Latina que recebeu a maior inversão estrangeira direta no ano passado. Suas reservas cambiais crescem; bate recorde em exportações; reduz o risco país. A estabilidade das políticas públicas aparece na lista das virtudes quase tanto como a famosa alegria brasileira. Será sede do Mundial de

Futebol em 2014 e, se não faltasse tudo isso, acaba de descobrir uma mega reserva de petróleo que poderá posicioná-lo como potência petrolífera.

Não é o paraíso. Tem graves problemas de desigualdades e signos de perguntas sem repostas. No entanto, tudo indica que o Brasil avança numa carreira em que é reconhecido como um grande jogador internacional.

A Goldman Sachs identifica os países emergentes atrativos para receber com prioridade investimento com a letra “B” de Brasil. Os integrantes do seletor BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) têm certas características em comum: uma enorme população (os dois primeiros superam os 100 milhões, China e Índia, um bilhão), um grande território, recursos naturais abundantes, crescimento da economia e importante participação no comércio mundial.

Bastam algumas constatações sobre o Brasil:

- é a 10ª economia internacional;
- tem 200 milhões de cabeças de gado, enquanto nós, na Argentina, temos apenas 60 milhões;

- 40% do mercado de carne do mundo estão hoje controlados por empresas brasileiras;

- é a 8ª bolsa mundial por volume e, nos últimos cinco anos, teve uma valorização de 1.600%, alcançando 10% das emissões de ações a nível global do Planeta;

- suas exportações superam os US\$137 bilhões (eu queria corrigir: são US\$167 bilhões), mais do que o dobro de quatro anos atrás.

- na década de 40, todo o PIB da América Latina, incluindo o do Brasil, era igual ao da Argentina; hoje, o do Brasil é quatro vezes superior ao da Argentina (o Brasil tem um PIB de US\$1,1 bilhão contra US\$214 milhões da Argentina).

- poderia, também, somar-se como sócio na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os 30 países mais avançados, e, em 2008, deve atingir o grau de investimento.

Aí, ela pergunta:

Como conseguiram e de que forma chegaram a ser o que são? Quando foi que nós ficamos para trás e eles, com a rivalidade que sempre tivemos, tomaram a dianteira?

Tudo indica que essa sorte de milagre brasileiro (opaco em alguns indicadores sociais que tiram o brilho da notável performance econômica, está sintetizado em três “pês”: política de Estado, perseverança e paciência.

Esses três “pês” seguiram os passos de dirigentes políticos tão opostos quanto Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, e um caminho que terminou por levar o Brasil a jogar como um importante e decisivo parceiro internacional.

Os tempos em que a Argentina podia comparar-se com seu vizinho como competidor ficaram para trás e já faz algumas décadas. Mas agora, todavia, o avanço do País é absolutamente extraordinário.

Essa colocação do mais importante periódico argentino mostra que o Brasil precisa olhar – e, sobretudo, a imprensa brasileira – com mais profundidade para o momento econômico e social que atravessamos, eu diria que o momento de um grande e decisivo salto na nossa história.

A economia brasileira cresce, neste ano, 5%. Hoje, saem os dados do crescimento da massa salarial do IBGE. É o maior crescimento da massa salarial desde 1995, do poder de consumo da população.

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Exª tem mais 10 minutos e é a nota que lhe dou pelos conhecimentos de economia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Presidente Mão Santa. Procurei ser bastante objetivo.

Estamos com um crescimento de 5% do PIB e o melhor crescimento da massa salarial dos últimos 12 anos – desde 1995. A renda da metade mais pobre do Brasil cresceu 32% em quatro anos, ou seja, 1/3 a mais de poder de compra – poder de compra que se expressa, hoje, na compra de computadores. Neste ano, estamos atingindo a venda de oito milhões de unidades e isso se deve à desoneração de impostos na venda de computadores e, sobretudo, à redução na taxa de juros e ao barateamento no crédito. Estamos batendo um recorde de venda de automóveis: 27% de vendas nos últimos 12 meses, sendo 34% de caminhões, um recorde histórico na produção da indústria automotiva. Estamos, portanto, em um momento em que o crescimento sustentável da economia se expressa em quase todos os setores relevantes.

O Brasil conquista posição absolutamente decisiva nos agronegócios. Nessa matéria, mais adiante, o *La Nación* – repito, o mais importante jornal argentino

– faz a comparação mostrando como o Brasil conseguiu aumentar a produtividade, a eficiência da agricultura e atingir safras extraordinárias: uma safra de mais de 450 milhões de toneladas de cana; uma safra de grãos que atinge mais de 137 milhões de toneladas de milho e trigo; uma produção pecuária que nos faz, hoje, o maior produtor/exportador de carne do mundo, o maior exportador/produtor de aves, o terceiro em suínos, o primeiro em soja, o primeiro em suco de laranja, o primeiro em café, o terceiro em milho.

Essa pujança da agricultura também é acompanhada pela industrialização do Brasil. Houve avanços importantes, como na Embraer, que acaba de conquistar novos contratos decisivos.

Aqui, mais uma vez, a Argentina lembra que já teve uma indústria aeronáutica e que a perdeu por falta de visão estratégica, enquanto que a Embraer passa a ser líder nesse segmento de transporte regional, com aviões que já superam mais de 100 passageiros e novos modelos com que ela vem vencendo as licitações, sobretudo a concorrência do seu parceiro mais próximo, que é a Bombardier canadense.

Então, somos capazes, hoje, de ter um crescimento da capacidade produtiva, da produção e importação de máquinas e equipamentos de mais de 10% do PIB neste ano. Isso significa que mais de 60% das empresas brasileiras estão investindo, ampliando a capacidade produtiva, modernizando a sua estrutura e preparando o crescimento econômico do futuro.

Quantas vezes fomos cobrados, neste plenário, sobre os empregos: “Cadê os empregos?” Estão aí os dados sobre empregos: 8,5 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada. Está aí a taxa de desemprego de outubro, que é de 8,7%, a menor de toda a história recente do Brasil.

Emprego, crescimento da massa salarial recorde, aumento da renda da população incomodam algumas pessoas. Incomodam uma elite que nunca soube repartir o que esta Nação produziu. Incomodam uma elite que acha que teria o monopólio político desta Nação. Essa elite conservadora tem dificuldade de dialogar e de buscar manter esses valores de perseverança, políticas públicas e paciência, que a imprensa argentina destaca como valores fundamentais da nossa trajetória recente.

A importância desse artigo é, sobretudo, porque ele mostra que temos sabido distinguir o que é política de Estado do que são os interesses eleitorais e políticos de um Governo passageiro. Essa conquista não é uma conquista só deste Governo, é também dos Governos anteriores, que ajudaram na responsabilidade fiscal, na estabilidade da economia, como foi o Governo anterior, do PSDB.

É verdade que a herança que recebemos em termos de aceleração da inflação, a situação da dívida pública, a falta de reservas cambiais, prisioneiros do FMI, superamos com muita perseverança, paciência, coragem e responsabilidade pública neste Governo. Mas é essa visão, que talvez um argentino consiga ter, do que nós somos como sociedade que tem faltado no debate político deste Plenário e do Brasil.

Precisamos dialogar num outro patamar, num patamar em que as divergências não sejam tentar destruir o outro, não sejam prejudicar o País, não sejam impedir o êxito, onde as divergências permitam construir, a partir de programas, de propostas de uma agenda positiva, esse Brasil da visão dos chefes de Estado de todo o mundo.

A imprensa internacional reconhece o que somos e para onde estamos indo neste momento, mas parece que há uma parte da sociedade brasileira, de uma elite que se sente derrotada e não se deveria sentir derrotada, na medida em que o País cresce, em que aumenta a inclusão social, em que se reparte a renda, em que aumenta a cidadania e em que aqueles excluídos estão tendo chance de ter luz, com o Programa Luz para Todos, ou de colocar o filho na escola, com o Bolsa-Família, ou de ter acesso ao privilégio das universidades, que só era um espaço dos bem-nascidos e que está sendo um direito de 500 mil brasileiros, que estão entrando nas universidades particulares com o ProUni. É esse Brasil que precisa ser construído de forma suprapartidária, com responsabilidade e parceria.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Senador Aloizio Mercadante, pela análise que desenvolve e também para ressaltar que um dos principais jornais da Argentina, La Nación, reconhece o progresso no Brasil, culminando agora com o crescimento do emprego, crescimento econômico, melhor distribuição de renda, estabilidade de preços e outras características importantes. Há um outro aspecto muito significativo que eu gostaria de ressaltar nas relações Brasil/Argentina, que foi objeto do encontro entre a Presidente eleita Cristina Kirchner e o Presidente Lula – inclusive, eu sugiro que V. Ex^a possa acrescê-lo em sua análise, uma vez que ambos disseram, nessa última segunda-feira, que passarão a realizar operações de comércio exterior em moeda local, o que me parece um passo muito significativo, principalmente pela possibilidade de termos, no Mercosul, uma moeda comum, a exemplo do que acontece com o euro,

instituído depois de 50 anos de amadurecimento e de integração dos países da União Européia. Esse diálogo pareceu-me muito frutífero e mostra o bom entendimento que os Governos da Argentina e do Brasil irão desenvolver nesses próximos anos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Suplicy, quero também parabenizá-lo por essa intervenção, que é a conclusão deste artigo.

Eles concluem, os argentinos, dizendo que se deve superar aquela rivalidade histórica, em que olhavam o crescimento do Brasil como um problema. Eles dizendo que devem olhar nosso crescimento como uma referência importante, para eles encontrarem o seu próprio caminho. E que o crescimento do Brasil vai ajudar a fortalecer o Mercosul e as exportações argentinas.

Inclusive as descobertas de petróleo no Brasil podem ajudá-los a superar a crise energética, porque eles não têm reservas próprias, para resolverem o problema da grave crise energética, que depende de importação de energia. Também aí poderíamos ter uma parceria relevante.

Aproveito para, além desse acordo importante do comércio bilateral em moeda nacional, especialmente nesse momento em que o dólar vem se desvalorizando com tanta força, dizer que aprovei na segunda-feira, na Comissão de Educação do Parlamento do Mercosul – não pude estar presente, porque estava aqui, tinha uma reunião importante da CAE e não quis faltar –, aprovei o meu projeto, propondo que os países do Mercosul definam também como prioridade estratégica banda larga em todos os Municípios da região, a Internet e computador nas escolas públicas do Mercosul. O mesmo projeto que aprovei no Senado, soube que na semana que vem a Câmara vai instalar comissão especial; a Anatel está fazendo uma consulta pública propondo que as empresas de telecomunicações mudem o plano de concessão – este é um tema fundamental para a Comissão de Comunicação, presidida pelo Senador Wellington Salgado – em vez de construir Postos de Serviços de Telecomunicações (PST), que eram dois telefones públicos e um computador, façam banda larga, e, com essa mudança de prioridade, em três anos colocaríamos banda larga, pelo investimento privado, em 3.700 cidades brasileiras. E se a Câmara aprovar o meu projeto, vinculando 75% do Fust para investimento na inclusão digital das escolas públicas, poderemos colocar, Senador Wellington, em três anos, 82% dos alunos das escolas públicas brasileiras, que...

(Interrupção no som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ...são 49 milhões de alunos, ou seja, poderemos colocá-los em frente ao computador, com endereço eletrônico, participando da Internet nos moldes da União Européia, como prioridade de seu planejamento estratégico, a inclusão digital nas escolas e realizar um investimento maciço, porque sabe que essa é a sociedade do conhecimento.

Termino dizendo que o Japão tem mais computadores na Internet, com 127 milhões de pessoas, do que toda a África com 1 bilhão de pessoas. E que o G-8 tem mais computadores, tem 56% dos computadores na Internet do mundo, com apenas 15% da população mundial.

A América do Sul e a liderança do Brasil têm de olhar para o futuro, têm de olhar parceria tanto na gestão econômica como na construção da sociedade do conhecimento e ajudar a construí-la.

Fico muito feliz. Agradeço ao Parlamento do Mercosul por haver aprovado esse projeto, que será uma contribuição relevante para a história do Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É com grande satisfação e muita honra que anunciamos a presença do Prefeito João Félix, da cidade de Campo Maior.

Ele representa muito na história democrática deste País, porque foi Prefeito de uma cidade recém-criada, quando eu governava o Estado. Depois de haver sido reeleito, transformá-la em uma bela cidade do Piauí, Jatobá. Ele foi eleito na cidade mãe, Campo Maior, talvez o berço de maior civismo da Pátria brasileira. Foi lá que os avós dele, em batalha sangrenta, expulsaram os portugueses deste País, tornando-o uno.

A ele o nosso reconhecimento e a nossa admiração.

Sobre a mesa, há um documento do Líder do PT, Eduardo Suplicy, que, por determinação da Secretária Cláudia Lyra, via telefone, é o próximo orador.

Há outras inscrições: o Líder do DEM, José Agripino,... os Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim e a encantadora Senadora Kátia Abreu. Então, está garantida a audiência ao anunciar a Senadora Kátia Abreu como inscrita – vamos ganhar da *Globo*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, hoje, pela manhã, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador

Paulo Paim, dialogou com a Governadora Ana Júlia, assim como eu, e ambos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Um instante, Senador. V. Ex^a, segundo o Regimento, tem cinco minutos. Mas, em respeito ao *Espírito das Leis*, de Montesquieu, a V. Ex^a e a seu Partido, V. Ex^a pode ficar à vontade que eu não vou cortar a sua palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado, Presidente Mão Santa.

Diante dos debates havidos ontem aqui, os três Senadores da representação do Pará – Mário Couto, José Nery e Flexa Ribeiro – mostraram-se indignados diante do episódio da menina que, por 20 dias, ou por vários dias, teria ficado numa cela com diversos homens. S. Ex^{as} pediram os esclarecimentos, oportunidade em que o Senador Tasso Jereissati pediu, enfaticamente, informações sobre que providências e decisões foram tomadas pelas autoridades do Governo do Estado do Pará e, em especial, da Governadora Ana Júlia Carepa.

Portanto, conversei com a Governadora Ana Júlia Carepa, que me enviou o seguinte esclarecimento sobre a jovem detida na cidade de Abaetetuba:

O Governo do Estado do Pará e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, ao tomarem conhecimento das notícias veiculadas na mídia paraense [e nacional], que dá conta que uma jovem foi detida, presa e colocada em cela junto com homens, presta esclarecimentos à população.

Ao tomar conhecimento do fato, de imediato se determinou, através de ordem de serviço, que as Corregedorias da Polícia Civil e do Sistema Penitenciário do Pará dessem início à abertura de procedimento disciplinar para apurar, responsabilizar e corrigir as distorções encontradas. Os responsáveis foram afastados do exercício da função enquanto durar a apuração do caso.

Os procedimentos realizados já são de conhecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público de Abaetetuba [que, aliás, é o Município natal do Senador José Nery], que acompanha de perto as providências adotadas pelos órgãos do Sistema de Segurança Pública. A Secretaria reafirma, ainda, seu compromisso com a luta histórica pela prevalência dos direitos humanos e com a dignidade humana, bem como reconhece que toda e qualquer violação aos direitos de uma mulher é uma violação aos direitos humanos, que deve ser punida exemplarmente.

Este governo não compactua com práticas ilegais e entende que se faz necessário que o Estado brasileiro deve inverter a lógica perversa que marca os presídios brasileiros, segregando e promovendo violências ao apenado para se transformar em espaço para recuperação do ser humano. O Sistema de Segurança Pública do Estado salienta que já providenciou a realização de todas as perícias físicas necessárias para a verificação das condições corporais e psicológicas da jovem.

A Governadora disse estar “chocada” com a prisão da moça no Pará.

A Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), disse hoje ter ficado “chocada” ao saber que uma mulher passou 15 dias presa com 20 homens numa mesma cela em Abaetetuba, a 80 quilômetros de Belém. A governadora admitiu que o caso pode não ser um fato isolado, mas disse que seu governo não tinha conhecimento da prisão de mulheres com homens no interior do Estado, apesar de não haver carceragem feminina em Abaetetuba. Ana Júlia contou ter ficado surpresa ao ser informada da denúncia de estupro em troca de comida feita pela jovem ao conselho tutelar.

Abrindo aspas para suas próprias palavras: “Chocou a mim também como mulher e como governadora”.

Além de afastar o delegado responsável e os Superintendentes da Polícia Civil e do Sistema Penal do Estado, determinou investigação rigorosa. “Instauramos um inquérito para apurar responsabilidades e vamos punir de forma exemplar. Se ela tem 15, 20, 50, 80 anos ou até 100 anos, não importa. Uma mulher não poderia estar presa numa cela junto com homens.”

É a afirmação da Governadora Ana Júlia Carepa.

Ademais, sobre o caso Parauapebas, também noticiado ontem à noite, a Governadora enviou-me a seguinte informação:

Nome da presa: Nailde Brito Santos, 23 anos. Autuação: roubo qualificado, porte ilegal de arma e formação de quadrilha. Inquérito policial civil: prisão mantida pela Justiça através do Ofício 1480/07, TJE/Parauapebas.

Para a manutenção da prisão, o Juízo deu conhecimento ao Ministério Público.

Situação:

(Interrupção no som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Vou concluir, Sr. Presidente.

A presa foi mantida em cela individual que se localizava dentro de um pavilhão com mais outras celas que ao todo tinham 70 presos.

Todas as celas eram divididas por grades e não havia contato físico entre a detenta e os demais presos (havia apenas contato visual).

A situação não persiste – a detenta foi transferida por determinação da Governadora para o presídio feminino em Belém.

A Governadora determinou a transferência imediata de todas as detentas que estejam em situação similar a acima narrada para o Presídio Feminino em Belém (total de detentas encontradas nessa situação: 47 em todo o Estado).

No Estado do Pará, a Polícia Civil só tem em 2 Municípios celas isoladas e reservadas para mulheres – nos demais Municípios estas celas ficam dentro do mesmo pavilhão das celas masculinas.

Acrescentou a Governadora Ana Júlia Carepa, que aqui foi nossa colega,...

(Interrupção no som.)

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – ...que a própria Secretária de Segurança do Estado do Pará foi Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Estado do Pará e é a primeira pessoa interessada, junto com a Governadora Ana Júlia Carepa, em esclarecer e apurar inteiramente tais episódios.

Sr. Presidente, eram os esclarecimentos que eu desejava transmitir, diante do sentimento de indignação óbvio que tomou conta do Senado. É muito importante que o assunto seja devidamente esclarecido e as providências tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, lamentamos o ocorrido. Não podia deixar de apresentar aqui a indignação, principalmente quando se trata de um Estado governado pelo Partido dos Trabalhadores e por uma mulher. Eles evocam, de quando em quando, o líder de nossa geração, o médico Che Guevara. Wellington Salgado, Che Guevara, em uma de suas reflexões, disse: “Se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça ocorrida em qualquer lugar do mundo, és companheiro.”

Todos nós trememos de indignação, não só o Senado, não só o Pará, não só o Brasil, mas o mundo todo. É a maior barbárie encontrada na história do mundo. O Presidente Luiz Inácio tem que ter uma

ação de solidariedade. Essa foi a maior barbárie na história do mundo.

Ô José Agripino, eu gosto de história. Acabei de ler *Historia del mundo*, autor chileno. Ontem, o Demóstenes teve a infelicidade de dizer que isso era medieval. Jamais podemos acusar a época medieval, que foi justamente da queda de Roma ao Renascimento. Lá, havia era santo: São Tomás de Aquino. Nós passamos por toda a história do nazismo. Nem nos campos de concentração houve essa ignomínia.

E V. Ex^a, Kátia, que representa a bravura da mulher brasileira, deve chamar a atenção para isso. Vi aqui, várias vezes, as mulheres do PT defendendo os direitos da liberdade da mulher do PT. Boris Casoy dizia: “Isso é uma vergonha”, mas essa é muito maior do que todas as vergonhas declamadas por Boris Casoy.

Lamentamos o ocorrido e entendo que Sua Excelência o Presidente da República, que teve as bênçãos de Deus de ter ao seu lado uma encantadora primeira-dama, leve a essa jovem mutilada a solidariedade e o amor cristão do Brasil.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador José Agripino, que sempre me orientou a seguir o Regimento, e S. Ex^a é o próximo Líder a falar.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que dê como lido um discurso que preparei hoje – até comentei com V. Ex^a – sobre Os Caminhos de Abraão. Sabemos que o Oriente Médio é hoje a área mais conflagrada do mundo, onde as religiões se digladiam e os povos sofrem. Abraão foi convidado por Deus a seguir por esse caminho. São 1.200 quilômetros, passando pela Síria, Jordânia, Palestina e Israel, e ainda por cidades históricas como Alepo, Damasco, Amã, Jericó, Belém e Jerusalém.

Portanto, peço que seja publicado o discurso, a fim de mostrar que esses caminhos poderão, sem dúvida alguma, trazer de volta a harmonia entre os povos e as religiões da área, além da esperança a todos que lá vivem, acabando com essas guerras tão devastadoras e tão amargas, trazendo de volta ao seio da paz todas as religiões e os povos do Oriente Médio, que tanto têm sofrido.

Solicito a V. Ex^a que considere meu discurso como lido.

Agradeço ao Senador José Agripino pela gentileza.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos que uma das regiões mais conturbadas do planeta é o Oriente Médio. Lá, os conflitos entre seres humanos têm sido permanentes. Lá, a situação é tão dramática que, muitas vezes, nos perguntamos se algum dia aquelas populações terão um mínimo de paz, um mínimo de tranquilidade.

Mas graças a Deus, Sr. Presidente, está surgindo uma esperança no horizonte: o Caminho de Abraão.

Inspirada no Caminho de Santiago de Compostela, a idéia é muito simples, mas ao mesmo tempo genial. Uma jornada, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que se percorrem os mesmos 1.200 quilômetros percorridos por Abraão após ouvir o chamado de Deus para segui-lo. Uma jornada que começa em Harran, no sudeste da Turquia, onde muitos acreditam que Abraão nasceu; e que termina em Hebron, na Cisjordânia, onde estão os restos mortais do patriarca.

Ao percorrer esses 1.200 quilômetros entre uma cidade e outra, Sr. Presidente, os peregrinos cruzam terras sagradas para os muçulmanos, os judeus e os cristãos. Atravessam a Síria, Jordânia, Palestina e Israel. Passam por cidades históricas como Alepo, Damasco, Aman, Jericó, Belém e Jerusalém. Têm a oportunidade de conviver, nesse trajeto, com representantes dos três povos, das três religiões. E descobrem que são todos filhos de Deus: pessoas com as mesmas angústias, os mesmos sonhos, os mesmos temores, a mesma vontade de ser feliz.

Dizem que fazer esse Caminho era um sonho do Papa João Paulo II. Infelizmente, já debilitado pela doença, Sua Santidade não pôde realizá-lo. Mas a idéia foi retomada pelo antropólogo William Ury, da Universidade de Harvard, que no ano passado comandou um grupo de vinte pessoas na realização da viagem inaugural. Os relatos da expedição são animadores. Onde chegavam, os viajantes eram recebidos por pessoas cansadas de tantas guerras, sedentas de paz, independentemente do povo a que pertenciam e da religião que professavam.

E cabe destacar que entre esses vinte pioneiros, entre esses vinte peregrinos que fizeram a primeira viagem, havia dois brasi-

leiros. Nada mais natural, Sr. Presidente. O Brasil é reconhecido como um País que preza a tolerância religiosa. Aqui, as comunidades cristã, judaica e muçulmana vivem em harmonia, respeitando cada uma as convicções religiosas e as tradições culturais das outras. Que sirvamos, então, de exemplo para o resto do mundo.

Foi por esse motivo, seguramente, que William Ury esteve em nosso País no último mês de setembro, para buscar apoio político, institucional e financeiro a seu projeto. Estou certo, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que a sociedade brasileira, e especialmente o setor empresarial, não faltará com esse apoio.

Os desafios, os obstáculos para a concretização do projeto, é evidente que são grandiosos. Os conflitos na região têm sido constantes. As interferências internacionais, com as mais diversas motivações, são freqüentes. A própria percepção de insegurança, provocada por esse quadro de violência, pode desanimar muitos dos interessados em fazer o Caminho. E a infra-estrutura de turismo, fora das grandes cidades, é praticamente nenhuma.

Ainda assim, Sr. Presidente, as chances de que tudo dê certo são enormes. As perspectivas de um maior desenvolvimento econômico e, acima de tudo, as perspectivas de entendimento mútuo entre os povos da região, podem levar a um engajamento de todos no sentido de viabilizar o projeto.

Como dizem os defensores do Caminho de Abraão, “quem poderia imaginar durante a Segunda Guerra Mundial, há apenas 60 anos, que hoje existiria a União Européia?”. Durante mil anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Europa foi o lugar mais sangrento do mundo. Hoje, quando se pensa num ponto do planeta em que predominam a democracia, a tolerância, a convivência respeitosa entre os seres humanos, o primeiro nome que nos vem à cabeça é a Europa. Não que tudo lá esteja perfeito. Mas não há região no mundo, convenhamos, que tenha avançado tanto no rumo da paz.

Ora, Sr. Presidente! Por que isso não poderia ocorrer, também, no Oriente Médio? Afinal, já temos o mais importante, que é um ponto de convergência: Abraão, o pai das três religiões monoteístas, o patriarca igualmente respeitado por judeus, muçulmanos e cristãos. Temos, também, a vontade inabalável dos que

vivem naquela região de dar um basta a tanto ódio, a tanta violência.

Sejam os otimistas, Sr^{as} e Srs. Senadores. Logo, logo, tenho certeza, estará consolidado o Caminho de Abraão, entre Harran e Hebron. Assim como se consolidarão, logo em seguida, as expansões que já estão sendo programadas rumo ao Egito, rumo a Ur, no Iraque, e rumo a Meca, na Arábia Saudita.

Logo, logo, com as bênçãos de Deus, a paz chegará àquela região. E todos celebraremos a harmonia entre as mulheres e os homens de boa vontade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Convidamos para usar da palavra o Líder José Agripino, do DEM. De acordo com o Regimento, V. Ex^a tem vinte minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra dessa personalidade política que fortalece a democracia brasileira.

A democracia teve, como seu enriquecimento, a oposição. Nós estamos aqui é para ensinar. Governos o mundo teve, desde a pedra lascada, mas a oposição é que engrandece a democracia.

Rui Barbosa, 32 anos aqui, quase a totalidade do seu tempo, foi oposição; Joaquim Nabuco e outros. E, hoje, José Agripino representa essa valorosa oposição, que vai garantir o aperfeiçoamento da democracia no nosso País.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a é sempre muito generoso com o seu conterrâneo e amigo, pelo que lhe fico muito grato.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Wellington Salgado, esta é a página 21 da edição de *O Globo* de ontem, a capa do Caderno de Economia, quarta-feira, 21 de novembro. A manchete é: “CPMF de sobra”. Subtítulo: “Excesso de arrecadação federal já equivale a recolhimento previsto da contribuição em 2007”.

Como brasileiro, era para eu ler isso e ficar exultante. É uma bela notícia. Mas, Senadora Kátia Abreu, neste Governo, até as boas notícias nos trazem preocupação. Preocupação e obrigação de reflexão.

Senador Mozarildo Cavalcanti, sei que V. Ex^a vai votar contra a prorrogação da CPMF. V. Ex^a foi injustamente substituído na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde votaria o relatório da Senadora Kátia Abreu, que, por coincidência, está ao seu lado. Porque ia votar pela sociedade do Brasil,

V. Ex^a foi truculentamente substituído. Mas nem por isso vão lhe tirar o voto no plenário para votar contra a prorrogação da CPMF. V. Ex^a, como eu, sabe que a CPMF é um elemento travador da economia.

Veja este livro, de Fábio Giambiagi: *Brasil: Razões do Atraso – Paternalismo versus Produtividade*. Eu não li e vou ler; me deram. Ele fala uma palavra-chave, para mim: “produtividade”. Produtividade significa competitividade, coisa em que o Brasil vem só caindo no *ranking* internacional das nações. Já foi o 56º, caiu para o 66º e caiu para o 72º lugar – 56º, 66º, 72º – no *ranking* mundial. As razões, sabemos quais são; a número um é a carga tributária.

É evidente! Qual é o empresário que, podendo investir em um país de carga tributária de 25%, vai investir em um país, igualmente em desenvolvimento, com carga tributária de 37%? Vai todo mundo embora. Até Jorge Gerdau está indo embora, investir lá fora, um ícone da economia brasileira. Até a Vale do Rio Doce, que se agigantou depois da privatização, está abrindo os braços para o mundo dentro do regime capitalista, para crescer, para se multiplicar.

Falo isso, Senador Renato Casagrande, porque sei que V. Ex^a tem uma posição e vai votar, suponho – até gostaria de estar errado –, pela prorrogação da CPMF. Nós nos respeitamos, mas acho que o Brasil tem a obrigação... O Brasil é uma Nação madura, uma democracia consolidada, com uma inteligência estruturada no campo político e econômico. O jornalismo econômico do Brasil é da melhor qualidade. Somos uma Nação já bastante amadurecida, que tem a obrigação de fazer aquilo que é o certo: tem de baixar a carga tributária e de lutar para eliminar – não é baixar – o pior dos impostos, que é a CPMF.

Depois dessa migração, volto à preocupação da manchete. A manchete traz o enunciado de uma matéria interessante. Ela diz que, até outubro – estamos em novembro –, a arrecadação federal cresceu quase R\$36 bilhões, R\$35,7 bilhões. Ela previu, digamos, R\$100 bilhões, e aconteceram R\$135,7 bilhões – e se previa a arrecadação de CPMF dentro dessa arrecadação.

Senadora Kátia Abreu, V. Ex^a deve saber: até outubro, foram R\$36 bilhões de excesso de arrecadação. O que é excesso de arrecadação? É o que aconteceu sem se prever. Ora, o Governo insiste em cobrar a CPMF e em dizer que ela é fundamental para investimentos, para o Bolsa-Família, para a saúde; por que ele insiste em dizer isso, se está havendo um excesso de arrecadação, uma arrecadação que ele não previa? Ele não poderia abrir mão daquela arrecadação perversa, decorrente da CPMF,

para premiar o Brasil com a competitividade, com a melhoria de produtividade, com uma agregação de investidores que viessem a investir mais para gerar mais empregos no Brasil? Não seria tão bom trocar imposto por emprego?

A manchete me traz uma preocupação. No corpo da matéria, há a informação de que o superávit de arrecadação, já nos dez primeiros meses, chega a R\$36 bilhões, quando a CPMF atingiu os R\$30 bilhões. Já há R\$6 bilhões de excesso de arrecadação, em relação ao que se arrecadou com a CPMF. Se não tivessem cobrado CPMF em 2007, já haveria R\$6 bilhões de excesso de arrecadação, sem se mexer em nada. O Brasil, portanto, poderia ter aberto mão desse imposto antipático e já poderia ter agregado investimentos novos; teria melhorado no *ranking* da competitividade internacional; teria, com certeza absoluta, agregado novos investimentos, com a geração de novos empregos para pessoas que não dependeriam do Estado para sobreviver, mas que ofereceriam sua mão-de-obra em uma empresa que pagasse um salário por um serviço prestado; que não dependeriam do óbolo que o Estado dá para que simplesmente sobrevivam, sem oferecer-lhes a porta de saída da pobreza.

Para o ano que entra, nossa luta é derrubar a CPMF. Se até agora foi registrado um excesso de arrecadação de R\$36 bilhões, R\$3 bilhões por mês, R\$3,6 bilhões por mês – 36 dividido por 10 dá R\$3,6 bilhões por mês; isso significa que, até o final do ano, aos 36 vão-se agregar mais dois meses de R\$3,6, mais R\$7 bilhões. Chegaremos ao final do ano com R\$43 bilhões de excesso de arrecadação. Imagine, Senador Mão Santa, a projeção de excesso de arrecadação para 2008! Como a CPMF é dispensável! Imagine, com o crescimento do PIB, o superávit de arrecadação! Esse é um número que já aconteceu. Não estou falando sobre hipótese, nem elucubrando; estou falando sobre fato ocorrido. Com base em uma arrecadação que vai acontecer, em excesso, de R\$43 bilhões, se se projeta o crescimento do País em 4% a 5%, vai-se ter uma arrecadação muito superior a R\$50 bilhões no ano que entra – muito superior, portanto, ao que se espera arrecadar de CPMF, mostrando-se, na prática, com os números já ocorridos, com a arrecadação já feita, que a CPMF é um fato do qual o País já pode, e deve, abrir mão.

A matéria – e aí ela é objeto de reflexão e preocupação – conclui por um fato, produto da análise do economista Raul Velloso, um economista de boa qualidade, que diz que o País estaria às mil maravilhas, com um superávit monumental, nadando de braçada, se não fosse uma coisa que o está puxando

para baixo e que é da responsabilidade do Governo controlar: chama-se gasto público. Está na matéria, Senador Paulo Paim. Raul Velloso é absolutamente isento, não é comprometido nem com o Governo, nem com a oposição. Ele é comprometido com suas idéias e com seus números. E ele diz que o Brasil estaria maravilhosamente bem, se não fosse o gasto público excessivo. E é aí que entra minha preocupação. Ou o Brasil se afasta da ganância, ou não vai ser competitivo nunca. Caímos do 56º para o 66º, e depois para o 72º lugar no *ranking* da competitividade, enquanto a Índia, a Rússia, a China, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Chile subiram. Nós estamos ficando para trás.

“Ah, o Brasil está avançando.” Está avançando, mas está perdendo espaço. E o espaço que o Brasil está perdendo alguém está ocupando com competitividade, porque está cuidando da administração.

O que temos de aprender como lição é que temos um Governo, Senadora Kátia Abreu, que é bom em gastar – é bom de ganância –, mas não sabe administrar.

Aí vem a minha preocupação. Temos um Governo que, nesse quadro, anuncia a criação de uma TV pública; anuncia a contratação de 26 mil novos funcionários; anuncia a criação de uma Sealopra, que vetamos. Pelo nosso voto, derrubamos a criação da Sealopra, o Ministério do terceiro milênio que existe há um ano, porque foi criado por medida provisória e nunca deixou de existir; e que, na prática, nunca existiu. Um Governo que se aventura a isso tudo nos traz, claro, preocupações, que se potencializam com os fatos que acabaram de acontecer no Ipea.

O Ipea é um órgão de planejamento; é um órgão de avaliação de estratégias de crescimento; é um celeiro de cérebros; é um berço de talentos e é, acima de tudo, uma casa de gente séria.

O Ipea sempre foi vinculado ao Ministério do Planejamento. Com a criação do Sealopra, com o Dr. Mangabeira Unger à frente, o Ipea foi deslocado para o Sealopra, deixando o Ministério do Planejamento. Quando isso ocorreu, trocaram o presidente. O presidente de então foi substituído por um economista claramente vinculado à ideologia e aos princípios do Partido dos Trabalhadores, Dr. Márcio Pochmann. Ele assumiu a Presidência do Ipea com o discurso claramente ideológico, pregando, com absoluta abertura, o aumento dos gastos públicos, com a contratação de gente para o aparelhamento do Estado. Ou seja, na minha visão, na contramão do mundo moderno e competitivo, que trabalha com a diminuição do tamanho do Estado, com a eficiência, com a competitivi-

dade, com a qualidade da educação para o cidadão, para que, no contexto globalizado, como a China faz, possa ocupar um espaço competitivo e ganhador. Não, aqui se quer o Estado poderoso, balofo, gordo, contratador, pesado e caro.

Muito bem! Se fosse isso, até que se poderia considerar. No regime democrático, cada qual tem o direito de raciocinar como quer. E aí entraremos nós, da oposição, para dar à sociedade o sentido da proteção, porque, Senador Mozarildo, Senadora Kátia Abreu, se a sociedade, que pode estar indignada com o que aconteceu no Ipea, não ouvir vozes como as que estão se manifestando no Congresso, de denúncia do que acabou de acontecer no Ipea, ela, sociedade, vai se sentir órfã, vai se sentir desestimulada e vai se amofinar, como aconteceu na Venezuela, com a oposição sufocada, que já não fala mais, e quem está pagando o pato é o país. Aqui, não. Aqui, se o erro acontece, nós estamos batendo e contestando, principalmente porque o que está acontecendo no Ipea não é mera e simplesmente uma mudança de pensamento ideológico ou de postura, não é apenas a defesa do modelo balofo, gordo, do Estado graúdo e caro; é o da demissão daqueles que ousam discordar desse modelo. Aí, entra a truculência, e aí topa conosco. Aí, não!

Senador Marco Maciel, V. Ex^a já ouvir falar do Dr. Fábio Giambiagi? É o autor deste livro: *Brasil: Raízes do Atraso: Paternalismo versus Produtividade – As dez vacas sagradas que acorrentam o país*. É a manifestação do pensamento de S. S^a. Ele é um homem que tem o pensamento econômico, Senador Heráclito, escreveu o livro. Ele foi um dos demitidos. Ele foi um dos demitidos! Agora, nomear ou demitir, V. Ex^a que foi Governador, como eu fui Governador, é um ato mais ou menos aceitável. Agora, quando alguém é demitido por ato de truculência, acontece o que aconteceu com a demissão do Dr. Fábio: jantar de adesão, encontro de solidariedade, manifestação nas universidades pelo conhecimento do professor injustiçado, que é objeto de desagravo; é a sociedade se manifestando. E nós estamos nos somando às manifestações de repúdio da sociedade, que respeita até o ponto de vista do Dr. Márcio Pochmann, mas não aceita que o Dr. Márcio Pochmann, em nome de um Governo truculento, demita quem ouse escrever e publicar matérias para o confronto de idéias. E que vença a idéia mais consistente, mais lógica e mais racional!

Demitiram, Senador Marco Maciel, o professor Regis Bonelli, aposentado, professor aposentado. Um homem – eu não o conheço –, dizem, de conceito

absolutamente irretocável. Ele era contratado pelo Ipea e escrevia, dentro da sua filosofia, para que o Ipea avaliasse, para que o corpo do Ipea avaliasse na sua estratégia de crescimento; escrevia. E escreveu, por exemplo, *O Estado e o Desenvolvimento*; e escreveu *O Estado de uma Nação*. A essência dessas matérias é a crítica ao gasto público. Quer coisa mais sadia do que você criticar o gasto público, o gasto exagerado com cartão corporativo? Como a Funasa, por exemplo, que gasta mais em passagem aérea e diária do que em construção de unidade de saúde pública! Quer coisa de mais interesse público do que a crítica ao gasto público desordenado, irracional, ilógico e irresponsável, além de incompetente? Não merece não é o aplauso do Brasil? Pois do Dr. Márcio Pochmann o professor Regis Bonelli mereceu foi a demissão. O pecado dele foi escrever coisas lógicas, interessantes, conceituais, críticas ao gasto público. Aquilo que aqui fala. O pecado da CPMF, o excesso de arrecadação e a não-felicidade do País de estar vivendo um grande momento por conta do gasto público exagerado.

Vem o Dr. Márcio Pochmann, com a mudança do Ipea do Planejamento para a Sealopra, trocam o presidente, e aí entra o instrumento de aparelhamento do Estado; um homem que assume dizendo que aplaude o gasto público, incentiva o gasto público, e demite quem ousa se manifestar contra o gasto público; demite truculentamente, e provoca, com a demissão, a reação de universidades, professores do Ipea, técnicos do Ipea, que ficam revoltados com a truculência, que, em momento nenhum, em regime nenhum, aconteceu naquele instituto.

Ah, mas foi só o professor Regis Bonelli! Não. O editor que editava, por exemplo, as matérias produzidas pelo professor Regis Bonelli – chama-se Paulo Tafner – já recebeu o bilhete azul, já está demitido, porque era o homem que editava, que publicava. O Dr. Fábio Giambiagi, esse do livro, também foi demitido, foi afastado. Ele era prestador de serviço dentro de um convênio com o BNDES, e tanto ele como o Dr. Otávio Tourinho e o Dr. Gervásio Resende foram todos afastados.

Senador Mozarildo Cavalcanti, eu até me excedo um pouco na emoção ao falar desses fatos, porque eu julgo que nós estamos enveredando por um caminho perigoso. Uma coisa é você ter um conceito; outra coisa é você ter um conceito e combater com truculência quem ousa, com idéias, combater aquele conceito. Isso não é regime democrático, como não é regime democrático o Governo do Presidente Lula

que vem aplaudindo aí o ingresso – que nós vamos impedir – da Venezuela no Mercosul.

Senador Mozarildo, na hora em que a Venezuela – um país amigo, de gente boa, mas presidido pelo Sr. Hugo Chávez – do Sr. Hugo Chávez for aceita no Mercosul, ele, que onde chega quer ocupar todos os espaços, nós vamos deixar de ter o Mercosul para ter o “Mercochávez”. Vamos deixar de ter o Mercosul para ter o “Mercochávez”! Porque ele vai querer – e é esta a prática dele – impor a sua posição em qualquer fórum, esteja quem estiver.

Na Argentina, os títulos do governo foram comprados pelos petrodólares da Venezuela; no Equador, idem; no Peru, idem. Há uma submissão em curso. No Paraguai, nem se fala! Lula, conivente com a Venezuela, é conivente com as idéias de Chávez e tem aplaudido recentemente as idéias emanadas pelo Presidente Chávez do socialismo torto que ele exhibe e que o Presidente Lula apóia e aplaude como coisa acertada.

O que me assusta e que me pede reflexão é esse somatório de coisas equivocadas que podem trazer inquietações à sociedade, e o que me traz a esta tribuna é o receio do aparelhamento do Estado. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a que pede um aparte – eu o concederei com o maior prazer – deve partilhar como eu de um pensamento: divergir de idéias é um direito. Contudo, combater a divergência com a truculência não é aceitável. Vamos ficar vigilantes!

Ouçó, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a aborda um fato, e o Brasil deve estar fazendo a ilação para a falta de memória que hoje move alguns brasileiros, e brasileiros graduados nesta imensa República...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogo o tempo por mais cinco minutos, para que V. Ex^a atenda aos dois aparteantes, os Senadores Heráclito Fortes e Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Mangabeira Unger – contra quem não tenho nada; pelo contrário, poderia ter muita coisa a favor, embora não o tenha também –, para mim, é um híbrido, e não chega sequer a ser o “híbrido fértil” do Senador Jarbas Passarinho. Mas foi ele quem tachou o Presidente da República como o Presidente mais corrupto da História do Brasil. Hoje, convivem harmonicamente sob o mesmo teto. De forma que essas coisas precisam ser analisadas pelo próprio Governo de maneira mais profunda e mais séria. Daí por que eu não quero entrar

no mérito, mas faço aqui um registro positivo, favorável à atitude do Ministro Mares Guia: de ter tomado uma iniciativa nesta vida – coisa rara –, a de se afastar. Não esperou que ninguém o afastasse. Afastou-se. Se está certo ou errado é outra questão. Quantas pessoas nesse Governo já deveriam ter feito a mesma coisa, Senador José Agripino? Não entro no mérito. Apenas o gesto, para mim, tem uma simbologia, coisa raríssima no atual Governo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador José Agripino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Concedo um aparte ao Senador ACM Júnior, com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – O pronunciamento de V. Ex^a é muito pertinente e oportuno e também vou me manifestar hoje sobre o assunto. O que é mais importante nisso tudo é que, nem mesmo no governo militar – e, aí, méritos para o Ministro Reis Velloso –, ninguém foi demitido, devolvido, expurgado, como eles mesmos falam, por ter feito qualquer artigo ou trabalho que falasse de políticas que não eram exatamente as praticadas pelos governos militares na época. Então, isso nunca aconteceu, nem nos governos militares. Quer dizer, estamos caminhando por um terreno muito perigoso. E nossa preocupação – a de V. Ex^a, a do Senador Heráclito Fortes, a minha – é pertinente. Precisamos estar vigilantes, porque os caminhos não são os melhores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador ACM Júnior.

Sr. Presidente, ao encerrar minha manifestação, agradeço a V. Ex^a pela tolerância, dizendo o seguinte: aqui estamos fazendo uma apreciação, uma reflexão, sobre um fato que acabou de acontecer. A Receita Federal exhibe recordes sucessivos de arrecadação, matéria que deveria ser objeto de entusiástica alegria ou regozijo para o País, mas cuja reflexão mais aprofundada nos leva a sérias preocupações.

Estamos com seguidos recordes de arrecadação. O excesso de arrecadação é todo comido por uma coisa chamada gasto público de má qualidade. Em vez de aprendermos a lição da crítica e da denúncia, estamos assistindo a um Governo perdulário, que não é nenhum modelo perfeito e acabado de exemplo de “inconivência” com a improbidade, porque ele convive com a improbidade. Estamos assistindo a um Governo que cria um ministério para, no meu entender, não pensar nada e puxar o País para trás, porque tira o Ipea, um celeiro de talentos, do Planejamento e o

coloca a serviço desse ministério. E assume a Presidência do órgão um homem que fala em aumentar gasto público pelo aparelhamento do Estado.

Para que excesso de arrecadação, para que esforço de arrecadação se está tudo indo pelo ralo, pelos gastos públicos de má qualidade? Tomei a iniciativa e parei, porque soube que o Senador Arthur Virgílio já havia encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos requerimento de comparecimento, de convocação, para que o Dr. Márcio Pochmann e o Ministro Mangabeira Unger aqui viessem dar explicações sobre essas demissões, que não aceito e o Brasil não deve aceitar. Presidente Mão Santa, os fatos que estou analisando a mim preocupam profundamente, porque não vai adiantar crescimento econômico. Ele não será distribuído com a população de forma equânime...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Um minuto, para concluir.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) –...se este

Governo guardar márcios pochmann e mangabeiras unger, gastadores e estimuladores de gastos públicos, por trás do esforço de arrecadação e do crescimento da economia que responde por excesso de arrecadação.

Nós estaremos aqui vigilantes, ao lado da sociedade, em nome do futuro de um País onde moram os nossos filhos e para quem queremos o melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência se associa ao pronunciamento de V. Ex^a – eu e o Senador Heráclito Fortes mais ainda porque o DNA do Ipea é do Piauí. Foi o ex-Ministro João Paulo Reis Velloso que, numa inspiração sua, criou aquilo para pensar o Brasil livremente, de tal maneira que ele começou a dar um exemplo para o Partido dos Trabalhadores, que hoje é Governo.

Durante todo o seu mando, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Caráter e coisa do Piauí. Um bem nunca vem só – irradia-se. Lá no Piauí mesmo, no período revolucionário, o ex-Governador Alberto Silva criou a Cepro, com a mesma inspiração: planejar o Piauí.

Então, o Ipea, Senador José Agripino, foi mãe de muitas instituições Brasil afora, para pensar o Brasil.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Mozarildo Cavalcanti, depois, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

Em seguida, anuncio como oradora inscrita a encantadora Senadora Kátia Abreu.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero fazer uma comunicação à Casa a respeito de uma nota, já distribuída à imprensa pela Bancada do PTB aqui no Senado, com o seguinte teor:

A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado Federal, em reunião realizada hoje, 22 de novembro de 2007, decidiu, por unanimidade, desligar-se do Bloco de Apoio Parlamentar ao Governo, permanecendo, contudo, na Base do Governo e reafirmando seu compromisso com a governabilidade.

A decisão da bancada do PTB no Senado ocorreu de forma serena, tranqüila e democrática por entender que só assim o Partido poderá atuar com maior independência e conforme suas decisões internas.

Na reunião, também, foi ressaltado que institucionalmente o PTB adota e recomenda posicionamento contrário ao aumento de impostos. Em relação à votação da prorrogação da CPMF no Senado, a Bancada decidiu não fechar questão e aguardar o posicionamento da executiva nacional do Partido, que vai se reunir no próximo dia 28 para discutir a matéria.

Bancada do PTB no Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também comunicar à Casa que o PTB Mulher hipotecou seu apoio – nota no *site* do PTB:

Cristiane Brasil divulga Carta aberta do PTB Mulher.

A presidente nacional do PTB Mulher, vereadora Cristiane Brasil (PTB/RJ) divulgou, nesta segunda-feira (19/11), uma carta aberta solidarizando-se com o senador petebista Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), afastado da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

O PTB Mulher, por meu intermédio, vereadora Cristiane Brasil (PTB/RJ) se solidariza ao Senador petebista Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), afastado da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pela líder do governo, senadora Ideli Salvatti, antes da votação da CPMF na comissão. O gesto de truculência da senadora governista fere diretamente os ideais democráticos que norteiam o PTB.

Certos de que a história do senador Mozarildo Cavalcanti é de grandeza superior e definitiva em relação a este governo que aí está, o PTB Mulher e todos os seus integrantes se mostram à disposição deste essencial militante neste momento. (sic)

Assina a Vereadora Cristiane Brasil, Presidente Nacional do PTB Mulher.

Sr. Presidente, também aproveito esta oportunidade para fazer um comentário sobre a declaração do Ministro Paulo Bernardo publicada hoje na *Folha de S. Paulo*, que diz: “Quem não gosta da CPMF são os sonegadores”.

Se for assim, Sr. Presidente, V. Ex^a é um sonegador, eu sou um sonegador, a Senadora Kátia Abreu é uma sonegadora, o Senador José Agripino é um sonegador, e a maioria dos brasileiros é sonegadora.

O Ministro Paulo Bernardo, que também é do PT – é aquela história que o Senador José Agripino acabou de mencionar –, não admite que ninguém pense diferente dele. Eu vou até, Senador Agripino, pensar se não cabe aqui uma representação judicial contra o Ministro, porque ele faz uma acusação gravíssima.

Eu não gosto da CPMF mesmo, mas não sou sonegador. Ao contrário, como a maioria dos brasileiros, eu vivo só de rendimentos salariais, e o meu Imposto de Renda é retido na fonte, imediatamente – eu não tenho empresa, não tenho outras fontes de renda. É gravíssima essa acusação feita a todos os brasileiros que não gostam da CPMF, e a maioria dos brasileiros não gosta.

Também há aqui uma avaliação, que parece vir da Liderança do Governo, segundo a qual existem apenas quatro traições no que tange à CPMF: Jarbas Vasconcelos, do PMDB; Mão Santa, do PMDB; Pedro Simon, do PMDB; e Mozarildo Cavalcanti, do PTB. Eu pergunto, Senador Mão Santa: nós estamos traindo o quê? A vontade do rei? Não estou traindo nada nem ninguém, porque nunca assumi compromisso nesse sentido, mas o mais importante é que não estou traindo a minha consciência nem estou traindo a confiança dos meus eleitores e a confiança da maioria dos brasileiros.

Por fim, até para dizer algo a essas pessoas que não estão acostumadas com democracia e com posicionamentos claros, eu vou ler aqui a declaração de Dom Giancarlo Petrini, Bispo Auxiliar de Salvador, a respeito do Ministro José Gomes Temporão, que disse que está disposto a ignorar o resultado antiaborto aprovado na Conferência Nacional de Saúde.

Olhem só, da CNBB! Olhem o que disse Dom Giancarlo Petrini:

Ignorar a conferência de saúde e as pesquisas que apontam a oposição do brasileiro à legalização do aborto é de um autoritarismo que eu pensava já ter sido superado.

Estendo essa frase à questão da CPMF. Senadora Kátia Abreu, esse posição do Governo do PT, do Governo Lula, de achar que, porque eles acham uma coisa, todos têm de pensar da mesma forma, é de um autoritarismo nunca visto. Essa questão do Ipea aqui mencionada também é exemplo de um autoritarismo a toda prova.

Então eu quero dizer, repetindo, que a decisão da Bancada do PTB é de sair do Bloco de Apoio ao Governo, o Bloco Parlamentar formado pelo PT, pelo PTB, pelo PSB do Senador Renato Casagrande, pelo PCdoB e pelo PR. Nós, do PTB, estamos saindo, vamos ficar sozinhos, vamos decidir os destinos das matérias que vierem para cá de maneira independente e com interlocução direta com o Governo de forma ativa. Aliás, penso que o PTB custou a tomar essa decisão.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria chamar a atenção do Plenário para o fato de que três Senadores pediram a palavra pela ordem, e a oradora inscrita, que permutou com o Senador Augusto Botelho, está na tribuna.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Trinta segundos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tenho certeza de que a Senadora Kátia permitirá que eu faça uma pequena comunicação aqui, uma comunicação que é da maior importância para o nosso Estado, Senador Mão Santa.

Hoje telefonei para o Secretário de Segurança Pública do Piauí Robert Rios para parabenizá-lo por seu aniversário e recebi dele a extraordinária informação de que os recursos para a aquisição da escada Magirus, objeto daquela luta que mantive nesta Casa com a ajuda de V. Ex^a e dos demais companheiros, inclusive com um pronunciamento de apoio do Senador José Agripino, Líder na época, finalmente desencantaram. Foi feita a licitação, Sr. Presidente, o que me faz crer que nos próximos dias teremos esse equipamento fundamental para Teresina atender à população.

V. Ex^a sabe que, recentemente, a indústria Eurocaju, uma das indústrias mais importantes do nosso Estado, pertencente a um empresário de origem

espanhola que se radicou no Piauí, Sr. Manuel Arrey, foi vítima de um incêndio que se alastrou durante três dias, Senador José Agripino, por falta de estrutura para combater o fogo. Daí a satisfação com que recebi essa informação do Secretário. Faço votos de que, no mais rápido tempo possível, esse equipamento chegue a Teresina e que a população possa, pelo menos, dormir mais tranqüila.

Faço este registro, Sr. Presidente, na certeza de que nós aqui, tomando atitudes como a que foi tomada naquela ocasião, estamos, nada mais nada menos, Senador Agripino, cumprindo o nosso dever, que é o de lutar contra a insensibilidade de alguns governos com relação a Estados, como, por exemplo, o nosso Piauí.

Muito obrigado a V. Ex^a e à Senadora Kátia Abreu.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com sua permissão e com a permissão da Senadora Kátia Abreu, serei tão breve quanto o Senador Heráclito Fortes. Trago apenas uma informação.

Hoje pela manhã, Sr. Presidente, participei de um debate, em São Luís do Maranhão, junto com a Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, que representa os servidores dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios. Fui falar de uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria que estabelece a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

Os Tribunais de Contas fiscalizam todos os órgãos públicos, é o controle externo da Administração Pública, mas também se transformaram, em algumas ocasiões, em local onde se praticam nepotismo, patrimonialismo, fisiologismo; em muitos casos, as indicações são meramente políticas, sem perfil técnico.

Assim como fizemos para o Poder Judiciário e para o Ministério Público, precisamos ter um pé da sociedade dentro dos Tribunais de Contas que funcione como um canal de comunicação entre a sociedade e esses órgãos, para que esse Conselho possa fiscalizar, efetivamente, a ação desses tribunais, seja o Tribunal de Contas da União, dos Estados ou dos Municípios.

A Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil vai conversar com o Senador Romero Jucá, que é o Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e também com os demais Senadores, que também compreenderam que é uma matéria importante no processo de aperfeiçoamento institucional.

Obrigado, Senador Mão Santa. Obrigado, Senadora Kátia Abreu, pela oportunidade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para cumprimentar, Senadora Kátia Abreu, o Senador Mozarildo Cavalcanti e o PTB pela atitude que tomam de decretar sua independência.

Veja bem: os Democratas e os Tucanos fazem parte de um bloco de oposição, mas um não é aliado incondicional do outro. Eles são independentes, têm uma linha programática distinta, mas atuam, na maioria dos momentos, de forma consoante, mas não de forma automaticamente “linkados” um ao outro.

Vem em muito boa hora essa decisão do PTB. Aliás, o PDT, ontem, por meio do Senador Osmar Dias, manifestou uma posição de independência em relação à CPMF. O PR vem manifestando seguidas posições também de rebeldia e de independência. Agora, o PTB oficialmente coloca sua posição de afastamento da Base do Governo. Isso não significa rompimento, mas significa independência.

Quero cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti pela atitude democrática que toma e anuncia no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pelo tempo que considerar conveniente, à Senadora do Estado do Tocantins, Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vim novamente falar sobre a CPMF. No entanto, antes de tudo, tenho de manifestar aqui a minha indignação e a indignação do meu Partido, do Democratas Mulher, de toda a nossa Executiva Nacional e de todos os nossos membros regionais diante da barbárie que aconteceu no Pará recentemente. Falo do episódio em que uma mulher, que não se sabe ainda com certeza se é maior ou menor de idade – isso não torna menos grave a barbárie, independentemente do crime que possa ter cometido –, ficou trinta dias presa com vinte homens em uma cela.

Todas as mulheres do Brasil e do mundo podem sentir, cada uma delas, o que pode ter passado essa moça ou essa menina dentro de uma cela com vinte presos entre condenados e alguns que esperam julgamento, bandidos; e esta moça, sozinha, na cela com

essas 20 pessoas. E não foi apenas por um dia ou dois; ela ficou 30 dias nessa cela com 20 homens.

Quero perguntar ao Estado do Pará, à Governadora Ana Júlia, que é mulher, que foi Senadora nesta Casa: onde estava o Secretário de Segurança Pública desse Estado, que não sabe policiar, investigar e acompanhar o trabalho dos seus delegados de polícia? Eu gostaria muito que, com essa mesma força, com a mesma agilidade com que se decidiu em relação a essa moça, no interior do Pará, fossem tratados uns outros que usam terno e gravata.

Sr. Presidente, quero aqui dizer que já conversei com o Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: já foi reivindicada uma audiência pública para que o Secretário de Segurança Pública, o representante do Governo do Pará e esses delegados de polícia possam vir aqui justificar – o que não tem justificativa –, prestar esclarecimentos ao Senado Federal a respeito desse assunto.

Eu gostaria ainda de ouvir a Ministra da Mulher, Dr^a Nilcéia Freire. Ainda não vi sequer uma demonstração ou uma declaração da Ministra, que, pressupõe-se, defende a mulher, fazer manifestação dura, pública, em favor dessa moça. Ou será que é porque a Governadora do Estado do Pará é do PT, e, então, a Ministra da Mulher vai silenciar-se e não vai fazer a manifestação que todas as mulheres do Brasil estão esperando?

Peço também a atenção da Senadora Serys Slhessarenko, que é a coordenadora da bancada feminina – que, com certeza, já deve ter tomado as providências – para esse fato.

Quero, juntamente com as outras Senadoras e com as Deputadas Federais, assinar um documento de repúdio pelo acontecido no Estado do Pará.

Tenho certeza absoluta, como disse o Senador Mão Santa, que é um leitor assíduo, que tem uma cultura geral extraordinária, de que, em nenhum momento neste mundo, houve situação dessa natureza: nem na Idade Média, nem no Nazismo. As mulheres, embora fossem tratadas com brutalidade, ficavam separadas dos homens.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Desculpe-me interrompê-la, mas quero dizer que a moça é menor de idade mesmo. A mãe dela já comprovou o fato no cartório. Ela tem 16 anos.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Dezesseis anos de idade! Dezesseis anos de idade, e a Governadora quer minimizar o ocorrido, como ouvimos há pouco, por meio da declaração do Senador Eduardo Suplicy, que disse tratar-se de moça de 24 anos. E

descreveu seus crimes: porte de armas, formação de quadrilha. Nada no mundo justifica a forma com que essa moça foi tratada, independentemente do crime que ela tenha cometido. Ela vai ser julgada e pode ser condenada.

Temos de deixar registrada essa situação e pedir a demissão sumária desses delegados e de todos os envolvidos, como agentes de polícia e escrivão, que permitiram, durante 30 dias, que essa barbárie ocorresse durante esse grande período.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado nosso repúdio por esse lamentável episódio, em nome das mulheres democratas, em nome das mulheres do Brasil. Creio que todas as mulheres, neste momento, são solidárias a essa situação vexatória e desumana a que foi submetida essa moça.

Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, eu também gostaria de aplaudir a atitude correta, digna acima de tudo, do PTB, que viu violentarem um Senador de seu Estado, de seu Partido, que fazia parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No momento de se votar a CPMF, sabedores de que o Senador Mozarildo Cavalcanti votaria contra a prorrogação, ele foi substituído bruscamente na Comissão, fazendo calar sua voz e seu voto.

Mais uma vez, quero me solidarizar com o Senador Mozarildo e dizer que, nos próximos dias, logo, logo, sua voz vai poder valer no plenário do Senado, porque, aqui, eles não têm como substituí-lo.

Parabenizo a coragem e a independência do seu partido neste momento, que não é um momento qualquer; é um momento importante, em que todos nós, políticos deste País, estamos sendo colocados à prova pela sociedade. Muitas das vezes, com razão, pelas atrocidades, pelas barbáries ocorridas, e que a população brasileira acompanha pela imprensa.

Ainda ontem, como cidadã e não como Senadora, li nos jornais deste País que alguns Parlamentares do PMDB da Câmara estavam negociando o voto: a admissão da Venezuela no Mercosul em troca de cargos no Governo.

Sinceramente, Sr. Presidente, estamos num momento crítico da política brasileira. Temos de reagir duramente e proteger esta Casa, porque, protegendo o Senado Federal, estamos também protegendo a democracia; e, se protegemos a democracia, estamos protegendo o povo brasileiro.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Expedito Júnior e eu somos de Estados da Região Norte, considerados Estados pobres – eu, do Estado do Tocantins; o Mozarildo, do Estado de Roraima; e o Expedito, do Estado de Rondônia. Muitas vezes, nos

corredores, ouvimos que nossas posições são frágeis, porque somos de Estados novos, de Estados pobres, e que o Governo facilmente consegue nos corromper e nos convencer de pensar o contrário em relação às nossas consciências. Mas quero dizer que isso não tem nada a ver; isso não pesa no momento da decisão de um Senador da República, porque todos os Governadores do Brasil, sem exceção, querem mais recursos para suas administrações.

Esta Casa, se ficar apenas de frente para os Governadores, com certeza, ficará de costas para a sociedade brasileira. Todos os Governadores e todos os Prefeitos têm suas razões, querem fazer sua administração da melhor forma possível, querem construir obras nos seus Municípios, mas vivem aqui de pires na mão, porque o dinheiro é arrecadado no Município, no Estado, e grande parte desses recursos vai para a União. Depois, os representantes da Base vêm aqui se submeter ao pires na mão e mendigar recursos para seus Estados e Municípios.

Num momento difícil como este, quando estamos falando da economia brasileira, do futuro deste País, os Governadores, por quem temos o maior respeito – o do meu Estado é Marcelo Miranda, com quem fui eleita no ano passado e que também merece meu respeito –, vão ter de compreender: neste momento, o que tem de valer mais não são os partidos, não são os Governadores, não são os Senadores, mas a economia brasileira, porque a saúde da economia brasileira é que vai garantir o sucesso deste País e, principalmente, a manutenção e a criação de empregos para os desempregados brasileiros.

Sr. Presidente, quero aqui fazer menção ao Senador Mercadante, que, há pouco, esteve nesta tribuna para falar e contar as vantagens do Governo Federal e da economia neste momento. Quero dizer ao Senador Mercadante que, em nenhum momento, estivemos nesta tribuna para dizer que agora não é o melhor momento para a reforma tributária, que agora não é o melhor momento para ficarmos sem a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Muito pelo contrário, o discurso proferido pelo Senador Mercadante hoje vem fortalecer minha palavra, porque venho dizer o mesmo que S. Ex^a: a arrecadação neste País já aumentou 10% até agora, em dez meses. Se fizermos a conta do valor nominal, isso chega a 14% de aumento na arrecadação de tributos tirados do bolso do povo brasileiro. Isso está em todas as manchetes de todos os jornais do País. E é justamente por isso, por não querermos destruir nosso Brasil, mas, muito pelo contrário, por querermos que o Brasil avance, é por conta dessas manchetes

de aumento de arrecadação e de uma economia favorável em que o Brasil está crescendo, mas não tanto quanto deveria estar, que aqui hoje veio o Senador Mercadante e que venho dizer e reiterar que este é o momento de fazermos a reforma tributária, que este é o momento de abirmos mão de R\$40 bilhões em favor da sociedade brasileira.

Senador Mão Santa, esses 10% de aumento real, já tirada a inflação, significaram, nesses dez meses, R\$1,6 bilhão por dia, contando sábado, domingo e feriado. Isto foi tirado do bolso do trabalhador brasileiro, principalmente da trabalhadora, do chefe de família da classe média e da classe de baixa renda: R\$1,6 bilhão por dia, nesses dez meses de arrecadação exorbitante.

O Professor Gilberto Braga, da cadeira de Finanças do Ibmecc, propôs exatamente o que estamos falando: este é o momento de se fazer a grande reforma. Temos de aproveitar o bom momento, não o mau momento, porque, aí, sim, estaríamos sendo irresponsáveis.

O Ministro Paulo Bernardo disse aos jornais que somente os sonegadores estão contra a CPMF. Como falou o Senador Mozarildo, muita gente está sonegando neste País, porque muita gente não gosta da CPMF. Mas não se trata apenas de não se gostar da CPMF. O Sr. Ministro Paulo Bernardo deveria ter mais respeito pelo povo brasileiro, deveria se dar o respeito antes de abrir sua boca e de condenar todos que são contra a CPMF, chamando todos nós de sonegadores. É uma acusação grave para um chefe de Estado, para um Ministro de Estado, que, dessa forma, menciona pessoas de bem, pessoas sérias que querem diminuir os gastos públicos, pois é reconhecido, hoje, no mundo inteiro, o aumento excessivo desses gastos por parte do Governo.

À política populista de que V. Ex^a faz parte, Ministro Paulo Bernardo, que é característica de toda a América Latina, ao populismo econômico que V. Ex^a pretende, junto com seu Presidente, fazer persistir neste País, vamos resistir no Senado Federal. Queremos um País aberto, de capitalismo aberto, um País moderno, um País crescente, que não fique na lanterninha dos países emergentes, dos países em desenvolvimento.

O Secretário da Receita, agora, fica justificando esse aumento de receita como se fosse um pecado, porque, neste momento, essa manchete é péssima para o Governo – antes era boa; hoje, é péssima, porque querem aprovar a CPMF, e todos os jornais escancararam o aumento de arrecadação que estamos, aqui, combatendo em todos esses momentos.

O Dr. Raimundo Eloi, Coordenador-Geral de Previsão de Análise da Receita Federal, disse que muito dessa arrecadação foi resultado da fiscalização – de multas, de processos, de execuções –, mas não disse, desses 10%, quanto está incluído nessa parte de multas que foram cobradas pela Receita Federal. É porque não é verdade, não procede. Essa grande arrecadação a mais que o Governo obteve, agora, significa que o País está sendo puxado pelos países de todo o mundo. Os países emergentes estão crescendo, e isso traz excesso de arrecadação, o que lhes permite fazer suas grandes reformas.

É na hora da bonança que devemos ter coragem de reduzir os custos e de diminuir a carga pesada que o brasileiro carrega sobre as costas.

Há pouco, o Senador Mercadante disse que houve um aumento imenso nas vendas de computadores e de veículos populares neste País. Quero lembrar ao Senador que os computadores do País estão com 32% de carga tributária, ou seja, de um computador que custa R\$3 mil, R\$984,00 correspondem a impostos pagos pelo pai de família que deseja ter um computador em casa para seus filhos e pelas escolas municipais que querem comprar esses equipamentos. Do preço de um veículo popular, de utilidade para o trabalhador, para o chefe de família, 38%, Senador Mão Santa, correspondem a impostos, ou seja, de um carro que custa R\$20 mil, R\$7,76 mil representam impostos pagos pelo trabalhador e por toda a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, o Senador Mercadante contou as vantagens da economia neste momento, mas quero dizer que isso não é resultado de dois, três ou quatro anos para cá, pois todos sabemos que isso foi construído ao longo de anos, desde o Governo de Itamar até aqui. Foi construída essa situação, com a ajuda desta Casa e de todo o povo brasileiro, que contribuiu com a carga tributária pesada até hoje. O Plano Real, implantado no Governo Itamar Franco, sucedido pelo de Fernando Henrique Cardoso, as privatizações e os esqueletos retirados do armário das estatais com os Governos de Estado oportunizaram o crescimento de muitos segmentos neste País. Enfim, um controle impressionante da inflação fez com que pudéssemos chegar a este momento.

Hoje, venho falar sobre o relatório de novembro do Fundo Monetário Internacional (FMI), com recomendações para a América Latina. O FMI diz o mesmo que estamos falando, aqui, ao longo desses 60 dias, ou seja, que o momento da América Latina é favorável, que nunca tivemos um crescimento ininterrupto como nos últimos anos, que a inflação está

controlada, embora mereça atenção, principalmente pelo aumento dos preços dos alimentos. Fala da importância do crescimento para esses países, aproveitando o momento internacional, mas o FMI, de forma dura, no seu relatório – que está à disposição na Internet –, diz que, em muitos países, a inflação, que, de maneira geral, tem se mantido baixa, começa a se elevar. Além do mais, as despesas públicas continuam em franca ascensão. Despesas públicas, todos sabemos, significam ganância do Governo com custeio, com gasto mal feito, com gasto sem qualidade.

O FMI ainda recomenda que é necessário restringir o crescimento das despesas correntes e direcioná-las de maneira mais efetiva, em particular, ao combate à pobreza, ou seja, diminuir as despesas correntes e focar o gasto de qualidade, para que possamos reduzir a carga tributária.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Senador Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senadora, V. Ex^a foi uma grande batalhadora nessa guerra santa que estamos empreendendo contra o desperdício de gastos públicos e a favor de condições melhores para o crescimento da economia brasileira. Temos de fazer, agora, a reforma tributária e o ajuste fiscal, num momento em que a economia vai bem e em que o cenário internacional é favorável, porque esse cenário internacional pode reverter-se nos próximos anos, e aí teremos dificuldades para crescer. Então, a hora é esta. Como não temos instrumentos mais adequados para uma negociação com o Governo, a queda da CPMF é o ponto de partida para a reforma tributária e para o ajuste fiscal. Então, essa será nossa grande batalha. V. Ex^a, que foi a grande líder desse processo ao relatar a proposta de emenda à Constituição da CPMF na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com certeza, vai fazer parte dessa trincheira, aqui no plenário, onde vamos dar uma lição ao Governo e iniciar o processo de ajuste fiscal e de reforma tributária.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Senador. Quero, de público, agradecer a V. Ex^a, Senador ACM Júnior, sua colaboração no meu relatório. Foram de fundamental importância suas instruções, seus dados e suas explicações. V. Ex^a é administrador e professor de Economia, e eu, como iniciante, quero agradecer-lhe seus ensinamentos neste período tão importante para o Brasil.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senadora Kátia, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Primeiramente, Senadora, quero agradecer a V. Ex^a as palavras relativas à minha pessoa. Realmente, fiquei muito feliz, ao contrário do que se imagina, com a decisão da Senadora Ideli, Líder do Bloco, de me retirar no dia da leitura do seu relatório, portanto, impedindo-me de votar como minha consciência manda: contra a CPMF. Mais feliz fiquei hoje, quando a Bancada do meu Partido decidiu sair desse Bloco, adotando, portanto, uma posição independente e democrática para discutir e acatar as decisões. Portanto, decidimos não fechar a questão e deixar a Bancada livre para votar como desejar. Isso significa que, hoje, já há dois votos do PTB contra a CPMF, mas poderá haver mais. No dia 28, V. Ex^a estará presente na reunião da Comissão Executiva para explanar seu relatório, quando também deveremos discutir nossa posição. O PTB, doutrinariamente, é contra a criação de imposto, principalmente imposto que sacrifique a classe trabalhadora mais pobre.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Com certeza. Muito obrigada, Senador. Ficamos muito felizes – o Brasil todo e, especialmente, seu Estado – com a posição firme de V. Ex^a e do Senador Romeu Tuma, do PTB, também contrário à CPMF. Com certeza, outros Senadores membros do PTB também terão, se Deus quiser, consciência sobre a importância deste momento.

Senador Mozarildo, aprofundamo-nos no estudo desse relatório do FMI e observamos a taxa média anual de crescimento dos países da América Latina. Que judiação, Sr. Presidente! Um País tão extraordinário, tão maravilhoso como o Brasil só conseguiu uma taxa de crescimento maior que a de El Salvador e a do Haiti. Dos 19 países, ficamos em 17º lugar. Portanto, apenas esses dois países ficaram abaixo do Brasil. O crescimento percentual do PIB da Argentina foi de 8,7%; o do Uruguai, de 6,7%; o da Colômbia, de 4,7%; o da República Dominicana, de 4,5%; o do Paraguai, de 3,6%; o da Guatemala, de 3,1%, e o nosso, de 2003 a 2006, foi de 2,6%, um crescimento pífio.

(Interrupção no som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Colegas Senadores, há indicadores que o Governo está cansado de saber, principalmente por contar com economistas importantes e graduados que, provavelmente, deverão compor o Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Ministé-

rio do Planejamento, ao observar o crescimento do PIB em relação à carga tributária de alguns países. Isso está claríssimo! Quanto maior a carga tributária, quanto maiores os impostos que a população paga, menor é o crescimento do País. Para se ter uma idéia, na China, que tem carga tributária de 19%, o crescimento foi de 9%. E nós, que temos uma carga tributária de 36% – foram 34% nesse período até 2005 –, tivemos um crescimento de 2,4%. O Chile, nosso vizinho próximo na América Latina, cresceu 4,9%, portanto, o dobro do Brasil, e uma carga tributária de dez pontos a menos do que a do Brasil.

Sr. Presidente, tenho a certeza absoluta de que, nos próximos dias, daremos um passo importante a respeito da carga tributária, que pesa para a sociedade, que, a cada dia, precisa ser melhor esclarecida. Apesar de a consagrada maioria da sociedade brasileira já ser contra a carga tributária e contra a CPMF, é necessário que, ao longo desse tempo, possamos, cada vez mais, explicar à sociedade o que significa, de forma negativa, a carga tributária no País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, a China tem nos ameaçado, além de desestruturar alguns setores importantes que empregam muitos brasileiros, como o calçadista, o de brinquedos, o de DVDs, o têxtil, todos estão massacrados com as importações chinesas. O Sr. Sérgio Aredes, Presidente de um sindicato desse setor, disse que a indústria de fios e cabos semimanufaturados de cobre e suas ligas está perdendo espaço monstruoso para a China no nosso País. E não é só esse caso, não. A China é a segunda maior vendedora individual de produtos para o Brasil, perdendo apenas para os Estados Unidos. O Mercosul, que estava à frente da China, está em terceiro lugar. Portanto, hoje, a China ocupa um espaço muito forte aqui dentro. O que isso significa? Significa que a China está conseguindo vender seus produtos mais baratos, mas que não estamos conseguindo vender nosso produto mais barato, entre outras inúmeras causas, como a falta de estradas, de ferrovias e de hidrovias, por causa das elevadas cargas tributárias e dos impostos. O imposto está embutido no preço do brinquedo; o imposto está embutido no preço do tecido; o imposto está embutido no preço do calçado, e o calçado chinês chega aqui sem imposto algum! É claro que a população vai preferir comprar sapatos mais baratos. Sr. Presidente, a China está engolindo nosso mercado! E apenas observamos isso sem tomarmos qualquer iniciativa.

Sr. Presidente, até agora, arrecadamos R\$491 bilhões. Neste ano, se estivéssemos ficado sem a

CPMF, teríamos arrecadado R\$461 bilhões. Portanto, mesmo sem a CPMF, teria havido um aumento de arrecadação de R\$15 bilhões neste ano de 2007. Imaginem o que vai ocorrer no ano que vem – tenho a certeza de que o Brasil vai continuar crescendo –, principalmente com o fim da CPMF, que nós, a grande maioria dos Senadores, iremos derrotar neste plenário! Ainda assim, não seriam 10% de arrecadação sem a CPMF. Não é essa Contribuição a única responsável por esses 10%. Se, em 2007, tivéssemos tirado a CPMF, ainda assim não estariam 10% aqui, mas, sim, 3,4% de aumento da arrecadação de impostos no País.

(Interrupção no som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, para encerrar, quero, mais uma vez, dizer ao Brasil que estamos nesta jornada, nesta empreitada – como se diz no interior do meu Estado, no interior do Brasil –, contra a CPMF, contra a carga tributária. Não estamos lutando contra um Presidente da República, muito menos contra o Governo do PT. Estamos trabalhando em prol do Brasil. Estamos tentando encorajar e mostrar ao Governo que isso é possível, sim, desde que o Governo trabalhe como um pai de família responsável, desde que economize em suas despesas, desde que corte as gorduras, desde que faça a adequação do orçamento familiar aos gastos dos filhos e da esposa, como faz todo pai e toda família equilibrada neste Brasil, vivendo de acordo com suas possibilidades.

As gorduras são cortadas na hora em que é preciso. É isto que queremos que o Governo faça: que diminua os gastos abusivos, os gastos desnecessários, que gaste bem, com qualidade, principalmente porque o dinheiro não é dele. Devemos zelar muito mais pelo dinheiro do povo do que pelo nosso próprio dinheiro. Então, temos de priorizar os gastos, eleger nossas prioridades em investimento em saúde e em educação de verdade, não só no discurso, cortando a ganância da máquina pública da Presidência da República, dos Ministérios, das autarquias estatais e das ONGs, com os bilhões e bilhões que foram jogados pelo ralo. Há exceção, porque existem ONGs que trabalham com seriedade, mas, quanto à grande maioria, sabemos muito bem qual foi o instrumento utilizado com esses recursos públicos e para onde eles foram.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância. Quero dizer ao Brasil que o momento é de muita esperança, que a maioria dos Senadores está com sua consciência formada e que não adianta ameaçar Go-

vernadores, ameaçar Prefeitos, ameaçar Senadores, porque vamos agir de acordo com nossa consciência, de frente para a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Kátia Abreu, eu afirmaria que na História do Brasil se deu a Inconfidência Mineira, com o sacrifício de Tiradentes. Tudo pela derrama, imposto que os portugueses cobravam. Era um quinto, 20%; hoje é o dobro. Esta a razão de darmos um basta nos escorchantes impostos cobrados do povo brasileiro que trabalha.

Estão inscritos ainda para falarem nesta sessão, os Senadores Paulo Paim, Augusto Botelho e Antonio Carlos Júnior.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, venho à tribuna para comentar a respeito de uma importante reunião que tivemos hoje com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega; com o Secretário de Governo, Arno Augustin; com a Governadora Yeda Crusius, do PSDB; com o Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Fontana; com o Deputado Federal Eliseu Padilha, do PMDB; com o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Estadual Frederico Antunes; com os Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi; com o Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Aod Cunha, reunião que considerei de grande importância, agendada para discutirmos a crise econômica do Rio Grande.

O Rio Grande, há muito tempo, reivindica a negociação da dívida do Estado junto à União, que passaria por um empréstimo junto ao Banco Mundial da ordem de um pouco mais de US\$1 bilhão.

Infelizmente, os governos anteriores, Sr. Presidente, não deram o aval para que o Governo do Rio Grande fizesse essa negociação. Na conversa que tivemos com o Ministro e com o Secretário, ficou consagrado que o Governo Lula vai avalizar o empréstimo para que o Governo do PSDB possa receber do Banco Mundial esta quantia que ultrapassa US\$1 bilhão.

Isso será fundamental para a economia gaúcha porque, com essa operação, vamos baixar de 18% para 13% o que pagamos da receita líquida do Rio Grande para a União.

Sr. Presidente, a segunda grande reivindicação do Rio Grande junto ao Governo diz respeito à preocupação que todos temos, neste momento, com o pagamento do 13º salário dos servidores de nosso

Estado em virtude dessa crise. Conseguimos também, nesse acerto, fazer com que o Governo Federal aporte R\$200 milhões, ainda durante o mês de dezembro, para que o Governo do PSDB, em nosso Estado, possa saldar o correspondente ao 13º salário. Essa parte será encaminhada mediante acordo com o Governo Federal.

Senador Mão Santa, quando falo do PSDB, estou apenas mostrando que, quando os interesses do Estado estavam em jogo, todos os partidos se somaram. Estavam lá o PMDB – Senador Pedro Simon e o Deputado Eliseu Padilha –, o PSDB, o PTB, o Líder da Bancada Federal do Rio Grande, Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho... Enfim, estavam representadas todas as forças políticas do Rio Grande.

Também avançamos nas negociações de mais duas questões.

Existe uma dívida do Governo Federal, de governos anteriores, que ultrapassa R\$1 bilhão, em relação a investimentos que fizemos para a recuperação de estradas federais. Ficaram de ser pagas em um segundo momento.

O Ministro Guido Mantega e também o Secretário-Geral Arno Augustin deixaram muito claro que, se depender do Ministério da Fazenda, isso será saldado. Haverá um acerto de contas. Temos de fazer uma construção técnica e jurídica junto ao Ministério dos Transportes. Vamos fazer também esse acerto. E desde já cumprimento o Ministro Alfredo Nascimento. Liguei para S. Ex^a, que estava no Amazonas. De pronto, S. Ex^a disse que vai nos receber na próxima quarta-feira, às 11h30min. Comparecerá a mesma comitiva, com a adição de outros que desejarem participar. Juntamente com a Governadora, iremos dialogar a fim de encontrar um caminho legal para que a União possa ajudar o Governo do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, além de fazer o esclarecimento sobre essa importante reunião, gostaria de registrar que, recentemente, uma grande chuva de granizo atingiu o Rio Grande do Sul, danificando 10 mil residências. O Ministro Guido Mantega também se mostrou sensível a essa reivindicação, e vai trabalhar, junto ao Ministério da Infra-Estrutura, no sentido de que o aporte necessário seja discutido dentro do possível e do viável para que o Rio Grande do Sul dê assistência às famílias que perderam suas casas e parte das próprias lavouras.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, faço esta exposição da tribuna do Senado porque apostei muito nessa negociação, e continuo apostando. E vamos avançar mais, até encontrarmos uma saída para a crise financeira do Rio Grande do Sul. Muitas vezes, venho

à tribuna – assim como V. Ex^a, Senador Mão Santa, e o Senador Augusto Botelho – fazer críticas por entender que, em uma ou outra situação, há uma discordância de nossa parte em relação ao Governo. Em um momento como este, em que o Ministro Guido Mantega, ao lado do Secretário Arno Augustin, anunciou que o Presidente Lula disse que fizessem de tudo para encontrar saídas para ajudar o Rio Grande do Sul, eu tenho que vir à tribuna e também saber reconhecer e agradecer. Não é possível só cobrar, só criticar, e não reconhecer quando se avança em um processo de negociação. É uma discussão suprapartidária. Todos os partidos se envolveram. Sei que os empresários, os trabalhadores, todas as forças vivas do Rio Grande estão torcendo para esse entendimento que nós, a partir de uma iniciativa dos três Senadores – quero resgatar isso –, em conversa com a Governadora do PSDB, começamos a avançar.

Senador Mão Santa, é um momento importante. Sei que alguns que estão me ouvindo, neste momento, estão pensando: “Sim, mas não atenderam tudo, não pensaram na dívida antiga do pólo, não sei quê da reforma agrária, ou da CE, ou mesmo da Lei Kandir”.

Apreendi, no Movimento Sindical, que devemos articular, negociar, debater e avançar. Recuar nunca, avançar sempre. Por isso, considero que foi uma grande reunião. Saí otimista pelos compromissos firmados, inclusive de um aporte de recursos que vai pagar o 13º salário dos nossos servidores, de mais de R\$200 milhões. Cumprimento todos os partidos políticos pela unidade – não a favor deste ou daquele partido – demonstrada hoje a favor do Rio Grande.

Senador Antonio Carlos Júnior, pode ter certeza de que ali estavam todos representados: DEM, PSDB, PDT, PV. Enfim, não havia um partido que não estivesse naquele encontro. É muito bom que exista a paixão da disputa permanente e legítima no aspecto democrático dos partidos. Mas há momentos na vida em que temos que olhar mais para o horizonte, acima dos partidos. Pois acima dos partidos políticos está o povo brasileiro, a nossa gente, tão sofrida, à espera de uma alternativa. Foi isso que nós, com muito orgulho – e não estou me referindo somente a mim –, construímos nesse encontro inesquecível, que teve início às 11 horas e foi encerrado em torno das 14 horas.

Estou esperançoso com o segundo momento agora, em que vamos acertar a questão técnica e jurídica para o outro aporte de recursos, que ultrapassará R\$1 bilhão.

Encerro, agradecendo muito ao Senador Augusto Botelho, que me cedeu o espaço, por duas vezes, a fim de que eu pudesse ainda pegar o vôo das 19 horas.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Estamos presidindo baseados em Montesquieu, em *O Espírito das Leis*. V. Ex^a não poderia deixar de usar a palavra hoje, uma vez que V. Ex^a é uma das estrelas deste Senado da República. Permita-me lembrar que V. Ex^a preside, com muita eficiência, a Comissão de Direitos Humanos. E o Brasil está abalado com a barbárie do Pará. É uma barbárie que é uma nódoa não para o Pará, mas para a história da humanidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, aproveitando seu gancho, gostaria de dizer apenas uma frase: já marcamos audiência pública para terça-feira, às 9 horas, e convidamos todas as forças do Pará envolvidas nesse incidente. Queremos a punição exemplar. Foi um crime hediondo. Aprovamos o requerimento hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Relembro o Presidente Tião Viana: aqui, têm estrelas; V. Ex^a é uma das estrelas neste Senado da República.

Com a palavra o também Senador do PT – que já está na tribuna –, Senador Augusto Botelho, que ilustra e enriquece a classe médica de Roraima e do Brasil e também este Senado. V. Ex^a simboliza a virtude da classe médica aqui.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Por falar em classe médica, gostaria de registrar que, ontem, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e a Federação Nacional dos Médicos convocaram todos os médicos do Brasil, inclusive os de Roraima, para fazer um dia de protesto em defesa do Sistema Único de Saúde. Como médico, sei das deficiências e dos problemas do nosso sistema. O movimento de ontem era para reclamar da infra-estrutura, segundo captei com os nossos médicos de Roraima, e dos baixos salários dos médicos. Os médicos têm de ter dois ou três empregos, em vários lugares, para poderem ter uma remuneração digna. Isso às vezes os deixa cansados, e cai a qualidade do atendimento. Lá, em Roraima, há três hospitais: o Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, que é a maternidade, para crianças até 30 dias; o Hospital da Criança Santo Antônio,

que é o hospital infantil; e o Hospital Geral de Boa Vista Rubens de Souza Bento, que é o hospital geral de todos. Então, os médicos fizeram equipes, ficaram na frente do hospital durante a manhã, suspenderam os atendimentos de casos eletivos, mas não pararam nenhuma urgência, nem a emergência, e explicavam às pessoas o motivo do movimento, que foi pacífico. Não houve nenhum problema, graças a Deus.

Mas estou vindo aqui, hoje, para falar de um problema que está acontecendo com o Centro de Estudos Brasileiros em Oxford, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Chegou-me, há alguns dias, a triste notícia para o Brasil de que o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, conhecido por sua excelência acadêmica e pelos serviços prestados para a imagem positiva do Brasil no exterior nos últimos 10 anos, está para fechar.

No último dia 9 de setembro, no jornal *O Globo*, o historiador José Murilo de Carvalho alertou para a crise que ora vive o Centro, ameaçado pela falta de apoio do Governo brasileiro e da iniciativa privada, que, de 1997 a 2007, aportaram recursos e viabilizaram, em dez anos, a realização de mais de 200 conferências e de dezenas e dezenas de seminários internacionais; que permitiram o trabalho de mais de 100 pesquisadores, intelectuais e estudantes, inclusive, cerca de 40 estudantes de doutorado com bolsas, bem como a publicação de mais de 80 artigos e de diversos livros e a realização de exposições e exhibições de filmes brasileiros.

Não podemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixar que esse espaço de produção acadêmica e artística brasileira morra. O Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford é o mais conhecido e produtivo centro de estudos brasileiros fora de nosso País. Por causa do Centro, nenhuma universidade, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos ou na Europa continental, pôde competir com a Universidade de Oxford em estudos brasileiros. E ele agoniza, neste momento, sem os recursos necessários para os próximos cinco anos, Sr. Presidente.

A história é longa, mas serei breve. Nos dois últimos quinquênios, por meio de parceria entre o Governo brasileiro e o governo britânico, empresas públicas e privadas dos dois países, o terceiro setor, doadores individuais e a Universidade de Oxford, o Centro manteve-se na ponta, exercendo um papel de “embaixador da cultura brasileira”, nos dizeres de Murilo de Carvalho. Para o próximo quinquênio, 2007/2012, não tem conseguido os recursos necessários.

A casa em que funcionava o Centro, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi, há algumas semanas, ocupada pelo

Centro de Estudos Africanos, com mais apoio do que o nosso. O Centro brasileiro mudou-se fisicamente para algumas salas do Centro de Estudos Latino-americano, e em 2008 deixará de existir se não houver o devido aporte de recursos.

O orçamento anual do Centro é de cerca de US\$600 mil, o que significa que US\$3 milhões garantiriam o funcionamento do Centro por cinco anos, segundo o compromisso da Universidade de Oxford, que aguarda, até o fim do ano, o aporte do recurso, para que o Centro continue funcionando.

Seis milhões de reais, Sr^{as} e Srs. Senadores, para garantir que tenhamos, por mais cinco anos, um centro de excelência, a receber os nossos pesquisadores e os especialistas estrangeiros sobre o Brasil, que possam ali contribuir para uma melhor compreensão do País e de seus desafios; um lugar, também, que possa despertar em jovens estudantes de Oxford o interesse pelo Brasil e que lhes possa oferecer a oportunidade de aprender sobre nossas riquezas, especialmente as culturais.

Não duvido que alguns se voltem contra a participação do Governo brasileiro em tal empreitada. Com a escassez de recursos, não faria mais sentido aplicá-los aqui, em alguma universidade brasileira ou em outras prioridades? Sr^{as} e Srs. Senadores, não representa avanço nenhum o encerramento de uma iniciativa tão bem-sucedida. Avanço nenhum.

Há um ditado que diz: educação é caro? Experiência o preço da ignorância. Ninguém quer a ignorância, nenhum de nós pode ou quer defendê-la. O relatório de funcionamento do Centro entre 1997 e 2007 – peço, Sr. Presidente, que conste nos *Anais da Casa* – demonstra o trabalho amplo, contínuo e profícuo do Centro e justifica mais do que plenamente seus custos. Nos dez anos de sua existência, sob o comando do respeitado historiador Leslie Bethell, membro estrangeiro da Academia Brasileira de Ciências e organizador de diversos volumes sobre a história da América Latina, o Centro funcionou de maneira irrepreensível.

Não proponho aqui a participação exclusiva do Estado via CNPq, Itamaraty e Ministério da Cultura, parceiros anteriores do Centro. Proponho que o Governo se entusiasme, que defenda o Centro; e, ao entusiasmar-se, faça com que outros antigos parceiros públicos, como a Petrobras, voltem a apoiar a instituição. E, com o apoio do Governo, que os parceiros da iniciativa privada da década, como Organizações Globo, Grupo Votorantim, Banco Safra, Academia Brasileira de Letras, voltem a olhar para o Centro como uma instituição que merece ser apoiada.

É comum, no exterior, que os estudos brasileiros sejam abrigados no guarda-chuva de estudos latino-americanos e que ali a complexidade e a diversidade que nos caracterizam se percam. É comum que a compreensão do Brasil se reduza dentro desses centros, por melhor que sejam. A Universidade de Oxford emprestou seu prestígio para o Brasil. E o Brasil pôde estabelecer-se, com prestígio, no coração da Europa, ao criar um espaço em que economistas, cientistas sociais, historiadores, escritores, ambientalistas dos mais distintos matizes pudessem interagir e produzir, independentemente de suas linhas de pesquisa, preferências teóricas ou epistemológicas.

Num ambiente interdisciplinar e de liberdade criadora, o Centro chama atenção para o Brasil. Volto a citar Murilo de Carvalho: queremos admissão no Conselho de Segurança da ONU; queremos uma voz no cenário internacional. Por que, então, fechamos um centro de estudos em pleno coração da União Européia?

Precisamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, apoiar o Centro e não deixá-lo esvair-se.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

***O DOCUMENTO A QUE SE REFERIU
O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE, APÓS SUA
TRA-DUÇÃO.***

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a enriquece este Senado, pois, na grande maioria dos pronunciamentos, está preocupado com pesquisa, com cultura. Isso me faz pensar no nascer da civilização, quando Sócrates dizia que só há um grande bem, o saber, e que só há um grande mal, a ignorância.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do PT. Aqui, há a democracia com que os brasileiros sonham.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É para registrar um requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, seja constituída Comissão de Senadores e Senadoras, para que possam acompanhar no Nordeste do Estado do Pará, no Município de Abaetetuba, os gravíssimos acontecimentos

envolvendo uma jovem de 15 anos de idade, colocada em uma cela com vinte homens, por cerca de um mês, pela Delegada FLÁVIA VERÔNICA.

Precisamos apurar isso às últimas conseqüências, porque já temos informações de que existem outros casos como esse. Isso tem de ser esclarecido, para que se acabe com essa prática, que é crime.

Ao tomar conhecimento desses fatos lamentáveis, repugnantes e inaceitáveis, ocorridos no Estado do Pará, em que autoridades policiais colocaram uma jovem de apenas 15 anos em uma cela com vinte homens, e que desta atitude irresponsável os mais absurdos atos de violência ocorreram, é que o Senado Federal tem a obrigação de se posicionar firmemente, constituindo esta Comissão com o objetivo de evitar que esta barbárie fique impune e que os responsáveis não sejam apenas afastados de suas funções, mas sim punidos rigorosamente [e que essas coisas parem de acontecer no Pará ou onde quer que seja. Não podemos admitir esse tipo de procedimento, de violência repugnante e inaceitável, repito].

Dessa forma, se faz necessário o total esclarecimento perante esta Casa dos fatos ocorridos com a jovem violentada [e outros que possam existir].

Esse meu requerimento, portanto, vem no sentido de que se constitua essa comissão de Senadoras e Senadores para que se possa acompanhar as apurações lá no local dos acontecimentos.

Assino, com certeza, em nome de todas as Sr^{as} Senadoras. Não tive tempo de conversar com cada uma, até porque estava desenvolvendo uma série de atividades e ações, mas tenho certeza de que as dez Senadoras e também os Senadores desta Casa concordam com esse tipo de ação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a traz a bravura e a coragem da mulher e professora. Isso são estrelas maiores do que o partido que V. Ex^a representa.

Mas V. Ex^a podia ir mais além e lembrar ao Presidente da República, o generoso, o sensível, Luiz Inácio, que se acompanhasse da sua encantadora esposa, Dona Marisa, de que todos nos orgulhamos, e pedisse à jovem desculpa, perdão, e não o documento que chegou aqui do Partido dos Trabalhadores dizendo que ela será julgada. Ela já foi condenada pela barbárie em que vivemos!

Concedo a palavra, como último orador inscrito, ao Senador Antonio Carlos Júnior, que o País aguarda.

Eu lembraria a V. Ex^a também que aqui foi dito, Senadora e professora Serys Slhessarenko, pelo Senador Demóstenes que esse fato era da época medieval.

Quero defender os que viveram na época medieval. Nunca antes houve uma barbárie como essa que ocorreu no governo do PT do Pará e do PT do Brasil. Nunca antes! A época medieval vai justamente da queda de Roma ao Renascimento. Nessa época, tivemos São Tomás de Aquino; nessa época, no final dela, surgiram Leonardo da Vinci, o líder do Renascimento, com Rafael e Michelângelo, bem como Maquiavel. Todos estes fizeram o Renascimento. E o líder deles, Leonardo da Vinci, disse o que é oportuno para V. Ex^a – e isso no final da época medieval: “o mau discípulo é o que não suplanta o mestre”. A Bahia e o País esperam que V. Ex^a suplante aquele extraordinário Senador que foi Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É difícil, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses dias, o atual governo deu novas demonstrações de que o aparelhamento do Estado é uma meta a ser cumprida de forma metódica, implacável, mesmo que traga sérios prejuízos para o País.

Quisera eu estar me referindo ao aparelhamento do Estado no sentido positivo, sadio: de trazer equipamentos aos hospitais, computadores às escolas, aos laboratórios de pesquisa e às universidades, de dotar o Estado de bons e bem treinados servidores.

Não, Srs. Senadores! Infelizmente, refiro-me ao aparelhamento do Estado no sentido mais nefasto, com a máquina pública sendo inflada com apaniguados, militantes partidários, sem o devido compromisso com a qualidade e correção do serviço, desses sendo exigido somente que se mostrem devotos do pensamento único.

E pior, em alguns casos, deliberadamente estão privando o Estado de contar com profissionais competentes apenas porque não se ajustam ao rígido figurino ideológico, à estrita corrente de pensamento estabelecida pelo poder.

Se não é assim, como entender a decisão do Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Márcio Pochmann, de afastar daquele órgão os economistas Fábio Giambiagi, Gervásio Resende, Regis Bonelli e Otávio Tourinho?

Curiosamente, todos eles são críticos da administração econômica do Governo. Todos eles, Sr. Presidente, contrários aos aumentos cada vez mais acentuados dos gastos com o custeio da máquina pública.

Foi um expurgo.

Por tudo que se vê, pelas razões apresentadas pelo Presidente do Ipea para o afastamento, mais do que aparelhamento do Estado, o que presenciamos foi, repito, um expurgo.

De tão primárias, as explicações dadas para o afastamento sequer merecem ser comentadas.

Infelizmente, a política do pensamento único, tão comum em regimes antidemocráticos, mas que se esperava não mais existir no Brasil, voltou a mostrar suas garras nesse episódio.

Causa perplexidade onde aconteceu desta vez.

No Ipea... que, em mais de 40 anos, jamais tinha conhecido perseguição a seus pesquisadores. Inclusive foi fundado pelo então Ministro João Paulo dos Reis Velloso – seu conterrâneo – e que deu o exemplo, primeiro, ao acolher economistas de todas as matizes ideológicas e de pensamento, na época. Portanto, foi um exemplo que, dentro do governo militar, deveria ter sido um exemplo perene, mas que, infelizmente, agora está sendo quebrado.

O Ipea... uma instituição que tradicionalmente abrigou economistas das mais diferentes tendências, o que sempre conferiu isenção e credibilidade.

Surpreende-nos, principalmente, ela ocorrer justamente quando o Instituto passou a subordinar-se ao Núcleo de Assuntos Estratégicos, comandado por Roberto Mangabeira Unger – o tal Sealopra, Secretaria Especial de Ações de Longo Prazo.

Um homem ligado à vida acadêmica; um estudioso cuja formação certamente recebeu referências e influências plurais.

Sr. Presidente, a medida adotada é deplorável sob todos os aspectos.

Seria recriminável em qualquer outra circunstância.

E é ainda mais grave por ter-se dado em uma instituição da importância estratégica do Ipea, vital para o planejamento de políticas públicas de médio e longo prazo no Brasil.

Difícil aceitar o que aconteceu.

A qualidade desses quatro economistas não é questionada sequer pelos que discordam deles.

Eu, mesmo concordando em muito com eles, devo dizer que, como professor e democrata, saúdo

a existência dos que discordam deles, adepto do que sou do embate de idéias.

Quanto mais penso nas razões que levaram à fundação do Ipea, pelo Ministro Reis Velloso, há mais de quarenta anos, mais incompreensíveis me parecem essas demissões.

O Ipea não é um órgão de execução do que quer que seja!

O Ipea foi criado para pensar o Brasil!

Senhores, uma das finalidades do Ipea é avaliar e acompanhar as políticas públicas. Para isso, ele deve ter condições de analisar, com isenção, e diagnosticar os problemas estruturais e conjunturais da economia e das políticas públicas implementadas pelo Governo.

Ora, Sr. Presidente... É impossível analisar e, principalmente, propor reformulações sob o império do pensamento único! Olhe Chávez!

É impossível praticar a isenção com a ameaça de expurgo ao menor sinal ou manifestação que desagrade o feitor de ocasião.

Sr. Presidente, trago aqui comigo um estudo publicado pelo Ipea há poucos dias. Chama-se “Dezessete anos de política fiscal no Brasil: 1991-2007”. Seu autor é o economista Fabio Giambiagi, um dos quatro expurgados pelo Ipea. O trabalho apresenta a trajetória da política fiscal no Brasil desde 1991. Quase vinte anos...

Nesse tempo, o gasto primário do Governo passou de 14% do PIB, em 1991, para uma estimativa de 22% do PIB em 2007. Nesse mesmo período, a receita saltou de 15% do PIB para 24% do PIB. E a carga tributária – olhem só! – de 24% para 35% do PIB.

Com dados como esses – todos inatacáveis – ficou mesmo difícil ao Governo gostar do que iria ler.

Srs. Senadores, trata-se de um trabalho extenso, denso, de excelente conteúdo, bem fundamentado e propositivo, e que – vejam a coincidência! – foi publicado neste mês de novembro.

Certamente não vou comentá-lo em sua integridade, razão pela qual peço ao Presidente que autorize sua transcrição nos Anais da Casa. Contudo, permito-me destacar alguns pontos que, certamente e infelizmente, dão uma pista das razões pelas quais esse economista integrou a lista dos expurgados do Ipea.

Hoje, o articulista Merval Pereira, de *O Globo*, faz menção a esse trabalho, que é da mais alta importância.

Giambiagi lista as grandes transformações pelas quais passou o setor público brasileiro nas últimas duas décadas. Ele cita, entre outros marcos:

- a privatização das estatais;
- a venda de bancos estaduais;
- o Plano Real;
- as três reformas parciais da Previdência;
- o ajustamento fiscal pelo qual passaram Estados e Municípios;
- a adoção de metas de resultado primário para o setor público; e
- a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais adiante, Fábio Giambiagi relaciona os desafios que o Governo deve enfrentar na área fiscal.

Entre esses desafios, cita o aumento do investimento público – estamos gastando em custeio, estamos desperdiçando dinheiro e não investindo no que deveríamos investir; a diminuição da carga tributária – olha a CPMF aí, pois temos o dever cívico de barrar esse aumento de carga tributária; e, claro, para viabilizar esses dois, um terceiro: a contenção dos gastos correntes.

O Governo está sendo perdulário com o dinheiro público. Os gastos correntes aumentam a taxas exponenciais. Com isso, diminui a capacidade de investimento do próprio Governo, inclusive em infraestrutura. A infra-estrutura do Governo está sucateada, e o Governo não investe porque gasta onde não deve gastar.

Como se vê, ele se alinha com a enorme maioria, quase totalidade, dos economistas das mais diversas correntes de pensamento, que apontam esses três fatores os principais responsáveis pelo fato de o Brasil não ter alcançado taxa de crescimento de sua economia compatível com os demais países em estágio similar de desenvolvimento.

Nossas taxas são abaixo da média dos países em desenvolvimento.

Queria chamar atenção para a expressão que utilizei – “diversas correntes de pensamento” –, que, parece-me, talvez tenha sido o detonador da ação persecutória no Ipea.

Sr. Presidente, como disse, o trabalho é longo e não pretendo comentá-lo todo agora.

Claro está que alguns, no Instituto e fora dele, vinham se irritando, há tempos, com as análises, conclusões e recomendações dessa turma.

Vamos aguardar a presença do Presidente do Ipea, Marcio Pochmann, na Comissão de Assuntos

Econômicos, em face do requerimento apresentado pelo Senador Arthur Virgílio.

Lá, poderemos conhecer as razões para o Ipea ter decidido abrir mão de pesquisadores da qualidade de Fabio Giambiagi, Gervásio Rezende, Régis Bonelli e Otávio Tourinho.

Será uma oportunidade para o presidente do Ipea confirmar se de fato decidiu, e por que razões decidiu, extinguir o Grupo de Acompanhamento Conjuntural daquele órgão, que dava estatísticas periódicas do desempenho da economia brasileira. Este é outro ponto que preocupa, um outro problema: o Boletim de Conjuntura do Ipea agora não será mais divulgado. Ainda mais: se é verdade que as pesquisas do Instituto, a partir de agora, tramitarão sob regime de confidencialidade, ou seja, não serão mais divulgados, sendo que estavam na Internet. A cada trimestre, o boletim estava disponível para qualquer pessoa que o quisesse consultar.

Se for verdade, terá sido mais uma decisão que, somada às demais, empobrecerá mais a ação e a importância estratégica do Ipea.

Lá, na CAE, também poderemos conhecer melhor sua opinião, Dr. Márcio, sobre outros temas. Saber o que pensa Márcio Pochmann da reclamada (por muitos) diminuição dos gastos correntes e da carga tributária...

Compreender melhor como ele entende deva ser o grau desejável de participação do Estado na economia, o tamanho ideal da máquina pública...

Saber como avalia a política monetária e o papel desempenhado pelo Banco Central no Governo Lula.

Tenho certeza de que o Sr. Márcio Pochmann é absolutamente avesso a uma série de posições com relação ao ajuste fiscal. Ele é favorável à expansão dos gastos. No entanto, temos de sabatiná-lo, de discutir com ele essas questões, que são muito importantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos aguardar a vinda do Sr. Márcio Pochmann.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1309

DEZESSETE ANOS DE POLÍTICA FISCAL NO BRASIL: 1991-2007*

Fabio Giambiagi**

Rio de Janeiro, novembro de 2007

* O autor agradece os comentários feitos a uma versão preliminar do texto por Mailson da Nóbrega e Samuel Pessoa. Naturalmente, assume, como de praxe, a responsabilidade plena pelo conteúdo final do artigo.

** Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cedido ao Ipea.

Governo Federal

Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger

Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretora de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL: H50, H60, H62

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é permitir um conhecimento acurado das contas do setor público brasileiro. Ele apresenta a trajetória da política fiscal no Brasil desde 1991, quando passaram a existir indicadores “acima da linha”, desenvolvidos para acompanhar receitas e despesas. Nesse período de quase 20 anos, o gasto primário do Governo Central passou de 14% do PIB, em 1991, para uma estimativa de 22% do PIB em 2007. Nesse mesmo período, a receita do Governo Central escalou de 15% do PIB para 24% do PIB e a carga tributária de 24% para aproximadamente 35% do PIB. Apesar disso, o investimento público tem sido inferior ao observado nos anos 1980. O artigo apresenta uma gama de indicadores fiscais, com o fim de documentar um período de transformações importantes; esmiúça a evolução das variáveis em detalhes; sintetiza as grandes tendências do período; e apresenta um diagnóstico das mudanças ocorridas e dos problemas que devem ser enfrentados nos próximos anos. A conclusão apresentada é que os gastos públicos que mais aumentaram no período 1991-2007 foram aqueles considerados como “gastos sociais”, e que tanto a tese acerca da irrelevância de novas reformas, como a de que poderemos assistir no futuro próximo a uma grande crise fiscal, podem se revelar equivocadas se a economia tiver um crescimento da ordem de 4% ao ano.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to allow a precise knowledge about the Brazilian public sector fiscal accounts. The article shows the trajectory of the Brazilian fiscal policy since the beginning of the “above the line” indicators, developed to follow the evolution of revenues and expenditures, in 1991. In this period of almost 20 years, the primary expenditures of the Central Government increased from 14% of GDP in 1991, to an estimation of 22% of GDP in 2007. In the same period, revenues of Central Government escalated from 15% to 24% of GDP and the tax burden from 24% to around 35% of GDP. In spite of this, public investment has been lower than in the 80s. The article presents a set of fiscal indicators, with the purpose of register a period of important transformations; deeply analyzes the detailed evolution of the variables; syntetizes the most relevant trends of the period; and presents a diagnosis of the changes occurred and the problems that should be faced in the next years. The conclusion is that the public expenditures that leded the growth in the 1991-2007 period were that considered as “social expenditures”. Another important conclusion is that the thesis regarding the irrelevancy of new reforms, and also the one that we can see a next big fiscal crisis, could both be wrong, if the economy has a yearly growth rate of around 4%.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 UMA PERIODIZAÇÃO DE DUAS DÉCADAS	8
3 OS AVANÇOS DAS ESTATÍSTICAS FISCAIS	11
4 OS GRANDES NÚMEROS	13
5 AS CONTAS DO GOVERNO CENTRAL	16
6 O PROBLEMA PREVIDENCIÁRIO	24
7 AS OUTRAS ESFERAS DO SETOR PÚBLICO	28
8 AS MUDANÇAS DA DÍVIDA PÚBLICA	30
9 OS DESAFIOS A ENFRENTAR	34
10 CONCLUSÕES	39
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Em 2004, no editorial do seu *Boletim de Conjuntura*, o Ipea fez uma reflexão inspirada no que tinha acontecido nos processos de consolidação em outros países, e, com base em análise do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2001), registrou que

o país poderá estar ingressando (...) na fase do tão almejado círculo virtuoso, verificado em outros países que passaram por processos de ajustamento fiscal no passado, mais especificamente nos anos 1990, com destaque para alguns casos da Europa ocidental que atingiram níveis de dívida pública elevados. Nesses casos nacionais, em que pesem as diferenças e nuances entre os países, observou-se um padrão, ao qual a experiência do Brasil dos últimos anos não foi alheia. No que se poderia denominar fase 1 desse processo, o resultado primário das contas públicas era modesto ou até mesmo deficitário e, devido aos juros, a dívida pública era crescente, quadro esse que se encaixa como uma luva na situação do Brasil até 1998. Na fase 2, que correspondeu aos primeiros anos do ajustamento, houve um forte ajuste primário e o setor público passou a gerar superávits primários que, com o tempo, foram superiores a 4% a 5% do PIB mas, devido à presença de desconfiças acerca da sustentação do ajuste no tempo, as taxas de juros eram ainda altas e, conseqüentemente, uma carga de juros e de déficits elevados ainda pressionava a dívida pública. Isso espelha exatamente o que aconteceu no Brasil de 1999 até agora. Se colocadas em um gráfico mostrando a dívida pública e o superávit primário (...) como proporção do produto interno bruto (PIB), as duas variáveis mostram uma trajetória clara: na primeira fase, resultados primários modestos ou negativos relativamente estáveis convivem com uma dívida pública crescente, enquanto na segunda o superávit primário é claramente ascendente, mas a dívida pública também continua aumentando, em função das citadas razões. Finalmente, na fase 3, na qual pode ser que o Brasil ingresse entre 2004 e 2005, a persistência do ajustamento fiscal, ou seja, a manutenção de superávits primários robustos por um número considerável de anos, foi aos poucos consolidando a confiança entre os investidores. Isso ajudou a reduzir as taxas de juros e permitiu que, enquanto o superávit primário se manteve – em alguns casos até mesmo declinando ligeiramente – a queda da taxa de juros possibilitou uma diminuição significativa das despesas financeiras do governo e do déficit público, gerando, em conseqüência, uma trajetória declinante da relação dívida pública/PIB. Esta queda pôde ser conservada ao longo do tempo, pelo efeito benéfico desse processo sobre a carga de juros, viabilizando novas reduções do coeficiente juros/PIB (IPEA, 2004, p. VII e VIII).

O presente trabalho aborda esse período ao longo do qual, em quase 20 anos, a economia brasileira, que nos anos 1990 vinha de um processo de deterioração da situação fiscal, passou a conviver na década atual com superávits primários elevados mas com uma taxa de juros inicialmente ainda alta, para, posteriormente, no rastro da redução dos juros, caminhar na direção do equilíbrio fiscal. Nessa transição, o país passou a) de um déficit operacional artificialmente reprimido pela inflação elevada até meados dos anos 1990, para um desequilíbrio agudo na segunda metade dos anos 1990; b) por um ajuste fiscal no final da década passada, mas coincidindo ainda com uma elevação da dívida pública até 2003; e c) por uma redução da relação dívida/PIB a partir de 2004.

O objetivo do trabalho é apresentar uma visão ampla desse período de grandes transformações (1991-2007), de modo a permitir ao leitor um conhecimento acurado das contas públicas brasileiras, destacando em particular a dimensão do aumento da participação do Estado na economia registrada nesse mesmo período. O trabalho se distingue de outros pelo detalhamento dos dados apresentados e pela

amplitude do período tratado, uma vez que outros trabalhos existentes com características similares não retroagem até o começo dos anos 1990 ou não são tão recentes. É verdade que muitos dos dados aqui apresentados encontram-se disponíveis na internet. Porém, não só esse não é o caso dos indicadores para anos mais afastados no tempo – uma vez que diversos dados só estão disponíveis na *web* a partir do final dos anos 1990 – como também é importante mostrar esses indicadores em conjunto para que se possa formar um quadro geral da situação.

Este, assumidamente, não é um artigo baseado em um esforço de modelagem ou em testes quantitativos para provar determinada tese. Por outro lado, entendemos que a amplitude do período tratado e o detalhamento dos dados apresentados justificam a tentativa de dar uma visão panorâmica dessas quase duas décadas da economia, em que o Estado brasileiro apresentou três transformações importantes. Em primeiro lugar, passou por reformas relevantes; em segundo, sofreu um ajuste fiscal significativo; e terceiro, as receitas e despesas do governo aumentaram consideravelmente sua importância relativa. O texto insere-se, assim, na linha de artigos da literatura que procuram identificar os traços dominantes de longo prazo da evolução da economia brasileira.¹ Como exemplos de artigos conhecidos, baseados nessa filosofia, citem-se o texto de Fishlow (1986) acerca dos desequilíbrios externos na década de 1970; os trabalhos de Werneck (1986) e Villela (1991) sobre as contas públicas nas décadas de 1970 e 1980 (dos quais o presente trabalho é, de certa forma, uma continuidade, ao apresentar o quadro para as duas décadas seguintes); ou a descrição do sistema tributário ao longo da segunda metade do século XX, feita em Varsano (1997).

O artigo se divide em dez partes. Após esta breve introdução, a seção 2 apresenta uma tentativa de subperiodização do período 1991-2007. Logo depois, destacam-se os avanços importantes verificados com as estatísticas fiscais no Brasil. A quarta seção mostra os principais números fiscais das duas décadas. O detalhamento exaustivo desses números, no que se refere ao Governo Central, é feito na quinta seção, que representa o núcleo (*core*) do artigo. A sexta seção trata da questão previdenciária, e a sétima, das contas estaduais/municipais e das empresas estatais. A oitava seção analisa as mudanças ocorridas nesse período com a dívida pública. A nona, discute quais são os principais desafios que o país tem pela frente na área fiscal. Por último, apresentam-se as conclusões.

2 UMA PERIODIZAÇÃO DE DUAS DÉCADAS

A década de 1980 encerrou-se no Brasil sob a égide de um processo hiperinflacionário aberto, em moldes que, *grosso modo*, se enquadravam no padrão descrito no artigo clássico de Cagan (1956).²

O grau de desordem das finanças públicas nos anos 1980, naquele contexto institucional, pode ser aferido pela leitura do capítulo 12 do livro em que Maílson da Nóbrega (2005), como participante ativo da tentativa de modernização das

1. Com espírito similar, porém mais focado nos temas ligados à seguridade social, ver o texto de Serra e Afonso (2007).

2. Para uma descrição das relações entre resultado fiscal, dívida pública e inflação no Brasil nos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, ver Pastore (1995, 1997). Para uma visão mais recente sobre as inter-relações entre essas questões, ver Blanchard (2004).

instituições monetárias e da contabilidade pública, relata um acontecimento que lhe tocou viver então, como importante autoridade:

No início de 1983, aconteceu um fato gravíssimo. Alguns dos novos governadores eleitos perceberam que seus bancos estaduais podiam fazer saques a descoberto no Banco do Brasil, que era o depositário das reservas bancárias, à ordem do BC. *O que levava mais de um mês para chegar ao conhecimento do BC, via balancetes mensais do BB.* Não existia um sistema de informações gerenciais, nem serviços em tempo real. O primeiro deles foi o governador do Rio de Janeiro. Depois fizeram o mesmo os governadores de Goiás, Santa Catarina e Paraíba. O governador deste último estado, Wilson Braga, teve a gentileza de me avisar no dia do saque, em atenção ao fato de eu ser seu amigo e paraibano. Alertei-o para a gravidade do ato, mas ele retrucou afirmando que precisava pagar o funcionalismo e por isso *já havia efetuado o saque.* (NÓBREGA, 2005, p. 295, grifos nossos).

O fato – inimaginável no contexto atual – dá uma idéia de como os bancos estaduais tinham se convertido na prática em verdadeiras Casas da Moeda, sem maior controle por parte das autoridades federais.³

Comparativamente àquela situação, as transformações institucionais e/ou reais pelas quais passou o setor público brasileiro nas últimas duas décadas chamam a atenção pela sua magnitude. A rigor, o processo teve início ainda nos anos 1980, com a criação do caixa único do Tesouro através do sistema de controle estabelecido com o surgimento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 1986, que passou a permitir uma apuração fidedigna do resultado fiscal “acima da linha” a partir do começo da década seguinte.⁴ Já nos anos 1990 e na primeira década do novo século, oito transformações merecem destaque:

- a privatização de diversas empresas estatais, especialmente importante no que se refere às empresas estaduais, o que mudou significativamente o resultado primário das mesmas;
- a venda de diversos bancos estaduais de propriedade estatal, o que acabou com um mecanismo clássico de financiamento dos déficits públicos estaduais;
- o Plano Real, de 1994, que devido ao fim da altíssima inflação, contribuiu para ampliar muito a transparência das contas públicas, ao se poder aferir com maior precisão o verdadeiro significado das variáveis nominais, o que era impossível quando a inflação era de 3.000% ou 4.000% ao ano (a.a.);
- a realização de três reformas parciais do sistema previdenciário, duas delas no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e uma no Governo Lula;
- a renegociação das dívidas estaduais em 1997-1998, processo esse que esteve na raiz do ajustamento fiscal pelo qual passaram os estados e municípios a partir de 1999;

3. Por contraste, para uma avaliação dos avanços institucionais do Brasil em matéria fiscal, focada no período mais recente, ver Nakaguma e Bender (2006).

4. As extinções do que era conhecido como “orçamento monetário” e da chamada “conta movimento do Banco do Brasil”, que datam da mesma época, são parte desse mesmo processo de modernização iniciado na segunda metade dos anos 1980. A esses marcos devem ser acrescentados também a unificação orçamentária e a transferência da gestão da dívida pública do Banco Central (Bacen) para o Tesouro Nacional.

- a adoção de um sistema de metas razoavelmente rígidas de resultado primário para o setor público consolidado, religiosamente cumpridas desde então, a partir de 1999;
- as medidas de aumento da receita para viabilizar um profundo ajuste fiscal, em 1999, prática posteriormente repetida diversas vezes; e
- a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no segundo mandato de FHC, consolidando o processo iniciado com a privatização dos bancos estaduais e continuado com a renegociação das dívidas estaduais e municipais, fruto de uma reflexão acerca da importância de definir regras formais como parte de uma abordagem fiscal baseada na definição de novas instituições.⁵

O fato de que algumas dessas medidas datem de épocas marcadas pela existência – e, em alguns casos, agravamento – de agudos desequilíbrios fiscais indica não o caráter estéril das mudanças e sim que regras e instituições *per se* podem ser insuficientes para atingir determinados resultados fiscais se o conjunto das forças políticas dominantes do país não atua na mesma direção. Exemplos disso são as décadas de 1980 e de 1990. Na segunda metade dessas décadas, quando se verificavam alguns dos avanços já citados, a situação fiscal ao mesmo tempo se deteriorava, o que mostra a importância que têm o comprometimento político dos governos com certos padrões de austeridade e/ou as condições políticas na observância de um controle fiscal mais rigoroso.

Olhando-se especificamente os resultados fiscais, o período 1991-2008 pode ser dividido claramente em quatro subperíodos, que correspondem exatamente aos governos Collor/Itamar Franco (1990-1994); aos dois governos FHC 1995-1998 e 1999-2002 (claramente distintos um do outro nesse aspecto); e ao Governo Lula como um todo até a conclusão do presente artigo (2003-2007).

O período Collor/Itamar Franco pode ser definido como estando associado a um “déficit reprimido”. Com efeito, em contraste com o Governo Sarney (1985-1989) em cujos cinco anos as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) no conceito operacional, foram de 5,1% do PIB, nos cinco anos de 1990 a 1994 elas foram em média estritamente “zeradas”, graças a uma combinação de melhora do resultado primário e redução das despesas com juros reais expressas como proporção do PIB. Em parte, porém, essa melhora do resultado primário envolveu um componente algo espúrio, uma vez que a melhora foi baseada na facilidade que a alta inflação permitia para ajustar o valor das despesas reais em função dos objetivos fiscais do governo em um contexto de receitas razoavelmente indexadas à inflação.

Em contraste com isso, os anos do primeiro Governo FHC (1995-1998) podem ser definidos como sendo de “déficit aberto”. Com efeito, o resultado primário consolidado do setor público, que, na média de 1990-1994, fora de 2,8% do PIB, tornou-se um déficit de 0,2% do PIB na média de 1995-1998. Isso, somado às despesas de juros – já expressas em termos nominais – de 6,0% do PIB, gerou um déficit nominal médio de 6,2% do PIB no período, em que pese a retórica de austeridade do governo na época. Nesse contexto, a dívida líquida do setor público

5. Para uma reflexão acerca deste debate, baseada não no caso brasileiro e sim no que ocorria naqueles anos em outros países do mundo, ver Kopits (2001).

(DLSP), que no começo do Plano Real, em 1994, era de 30% do PIB, atingiu 39% do PIB quatro anos depois.⁶

O segundo Governo FHC (1999-2002) pode ser definido como sendo de “ajuste com endividamento”, após o forte ajuste primário de 1999. Embora a menor despesa com juros reais e o ajustamento primário tenham diminuído as NFSP nominais do período para 4,0% do PIB, estas continuaram sendo importantes. Ao mesmo tempo, o expressivo aumento da importância relativa da dívida pública associada à taxa de câmbio e o reconhecimento de passivos contingentes acabaram elevando a dívida pública para perigosos 51% do PIB no final de 2002.⁷

Finalmente, os anos Lula, de 2003 em diante, caracterizaram-se por uma fase de “controle do endividamento”, com progressiva redução da importância relativa do endividamento público, que, na última informação disponível, referente a setembro de 2007, tinha sido reduzido para 44% do PIB.⁸ São esses grandes números que iremos analisar em maiores detalhes. Antes, porém, cabe deixar registrada a constância da melhora na qualidade das estatísticas fiscais verificada no período.

3 OS AVANÇOS DAS ESTATÍSTICAS FISCAIS

Um dos avanços mais importantes ocorridos no Brasil nas últimas duas décadas, em termos fiscais, foi a evolução das estatísticas. Certa vez, o autor deste trabalho indagou ao funcionário que chefiava o Departamento Econômico (Depec) do Bacen no final dos anos 1970, começo dos 1980 como eles faziam para tomar decisões sem ter o conhecimento da realidade permitido hoje pela publicação rápida dos dados na internet. Como resposta, ele fez o gesto de molhar o dedo indicador na boca e apontá-lo para cima, sinalizando que as autoridades na época operavam praticamente às cegas.

6. Cabe registrar que em 2007 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma série revista do PIB para todo o período 1995-2006, com valores do PIB nominal de cada ano da ordem de 10% superiores aos da série original. Isso diminuiu a importância relativa de diversas variáveis. O que era, por exemplo, 30% do PIB na série original, tornou-se subitamente equivalente a cerca de 27% do PIB na nova série. Como o resultado decorreu de se captarem mais adequadamente uma série de fenômenos, é razoável inferir que, se o IBGE tivesse retroagido com o mesmo critério para os anos anteriores a 1995, teria sido observado algo similar. Entretanto, como não podemos inventar um valor fictício para o PIB dos anos 1991 a 1994, trabalhamos com o indicador de PIB oficial, o que significa que todas as tabelas com dados expressos em percentual do PIB embutem uma distorção na passagem de 1994 para 1995. É importante que o leitor tenha isto em mente, embora para comparações de longo prazo isso perca relevância, uma vez que o efeito se dilui no conjunto das transformações verificadas na economia brasileira.

7. Cabe salientar que no auge da desvalorização do real diante do dólar, durante o ano e comparativamente com o PIB antigo — que era o disponível na época — o indicador chegou a ser de mais de 60% do PIB no terceiro trimestre de 2002.

8. Em 2003, a relação dívida pública/PIB aumentou não por expressar um fenômeno real e sim pela forma em que o Bacen apura esse coeficiente. Como, para comparar com a dívida no final do ano, ele calcula o PIB a preços de 31 de dezembro multiplicando o PIB nominal pelo coeficiente índice de preços de final do ano/índice de preços médio e ele faz essa conta usando o Índice Geral de Preços (IGP) — que aumentou muito acima dos demais índices de preço em 2002. O que ocorreu foi que essa metodologia na prática “achatou” artificialmente a relação dívida/PIB de dezembro de 2002, pela “supervalorização” do PIB face ao alto coeficiente IGP centrado em 31 de dezembro/IGP médio do ano em 2002. Em 2003, com os índices de preço a caminho da normalização, a relação preços de final do ano/preços médios foi moderada e ao deixar de supervalorizar o PIB, o coeficiente oficial dívida/PIB captou naquele ano um fenômeno real que na prática tinha ocorrido no ano anterior. Em 2003, a dívida líquida em termos nominais aumentou apenas 3,6% em relação a dezembro de 2002, mas a dívida líquida passou de 50,6% para 52,4% do PIB, em que pese o fato de a inflação ter sido de quase 10% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003, indicando redução do seu valor em termos reais.

Mesmo sem recuar tanto no tempo, ainda em julho de 1995, um ano depois do Plano Real, as autoridades não tinham idéia do que estava em curso em matéria fiscal naquele ano. Esse conhecimento só veio a ocorrer no mês de agosto, quando foram divulgadas as contas com o acumulado do resultado até maio, mostrando uma deterioração fiscal aguda em relação a 1994.

Os marcos desses avanços foram os seguintes:

- 1991 – Início da apuração das estatísticas “acima da linha” do Governo Central, da forma em que são divulgadas atualmente e que serão objeto das tabelas da próxima seção. Elas eram na época coletadas pela Secretaria de Política Econômica (SPE) com a metodologia posteriormente adotada a partir de 1997 pela STN.
- 1995 – Início da divulgação do resultado fiscal “abaixo da linha” pelo Bacen em bases periódicas (mensais) referentes ao mês ($t-2$) através da “nota para a imprensa”, em substituição ao antigo “Brasil-Programa Econômico”, em que a divulgação era feita irregularmente e com grande defasagem. Desagregação do resultado das empresas estatais entre estatais federais, estaduais e municipais.⁹
- 1997 – Redução da defasagem da divulgação dos dados do Bacen de dois meses para um mês, passando a divulgação do resultado fiscal a se referir ao mês ($t-1$). Substituição do conceito das necessidades de financiamento “operacionais” pelas “nominais” como indicador do desempenho fiscal por excelência, o mesmo ocorrendo com os juros. Início da divulgação do resultado “acima da linha” do Governo Central pela STN em bases regulares (mensais).
- 1998 – Desagregação do resultado das unidades subnacionais entre estados por um lado e municípios por outro. Adoção do critério de “gasto efetivo” para as informações de gasto “acima da linha” do Tesouro.¹⁰
- 2004 – Desagregação, na divulgação dos dados da STN, retroativa a 2003, dos dados “acima da linha” das “outras despesas de custeio e capital” (OCC), mostrando o gasto de cada órgão (ministério) dividido entre despesas de consumo por um lado e investimento, por outro.

O resultado desse conjunto de inovações representa um contraste expressivo em relação ao quadro das estatísticas existentes até o final dos anos 1980. Naquelas circunstâncias, os dados fiscais “acima da linha” do Bacen eram: *a*) divulgados irregularmente; *b*) disponibilizados apenas através de papel; *c*) conhecidos com grande defasagem de tempo; *d*) sujeitos a grandes revisões posteriores; *e*) muito agregados; *f*) desacompanhados da divulgação correspondente aos dados “acima da linha” do Governo

9. Na tabela 1 da seção seguinte, este dado aparece já em 1994, por conta de uma inferência do autor. Para 1994, o dado das estatais federais da tabela 1 corresponde a rigor à informação apurada pela antiga Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest). O dado das empresas estaduais foi calculado por diferença, conhecido o resultado consolidado das estatais e, supondo, a partir do dado registrado em 1995, que o resultado primário das estatais municipais fosse irrelevante, sendo assumido, por hipótese, como nulo. A eventual distorção resultante desse método é, tudo indica, ínfima.

10. Até 1997, os dados da despesa do Tesouro eram apurados com base na liberação dos recursos por parte deste às unidades gestoras. Entretanto, como o resultado fiscal apurado pelo Bacen leva em conta as mudanças na posição líquida da conta única do Tesouro, muitas vezes a diferença entre o que o Tesouro liberava para os ministérios e o que estes efetivamente gastavam naquele mês, gerava uma “discrepância estatística” considerável, dificultando a plena compreensão do que estava ocorrendo de fato com o gasto. A partir de 1998, o dispêndio da STN passou a computar o que é efetivamente liberado na ponta pelos órgãos responsáveis pela execução da despesa.

Central; e g) apenas parcialmente confiáveis, em virtude dos problemas citados. Por contraste, as estatísticas atuais são: a) divulgadas mensalmente; b) lançadas na internet; c) conhecidas no máximo 30 dias após o encerramento do mês; d) raramente sujeitas a revisões importantes; e) muito desagregadas; f) antecedidas 24 horas pela divulgação dos dados “acima da linha” do Tesouro; e g) plenamente confiáveis.

A imagem que melhor corresponde a essa mudança é a da constituição de um “painel de controle” extremamente eficiente para apurar a evolução de receitas e despesas. Isso não significa, porém, que estando os mecanismos de controle disponíveis no painel, o controle do gasto será efetivamente feito, uma vez que isso depende de outras circunstâncias institucionais e da maior ou menor propensão de cada governo a gastar. É o que iremos ver a seguir. De qualquer forma, o registro dos avanços verificados na qualidade das estatísticas merece certamente uma menção.

4 OS GRANDES NÚMEROS¹¹

As contas públicas passaram por grandes mudanças desde o final dos anos 1980.¹² Conforme já foi salientado, nos primeiros anos da década de 1990, houve um esforço fiscal de geração de resultados primários de certa relevância, favorecidos pelo contexto de alta inflação, que permitia aos governantes acomodar as pressões por mais gasto, deixando-as serem depois parcialmente corroídas pela inflação. Em 1995, o mecanismo se exauriu e as falências no controle do gasto se fizeram notar com toda a sua intensidade, gerando resultados primários inclusive negativos em algumas oportunidades. Foi só a partir de 1999, com as medidas de ajuste implementadas naquele ano, que o superávit primário voltou a ser robusto (tabela 1).

A tabela 2 apresenta o impacto do resultado primário sobre o resultado fiscal. Os indicadores nominais de juros e NFSP só são expostos a partir de 1995, uma vez que na época de alta inflação, não tinham nenhum significado econômico. Os resultados devem ser interpretados à luz da tabela 3, que mostra as taxas de juros reais muito elevadas que vigoraram no Brasil no período, seja para dar sustentação à política cambial; como reflexo do risco país; ou para favorecer a convergência com taxas de inflação baixas.

Na tabela 3, deve ser lembrado que ela foi calculada a partir da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (taxa Selic), que, porém, não necessariamente corresponde à taxa de juros média da dívida pública como um todo. Pelas contas divulgadas pelo Bacen na tabela de taxa de juros implícita da dívida pública – que se obtém comparando a despesa nominal de juros por componente, mês a mês, em relação ao estoque anterior da dívida – a taxa de juros real implícita da dívida pública líquida no período 2003-2006, por exemplo, foi, em média, ligeiramente inferior à da tabela 3 (11,3%), sendo de 10,4% no caso da taxa de juros da dívida interna e de 9,8% no caso da dívida total, pelo fato de o denominador do cálculo embutir a base monetária como dívida – cujo juro é nulo – e, no segundo caso, pelo fato de os juros externos pagos terem sido menores que os internos, de modo geral.

11. Os números para 2007 que constam das tabelas do trabalho representam uma estimativa do autor, feita com base nas tendências e nos dados divulgados até a conclusão do texto (novembro de 2007).

12. Para uma análise sobre o começo dos anos 1990, ver Barbosa e Giambiagi (2002). Para a evolução posterior à estabilização de 1994, até o começo da década atual, ver Giambiagi (2002).

TABELA 1

Resultado primário do setor público consolidado

(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Governo Central	0,98	1,10	0,88	3,25	0,47	0,34	-0,31	0,51	2,13	1,73
Estados/municípios	1,40	0,06	0,62	0,77	-0,16	-0,50	-0,67	-0,17	0,20	0,50
Estados	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,38	0,14	0,38
Municípios	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,21	0,06	0,12
Empresas estatais	0,33	0,41	0,76	1,19	-0,06	0,07	0,06	-0,33	0,60	0,99
Federais	n.d.	n.d.	n.d.	1,63	0,38	0,26	0,25	-0,22	0,61	0,86
Estaduais	n.d.	n.d.	n.d.	-0,44	-0,42	-0,18	-0,17	-0,07	0,01	0,13
Municipais	n.d.	n.d.	n.d.	0,00	-0,02	-0,01	-0,02	-0,04	-0,02	0,00
Total	2,71	1,57	2,26	5,21	0,25	-0,09	-0,92	0,01	2,93	3,22
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Governo Central	1,69	2,16	2,28	2,70	2,60	2,21	2,20			
Estados/municípios	0,80	0,72	0,81	0,90	0,99	0,85	1,10			
Estados	0,55	0,58	0,70	0,83	0,80	0,70	0,95			
Municípios	0,25	0,14	0,11	0,07	0,19	0,15	0,15			
Empresas estatais	0,86	0,67	0,80	0,58	0,76	0,82	0,65			
Federais	0,58	0,43	0,57	0,46	0,61	0,58	0,55			
Estaduais	0,27	0,24	0,22	0,12	0,14	0,24	0,10			
Municipais	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00			
Total	3,35	3,55	3,89	4,18	4,35	3,88	3,95			

Fonte: Bacen. Para o dado das estatais em 1994, ver texto. Para 2007, estimativa do autor.

n.d. = não-disponível.

TABELA 2

Resultado fiscal do setor público consolidado

(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Resultado primário	2,71	1,57	2,26	5,21	0,25	-0,09	-0,92	0,01	2,93	3,22
Juros reais	2,90	3,31	2,97	4,07	4,82	3,38	3,12	6,88	3,93	4,33
Juros nominais	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	6,91	5,32	4,72	7,00	8,22	6,61
Atualização monetária	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	2,09	1,94	1,60	0,12	4,29	2,28
NFSP*										
Operacionais	0,19	1,74	0,71	-1,14	4,57	3,47	4,04	6,87	1,00	1,11
Nominais	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	6,66	5,41	5,64	6,99	5,29	3,39
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Resultado primário	3,35	3,55	3,89	4,18	4,35	3,88	3,95			
Juros reais	4,31	1,21	6,50	2,89	6,81	5,40	4,35			
Juros nominais	6,64	7,71	8,54	6,61	7,32	6,89	6,35			
Atualização monetária	2,33	6,50	2,04	3,72	0,51	1,49	2,00			
NFSP*										
Operacionais	0,96	-2,34	2,61	-1,29	2,46	1,52	0,40			
Nominais	3,29	4,16	4,65	2,43	2,97	3,01	2,40			

Fonte: Bacen. Para 2007, estimativa do autor.

n.c. = não-considerado.

* (-) = superávit fiscal.

Obs.: Os juros nominais anteriores a 1995 não foram considerados porque na época de alta inflação não tinham maior significado econômico.

TABELA 3

Taxa de juros real por período de governo: Selic

(Deflator: IPCA, em %)

Período	Taxa de juros real
1995-1998	21,6
1999-2002	10,2
2003-2006	11,3
2007	7,6

Fonte: Bacen. Para 2007, estimativa do autor.

Se considerarmos as estatísticas da segunda metade dos anos 1980, desde quando elas são computadas agregadamente e fizemos uma divisão por período de governo, chegaremos aos resultados médios da tabela 4. Podem-se inferir algumas conclusões claras:

- o resultado primário passou por grandes oscilações, sendo muito modesto na segunda metade dos anos 1980; moderado na primeira metade dos anos 1990; negativo (ou seja, houve déficit primário) no primeiro Governo FHC; e relativamente alto desde então;
- os juros nominais foram, em média, da ordem de 7% do PIB desde a estabilização de 1994;
- para esse resultado, porém, contribuiu uma atualização monetária pela reposição da inflação ao capital – dado calculado pelo Bacen e divulgado nas estatísticas oficiais – de, na média, mais de 2% do PIB no conjunto dos 13 anos, 1995-2007;
- a estatística de juros reais como proporção do PIB registra grandes oscilações ano a ano desde a estabilização, por conta das oscilações da inflação, indo de um mínimo de pouco mais de 1% do PIB em 2002 a um máximo de quase 7% do PIB em 1998. Na média dos 13 anos, porém, eles foram de 4,5% do PIB, apenas acima dos 4,3% do PIB da média dos dez anos anteriores à estabilização 1985-1994;
- na esteira das oscilações do resultado primário e dos juros reais, as NFSP operacionais – que determinam a dinâmica da relação dívida/PIB, sem considerar outras variações patrimoniais – oscilaram significativamente, mas de um modo geral, em média, foram de apenas 0,7% do PIB desde 1999, após o ajuste fiscal daquele ano.

TABELA 4

Resultado fiscal: médias por período

(Em % do PIB)

Período	Superávit primário				Juros nominais	Juros reais	Atualização monetária	NFSPs	
	GC	EM	EE	Total				Nominais	Operacionais
1985-1989	-0,4	0,1	1,0	0,7	n.c.	5,8	n.c.	n.c.	5,1
1990-1994	1,6	0,6	0,6	2,8	n.c.	2,8	n.c.	n.c.	0,0
1995-1998	0,3	-0,4	-0,1	-0,2	6,0	4,6	1,4	6,2	4,8
1999-2002	1,9	0,6	0,8	3,3	7,3	3,5	3,8	4,0	0,2
2003-2006	2,5	0,9	0,7	4,1	7,3	5,4	1,9	3,2	1,3
2007	2,2	1,1	0,7	4,0	6,4	4,4	2,0	2,4	0,4

Fonte: Bacen. Para 2007, estimativa do autor.

n.c. = não-considerado; GC: Governo Central; EM: estados e municípios; EE: empresas estatais.

O custo da dívida pública foi, sem dúvida nenhuma, um ingrediente fundamental da explicação das contas públicas no período.¹³ De qualquer forma, embora as taxas de juros reais no Brasil depois de 1994 tenham sido inequivocamente muito elevadas, na comparação relativa do sacrifício envolvido no pagamento de juros e na geração de superávits primários, o Brasil deve ser comparado com países que também apresentaram processos de elevado endividamento, em alguns casos mais significativos do que o nosso (tabela 5). Quando é feita essa comparação com os casos clássicos de dívida alta na Europa nos anos 1980, vemos que nos anos 1990 – antes do início físico da circulação do euro, que diminuiu muito as taxas de juros – a despesa média anual de juros naquela década foi de 11% do PIB na Grécia; 10% do PIB na Itália; e 9% do PIB na Bélgica.¹⁴ Nesses países, o superávit primário médio nesses dez anos ficou entre 3% e 5% do PIB. Comparativamente a esses casos, a despesa nominal média de juros no Brasil nos nove anos desde o ajuste de 1999 – incluindo a projeção para 2007 – de 7,2% do PIB e o superávit primário médio de 3,7% do PIB, não aparecem como tendo características excepcionais.¹⁵

TABELA 5

Resultados fiscais em países com alto endividamento: média de 1991-2000

(Em % do PIB)

Países	Juros nominais	Superávit primário	Déficit público
Grécia	10,8	3,4	7,4
Itália	9,5	3,5	6,0
Bélgica	8,7	4,7	4,0

Fonte: OCDE (2001).

5 AS CONTAS DO GOVERNO CENTRAL

As informações referentes ao período 1991-1996 que constam desta seção não estão disponíveis no *site* da STN, resultando de um processo de apuração por parte do autor por ocasião da divulgação das estatísticas em cada um daqueles anos, adaptadas ao padrão das tabelas divulgadas atualmente em bases regulares por parte da STN. A

13. Foge ao escopo do trabalho a discussão acerca de se o indicador fiscal mais relevante é representado pelas NFSF operacionais ou nominais, o que requer discutir que tratamento os indivíduos dão aos juros nominais que recebem e se distinguem ou não entre os componentes de “atualização monetária” e “juros reais”. Para uma discussão sobre esse ponto, anterior à estabilização, ver Cysne (1990).

14. Para efeitos informativos, cabe lembrar que, conforme os dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a dívida pública bruta nos anos 1990 atingiu um máximo de 111% do PIB na Grécia, 135% do PIB na Itália e 144% do PIB na Bélgica. Tendo começado seus respectivos processos de ajustamento fiscal em épocas diferentes, na posição de final de 2006 e, em parte, devido aos menores juros pagos após a adoção do euro, a variável tinha diminuído para 106% do PIB na Grécia, 122% do PIB na Itália e 98% do PIB na Bélgica.

15. Há que lembrar que, além do componente implícito de “correção monetária” associada à compensação pela inflação que está embutida nos juros nominais, há também uma parcela importante de impostos. Adicionalmente, uma parcela não desprezível dos títulos públicos está em poder de instituições financeiras federais. Em outras palavras, se da parcela atual de aproximadamente 6,5% do PIB de juros nominais, retiram-se o componente de impostos – aproximadamente 20% do rendimento – e, do restante, aquilo que corresponde à inflação, tem-se um resíduo significativamente inferior ao valor do rendimento original. Por exemplo, em uma remuneração nominal de 11,25% como a taxa Selic vigente no momento do fechamento deste artigo, o imposto de 20% gera como resultante uma taxa nominal líquida de 9,00%. Se disto se desconta a meta de inflação de 4,50%, a remuneração real líquida é de 4,31% – ou menos de 40% do rendimento bruto nominal. Para computar aquilo que resta nas mãos do setor privado, é necessário adicionalmente descontar, do total de juros, o fluxo do que é pago às instituições financeiras públicas – com predomínio das grandes instituições federais. Ou seja, o que fica efetivamente, em termos reais, de rendimento de juros na forma de acréscimo de patrimônio em mãos do setor privado, é bem menos do que aqueles 6,5% do PIB.

tabela 6 mostra as informações “acima da linha” para todo o período 1991-2007 que geram os resultados do Governo Central expostos anteriormente na tabela 1. A forma de apresentar os dados nesta seção consistirá em mostrar inicialmente os principais agregados para, a partir disso, ir esmiuçando as informações por meio de desagregações sucessivas, facilitando focar os diversos aspectos da realidade fiscal.

A tabela 6 apresenta as seguintes características mais marcantes:

- entre 1991 e 2007, a receita bruta do Governo Central passa de 14,6% para 23,9% do PIB;
- nesse mesmo período, as despesas primárias totais do Governo Central sofreram um incremento de 13,7% para 21,8% do PIB;¹⁶ e
- todas as grandes categorias de gasto – transferências a estados e municípios; pessoal; benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e as outras despesas – tiveram aumentos importantes, como proporção do PIB, entre 1991 e 2007.

A tabela 7 mostra a desagregação das contas da Receita Federal. O dado se aproxima da receita da tabela 6, mas apresenta algumas diferenças em relação à metodologia de apuração, ligadas à abrangência da estatística e ao critério contábil (caixa na tabela 6 e competência na tabela 7). De qualquer maneira, como era de esperar, a tendência de aumento da carga tributária é similar. No conceito da tabela 7, entre 1991 e a estimativa para 2007, a receita do governo federal passou de 10,1% do PIB em 1991, para 17,3% do PIB em 2007.¹⁷

Os destaques desse processo foram:

- a redução da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja importância relativa diminui quase 50%, por conta do desinteresse do Governo Central em um imposto do qual mais da metade do que é arrecadado vai para os Fundos de Participação de estados e municípios;
- o aumento da receita do Imposto de Renda, fruto dos aperfeiçoamentos da máquina de arrecadação; do congelamento da tabela do Imposto de Renda durante vários anos; e da maior tributação associada ao recolhimento de Imposto de Renda na Fonte sobre aplicações financeiras;
- o fortalecimento das contribuições, isentas de partilha com estados e municípios, com destaque para: *a*) o surgimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que não existia no começo dos anos 1990 e arrecada atualmente quase 1,5% do PIB; *b*) o reforço da Contribuição sobre o Lucro Líquido, que nada mais é do que um Imposto de Renda sobre as pessoas jurídicas, porém não compartilhado, criado no início dos anos 1990 e que responde atualmente por uma receita de 1,3% do PIB; *c*) as sucessivas majorações da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), antigo Fundo de Investimento Social (Finsocial), aumentos que fizeram triplicar o peso desse tributo no PIB entre 1991 e 2007; e *d*) a criação da

16. Cabe lembrar que essas comparações padecem da distorção ligada à revisão do PIB de 1995 em diante, que não retroagiu até 1991, reduzindo os coeficientes em relação ao PIB entre 1994 e 1995.

17. A diferença, nos últimos anos da ordem de 1% do PIB, entre a receita do Tesouro nas tabelas 6 e 7, se deve à inclusão naquela de itens que não são captados pela estatística da Receita Federal, tais como o recebimento de dividendos por parte da União e a existência de receitas diretamente arrecadadas, que não transitam pela Receita Federal.

Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em 2002, embora nesse caso sujeita a uma pequena partilha.

TABELA 6

Resultado primário do Governo Central

(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Receita total	14,56	15,22	17,30	18,92	16,77	16,14	16,93	18,74	19,66	19,93
Tesouro/Bacen	9,97	10,59	11,83	13,91	12,15	11,33	12,22	14,01	15,05	15,21
INSS	4,59	4,63	5,47	5,01	4,62	4,81	4,71	4,73	4,61	4,72
Despesa primária	13,71	14,24	15,88	16,50	16,17	15,95	16,67	17,96	17,77	18,15
Transferências a estados e municípios	2,65	2,67	2,87	2,55	2,60	2,53	2,66	2,91	3,28	3,42
Pessoal	3,80	3,93	4,52	5,14	5,13	4,84	4,27	4,56	4,47	4,57
Ativos	2,66	2,63	2,53	2,82	2,63	2,52	2,25	2,31	2,22	2,39
Inativos	0,91	1,06	1,72	1,99	2,14	2,07	1,82	2,04	2,05	1,97
Transferências	0,23	0,24	0,27	0,33	0,36	0,25	0,20	0,21	0,20	0,21
Benefícios do INSS	3,36	4,25	4,94	4,85	4,62	4,89	5,01	5,45	5,50	5,58
Outras despesas	3,90	3,39	3,55	3,96	3,82	3,69	4,73	5,04	4,52	4,58
Discrepância estatística	0,13	0,12	-0,54	0,83	-0,13	0,15	-0,57	-0,27	0,24	-0,05
Superávit primário	0,98	1,10	0,88	3,25	0,47	0,34	-0,31	0,51	2,13	1,73
INSS	1,23	0,38	0,53	0,16	0,00	-0,08	-0,30	-0,72	-0,89	-0,86
Tesouro/Bacen	-0,25	0,72	0,35	3,09	0,47	0,42	-0,01	1,23	3,02	2,59
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Receita total	20,77	21,66	20,98	21,61	22,74	23,39	23,90			
Tesouro/Bacen	15,97	16,85	16,23	16,78	17,69	18,07	18,40			
INSS	4,80	4,81	4,75	4,83	5,05	5,32	5,50			
Despesa primária	19,10	19,51	18,67	19,07	20,28	21,24	21,78			
Transferências a estados e municípios	3,53	3,80	3,54	3,48	3,91	3,99	4,10			
Pessoal	4,80	4,81	4,46	4,31	4,29	4,52	4,65			
Ativos	2,48	2,50	2,32	2,32	2,31	2,43	2,50			
Inativos	2,11	2,08	2,11	1,97	1,98	1,89	1,95			
Transferências	0,21	0,23	0,03	0,02	0,00	0,20	0,20			
Benefícios do INSS	5,78	5,96	6,30	6,48	6,80	7,13	7,23			
Outras despesas	4,99	4,94	4,37	4,80	5,28	5,60	5,80			
Ajuste metodológico*	-	-	-	0,11	0,11	0,11	0,08			
Discrepância estatística	0,02	0,01	-0,03	0,05	0,03	-0,05	0,00			
Superávit primário	1,69	2,16	2,28	2,70	2,60	2,21	2,20			
INSS	-0,98	-1,15	-1,55	-1,65	-1,75	-1,81	-1,73			
Tesouro/Bacen	2,67	3,31	3,83	4,35	4,35	4,02	3,93			

Fontes: Até 1996, SPE. A partir de 1997, STN. Dados de despesas de pessoal calculados com base na participação de ativos e inativos nas despesas apuradas pelo Ministério de Administração. A partir de 1995, cálculos do Ministério de Planejamento. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

* Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

n.d.: não-disponível.

TABELA 7
Receita Federal
 (Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Imposto de importação	0,42	0,39	0,45	0,47	0,70	0,50	0,55	0,67	0,74	0,72
IPI	2,16	2,34	2,47	2,08	1,93	1,84	1,79	1,67	1,55	1,60
Imposto de Renda	3,39	3,80	3,94	3,76	4,11	3,99	3,89	4,68	4,84	4,78
IPMF/CPMF	0,00	0,00	0,07	0,99	0,00	0,00	0,74	0,83	0,75	1,23
IOF	0,59	0,62	0,81	0,73	0,46	0,34	0,40	0,36	0,46	0,27
Cofins	1,31	1,00	1,38	2,14	2,16	2,12	2,04	1,91	3,02	3,38
PIS/Pasep	1,06	1,08	1,16	1,05	0,87	0,88	0,81	0,77	0,92	0,85
Contribuição sobre lucro líquido	0,28	0,74	0,79	0,90	0,83	0,78	0,82	0,79	0,69	0,79
Cide	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas*	0,86	2,08	1,19	0,91	0,84	0,82	0,96	1,92	1,26	1,37
Total	10,07	12,05	12,26	13,03	11,90	11,27	12,00	13,60	14,23	14,99
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Imposto de importação	0,70	0,54	0,48	0,47	0,42	0,43	0,50			
IPI	1,49	1,34	1,16	1,18	1,23	1,21	1,35			
Imposto de Renda	4,98	5,81	5,47	5,30	5,80	5,91	6,05			
IPMF/CPMF	1,32	1,38	1,36	1,36	1,36	1,38	1,40			
IOF	0,28	0,27	0,26	0,27	0,28	0,29	0,30			
Cofins	3,56	3,54	3,50	4,08	4,08	3,98	4,00			
PIS/Pasep	0,88	0,87	1,02	1,03	1,02	1,05	1,05			
Contribuição sobre lucro líquido	0,72	0,90	0,99	1,05	1,22	1,21	1,25			
Cide	0,00	0,49	0,44	0,40	0,36	0,34	0,30			
Outras receitas*	1,18	1,30	1,40	1,47	1,02	1,10	1,10			
Total	15,11	16,44	16,08	16,61	16,79	16,90	17,30			

Fonte: Secretaria da Receita Federal. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

* Outras receitas administradas e demais receitas.

A tabela 8 mostra as taxas de crescimento real, ano a ano, do gasto, usando o deflator do PIB, feita a ressalva de que, em 1995, isso pode implicar sérias distorções, pela mudança metodológica feita na apuração do PIB.¹⁸ Os dados encontram-se agrupados por períodos na tabela 9.¹⁹

As conclusões mais importantes são as seguintes:

- em todos os períodos considerados na tabela 9, o gasto primário total cresceu em termos reais acima do crescimento da economia;
- na média dos 16 anos, todas as categorias de gasto isoladamente consideradas cresceram em termos reais acima do PIB;
- a despesa que mais cresceu em 16 anos foi a dos benefícios do INSS;

18. Para comparações entre anos distantes, essa distorção afeta menos as taxas médias de crescimento.

19. Para uma avaliação sobre o tema da eficiência do gasto nesse período, ver a excelente coletânea organizada por Mendes (2006).

TABELA 8

Taxas de crescimento real do gasto primário do Governo Central

(Em %)

Composição	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Gasto primário total	3,3	16,8	9,4	2,1	0,8	8,0	7,8	-0,8	6,6
Transferências a estados e municípios	0,3	12,5	-6,4	6,1	-0,3	8,5	9,6	12,7	8,7
Pessoal	2,9	20,4	19,7	4,1	-3,7	-8,8	6,8	-1,7	6,4
Benefícios do INSS	25,9	21,7	3,4	-0,8	8,3	5,9	8,8	1,1	5,8
Outras despesas	-13,5	9,6	17,5	0,6	-1,4	32,5	6,4	-9,9	6,0
PIB	-0,5	4,7	5,3	4,2	2,2	3,4	0,0	0,3	4,3
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007		
Gasto primário total	6,6	4,9	-3,2	8,0	9,5	8,6	7,4		
Transferências a estados e municípios	4,8	10,3	-5,7	3,8	15,6	6,0	7,6		
Pessoal	6,5	2,9	-6,2	2,1	2,6	9,2	7,7		
Benefícios do INSS	5,1	5,7	7,0	8,6	8,0	8,7	6,2		
Outras despesas	9,9	1,9	-10,8	16,4	13,1	10,0	8,4		
PIB	1,3	2,7	1,2	5,7	2,9	3,7	4,7		

Fontes: SPE/STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

Obs.: Deflator: Deflator implícito do PIB.

TABELA 9

Taxas médias de crescimento do gasto primário do Governo Central

(Em % a.a.)

Composição	1992-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007	1992-2007
Gasto primário total	9,7	4,6	4,3	5,6	7,4	5,9
Transferências a estados e municípios	1,8	5,9	9,1	4,7	7,6	5,7
Pessoal	14,0	-0,6	3,5	1,8	7,7	4,2
Benefícios do INSS	16,5	5,5	4,4	8,1	6,2	7,9
Outras despesas	3,6	8,7	1,7	6,6	8,4	5,6
PIB	3,1	2,4	2,1	3,4	4,7	2,9

Fontes: SPE/STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

Obs.: Deflator: Deflator implícito do PIB.

- na primeira metade dos anos 1990, em que pese o potencial da alta inflação para limitar a despesa, o gasto primário sofreu um forte aumento;²⁰
- o destaque em cada período coube aos gastos com pessoal e INSS entre 1991 e 1994; ao aumento das “outras despesas” e à redução absoluta das despesas com pessoal no primeiro Governo FHC, devido à erosão do salário real do funcionalismo no período; às transferências a estados e municípios no segundo Governo FHC; aos benefícios do INSS e às “outras despesas” – pelo aumento da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e pelo

20. Observe-se na tabela 8 que, a rigor, esse potencial redutor da inflação até 1994 foi de fato usado para controlar a evolução das “outras despesas”. O *boom* da despesa total até 1994 esteve associado a dois fatores: a) a despesa com inativos da administração pública, após a regulamentação do capítulo previdenciário da Constituição de 1988, feita em 1991; e b) a dinâmica das despesas do INSS, que captam o aumento do estoque de aposentados rurais por idade de 1,9 milhão de pessoas em 1991 para 3,8 milhões de pessoas três anos depois; e o aumento físico médio de 10,0% a.a. no mesmo período, do estoque de aposentados por tempo de contribuição.

Bolsa Família – no primeiro Governo Lula; e à generalização do aumento do gasto em 2007.

Vejam os cada um dos grandes agregados de despesa em particular, com exceção das despesas previdenciárias, que, pela sua importância, merecem uma seção específica, a continuação desta. No caso da despesa com pessoal, embora ela tenha aumentado de 3,8% do PIB em 1991 para 4,7% do PIB atualmente, isso ocorreu devido ao aumento com inativos. Com efeito, a despesa com servidores ativos, que era de 2,7% do PIB em 1991, a rigor cedeu ligeiramente, em termos relativos, sendo de 2,5% do PIB em 2007. Esse fenômeno de perda de peso concentrou-se no período pós-1994 e nos servidores civis do Poder Executivo.

No que tange às transferências constitucionais e legais aos estados e municípios, elas passaram de 2,7 % do PIB em 1991, para 4,1% do PIB atualmente (tabela 10). Isso se deu especialmente a partir de 1999, uma vez que em 1998 essa despesa era ainda de 2,9% do PIB, não muito distante da de 1991. Na raiz do processo, encontra-se um elemento de natureza política, relacionado com as concessões fiscais que FHC e Lula tiveram de fazer para evitar problemas com os governadores que gerassem riscos sérios para a governabilidade. No conjunto dos nove anos transcorridos desde 1998, porém, as transferências associadas à compensação da Lei Kandir – dispositivo que exonerou parte das exportações de impostos estaduais, perda pelas quais os estados demandaram ressarcimento – acabaram sendo corroídas pela inflação e, em termos relativos, pelo crescimento – ainda que modesto – da economia. Já no caso dos outros elementos, destacam-se: *a*) o aumento das transferências constitucionais, resultante do fato de que, no que se refere aos impostos sobre os quais incidem os Fundos de Participação, na tabela 7, a perda de peso do IPI entre 1998 e 2007 foi muito menor que a variação da arrecadação do Imposto de Renda; *b*) a criação da Cide – com receita compartilhada – na década atual; e *c*) as maiores transferências associadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

TABELA 10

Despesas com transferências a estados e municípios

(Em % do PIB)

Composição	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Fundos constitucionais	2,53	2,57	2,64	2,80	3,02	2,72	2,63	2,97	3,04	3,15
Lei Complementar 87/96	0,23	0,41	0,32	0,28	0,27	0,23	0,22	0,22	0,19	0,17
Cide	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,08	0,08	0,05
Demais	0,15	0,30	0,46	0,45	0,51	0,59	0,57	0,64	0,68	0,73
Total	2,91	3,28	3,42	3,53	3,80	3,54	3,48	3,91	3,99	4,10

Fonte: STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

Ficando para depois a análise das despesas previdenciárias e tendo comentado a evolução do gasto com pessoal e as transferências às unidades subnacionais, resta agora abordar o comportamento das “outras despesas” da tabela 6. Estas eram de 3,9% do PIB em 1991 e devem atingir 5,8% do PIB em 2007. Neste ponto há um problema, resultante do fato de que as estatísticas mais desagregadas acerca da composição desse item, com uma estrutura próxima às estatísticas atuais, só passaram a existir a partir de 1994. Isso não é um obstáculo, porém, ao bom entendimento da dinâmica dessa rubrica no período, uma vez que foi justamente no período pós-

estabilização que se deu o fenômeno do seu aumento, já que em 1994 ela era ainda de 4,0% do PIB, praticamente o mesmo nível relativo de 1991. Para entender o que aconteceu de 1995 em diante, é preciso observar a tabela 11.

De um modo geral, o que houve no período foi um aumento importante das despesas caracterizadas como “sociais” – já devidamente analisado em outros trabalhos e documentos (CASTRO *et al.*, 2006; SPE, 2005). As estatísticas foram enriquecidas pela incorporação a partir de 1997 dos dados do item subsídios e subvenções, que a rigor aparecia implicitamente antes nas demais despesas; e pelo surgimento das despesas com a Loas, as quais a partir de 2004 incorporam também as despesas de Rendas Mensais Vitalícias (RMVs), que até 2003 eram registradas como despesas do INSS.²¹ Na verdade, o aumento do gasto com Loas entre 1994 e 2007 não tem exatamente a dimensão retratada na tabela 11, uma vez que parte dele se explica pela substituição demográfica ocorrida, já que o benefício assistencial da RMV – que é um benefício em extinção – vai sendo gradualmente deixado de lado em função das concessões de Loas para os novos indivíduos que formam a estatística de benefícios assistenciais. O problema para gerar uma estatística detalhada é que não há dados do Tesouro referentes especificamente às RMVs para os anos anteriores.²²

No caso das despesas com subsídios e subvenções, feito o devido reconhecimento quanto à importância da divulgação detalhada e transparente da informação desagregada dessa variável por parte do Tesouro, não há um padrão definido com tendência clara para a evolução da variável, que apresenta atualmente um peso similar ao de 1997, decomposto em uma multiplicidade de programas de pequena monta, individualmente considerados (tabela 12).

Resta mostrar a evolução do item “demais despesas” da tabela 11, o que é feito na tabela 13. O problema dessa última estatística é que, embora ela seja bastante desagregada, a) apresenta um histórico curto, já que se inicia apenas em 2003, deixando de captar o que ocorreu com a queda desse agregado entre 2002 e 2003 na mesma tabela 11;²³ e b) contém um item “diversos”, que representa um *pout-pourri* de despesas voláteis, cuja desagregação, por sua vez, só é feita a partir de 2005. Feitas essas qualificações, porém, registre-se que, do aumento do total do gasto considerado na tabela 13, de 1,0% do PIB entre 2003 e 2007, 0,4% do PIB decorre do incremento do investimento – recuperando-se da queda drástica que, por outros indicadores, sabe-se que ocorreu em 2003 – e o resto é fruto basicamente do salto verificado nas despesas com desenvolvimento social, em função da massificação do programa Bolsa Família.

21. No momento em que a estatística da RMV “migrou” de rubrica, ela correspondia a 0,10% do PIB. Isso explica o salto da conta do Loas entre 2003 e 2004 na tabela 11, já que até 2003 essa despesa não aparecia nessa estatística.

22. Uma estimativa pessoal do autor, feita a partir do número quantitativo de benefícios, gerou uma despesa de RMV de 0,15% do PIB em 1997, o que corresponderia a um total de benefícios assistenciais, somada com as despesas de Loas, de 0,23% do PIB naquele ano. O aumento desde então até os atuais 0,55% do PIB se explica pelo elevado incremento real do salário mínimo nesses dez anos e pelo aumento do número total de pessoas beneficiadas (soma de Loas e RMV) de 1,8 milhão de indivíduos em 1997, para mais de 3,0 milhões de pessoas atualmente.

23. Por outras estatísticas, porém, há fortes indicações de que basicamente a acentuada redução da despesa em 2003 se concentrou nos investimentos totais e nas despesas correntes dos ministérios cujas despesas não estão protegidas por vinculações.

TABELA 11

Composição das "outras despesas"

(Em % do PIB)

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Despesas FAT	0,55	0,48	0,49	0,53	0,54	0,52	0,47	0,51	0,54
Loas/RMV	n.d.	n.d.	n.d.	0,08	0,12	0,14	0,17	0,21	0,23
Subsídios e subvenções	n.d.	n.d.	n.d.	0,29	0,30	0,24	0,31	0,35	0,16
Transferências/despesas do Bacen	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,08	0,08	0,08	0,08
Demais despesas	3,41	3,34	3,20	3,83	4,08	3,54	3,55	3,84	3,93
Total	3,96	3,82	3,69	4,73	5,04	4,52	4,58	4,99	4,94
Composição	2003	2004	2005	2006	2007				
Despesas FAT	0,50	0,51	0,55	0,66	0,70				
Loas/RMV	0,26	0,39	0,43	0,50	0,55				
Subsídios e subvenções	0,36	0,29	0,48	0,41	0,35				
Transferências/despesas do Bacen	0,10	0,11	0,11	0,10	0,10				
Demais despesas	3,15	3,50	3,71	3,93	4,10				
Total	4,37	4,80	5,28	5,60	5,80				

Fonte: Até 1996, SPE. A partir de 1997, STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

n.d. = não-disponível.

TABELA 12

Despesa de subsídios e subvenções

(Em % do PIB)

Composição	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Custeio agropecuário ^a	0,02	0,03	0,01	0,01	0,02	0,02	0,04	0,03	0,02	0,03	0,02
Política de preços ^b	0,08	0,05	0,03	0,04	0,03	-0,02	0,02	0,01	0,05	0,05	0,04
Pronaf	0,01	0,02	0,03	0,03	0,04	0,04	0,06	0,06	0,04	0,05	0,04
Proex	0,03	0,06	0,08	0,07	0,10	0,03	0,05	0,03	0,03	0,02	0,02
Pesa ^c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,05	0,02	0,02
Subs. habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
Securitização ^d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,07	0,11	0,06	0,13	0,02	0,02
Fundo Terra ^e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,03	0,04	0,04
Fundos Regionais ^f	0,10	0,09	0,07	0,06	0,08	0,02	0,06	0,06	0,07	0,17	0,14
Outros ^g	0,05	0,05	0,02	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00
Total	0,29	0,30	0,24	0,31	0,35	0,16	0,36	0,29	0,48	0,41	0,35

Fonte: STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

^a Equalização de custeio agropecuário, rural e agroindustrial. ^b Política de preços agrícolas. ^c Programa Especial de Saneamento de Ativos. ^d Securitização de dívida agrícola. ^e Incra. ^f Em 2006 e 2007, inclui reordenamento de passivos. ^g Reordenamento de passivos.

TABELA 13

Composição das "demais despesas"

(Em % do PIB)

Composição	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento do Executivo	0,30	0,46	0,47	0,59	0,70
Custeio do Executivo	2,55	2,70	2,89	2,78	2,90
Saúde	1,32	1,38	1,45	1,39	1,39
Educação	0,36	0,29	0,31	0,27	0,27
Desenvolvimento social	0,10	0,29	0,29	0,40	0,45
Outros órgãos	0,77	0,74	0,84	0,72	0,79
Diversos	0,30	0,34	0,35	0,56	0,50
Créditos extraordinários	n.d.	n.d.	0,10	0,23	0,23
Legislativo/Judiciário	n.d.	n.d.	0,18	0,19	0,19
Sentenças judiciais	n.d.	n.d.	0,03	0,04	0,04
Demais	n.d.	n.d.	0,04	0,10	0,04
Total	3,15	3,50	3,71	3,93	4,10

Fonte: STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

n.d. = não-disponível.

A tabela 13, combinada com as anteriores, permite dimensionar melhor os dilemas com os quais se defronta o administrador público atualmente. Dada a rigidez dos gastos com transferências a estados e municípios, pessoal e INSS, a “variável de ajuste” de um eventual programa de cortes é naturalmente o item “outras despesas” da tabela 6, estimada em 5,8% do PIB em 2007. O problema é que quando se desagrega esse dado, como é feito na tabela 11, constata-se que, a rigor, o que sobra é o subitem “demais despesas” de 4,1% do PIB em 2007, já que as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Loas e Bacen são rígidas e os gastos com subsídios e subvenções têm para cada um dos programas um *lobby* de representação específica no Congresso Nacional no momento de votar o Orçamento. Por sua vez, ao desagregar os dados na tabela 13, constata-se que, dada a impossibilidade de mudar as despesas com saúde, educação, Bolsa Família e sentenças judiciais e a dificuldade de reduzir as despesas com Legislativo e Judiciário e sendo a rigor necessário aumentar o investimento público, a margem de incidência para a ação discricionária do Poder Executivo se limita a um montante da ordem de grandeza de 1% do PIB – com o que, é bom lembrar, é necessário fazer o governo funcionar, uma vez que envolve recursos fragmentados de todos os ministérios. Voltaremos a este ponto futuramente.

6 O PROBLEMA PREVIDENCIÁRIO

A evolução das despesas previdenciárias merece uma seção exclusiva. O Brasil fez três reformas previdenciárias desde a estabilização de 1994, cada uma delas em um dos três períodos de governo, de 1995 a 2006.²⁴

A primeira delas, na forma de uma Emenda Constitucional, no primeiro Governo FHC, basicamente, “desconstitucionalizou” a regra de cálculo dos benefícios do INSS e adotou o princípio da idade mínima de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres para a aposentadoria por tempo de contribuição, no caso dos servidores públicos.

A segunda reforma, no segundo Governo FHC, representada pela aprovação da chamada “lei do fator previdenciário”, complementou a anterior e estabeleceu que: *a)* as aposentadorias por tempo de contribuição seriam calculadas não mais pela média dos últimos 36 salários de contribuição e sim por uma média ligada ao histórico contributivo do indivíduo; e *b)* a aposentadoria resultaria da multiplicação da média contributiva por um fator previdenciário diretamente proporcional à idade do indivíduo e ao seu tempo de contribuição, podendo ser significativamente inferior a 1 no caso de aposentadorias especialmente precoces.

Finalmente, a reforma constitucional de Lula antecipou a vigência da idade mínima para a aposentadoria dos que estavam na ativa; ampliou as exigências de permanência no cargo para fazer jus à aposentadoria integral; e instituiu uma contribuição de 11% sobre o valor das aposentadorias e pensões excedente ao teto de aposentadoria do INSS. Tais medidas são válidas exclusivamente para os servidores. Além disso, a reforma aumentou o teto do INSS, com o intuito de ampliar a arrecadação no curto prazo.

24. Para uma defesa das reformas feitas nesse campo no Governo FHC, ver Ornelas e Vieira (1999). Para uma análise minuciosa da reforma previdenciária do Governo Lula, ver Zylberstajn *et al.* (2006).

A realidade representada por uma diferença entre despesas e contribuições previdenciárias que, tanto para os servidores públicos federais como para o INSS, se situa em torno da ordem de grandeza de 2% do PIB, somada ao fato de que em um caso isso financia aposentadorias para 1 milhão de servidores e no outro se paga benefícios a mais de 20 milhões de pessoas, tende a gerar naturalmente a percepção de que o nó principal a desatar localiza-se no regime de aposentadoria dos servidores. Entretanto, há três elementos a considerar. O primeiro é que, embora de fato a despesa com inativos (aposentados e pensionistas, cuja desagregação, porém, só está disponível desde 1995) tenha aumentado de 0,9% do PIB em 1991, para 2,1% do PIB em 1995, desde então essa rubrica se manteve relativamente controlada em torno de 2% do PIB, em contraste com a despesa do INSS, que, entre 1995 e 2007, aumentou nada menos que 2,6% do PIB (tabelas 6 e 14).

TABELA 14

Governo Central: despesas com pessoal ativo e inativo

(Em % do PIB)

Composição	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ativos	2,63	2,52	2,25	2,31	2,22	2,39	2,48	2,50
Civis do Executivo	1,68	1,58	1,37	1,22	1,32	1,37	1,36	1,35
Militares	0,55	0,51	0,43	0,52	0,37	0,47	0,48	0,55
Legislativo	0,12	0,13	0,12	0,13	0,12	0,11	0,13	0,13
Judiciário	0,28	0,30	0,33	0,44	0,41	0,44	0,51	0,47
Aposentados	1,46	1,42	1,23	1,38	1,37	1,30	1,40	1,38
Civis do Executivo	0,98	0,95	0,80	0,86	0,85	0,81	0,77	0,78
Militares	0,37	0,36	0,31	0,37	0,37	0,35	0,49	0,44
Legislativo	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,04	0,04	0,05
Judiciário	0,07	0,07	0,08	0,10	0,10	0,10	0,10	0,11
Pensionistas	0,68	0,65	0,59	0,66	0,68	0,67	0,71	0,70
Civis do Executivo	0,37	0,37	0,31	0,34	0,35	0,36	0,34	0,34
Militares	0,28	0,25	0,25	0,29	0,30	0,28	0,34	0,33
Legislativo	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Judiciário	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Composição	2003	2004	2005	2006				
Ativos	2,32	2,32	2,31	2,43				
Civis do Executivo	1,26	1,33	1,31	1,31				
Militares	0,46	0,38	0,39	0,39				
Legislativo	0,14	0,13	0,14	0,15				
Judiciário	0,46	0,48	0,47	0,58				
Aposentados	1,42	1,32	1,29	1,21				
Civis do Executivo	0,83	0,79	0,75	0,69				
Militares	0,42	0,37	0,38	0,37				
Legislativo	0,05	0,05	0,05	0,05				
Judiciário	0,12	0,11	0,11	0,10				
Pensionistas	0,69	0,65	0,69	0,68				
Civis do Executivo	0,35	0,34	0,34	0,35				
Militares	0,30	0,27	0,30	0,28				
Legislativo	0,01	0,01	0,02	0,02				
Judiciário	0,03	0,03	0,03	0,03				

Fonte: Ministério de Planejamento.

O segundo elemento a considerar é que o problema dos inativos do serviço público vem com o tempo se convertendo em um problema mais estreitamente ligado ao regime de aposentadoria dos militares, o que requer disposição para enfrentar uma questão que, mais de 20 anos após a redemocratização, nenhum governo enfrentou. Com efeito, para cada R\$ 1 que se gasta com uma pessoa na ativa entre os servidores civis, gastam-se 61 centavos com um inativo civil, proporção essa que no caso dos militares é de R\$ 1,67 com inativos para cada R\$ 1 gasto na ativa. O resultado disso é que os militares, sendo 16% da despesa total com ativos civis e militares dos Três Poderes, respondem por 34% da despesa com inativos (tabela 15).

O terceiro elemento a considerar é que a reforma previdenciária de 2003 de Lula já completou aproximadamente o estoque de medidas restritivas a tomar no caso dos requisitos de aposentadoria dos servidores civis. Além de estabelecer a idade mínima, ela tornou mais rígidas as regras para a concessão de aposentadoria integral e taxou os inativos. Portanto, o regime previdenciário dos servidores continua sendo extremamente deficitário, por conta da sustentação de um contingente elevado de inativos que se aposentaram muito precocemente no passado. Entretanto, as regras para os mais jovens já são bastante mais razoáveis que as regras permissivas de aposentadoria que vigoraram durante décadas.

TABELA 15

Indicadores relativos da despesa com pessoal – 2006^a

Variável	Civis	Militares	Total
Inativos/ativos	0,61	1,67	0,78
Pensionistas/(aposentados + pensionistas)	0,32	0,43	0,36
Distribuição da despesa com ativos (%)	84,0	16,0	100,0
Distribuição da despesa com inativos (%)	65,6	34,4	100,0
Distribuição da despesa com aposentados (%)	69,4	30,6	100,0
Distribuição da despesa com pensionistas (%)	58,8	41,2	100,0
Distribuição da despesa com ativos e inativos (%)	75,9	24,1	100,0

Fonte: Tabela 14.

^a Os civis incluem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Já as razões para o aumento das despesas do INSS de 3,4% do PIB em 1991, até os atuais 7,2% do PIB, se prendem a três causas. A primeira é o “efeito denominador” relacionado com o baixo crescimento do PIB de apenas 2,9% a.a. nesse período de 16 anos. A segunda é a benevolência da legislação, que gerou impactos importantes no contingente de beneficiados. E a terceira foi a política de aumentos do salário mínimo (SM) desde 1994.

No que se refere à benevolência da legislação, três aspectos se destacam (tabela 16). Na primeira metade da década de 1990, houve um *boom* de aposentadorias rurais em função dos efeitos defasados da Constituição de 1988 referentes ao meio rural, acompanhado de uma velocidade expressiva da concessão de aposentadorias por tempo de contribuição a idades particularmente precoces. Este segundo efeito prevaleceu até 1998, já que depois foi afetado pelas medidas aprovadas no Governo FHC, já explicadas. O terceiro aspecto em destaque foi a explosão do auxílio-doença – incluído em “outros” na tabela 16 – reflexo da combinação de falhas

gerenciais e de incentivos perversos existentes na legislação. O número de pessoas beneficiadas pelo auxílio-doença passou de menos de 500 mil indivíduos/mês em 2000, para mais de 1,5 milhão de pessoas em 2005, quando o governo começou a adotar medidas administrativas de controle da evolução da variável.

TABELA 16

Benefícios previdenciários ativos: taxas de variação por períodos de cinco anos

(Em % a.a.)

Composição	1991/1995	1996/2000	2001/2005
Aposentadorias	8,3	3,9	2,5
Idade	12,0	2,9	2,5
Urbanos	9,3	3,6	5,2
Rurais	13,0	2,6	1,5
Tempo de contribuição	9,8	7,6	2,0
Invalidez	0,5	2,0	3,0
Pensões	4,2	3,4	2,4
Outros	-6,8	0,4	19,1
Total	6,2	3,6	3,2

A dinâmica das despesas do INSS foi também muito influenciada pelo aumento real do SM, que, pela Constituição, representa o valor-piso dos benefícios previdenciários – bem como dos assistenciais – e que desde 1994 terá tido uma variação real acumulada de nada menos que 111% até 2008, inclusive, já considerando a regra vigente para este último ano (tabela 17).

Como dois de cada três benefícios do INSS são iguais ao piso e, portanto, indexados ao SM e o valor da folha do INSS gasta com aqueles que recebem o piso representa aproximadamente 35% da despesa do INSS, um aumento de 5% do SM implica uma despesa extra equivalente a 1,8%, aproximadamente, que se soma ao incremento verificado todos os anos, por motivos demográficos, no estoque de aposentadorias e pensões.

TABELA 17

Taxa de variação real do SM por período de governo – dezembro-dezembro

(Em % a.a.)

Período	Variação real média
1995/1998	6,7
1999/2002	2,4
2003/2006	8,1
2007	4,4
2008	3,7
Aumento acumulado (%)	110,7

Cabe registrar que, nos últimos anos, especificamente, um novo elemento passou a formar parte da dinâmica da despesa do INSS: as sentenças judiciais, resultantes de sucessivos pagamentos *once and for all*, porém escalonados ao longo do tempo para diferentes indivíduos, como resultado de decisões judiciais obrigando o

governo a pagar uma diferença retroativa referente à conversão das aposentadorias por ocasião da mudança de moeda no lançamento do Plano Real em 1994. Essas despesas, que eram irrelevantes em 2002, foram aumentando seu peso e são hoje de 0,2% do PIB (tabela 18). Nos próximos anos, é razoável supor que elas poderão tender a 0, uma vez que todos os atrasados tenham sido pagos. Isso permitiria uma folga para aumentos reais do SM até o final da década atual, sem elevar a despesa total na mesma velocidade que nos últimos anos, uma vez que o gasto a mais com as aposentadorias e pensões no valor do piso poderá ser compensado pela redução dos desembolsos associados ao pagamento de despesas judiciais pelo INSS.

TABELA 18
Despesas do INSS
(Em % do PIB)

Composição	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pagas pelo INSS	5,96	6,24	6,32	6,61	6,94	7,02
Sentenças judiciais	0,00	0,06	0,16	0,19	0,19	0,21
Total	5,96	6,30	6,48	6,80	7,13	7,23

Fonte: Ministério da Previdência Social. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

7 AS OUTRAS ESFERAS DO SETOR PÚBLICO

No que se refere às contas de estados e municípios, não se pode apresentar evidências acerca da evolução desagregada dos indicadores de receita e despesa como foi feito para o Governo Central, por inexistirem dados compilados dessa forma “acima da linha” para os governos subnacionais. Os indicadores parciais existentes desse tipo, apresentados no *site* do Tesouro Nacional, não têm séries muito antigas; sofrem do problema do aumento da cobertura com o passar dos anos, o que significa que o universo de unidades de um ano não é o mesmo que em anos anteriores; e são disponibilizados com grande defasagem. O que se pode comentar é o que ocorreu com o resultado fiscal “abaixo da linha” apurado pelo Bacen e mostrado na tabela 1; e com alguns indicadores específicos de receita.

Nesse sentido, sem tirar o mérito das administrações estaduais depois de 1999, no esforço de geração de superávits primários no conjunto do setor público, a tabela 4 é útil para fazer algumas qualificações necessárias. Embora o deslocamento da posição primária de estados e municípios nos últimos anos em relação à média de 1995-1998 tenha sido significativo, o indicador chama menos a atenção quando se comparam os resultados atuais com o dos anos imediatamente anteriores à estabilização. Com efeito, a média de superávit primário de estados e municípios de 1999-2002 foi, por coincidência, a mesma que no período 1990-1994 (0,6% do PIB). O fato sugere que o resultado de 1995-1998 foi particularmente negativo em função do erro de cálculo cometido por muitos governadores empossados em 1995. Estes, operando com a lógica dos planos de estabilização que tinham fracassado anteriormente, aceitaram demandas de aumentos generosos do funcionalismo, sem perceber que a corrosão real que os salários teriam que sofrer depois demoraria anos, em um regime de inflação baixa, para fazer os salários reais retornarem a um patamar mais realista. Isso contrastava fortemente com o que acontecia na época de alta inflação, quando aumentos nominais altos eram rapidamente compensados pela elevação dos preços.

De qualquer forma, no final da década de 1990 houve inequivocamente um ponto de inflexão no relacionamento entre o governo federal e as unidades subnacionais, representado pela combinação dos acordos de renegociação das dívidas estaduais e municipais, seguido da aprovação da LRF. Os acordos de renegociação implicaram a federalização das dívidas, em troca de que os estados e municípios beneficiados se tornassem devedores da União, de tal modo que esta fosse ressarcida ao longo de 30 anos mediante o pagamento de prestações mensais com um juro real implícito de 6% – na forma de uma tabela *price* –, parcelas sujeitas a um teto de 13% da receita das unidades devedoras. O contrato foi feito de tal modo que, em caso de inadimplência, a União pudesse ser compensada por meio da retenção de transferências e, no limite, da apropriação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no circuito bancário, o que praticamente impedia o devedor de aplicar um *default*. Quem tentou isso, por vias transversas, foi o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, em 1999 e rapidamente foi levado a perceber que o que o estado deixava de pagar por um lado, lhe era retirado por outro, o que acabou gerando um *clearing* das operações alguns meses depois.

Adicionalmente, a LRF, por meio do seu artigo 35, proibiu posteriormente de forma explícita a renegociação das dívidas com outras entidades, anulando conseqüentemente a possibilidade de novas revisões posteriores dos acordos já assinados e pondo fim a um histórico de décadas de casos de *moral hazard* em que, quando chegava o momento de um estado honrar a sua dívida, ela era novamente renegociada, sem que houvesse um pagamento efetivo.

Por outro lado, em que pese a mudança institucional profunda representada pelo binômio acordos de renegociação/LRF, a verdade é que, para melhorar a sua situação, os estados e os municípios se beneficiaram significativamente do aumento da receita verificado depois de 1998. Em parte, porque a arrecadação do ICMS se viu positivamente afetada por alguns efeitos específicos incidentes sobre os produtos nos quais a incidência de alíquotas é maior, tais como a majoração das alíquotas sobre telefonia em vários estados; ou os aumentos reais dos preços dos derivados de petróleo. E, em parte, pelo já citado incremento das transferências a estados e municípios. Observe-se na tabela 19 que a receita de ICMS elevou-se em nada menos que 1,3% do PIB entre 1998 e 2007, o que se soma ao *plus* das transferências da União de 1,3% do PIB também entre 1998 e 2007, já explicitado na tabela 10. O “delta” de receita de 2,6% do PIB entre esses dois anos explica, naturalmente, a passagem do resultado primário de estados e municípios de um déficit de 0,2% do PIB em 1998, para um superávit previsto de 1,1% do PIB em 2007.

TABELA 19
Receita de ICMS
(Em % do PIB)

1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
6,73	6,44	6,08	7,30	6,69	6,60	6,34	6,22	6,37	6,98
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	-	-	-
7,24	7,10	7,02	7,12	7,22	7,39	7,50	-	-	-

Fonte: Bacen (% do PIB). Para 2007, estimativa do autor.

Já no caso das empresas estatais, a já citada tabela 4 aponta também para a natureza algo anômala dos resultados particularmente negativos do período 1995-1998 e a retomada aproximada a partir de 1999 do nível de superávit primário expresso como proporção do PIB verificado, em média, nos dez anos 1985-1994. O destaque, no caso, cabe ao ocorrido no âmbito das empresas estatais estaduais e municipais – especialmente as primeiras – que no conjunto apresentaram um déficit primário de 0,4% do PIB em 1995 e de uma média de 0,2% do PIB nos 4 anos 1995-1998 e que nos nove anos 1999-2007 tiveram, por contraste, um superávit primário de 0,2% do PIB. Isso foi certamente reflexo da privatização de empresas estaduais deficitárias no Governo FHC e da melhora operacional das estatais remanescentes sob controle estadual. Já as estatais federais tiveram superávit primário médio de 0,2% do PIB durante 1995-1998, ampliado para uma média de 0,6% do PIB nos nove anos 1999-2007 (tabela 1). A explicação para isso esteve ligada, claramente, ao novo choque do petróleo do período e aos excelentes resultados da Petrobras. Como a produção nacional do óleo se tornou auto-suficiente na década atual e a empresa praticou uma política pela qual, *grosso modo*, seus preços acompanham, ainda que com alguma defasagem, os internacionais, a majoração das tarifas dos derivados de petróleo a partir dos sucessivos aumentos dos preços do barril, somada ao amadurecimento das melhoras de gestão introduzidas na empresa após o fim do monopólio do petróleo em 1995, gerou lucros expressivos. Esses se refletiram no superávit primário da empresa, cuja dinâmica domina amplamente a trajetória do resultado primário das empresas estatais federais.

8 AS MUDANÇAS DA DÍVIDA PÚBLICA²⁵

A DLSP – oficial, incluindo a base monetária – no Brasil começou a ser apurada, no conceito atual, no início da década de 1980, quando era de pouco mais de 20% do PIB. A partir de então, escalou até um máximo de 56% do PIB em meados daquela década, quando ela era predominantemente externa e foi afetada pela desvalorização real de 1983. Nos anos seguintes, sucessivos casos de subindexação da dívida fizeram com que, apesar da existência de déficits públicos elevados, a dívida perdesse peso relativo, processo esse que se acentuiu na primeira metade dos anos 1990 quando, na prática, a combinação de um déficit operacional nulo, juntamente com uma senhoriagem elevada associada à existência de alta inflação, encolheu a dívida para 30% do PIB em 1994. Com a nova série do PIB nominal, ela alcançou um vale de 28% do PIB em 1995, ano esse a partir do qual aumentou durante oito anos consecutivos, até 52% do PIB em 2003. A consciência de que o setor público estava flertando com o *default*, acentuada pelo fato de que, com a série do PIB conhecida na época, a dívida tinha chegado a ser da ordem de 60% do PIB – alguns anos antes da revisão do PIB nominal – parecem ter introjetado no comportamento tanto do mercado como dos governos – o anterior, de FHC, e o atual, de Lula – um comportamento que se assemelha à “intolerância à dívida” (*debt intolerance*) de Reinhart, Rogoff e Savastano (2006) no sentido de fornecer apoio à estratégia fiscal que fosse necessária para evitar o risco de inadimplência. Desde então, a dívida passou a cair como proporção do PIB e hoje é de 45% do PIB (tabela 20).

25. Sobre as tendências históricas da evolução da dívida pública brasileira antes do período aqui analisado, ver Rocha (1997) e Issler e Lima (2000).

TABELA 20

Composição da dívida líquida do setor público

(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Dívida interna	13,5	18,4	18,8	21,5	23,0	27,1	27,8	33,1	35,1	36,6
Governo Central	-2,1	0,8	1,9	6,7	9,0	13,3	15,5	19,4	20,0	21,7
Base monetária	1,5	1,4	1,0	3,6	2,8	2,2	3,3	3,9	4,2	3,9
Dívida mobiliária*	5,4	9,1	9,9	11,7	14,3	19,7	26,1	32,2	35,3	39,0
Renegociação: estados e municípios	-	-	-	-	-	-	-5,0	-8,7	-11,3	-12,5
FAT	-0,9	-1,3	-1,5	-2,0	-2,3	-2,3	-2,4	-3,3	-3,6	-4,1
Demais dívidas	-8,1	-8,4	-7,5	-6,6	-5,8	-6,3	-6,5	-4,7	-4,6	-4,6
Estados/municípios	5,9	8,1	8,3	9,6	9,5	10,2	11,5	12,6	14,0	14,1
Renegociação: estados e municípios	-	-	-	-	-	-	5,0	8,7	11,3	12,5
Outras	5,9	8,1	8,3	9,6	9,5	10,2	6,5	3,9	2,7	1,6
Empresas estatais	9,7	9,5	8,6	5,2	4,5	3,6	0,8	1,1	1,1	0,8
Dívida externa	23,3	18,7	14,4	8,5	5,0	3,6	4,0	5,8	9,4	9,0
Total	36,8	37,1	33,2	30,0	28,0	30,7	31,8	38,9	44,5	45,6
Dívida fiscal	36,8	37,1	33,2	30,0	28,0	29,0	31,7	37,9	37,2	38,2
Ajuste patrimonial	-	-	-	-	-	1,7	0,1	1,0	7,3	7,4
Privatização	-	-	-	-	-	-0,1	-1,9	-3,0	-3,5	-4,8
Outros	-	-	-	-	-	1,8	2,0	4,0	10,8	12,2
Efeitos do câmbio	-	-	-	-	-	0,1	0,2	0,9	6,8	7,8
Demais ajustes	-	-	-	-	-	1,7	1,8	3,1	4,0	4,4
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Dívida interna	38,8	37,6	41,7	40,2	44,1	47,6	51,9			
Governo Central	22,6	20,9	24,0	23,5	28,5	33,0	38,3			
Base monetária	3,9	4,2	4,2	4,4	4,7	5,1	4,7			
Dívida mobiliária	44,3	34,4	40,6	38,4	44,5	45,0	45,6			
Renegociação: estados e municípios	-12,8	-12,5	-13,9	-13,6	-13,4	-12,9	-12,4			
FAT	-4,5	-4,4	-5,0	-5,1	-5,4	-5,5	-5,3			
Demais dívidas	-8,3	-0,8	-1,9	-0,6	-1,9	1,3	5,7			
Estados/municípios	15,9	15,6	17,0	16,3	15,6	14,7	13,6			
Renegociação: estados e municípios	12,8	12,5	13,9	13,6	13,4	12,9	12,4			
Outras	3,1	3,1	3,1	2,7	2,2	1,8	1,2			
Empresas estatais	0,3	1,1	0,7	0,4	0,0	-0,1	0,0			
Dívida externa	9,6	13,0	10,7	6,8	2,4	-2,7	-8,4			
Total	48,4	50,6	52,4	47,0	46,5	44,9	43,5			
Dívida fiscal	37,6	32,9	37,4	34,4	35,4	35,1	33,4			
Ajuste patrimonial	10,8	17,7	15,0	12,6	11,1	9,8	10,1			
Privatização	-4,5	-3,6	-3,6	-3,2	-3,1	-2,8	-2,7			
Outros	15,3	21,3	18,6	15,8	14,2	12,6	12,8			
Efeitos do câmbio	9,6	16,0	13,3	10,9	9,4	8,3	8,8			
Demais ajustes	5,7	5,3	5,3	4,9	4,8	4,3	4,0			

Fonte: Bacen. Para 2007, setembro.

* Em 1991, inclui NCz\$ bloqueados.

Nesse processo, destacaram-se os seguintes aspectos:

- mudanças radicais na composição da dívida pública ao longo do tempo: a dívida externa chegou a ser quase irrelevante até 1996, tornou-se crescentemente importante até 2002 e voltou a perder peso daí em diante, a ponto de atualmente o

setor público brasileiro ser credor líquido do exterior (dívida externa líquida negativa);

- aumento perigoso, por outro lado, da importância relativa da dívida mobiliária federal, que em 1991 – mesmo incluindo os NCz\$ então bloqueados do Plano Collor – era de apenas 5% do PIB; já alcançara 12% do PIB em 1994, no começo do Plano Real; escalou até 34% do PIB no final do Governo FHC em 2002; e atinge 46% do PIB hoje, como contrapartida do processo de acumulação de reservas internacionais, que reduz a dívida externa líquida do setor público, mas aumenta a dívida interna;
- as mudanças na evolução da dívida renegociada, que representa um crédito da União e um débito dos estados e municípios, crescente até 2003 por causa da forte influência do IGP – que aumentou mais do que o deflator do PIB – mas lentamente declinante a partir de então; e
- a importância decisiva dos “ajustamentos patrimoniais”, ou seja, de fenômenos “abaixo da linha”, desvinculados da evolução do fluxo das NFSP e associados aos efeitos cambiais sobre a dívida pública e ao reconhecimento de passivos contingentes, conhecidos como “esqueletos”.

Este último aspecto é crucial para entender a evolução da dívida pública desde 1998. Até então, esses ajustamentos tinham adicionado apenas 1% do PIB à dívida líquida. Entre 1998 e 2002, porém, eles impactaram a dívida em mais 17% do PIB, o que explica por que, apesar do ajustamento fiscal de 1999-2002, a dívida pública continuou aumentando.²⁶ Já nos anos posteriores a 2002, os ajustamentos patrimoniais jogaram a favor e diminuíram a dívida líquida, apesar de o estoque da “dívida fiscal” das estatísticas do Bacen ser atualmente dos mesmos 33% do PIB de 2002.

Embora a evolução da dívida interna inspire cuidados e impeça afirmar que a crise fiscal foi totalmente superada, além da queda da relação dívida pública/PIB, há outros três elementos que merecem destaque na evolução da dívida pública nos últimos anos. O primeiro deles foi a redução paulatina, não só da dívida interna indexada ao câmbio, como também da parcela vinculada à taxa Selic – Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) – que chegou a ser de 69% da dívida em 1998 (tabela 21). Junto com a dívida indexada ao câmbio, eram nada menos que 75% da dívida em 2002. Já de 2003 em diante, a parcela de títulos prefixados e indexados a índices de preço, portanto em ambos os casos com juros não associados à taxa Selic, foi em linhas gerais aumentando progressivamente, de apenas 13% da dívida mobiliária federal em 2002, até 55% atualmente, ao mesmo tempo em que a dívida cambial desapareceu e a dívida ligada à Selic caiu para 33% do total.

26. Em parte, isso se deve ao impacto da desvalorização cambial de 1999-2002 sobre o peso relativo da dívida interna indexada ao dólar. Essa dívida era responsável por parte não desprezível da dívida mobiliária e em 1998 correspondia a 7% do PIB. Com a desvalorização, aumentou para 9% do PIB em 1999 e a combinação de maiores emissões desses títulos, com novas desvalorizações, levou essa dívida a ser de 13% do PIB em 2002. Nos anos seguintes, com a apreciação cambial verificada e o fim do interesse por esses papéis, essa dívida desapareceu, sendo substituída por outras modalidades de endividamento interno.

TABELA 21

Títulos públicos federais e operações de mercado aberto – fim de período

(Participação percentual por indexador)

Indexador	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Câmbio	8,3	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	22,5	29,5	33,5
Selic	16,0	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,7	54,4	41,9
Prefixados	40,2	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	14,9	8,1	2,0
Índices de preço	12,5	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	6,0	7,2	11,4
Outros	23,0	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	3,9	0,8	11,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Obs.: NTN-F (% prefixada)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indexador	2003	2004	2005	2006	2007(set)				
Câmbio	20,5	9,3	1,2	-1,0	-2,0				
Selic	46,6	49,5	52,1	38,1	32,7				
Prefixados	11,6	19,0	27,2	34,2	32,1				
Índices de preço	12,6	14,1	15,2	21,4	22,4				
Outros	8,7	8,1	4,3	7,3	14,8				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				
Obs.: NTN-F (% prefixada)	0,8	2,0	3,6	12,5	28,2				

Fonte: Bacen.

Obs.: A partir de 2002 (inclusive), considera as operações de swap. Inclui operações de financiamento (mercado aberto) em "outros".

O segundo elemento a merecer destaque é o aumento da participação de títulos prefixados longos na parcela dos prefixados. Trata-se das Notas do Tesouro Nacional, série F (NTNs-F), títulos de até dez anos que têm sido lançados em proporção crescente *vis-à-vis* os tradicionais títulos prefixados de curto prazo (LTNs). As NTNs-F respondiam por apenas 1% do estoque de títulos prefixados em 2003 e são responsáveis por 28% dos prefixados atualmente, contribuindo assim para o aumento expressivo do prazo médio da dívida prefixada, que era de apenas três meses em 2002 e hoje é de aproximadamente 18 meses (tabela 22).²⁷

TABELA 22

Prazo médio dos títulos prefixados da dívida pública mobiliária federal em poder do público – dezembro (meses)

Ano	Prazo médio
1999	2,0
2000	5,2
2001	3,5
2002	3,1
2003	6,5
2004	5,6
2005	10,4
2006	12,7
2007 (setembro)	17,0

Fonte: STN.

27. O prazo médio da dívida total não tem muito significado porque o Tesouro pode emitir LFTs longas, que em caso de aumento da taxa dos juros afetarão imediatamente todo o estoque da dívida associado à taxa Selic. Nesse sentido, o aumento do prazo médio da dívida prefixada é um indicador de confiança muito maior no futuro da economia que o prazo da dívida total.

O terceiro elemento que merece ser citado é a redução dos juros de longo prazo associados aos títulos de longo prazo. Como envolvem uma considerável dose de incerteza, associada ao comportamento futuro de uma economia como a brasileira – com uma instabilidade inflacionária histórica –, o risco de carregar esses títulos em carteira é elevado e, portanto, a evolução das suas taxas de juros é um indicador importante de confiança no futuro. A esse respeito, vale dizer que ainda em 2006 o governo lançava NTNs de médio prazo, na época para 2012 (seis anos) com juros nominais de até 17%. Já nos últimos meses, em 2007, por contraste, apesar de certa instabilidade recente, tem lançado títulos com prazo muito maior, para 2017 (dez anos), pagando recentemente taxas nominais em torno de 12%, o que, para os parâmetros atuais de inflação, implica juros reais – brutos – da ordem de 7%, historicamente baixos para os padrões brasileiros, especialmente se considerados o prazo de dez anos e o fato de que o rendimento sofre incidência do Imposto de Renda.

Em outras palavras, para um país caracterizado há muitos anos por ter uma dívida pública: *a)* crescente; *b)* com taxas de juros elevadas; *c)* fortemente suscetível ao impacto dos juros de curto prazo; e *d)* concentrada no curto prazo, o Brasil está caminhando gradualmente no sentido de vir a possuir uma estrutura de dívida mais madura e, além de ter uma dívida pública declinante, exhibe hoje taxas de juros reais menores que no passado; tem uma dívida menos ligada aos juros de curto prazo; e vem progressivamente alongando a maturidade dos vencimentos dos papéis.

9 OS DESAFIOS A ENFRENTAR

Decorridos 13 anos da estabilização, oito desde o ajuste fiscal iniciado em 1999 e quatro desde o começo do declínio da relação dívida pública/PIB depois de 2003, a situação é propícia a que se faça um balanço dos novos desafios a serem enfrentados na área fiscal. Seis deles parecem particularmente relevantes.

Desses, um dos mais importantes é o *aumento do investimento público*.²⁸ Embora seja razoável julgar que, após as privatizações dos anos 1990 e de fenômenos como as concessões – em particular, na área rodoviária – as atuais exigências de investimento por parte do setor público não deveriam ser as mesmas que nos anos 1970, é praticamente consensual entre as diversas correntes de pensamento que o baixo investimento público dos últimos anos é um dos responsáveis pelo fato de o país não ter alcançado taxa de crescimento maior de sua economia. Há setores onde a presença do Estado continuará fundamental, a exemplo do que se verifica mesmo em países onde o setor privado opera sem restrições e a regulação setorial é adequada. A tabela 23 dá uma idéia de quão longe o país está dos níveis de investimento público registrados em épocas mais distantes, o que exigirá maior atuação do governo e um aumento desse tipo de despesa.

28. Para uma análise exaustiva desta questão específica, ver Afonso e Biasoto (2007).

TABELA 23

Investimento público por período de governo – itens selecionados*

(Em % do PIB)

Período	União	Estados e municípios	Soma do governo	Eletrobrás
1969-1973	1,8	2,7	4,5	n.d.
1974-1978	1,5	2,3	3,8	n.d.
1979-1984	0,9	1,4	2,3	0,8 ^b
1985-1989	1,1	1,8	2,9	0,8
1990-1994	1,2	1,9	3,1	0,4
1995-2002	0,8	1,4	2,2	0,2
2003-2006	0,6	1,4	2,0	0,2
2007	0,8	1,5	2,3	0,2

Fonte: Para os dados do governo, STN. Para a União até 1979 e para estados e municípios, no período 1969-1999, dados de Raul Velloso. Para a Eletrobrás, Ministério do Planejamento. Para 2007, estimativa do autor, com base em dados parciais do Orçamento.

n.d. = não-disponível.

* Balanço orçamentário (despesa liquidada).

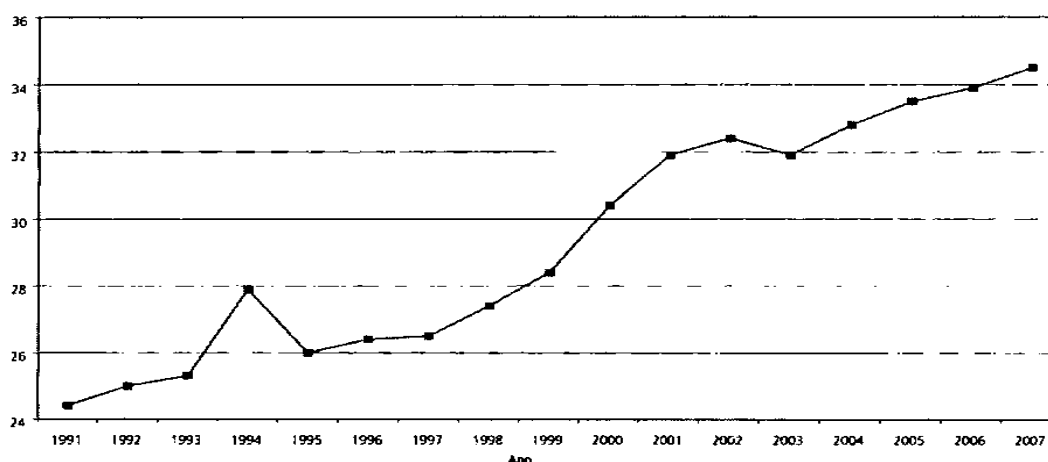
^b 1980-1984.

O segundo grande desafio é *diminuir a carga tributária*. Embora a reversão ao passado seja provavelmente utópica, uma vez que muitos dos fatores que geraram a necessidade de financiar novos gastos mediante uma pressão tributária maior são irreversíveis – como o efeito do aumento do SM sobre as despesas previdenciárias e assistenciais – o fato é que, assumindo-se que a carga tributária elevada atue como um elemento negativo para o crescimento econômico, o país poderia, uma vez superada a emergência fiscal das últimas duas décadas, desfazer parcialmente o aumento da carga impositiva observado desde meados dos anos 1990 (ver gráfico a seguir). Ainda que retornar a uma carga de 25% do PIB seja irrealista, em um contexto de redução da despesa de juros e menor superávit primário, uma carga tributária mais próxima de 30% do PIB poderia ser um objetivo viável para daqui a 15 ou 20 anos. Isso poderia contribuir, assim como o maior investimento, para alavancar as taxas de crescimento do PIB.²⁹

O terceiro desafio é *conter a expansão das dívidas interna e mobiliária*. Embora a DLSP esteja em queda, a mudança de composição tem feito que a dívida interna, que era de 22% do PIB em 1994 e atingira 38% do PIB em 2002, tenha continuado a aumentar até 52% do PIB atualmente. Ao mesmo tempo, a dívida mobiliária federal passou de 12% do PIB em 1994, para 34% do PIB em 2002 e 46% do PIB atualmente. Ainda que tais fenômenos sejam em parte a contrapartida da transformação recente do setor público em um credor externo, a continuidade desse processo é indesejável, sendo recomendável no futuro inicialmente conter a expansão das dívidas interna e mobiliária, para depois reduzir o coeficiente de ambas em relação ao PIB.

29. Algumas das afirmações feitas nesta seção se apóiam no que se poderia denominar genericamente “saber convencional”, embora se possa aceitar a crítica de que elas não se derivam de evidências empíricas econométricas. Identificar com precisão tais relações causais pode ser um bom objeto de pesquisa futura, que vai além do escopo deste trabalho, suficientemente extenso a ponto de inibir novas áreas de expansão. Não seria adequado, porém, após a descrição feita de quase 20 anos de política fiscal, concluir o artigo sem algumas recomendações de política que nos parecem bastante relevantes como saldo da análise feita.

Carga tributária
(Em % do PIB)



Fonte: Contas Nacionais (CNS) do IBGE. Para 2005-2006, estimativa de José Roberto Afonso (excluindo FGTS). Para 2007, estimativa do autor.

O quarto desafio – ligado ao anterior – para a próxima década é *perseguir superávits nominais*, em moldes similares aos adotados há vários anos pelo Chile.³⁰ Há alguns anos isso seria irrealista no Brasil, pois com a carga de juros que o país pagava, implicaria projetar superávits primários impossíveis de atingir. Com a queda dos juros, porém, o desafio é persistir gerando superávits primários importantes, ainda por alguns anos, de tal forma que, no limite, em algum momento a despesa de juros ceda a ponto de ser menor que o esforço primário, implicando reduções sucessivas da dívida pública mesmo em termos nominais, supondo-se que a geração de “esqueletos” tenda a desaparecer no futuro. Embora atingir superávits nominais, ou seja, NFSP nominais negativas, tenha uma lógica clara – associada ao efeito positivo que isso teria sobre: *a)* a dinâmica da dívida interna, que, na presença de superávits nominais, poderia vir a cair; *b)* a expansão do crédito; e *c)* a melhora de *rating* do país pela queda rápida da relação dívida/PIB –, o objetivo não será tarefa fácil porque não depende apenas da redução da Selic. Repare o leitor que na tabela 1, entre 2005 e 2007, a carga de juros terá diminuído apenas de 7,3% para 6,4% do PIB, em que pese o fato de a Selic, como se pode ver na tabela 24, ter diminuído muito mais, em termos relativos. A explicação para esse descompasso está ligada a dois fenômenos. Por um lado, o aumento das reservas internacionais, cuja contrapartida é uma elevação da dívida interna (tabela 20) sobre a qual incidem juros maiores do que os recebidos na aplicação daquelas; por outro, a mudança na composição da dívida, uma vez que o alongamento de prazos tem um custo. Nos últimos 12 meses completados em setembro de 2007, por exemplo, a Selic acumulada foi de 12,4%, mas o estoque de NTN-F (títulos de longo prazo prefixados) no mesmo período teve um custo médio maior, de 13,7%, por conta de títulos emitidos em épocas anteriores, com juros elevados, mas prazo longo, que portanto afetarão a dívida até seu vencimento. Esses dois fatores amorteceram o efeito da redução da Selic sobre a taxa de juros implícita da DLSP, taxa essa que vem caindo, porém muito suavemente.

30. Sobre a política fiscal no Chile, ver OCDE (2005).

TABELA 24
Taxa de juros da dívida pública nominal – janeiro-dezembro
 (Em %)

Taxa de juros	2005	2006	2007
Selic	19,1	15,1	11,9
DPMFI ^a	17,5	15,2	13,0
DPMFI ^b	17,0	14,8	12,8
Taxa de juros implícita: dívida interna	17,8	15,9	13,7
Taxa de juros implícita: dívida líquida total	17,6	16,9	15,6

Fontes: Bacen e STN. Para 2007, estimativa do autor à luz dos dados disponíveis em novembro de 2007.

^a Excluindo títulos indexados ao câmbio.

^b Incluindo títulos indexados ao câmbio.

DPMFI: Dívida Pública Mobiliária Federal interna.

O quinto grande objetivo pode, a rigor, ser considerado o primeiro, uma vez que é o requisito necessário para viabilizar os outros. Ora, se o que se quer é: *a)* aumentar o investimento público; *b)* diminuir a carga tributária; e, ao mesmo tempo, *c)* obter superávits nominais para diminuir a dívida pública, a queda da taxa de juros pode não ser suficiente para permitir esses efeitos simultâneos, o que significa que o quinto objetivo deve ser o de *conter a expansão do gasto corrente*. Mostramos na tabela 9 que o gasto primário do Governo Central se expandiu a uma média real de quase 6% a.a. nos 16 anos de 1991 a 2007 (inclusive) quando o crescimento anual da economia, na média, sequer chegou a 3% no período. Sabendo-se que essa expansão do gasto foi centrada no gasto corrente, uma vez que o investimento público se deteriorou no período, é preciso agora viabilizar o oposto do que ocorreu nesses anos e alcançar um crescimento do gasto corrente que, embora positivo – por uma série de pressões políticas e sociais que não será possível evitar, como as ligadas à demografia – seja inferior ao crescimento do PIB. Uma conta simples ajuda a entender o potencial disso: partindo de uma despesa corrente do Governo Central – excluindo-se transferências a estados e municípios – da ordem de 17,0% do PIB, se quando o PIB cresce 4,5%, a despesa corrente aumenta 3,5%, em um ano a relação gasto/PIB diminuirá apenas 0,16% do PIB, mas em dez anos a redução pode ser substancial, alcançando 1,56% do PIB – mais do que se arrecada em um ano de CPMF.

O sexto desafio é *repensar as estatísticas fiscais*. Chegou o momento de avaliar até que ponto um sistema de estatísticas montado há aproximadamente 25 anos é o mais adequado para a realidade atual. Quando em 1983 o Brasil iniciou o sistema de apuração das NFSP e da dívida pública – retroativos até 1981, ainda que com dados precários – a realidade fiscal era marcada pelo predomínio notório do problema do elevado endividamento das empresas estatais. Não levar isso em consideração teria gerado portanto um diagnóstico falso acerca dos problemas da época. Nas atuais circunstâncias, porém, a realidade é completamente diferente, a ponto de as empresas estatais serem credoras líquidas (tabela 25).

TABELA 25

Composição das NFSPs nominais e da dívida pública – 2007*

(Em % do PIB)

Composição	Superávit primário	Juros nominais	NFSP	Dívida líquida	
				1985	2007 ^b
Governo Central	2,22	4,83	2,61	18,7	31,0
Estados e municípios	1,18	1,60	0,42	7,0	14,1
Empresas estatais	0,66	-0,09	-0,75	26,3	-1,6
Federais	0,58	-0,18	-0,76	n.d.	-2,7
Estaduais	0,08	0,08	0,00	n.d.	1,0
Municipais	0,00	0,01	0,01	n.d.	0,1
Total	4,06	6,34	2,28	52,0	43,5

Fonte: Bacen.

^a Últimos 12 meses encerrados em setembro de 2007.^b Setembro.

n.d. = não-disponível.

No caso das empresas estatais federais, especificamente, a tabela 26 mostra os efeitos de sucessivos superávits primários na geração de caixa dessas empresas, com destaque para a Petrobras. Ainda em 1998, elas eram, no conjunto, responsáveis por uma dívida líquida de 0,5% do PIB, atualmente transformada em um crédito líquido de 2,7% do PIB. A pergunta-chave é se faz sentido, do ponto de vista empresarial das estatais, continuar acumulando ativos financeiros que diminuem a dívida líquida, apenas pelo fato de que, se estes se transformarem em investimentos, serão captados pela estatística fiscal como uma redução do superávit primário consolidado.

Para perceber os problemas conceituais que a forma de apuração atual pode gerar, imagine-se, para facilitar o raciocínio, que o setor estatal se limite à Petrobras e que esta seja de propriedade do Tesouro na proporção de 50% mais uma ação. Se o governo vendesse duas ações, formalmente a empresa se tornaria privada e deixaria de fazer parte das estatísticas fiscais. Ora, é óbvio, porém, que os efeitos macroeconômicos de a Petrobras investir mais ou menos ou praticar os preços *x* ou *y* serão exatamente os mesmos antes ou depois da venda das duas ações. Considerando que o que se deseja com o cálculo do resultado fiscal é apurar o impacto da atuação do governo sobre a demanda agregada, o Brasil deveria progressivamente migrar para um sistema similar ao adotado na maioria dos países avançados e em muitas economias emergentes, onde o indicador fiscal por excelência é o resultado do Governo Central ou, alternativamente, do Governo Geral (incluindo as unidades subnacionais) mas sem considerar as empresas estatais. Na prática, isso até agora tem sido difícil de viabilizar, diante da necessidade de mostrar um superávit primário próximo a 4% do PIB e face à contribuição decisiva que para tal vem sendo dada pelas estatais. A caminho de uma situação em que, a partir de algum momento da próxima década, já com a dívida pública em franco declínio, o superávit primário possa diminuir, a exclusão do resultado das estatais do cômputo do resultado fiscal pode ser um tema que venha a entrar progressivamente na agenda fiscal futura.

TABELA 26

Dívida líquida das empresas estatais federais

(Em % do PIB)

Ano	Dívida líquida ^a
1998	0,5
1999	0,3
2000	-0,4
2001	-1,2
2002	-0,9
2003	-1,2
2004	-1,6
2005	-2,1
2006	-2,6
2007 (setembro)	-2,7

Fonte: Bacen.

^a (-) = crédito líquido.

Com o mesmo objetivo de adequar as nossas estatísticas ao padrão de outros países, deve-se pensar também em excluir a base monetária da estatística da dívida pública, algo que representa uma raridade no conjunto dos países. Embora isso deva ser muito bem explicado, uma vez que se trata de um passivo de 5% do PIB, a atitude se justifica, uma vez que ela não gera juros. A medida poderia ser adotada simultaneamente com a exclusão das estatais das estatísticas – o que gera um efeito oposto, aumentando a dívida pública líquida total, já que atualmente elas são credoras líquidas.³¹

10 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho é permitir que o leitor tenha um quadro ao mesmo tempo retrospectivo e relativamente detalhado das contas públicas no Brasil na década de 1990 e na década atual. Entre 1991 e 2007, mesmo ignorando-se a distorção metodológica que resulta de comparar dados atuais a partir da nova série do PIB com dados até 1994 calculados com a antiga metodologia (que subestimava o PIB e portanto superestimava os coeficientes de certas variáveis expressas como fração do produto), a receita bruta do Governo Central, apurada atualmente nas estatísticas regulares da STN, terá passado de 14,6% para 23,9% do PIB. Nesses mesmos 16 anos o gasto primário do Governo Central terá aumentado de 13,7% para 21,8% do PIB. As variações que esses números representam correspondem, em média, a um “delta” a cada ano de 0,6% do PIB de receita adicional na comparação com o ano imediatamente anterior e a um “delta” de gasto primário de 0,5% a mais a cada ano, na mesma comparação. Trata-se de uma política que pode muito bem ser qualificada como *spend-and-tax policy* (BICALHO, 2005).

31. Para evitar a acusação de perda de transparência, pode-se pensar em continuar a divulgação das estatísticas das estatais em separado, no *site* do Bacen, como é feito para as estatísticas do resultado operacional, mesmo quando o resultado fiscal oficial é dado com base no conceito nominal. A base monetária continuaria a ser divulgada, de qualquer forma, como parte das estatísticas monetárias.

Não houve inflexões relevantes nesse período. Considerando-se que outros indícios referentes a indicadores mais antigos no tempo apontam para um fenômeno similar na comparação do que ocorreu com o advento da Nova República em relação aos anos pré-1985, trata-se de uma realidade que, longe de marcar um governo específico, caracterizou um longo período histórico de quase 25 anos.

No que se refere aos dados anteriores a este trabalho, como se pode ver na tabela 27, Ricardo Varsano utilizou dados do IBGE para fazer a seguinte demonstração: a soma dos itens salários e encargos sociais, outras despesas correntes, assistência e previdência social, e subsídios nas CNs, somatório que na média do período 1981-1985 tinha sido de 20,8% do PIB, aumentou para 23,8% do PIB na média de 1986-1990 e para 27,2% do PIB na média de 1991-1994 (VARSANO, 1996).

A tendência ao aumento da despesa como proporção do PIB, de fato, iniciada no Governo Sarney (1985-1989), percorre a administração Collor/Itamar Franco (1990-1994); intensifica-se nos oito anos do Governo FHC (1995-2002), ainda que atenuada pela mudança metodológica que aumentou o PIB na nova metodologia do IBGE a partir de 1995; e consolida-se nos dois governos de Lula, de 2003 em diante. Em todos os casos, cada presidente entregou o país no final do mandato com uma despesa maior, como fração do PIB, do que no final da gestão anterior.

TABELA 27

Gasto primário corrente do governo: Contas Nacionais
(Em % do PIB)

Período	Salários e encargos	Outras despesas correntes	Assistência e previdência	Subsídios	Total
1981-1985	6,9	3,1	8,5	2,3	20,8
1986-1990	9,2	4,7	8,2	1,7	23,8
1991-1994	9,4	6,5	10,1	1,2	27,2

Fonte: Varsano (1996), com base em dados das CNs do IBGE. Inclui despesas de assistência e previdência e subsídios, que nas CNs são deduzidas da receita bruta. Abrange os governos da União, dos estados e dos municípios. Exclui empresas estatais.

Nos debates acerca da situação fiscal brasileira, costuma aflorar recorrentemente a idéia de que uma estratégia adequada seria combinar a redução do peso relativo do gasto, com um aumento do dispêndio entendido como “social”. Implícita nessa proposta está a idéia de que, sendo as despesas sociais vistas pela opinião pública como “corretas” e havendo um repúdio à carga tributária (e por extensão ao gasto público *lato sensu* maior, que ela financia), as fontes de pressão sobre a despesa observadas nas últimas duas décadas seriam passíveis de uma correção, sem prejuízo do atendimento dos objetivos ligados à ampliação do gasto social.

A tabela 28 sugere que essa visão não parece se coadunar com os fatos. Enquanto a tabela 6 mostra que entre 1991 e 2007 houve uma expansão da despesa primária da ordem de 8% do PIB, a tabela 28 sugere, com as qualificações que se pode fazer para dados mais antigos, que praticamente toda a variação do gasto público do Governo Central explica-se por gastos geralmente rotulados como “sociais”, somado ao aumento das transferências a estados e municípios que resulta da maior carga tributária federal necessária para financiar o incremento do gasto – parte da qual, pelo

mecanismo da distribuição de recursos com as unidades subnacionais, acaba redundando em nova despesa.³²

TABELA 28

Comparação entre itens selecionados de gasto social no Governo Central – 1991 e 2007

(Em % do PIB)

Composição	1991	2007	Diferença
INSS	3,4	7,2	3,8
Inativos do Governo Central	0,9	2,0	1,1
Saúde ^a	1,4	1,5	0,1
FAT ^a	0,6	0,7	0,1
Loas	0,0	0,6	0,6
Desenvolvimento social	0,0	0,5	0,5
Educação ^a	0,1	0,3	0,2
Reforma agrária ^a	0,0	0,1	0,1
Soma (A)	6,4	12,9	6,5
Transferências a estados e municípios (B)	2,7	4,1	1,4
(A) + (B)	9,1	17,0	7,9

Fontes: Tabelas 6, 11 e 13. No caso dos gastos com saúde, educação e reforma agrária, inclui investimentos.

^a Na primeira coluna, dados de 1994 extraídos de Além e Giambiagi (1999) e da tabela 11.

Inclui investimento em saúde, educação e reforma agrária.

À luz desses fatos, é importante que a agenda de reformas, defendida no início do Governo Lula em documento oficial (SPE, 2003) e por diversos participantes do debate, seja retomada com vistas a melhorar a qualidade do ajuste implementado nos últimos dez anos.³³ Em particular, paralelamente a uma reforma tributária que diminua as distorções atuais, que são um dos obstáculos a uma intensificação maior do ritmo de crescimento, seria conveniente aprovar medidas que permitissem modificar as regras que regem o sistema de aposentadorias e pensões; estabelecer limites ao crescimento do gasto corrente; e ter uma redução do grau de vinculações orçamentárias como forma de abrir espaço para um aumento do investimento público.³⁴

A importância de uma agenda de reformas torna-se mais clara quando se analisa a composição do gasto público – exposta de forma desagregada ao longo de diversas tabelas do trabalho – na tabela 29, com os números previstos para 2007. Com uma despesa primária de 21,8% do PIB, pode parecer intuitivamente razoável promover um corte do gasto público da ordem de 1% do PIB, por exemplo – ou seja, de menos de 5% do total. Entretanto, ao decompor as despesas, nota-se que a combinação de fatores legais ou constitucionais – como a proibição de demissão de funcionários públicos com estabilidade – com obstáculos políticos óbvios – como os que anulam qualquer possibilidade de reduzir a despesa com o Bolsa Família – somada ao fato de

32. Para os dados de 1994 como percentual do PIB, usados em alguns casos como *proxy* para o dado de 1991, na ausência de informação específica, ver Além e Giambiagi (1999).

33. Sobre propostas de reformas tributária, ver Varsano e Afonso (2004). Sobre a conveniência de reduzir a rigidez orçamentária associada às vinculações, ver Velloso (2005).

34. É inevitável mencionar essas propostas em um trabalho dedicado ao tema fiscal. O detalhamento dessas questões, porém, demandaria outro estudo, além do escopo do presente texto.

que, no caso de alguns itens, o que se deseja a rigor é que aumentem – como é o caso do investimento público – levam a que, na prática, o ajuste incida sobre as “demais despesas”, que representam pouco mais de 1% do PIB. Não é preciso ser um especialista em economia política para perceber que um ajuste de 0,5% do PIB, aplicado a uma rubrica que corresponde a 1,1% do PIB, tenderia a paralisar o governo e a inviabilizar a sua capacidade de articulação política no Congresso Nacional. Daí por que é importante aprovar, em particular, medidas de redução das vinculações e de controle do gasto corrente – que permitam diminuir gradativamente a relação gasto/PIB ao fazer com que o numerador aumente menos que o denominador – além de uma reforma previdenciária que idealmente leve a diminuir o peso relativo da despesa do INSS ao longo do tempo.

TABELA 29

Despesa do Governo Central – 2007

(Discriminação, em % do PIB)

Transferências a estados e municípios	4,10
Pessoal	4,65
INSS	7,23
FAT	0,70
Loas/RMV	0,55
Subsídios/subvenções	0,35
Transferências/despesas do Bacen	0,10
Investimento do Executivo	0,70
Custeio do Ministério da Saúde	1,39
Custeio do Ministério do Desenvolvimento Social	0,45
Custeio do Ministério da Educação	0,27
Legislativo/Judiciário	0,19
Sentenças judiciais	0,04
Demais despesas de custeio	1,06
Total	21,78

Fontes: Tabelas 6, 11 e 13.

Os dados apresentados no trabalho nos permitem destacar cinco grandes conclusões:

a) nos últimos 16 anos, o gasto primário do Governo Central cresceu a uma taxa média anual de quase 6%, correspondente a mais de duas vezes o crescimento médio da economia (tabela 9);

b) todas as quatro grandes rubricas de gasto tiveram uma expansão maior que a do PIB, com destaque para as despesas do INSS;

c) depois de duas décadas de forte expansão do gasto público, é importante conter o ritmo de crescimento do gasto público corrente, como forma de ampliar o espaço para o aumento do investimento público e reduzir a carga tributária;

d) por outro lado, a idéia de que, na ausência de grandes reformas, as contas públicas poderão marchar para um colapso no horizonte dos próximos anos, poderá se revelar equivocada se a economia tiver uma expansão da ordem de 4% a.a.;³⁵ e

e) embora a redução da dívida pública observada nos últimos anos deva ser comemorada, o fato de a dívida interna ter passado de 14% do PIB em 1991, para 22% do PIB em 1994; 33% do PIB em 1998; 38% do PIB em 2002; 48% do PIB em 2006; e 52% do PIB atualmente é um indicador preocupante e que deverá ser monitorado com cuidado nos próximos anos.

É importante, por último, estabelecer algumas precisões acerca dos pontos (c) e (d). A realização de novas reformas, conforme ficou claro no texto, seria importante para conter o ritmo de expansão da despesa corrente e abrir assim mais espaço para a realização de novos investimentos. Daí a importância de reformar a previdência social, diminuir o grau de vinculações e limitar o crescimento da despesa corrente. Por outro lado, é preciso enfatizar que parte do aumento do gasto ocorrido nos últimos três ou quatro anos decorreu de efeitos *once and for all* (incremento do auxílio-doença, aumento dos gastos do INSS com dispêndios judiciais etc.), de decisões discricionárias (por exemplo, os aumentos do SM) ou que não irão se repetir com a mesma intensidade nos próximos anos (como o alargamento do espaço do Bolsa Família). Portanto, como já foi dito, a idéia de que, na ausência de reformas estruturais, o país poderá enfrentar um colapso das contas públicas no horizonte dos próximos anos, poderá se revelar equivocada se a economia tiver um crescimento da ordem de 4% a.a. A previdência é um desafio maiúsculo, mas é um problema associado a longo prazo; a despesa com pessoal deverá crescer a um ritmo menor no futuro imediato, após os fortes aumentos de 2006 e 2007; o cumprimento das metas do Bolsa Família deverá naturalmente arrefecer a expansão das outras despesas de custeio; e, finalmente, a despesa de juros deverá ser menor que nos últimos anos. Problemas importantes, porém, deverão aflorar se a economia tiver um crescimento modesto, uma vez que nesse caso a combinação de um crescimento vegetativo forte do gasto – como aquele, por exemplo, causado pela previdência social, em função de fatores demográficos – com menor crescimento do PIB elevaria a relação gasto/PIB, exatamente quando a receita passaria a crescer a um ritmo menor.

O risco de não fazer novas reformas não é tanto o de causar uma explosão do gasto no futuro próximo e sim o de não abrir espaço fiscal para a realização das obras de infra-estrutura, de que o país tanto precisa e que devem, em parte, implicar uma participação importante do governo. Nesse sentido, a médio prazo, se o gasto corrente não for contido no futuro, o preço a pagar pode não ser o *default* da dívida pública, mas sim a frustração da expectativa de um crescimento econômico sustentável maior, mais próximo dos 5% a.a.

35. Estamos assumindo que a CPMF será renovada em 2008. Naturalmente, sem ela, as perspectivas de evolução da dívida pública seriam bastante diferentes.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R.; BIASOTO Jr., G. Investimento público no Brasil: diagnósticos e proposições. *Revista do BNDES*, v. 14, n. 27, jun. 2007.
- ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. O ajuste do Governo Central: além das reformas. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. *A economia brasileira nos anos 90*. BNDES, 1999.
- BARBOSA, F.; GIAMBIAGI, F. O ajuste fiscal de 1990-93: uma análise retrospectiva. *Revista Brasileira de Economia*, v. 49, n. 3, jul.-set. 1995.
- BICALHO, A. *Teste de sustentabilidade e ajuste fiscal no Brasil pós-Real*. 2005. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.
- BLANCHARD, O. Fiscal dominance and inflation targeting: lessons from Brazil. In: BANCO MUNDIAL. *Brazil: fiscal policy for reduced vulnerability*. 2004.
- CAGAN, P. The monetary dynamics of hyperinflation. In: FRIEDMAN, M. (Ed.). *Studies in the quantity theory of money*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.
- CASTRO, J. A.; MORAES, M.; SADECK, F.; DUARTE, B.; SIMÕES, H. Gasto social federal em uma dimensão macroeconômica: 1995-2001. In: PINTO, M.; ALVES, P.; BIASOTO, G. (Orgs.). *Política fiscal e desenvolvimento no Brasil*. Editora Unicamp, 2006.
- CYSNE, R. Contabilidade com juros reais, déficit público e imposto inflacionário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, abr. 1990.
- FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974-1984. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 3, Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1986.
- FMI – Fundo Monetário Internacional. Fiscal improvement in advanced economies: how long will it last? *World Economic Outlook*, cap. III, May 2001.
- GIAMBIAGI, F. Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do período 1995-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 32, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, abr. 2002.
- IPEÁ – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Panorama conjuntural. *Boletim de Conjuntura*, n. 64, mar. 2004.
- ISSLER, J. V.; LIMA, L. Public debt sustainability and endogenous seigniorage in Brazil: time series evidence from 1947-1992. *Journal of Development Economics*, n. 62, 2004.
- KOPITS, G. *Fiscal rules: useful policy framework or unnecessary ornament?* IMF, 2001 (Working paper, WP/01/145).
- MENDES, M. (Org.). *Gasto público eficiente: propostas para o desenvolvimento do Brasil*. Editora Topbooks, 2006.
- NAKAGUMA, M.; BENDER, S. *Mudança institucional e política fiscal no Brasil: uma avaliação da experiência recente*. Tesouro Nacional – Finanças Públicas – X Prêmio Tesouro Nacional 2005 – Edição Monografias STN, Brasília, 2006.
- NÓBREGA, M. *O futuro chegou: instituições e desenvolvimento no Brasil*. Editora Globo, 2005.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Chile. *OECD Economic Surveys*, v. 19, Nov. 2005.

_____. *OECD Economic Outlook*. Jun. 2001.

ORNELAS, W.; VIEIRA, S. As novas regras da previdência social. *Conjuntura Econômica*, v. 53, n. 11, nov. 1999.

PASTORE, A. C. Déficit público e a sustentabilidade do crescimento das dívidas interna e externa, senhoriagem e inflação: uma análise do regime monetário brasileiro. *Revista de Econometria*, v. 14, n. 2, 1995.

_____. *Senhoriagem e inflação: o caso brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos de Reforma do Estado, 1997 (Texto para discussão, n. 5).

REINHART, C.; ROGOFF, K.; SAVASTANO, M. Debt intolerance. *Brooking Papers on Economic Activity*, Brookings Institution, 2003.

ROCHA, F. Long-run limits on the Brazilian government debt. *Revista Brasileira de Economia*, v. 51, n. 4, 1997.

SERRA, J.; AFONSO, J. R. *Tributação, seguridade e coesão social no Brasil*. Serie Políticas Sociales, División de Desarrollo Social, Cepal, Santiago do Chile, 2007.

SPE – Secretaria de Política Econômica. *Política econômica e reformas estruturais*. Brasília: SPE, 2003.

_____. *Orçamento social do governo federal: 2001-2004*. Brasília: SPE, 2005.

VARSANO, R. De ônus a bônus: política governamental e reformas fiscais na transformação do Estado brasileiro. In: _____. *A economia brasileira em perspectiva – 1996*, cap. 11, Ipea, 1996.

_____. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 27, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, abr. 1997.

VARSANO, R.; AFONSO, J. R. Reforma tributária: sonhos e frustrações. In: GIAMBIAGI, F.; REIS, J. G.; URANI, A., *Reformas no Brasil – Balanço e Agenda*. Nova Fronteira, 2004.

VELLOSO, R. Rigidez orçamentária e difíceis escolhas. In: FÓRUM NACIONAL, 17., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2005.

VILLELA, R. Crise e ajuste fiscal nos anos 80: um problema de política econômica ou de economia política? *Perspectivas da Economia Brasileira – 1992*, Brasília: Ipea, 1991.

WERNECK, R. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 3, Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1986.

ZYLBERSTAJN, H.; PORTELA, A.; AFONSO, L.; FLORI, P. Resultados fiscais da reforma de 2003 no sistema de previdência social brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 36, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2007

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Marcos Hecksher

Revisão

Lucia Duarte Moreira

Alejandro Sainz de Vicuña

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Camila Guimarães Simas

Camila Oliveira de Souza

Carlos Henrique Santos Vianna

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5090

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar — Grupo 609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3515-8433 – 3515-8426

Fax (21) 3515-8402

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – sala 912

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5406

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

Tiragem: 135 exemplares

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, quando digo ao Brasil que este é um dos melhores Senados da República é porque vejo homens como V. Ex^a. A responsabilidade de V. Ex^a é extraordinária. Isso traz a grandeza.

Seu pai viveu aqui. Seu pai amou esta Casa.

Fiz política no Piauí, e ele foi meu adversário, um forte adversário.

Tinha de ser. Apoiou meu adversário, Hugo Napoleão. Mas aqui, quando ele sofreu uma perseguição – queriam levá-lo à CPI –, eu, reconhecendo a grandeza dele e a grandeza desta Casa, fui um dos que levantou a voz. E foi fundamental a volta que ele deu, engrandecendo esta Casa, presidindo a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Eu o vi tombar aí.

Mas nos tornamos amigos e companheiros. E eu pensava que ele encarava só o Poder Executivo. Como homem do Nordeste, quero dizer aqui que Deus fez a Bahia – o sol, o mar, o ar, a gente –, mas a grandeza e riqueza foram obra de Antonio Carlos Magalhães. Mesmo assim, conversando com ele, pensando que ele tinha um perfil mais de Executivo, ele disse que gostava daqui, que gostava de fazer leis boas e justas, e essa lei de combate à pobreza deu um filhote, o Bolsa-Família.

Então, quando falo deste Senado é porque o conheço. E V. Ex^a é uma dessas estrelas – foi um simbolismo quando se disse que o Senado é o céu. V. Ex^a acaba de dar ao País, com esse pronunciamento, a certeza de que este Senado não faltará ao País. Aqui estamos desde 14 horas, quando esta Casa homenageou uma das igrejas mais sérias: Mórmon, 80 anos no Brasil. Este País está precisando de Deus. E esta Casa aqui não faltará ao País.

Passou Antonio Carlos Magalhães, mas ele o deixou aí. E lembro que o pai de Kennedy imaginava ter um filho presidente, Joseph Kennedy. Seu primogênito sofreu um desastre na Aeronáutica. Não deu certo, mas o outro deu. Se o Luís Eduardo não pôde ter sido aquele presidente, V. Ex^a pode ter esses desígnios de Deus, pela postura, pela formação e pela bravura com que acaba de defender o nosso País.

Nossas congratulações!

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)
– Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– E aqui estamos no mesmo espírito de combatividade de Antonio Carlos Magalhães.

Em sessões anteriores, foram lidos os **Requerimentos nºs 417 e 1.336, de 2007**, do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado no dia 12 de dezembro, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia do Marinheiro, celebrado no dia 13 do referido mês.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer senados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Desde as 14 horas, estou aqui para, entendendo a finalidade do Senado, Antonio Carlos, que aprendi aqui... O Senado é para fazer leis boas e justas. O primeiro caminho de grandeza deste Senado é fazer leis boas e justas. A CPMF não é uma lei.

Vamos fazer uma lei boa e justa para a Saúde, assim como foi feita para a Educação – por isso é que nós reverenciamos João Calmon e Darcy Ribeiro.

Nós temos é de fazer uma lei boa e justa para a Nação, dizer “não” àquilo que nasceu com uma mentira em seu nome – provisória –, em sua finalidade – não é para a Saúde – e em sua abrangência – enganaram a população ao dizer que só brancos pagam o imposto do cheque. Temos de fazer essa lei boa. V. Ex^a tem a missão de dar continuidade às leis boas de Antonio Carlos Magalhães.

Outra coisa é fiscalizar o Governo. V. Ex^a engrandeceu este Senado, mostrando que o Governo é perdulário, está gastando muito. Isso se estuda. Nós estamos aqui é para ensinar o Luiz Inácio. É essa a nossa razão de ser. Se não for assim, que caia um raio aqui e acabe com o Senado.

Estudou-se. Estuda-se para jogar futebol. Como não se vai estudar para ser governante? Há um livro, *Reinventando o governo*, de Ted Gaebler e David Osborne, a respeito disso. O Governo não pode ser grande demais – o Titanic, grande demais, afundou. V. Ex^a sintetizou essa idéia.

É como disse Teotônio Vilela: “Falar resistindo e resistir falando”.

Eu sou lá do Piauí, que trouxe o Ipea, com João Paulo dos Reis Velloso, e que nos deu o mais extraordinário Presidente desta Casa, Petrônio Portella, que não se curvou aos militares e que fez aprovar aqui uma reforma judiciária. Fecharam, refletiram e se curvaram. Petrônio Portella trouxe a anistia e a redemocratização sem nenhuma truculência.

É isso que temos de fazer neste Senado. Passou por aqui Teotônio Vilela, que disse que era preciso resistir falando e, falando, resistir.

E vou a Sua Excelência o Presidente da República levar um documento para mostrar a realidade, para mostrar que os aloprados o enganam.

Há, por exemplo, a realidade do Piauí, onde escolheram treze obras inacabadas. Há o Porto de Luís Correia, iniciado por Eptácio Pessoa, para o qual faltam US\$10 milhões – o nosso Presidente sai por aí dando para países distintos, para povos distintos, e o Piauí fica sem porto.

Há a ZPE de Parnaíba, criada em 88 – a Câmara Municipal, por intermédio do Vereador Iweltman Mendes, fez uma audiência pública extraordinária.

Há a Estrada de Ferro Luís Correia-Parnaíba e Teresina. Luiz Inácio foi e disse que, em sessenta dias, funcionaria o trecho Parnaíba-Luís Correia. As eleições já aconteceram há mais de um ano, Luiz Inácio ganhou os votos e a eleição, mas não cumpriu sua promessa. Faço a lembrança para que ele não perca o mais importante: a sua palavra e o seu compromisso.

Há os Tabuleiros Litorâneos, agricultura irrigada; há o metrô de superfície de Teresina; há a Ponte Sesquicentenário, Presidente Luiz Inácio – era para comemorar os 150 anos de Teresina, que já está com 158. Quando governei o Piauí, fiz, no mesmo rio, uma ponte em noventa dias; o Senador Heráclito Fortes, Prefeito de Teresina extraordinário, fez no mesmo rio uma ponte em cem dias, e o Governo Federal há oito anos...

Queremos salvaguardar aquilo que há de mais importante: a palavra do nosso querido Presidente Luiz Inácio, que os alopados estão desvirtuando.

Há o Hospital Universitário, Pronto-Socorro Municipal de Teresina, iniciado por Heráclito Fortes quando Prefeito, em 89. O nosso Presidente foi lá, assumiu compromisso, ganhou as eleições. Já vai fazer vinte anos...

Há a Ponte de Luzilândia; a Universidade do Delta, *Campus* João Paulo dos Reis Velloso, filho de Parnaíba, *campus* avançado – passou numa lei que fizemos no Senado cujo Relator foi o Senador Alvaro Dias e o Paulo Renato deu o “aprove-se”.

O Piauí pede isso.

Aeroporto Internacional de Parnaíba, Teresina e São Raimundo Nonato. Há mais de um ano não vai mais para Parnaíba nem avião pequeno. Nunca dantes houve isso. Em Raimundo Nonato nem falar.

Os alopados disseram que iam fazer cinco hidroelétricas no Piauí. Queremos apenas que ele conclua a que há lá, a Hidroelétrica de Boa Esperança, e que faça a eclusa para permitir a navegabilidade do rio.

A última obra inacabada listada é o Luz para Todos.

Recebi este documento, Senador Antonio Carlos, em que foram agendadas treze obras inacabadas – o número treze é para lembrar o compromisso do PT.

O responsável pelo Luz para Todos no Piauí foi a Gautama. Então, deu no que deu.

Essas são as nossas palavras. Continuaremos a lutar.

Há pouco, Heráclito Fortes, extraordinário orador do Piauí, disse que conseguimos, depois da grande luta que ele iniciou, a escada Magirus que os bombeiros pediam para garantir Teresina contra os incêndios.

Pela ordem, pede a palavra o Senador Marco Maciel.

Brasileiras e brasileiros, já ia terminar a sessão, mas aqui temos de observar o espírito da lei, não é o Regimento não. Isso existe. A ignorância é audaciosa. Quem fez a democracia, Antonio Carlos, foi Montesquieu, que achava que era preciso dividir o poder.

Depois que ele fez, viu que era complicado, tinha de ser observado o espírito das leis. É isso.

Ia terminar a sessão, mas chegou o Senador Marco Maciel. Quer que eu seja claro, Antonio Carlos, para que entendam que está acima do Regimento? Foi Montesquieu que fez a democracia. Leiam, são dezenove volumes.

Vamos supor que uma lei... Marco Maciel, que sabe tudo, talvez conheça. Ontem ele me disse aqui que nós estamos errando, porque há uma lei, que foi feita justamente por Aécio Neves, que diz que o Congresso não pode se reunir se ainda houver veto que não tenha sido discutido.

Mas eu vou dizer o que é o espírito da lei para que entendam o que é isso e por que estou continuando a sessão. Eu acredito, eu creio que o espírito da lei é mais importante do que este Regimento. Foi escrito por Montesquieu. Ele não é o pai da democracia? Foi o povo, mas ele ajeitou.

Vou dar um exemplo. Eu sou do Piauí, do Semi-Árido, de São Raimundo Nonato. Tem tatu lá. Se eu sair agora com meu amigo Antonio Carlos Júnior e comer um tatu ali, tomando uma cerveja ou um uísque, devemos ser punidos, porque há muitas outras coisas que podemos comer.

No entanto, um trabalhador, vendo seu filho e sua mulher amada com fome, se pegar sua espingarda e matar um tatu para comer, não deve ser condenado. Esse é o espírito da lei, que tem de ser observado ainda que se trate do mesmo tatu!

Por isso é que V. Ex^a vai usar da palavra no momento em que quase eu ia terminando a sessão.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Muito bem. Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores – menciono expressamente a presença do nobre Senador Antonio Carlos Júnior –, Aloísio Magalhães, nascido em 1927, faleceu aos 55 anos e este ano estaria completando oitenta anos se vivo estivesse.

Nasceu no Recife, numa proba família de intelectuais e políticos. Ingressou na quase bicentenária Faculdade de Direito do Recife atraído por seu prestígio cultural, imaginando-a sua primeira vocação.

De fato, a Faculdade de Direito do Recife, que este ano completou 150 anos de existência, juntamente com a Faculdade de Direito de São Paulo, da USP, era, como disse certa feita Gilberto Freyre, uma escola na qual não se estudava apenas Direito, mas também Ciências Sociais. Eu me diplomei na referida Faculdade e o meu diploma ainda contém “Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais”.

Aloísio Magalhães, todavia, em vez de se dedicar à Advocacia, migrou para o território das Artes Plásticas. Aliás, a Faculdade de Direito é também uma faculdade de humanismo ou, se quiserem dizer de uma forma mais abrangente, de humanidades.

Aloísio Magalhães fez uma opção correta e, ao se deslocar para o território das artes plásticas de modo especial, deu notável contribuição ao País em uma área em que não tínhamos ingressado, sobretudo no que diz respeito ao *design*.

Em 1951, ele vai a Paris com bolsa de estudos do governo francês para estudos de museologia no Louvre. Retorna ao Brasil em 1953 para expor pinturas na II Bienal de São Paulo. E aí se revelou o grande dom do pintor, que se prolongou em outros campos das chamadas artes plásticas.

Em 1954, funda, no Recife, o Gráfico Amador, uma editora com ateliê gráfico, em companhia de Gastão de Holanda, José Laurênio de Melo e Orlando da Costa Ferreira. Pelo Gráfico Amador, serão publicados vários livros da nova geração de poetas recifenses. No mesmo ano, expõe quadros de pinturas e desenhos no Museu de Arte Moderna de São Paulo e no Ministério da Educação e Cultura, então sediado no Rio de Janeiro, posto que ainda Capital federal.

Ele estará presente, mais adiante, na III Bienal de São Paulo, em 1955.

No ano seguinte, volta a expor no Museu de Arte Moderna de São Paulo e, em 1957, está no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. A partir deste ano, internacionaliza suas exposições de pintura, inclusive em Nova York. Em 1959, volta aos Estados Unidos e repete sua presença em galerias de Filadélfia, no Atlântico, e de São Francisco, no Pacífico. Ainda em 1957/1959, ilustra com gravuras dois livros do escritor americano Eugene Feldman.

Após integrar a representação brasileira na XXX Bienal de Veneza, em 1960, funda o que logo vem a ser um dos mais importantes escritórios de *design* do Brasil.

Pioneiro da comunicação visual no País, era também, como já disse, um artista plástico extremamente respeitado. São dele os desenhos das cédulas do Cruzeiro Novo e deu grande contribuição em outros campos do *design*.

Carlos Lacerda, quando Governador da Guanabara, convida-o para integrar o grupo organizador da Escola Superior do Desenho Industrial, pioneira no gênero em toda a América Latina. Sua atividade de *designer* leva-o a ganhar o concurso de criação do logotipo do IV Centenário do Rio de Janeiro.

O especialista alemão Max Bense dedicará extenso estudo sobre Aloísio Magalhães, levando-o a expor na Universidade de Stuttgart, na Alemanha.

Daí em diante, Aloísio Magalhães produzirá *design* para a iniciativa privada e empresas estatais no Brasil, tais como Petrobras, Banco Central, Caixa Econômica Federal, Furnas Centrais Elétricas, Itaipu Binacional, entre outras. Isso, todavia, sem abandonar o exercício, se assim posso dizer, da atividade pictórica.

Volta a pintar, inspirando-se em Olinda, cidade pela qual ele tinha grande devoção.

Sem nunca perder o espírito público, aceita coordenar e implantar o Centro Nacional de Referência Cultural, reunindo em Brasília todas as informações possíveis, ao tempo em que era Ministro da Educação e Cultura o General Rubem Ludwig.

Gostaria de chamar a atenção para fato também extremamente importante. Ele assume, em 1979, a direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, retomando e revisando as diretrizes fundacionais de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Convém destacar que Rodrigo Melo Franco de Andrade fez com que florescesse no Brasil um grande esforço para preservar nossa memória.

A participação de Aloísio Magalhães dada na extensão desse conceito de memória, contribuiu para que não ficássemos apenas no patrimônio histórico e artístico de bens materiais. Ele entendeu que deveríamos cogitar também de tratar dos bens imateriais, hoje por todos reconhecido. Cada vez mais precisamos zelar por esses bens, porque fundamentais à definição da identidade brasileira.

Cultuamos e praticamos com algum sucesso – em que pesem as limitações de verbas – a questão do patrimônio do imaterial, a que Aloísio Magalhães trouxe notável contribuição.

No ano de seu falecimento, em 1982, ele, por assim dizer, despede-se do País pintando uma série de litografias sobre Olinda.

Vou abrir um breve parêntese, Sr. Presidente, para lembrar que, como Governador de Pernambuco, entre outras atividades nos planos administrativo, político, econômico, social e também no plano cultural, empenhei-me e obtive êxito – e este trabalho foi prosseguido pelo meu Vice-Governador, Roberto Magalhães Melo, que me sucedeu no Governo de Pernambuco – para que a Unesco reconhecesse Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade. Faço questão de mencionar esse fato porque estamos prestes a celebrar os 20 anos da Declaração de Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Certamente, fiz muitas gestões. Fui a Paris, estive na Unesco, falei com o então Diretor-Geral da Unesco, Mahtar M'Bow, que era um ilustre senegalês, pessoa de grande sensibilidade para os problemas culturais e artísticos. Fiz gestões também junto à Presidência da República e ao Ministério da Educação e Cultura. Minha tarefa não teria sido cumprida adequadamente não fora a dedicação, o entusiasmo de Aloísio Magalhães. Por isso, não gostaria de encerrar minhas palavras sem salientar o trabalho por ele desenvolvido para que Olinda tivesse seu destaque devidamente reconhecido e pudéssemos trabalhar no sentido de, preservando a cidade, promovermos seu desenvolvimento, inclusive melhorando as condições sociais do

povo. Tive uma preocupação muito grande em melhorar, por meio de obras de infra-estrutura, como abastecimento d'água e saneamento, a condição da gente que vive em Olinda.

Pela segunda e última vez, Aloísio Magalhães volta a Veneza, em cuja XXX Bienal estivera vinte e dois anos antes. Ali, ele adoece e na vizinha Pádua encontra a "indesejada das gentes" – para usar uma expressão de Manuel Bandeira, que assim se referia à morte, deixando um grande vácuo no Brasil e enorme tristeza para todos nós, posto que foi retirada do nosso convívio uma pessoa ainda jovem e dando decisiva contribuição ao reconhecimento das nossas carências no campo cultural. O Brasil investe pouco nessa área e, embora já haja uma consciência da necessidade de sua valorização, não há recursos para atender a todas as demandas de preservação do nosso patrimônio.

Sr. Presidente, nesta manifestação, homenageio Aloísio Magalhães, que, ao final de uma vida tão breve quanto fecunda, enriqueceu o País no campo cultural. Tudo que se faz no campo cultural tem uma transcendência muito grande, porque aí está alojada a questão dos valores fundamentais ao travejamento de uma sociedade efetivamente democrática, atenta a tudo que o homem precisa de pão, espírito, justiça e liberdade.

Por isso, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras dizendo que o Brasil não pode esquecer o testemunho de Aloísio Magalhães, que Pernambuco muito se orgulha de tê-lo como um dos seus filhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É com grande satisfação que encerramos esta sessão após ouvir este extraordinário homem público que é Marco Maciel, que engrandece a democracia que, temos certeza, cada vez mais irá melhorar.

Marco Maciel foi o brasileiro que por mais vezes assumiu a Presidência da República. Este País tem a felicidade de possuir extraordinários Vice-Presidentes da República.

O primeiro deles foi o Marechal Floriano. Também foram Vice-Presidentes Aureliano Chaves, companheiro de V. Ex^a, Marco Maciel, e José Alencar, mas quero crer que nenhum Vice-Presidente excedeu V. Ex^a.

Nós, do Nordeste, orgulhamo-nos de V. Ex^a, que engrandece esta Casa. Perdemos Antonio Carlos Magalhães, mas, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a o está substituindo.

Com o exemplo de Antonio Carlos Magalhães, vamos, cada vez mais, fortalecer este Senado para salvaguardar a democracia do povo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos mais tradicionais educandários do Brasil, o Lyceu, tem 161 anos de funcionamento no meu Estado e neste 27 de novembro está comemorando 70 anos em Goiânia. Das escolas do século XIX que continuam na ativa no Brasil, o Lyceu só perde em longevidade para o colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que foi fundado no dia 2 de dezembro de 1837. Pouco mais de oito anos depois, em 20 de junho de 1846, foi criado o Lyceu da Província de Goiás, na então capital do Estado. Com a mudança da sede administrativa e política para a nova Capital, Goiânia, o Lyceu acompanhou o novo endereço de grande parte de seus alunos.

Sobre a grandiosidade da história do Lyceu já foram feitos estudos como os publicados pela professora Kátia Rodrigues de Moraes e o escritor Genesio Ferreira Bretas, que recentemente nos deixou a todos órfãos de sua generosidade e experiência. Os pesquisadores mostram que pelo Lyceu passaram algumas das maiores autoridades do Estado nas mais diversas áreas, como a política, a economia, o magistério, as artes. Estudaram no Lyceu diversos políticos, entre eles governadores, como o atual Chefe do Executivo goiano, doutor Alcides Rodrigues Filho. Também passaram pelo Lyceu presidentes do Banco Central, inclusive o atual, doutor Henrique Meirelles. Tiveram igualmente a honra de estudar no Lyceu escritores imortais, como José J. Veiga e Bernardo Élis, da Academia Brasileira de Letras.

Ali, as inteligências foram aprimoradas, o saber se difundiu, o conhecimento se ampliou. O Lyceu foi também palco da resistência aos diversos regimes autoritários, seja o Estado Novo ou o resultante do golpe militar de 1964. Do Lyceu foi arrancado o estudante Marco Antônio Dias Batista, até hoje desaparecido, mas certamente morto pela ditadura. É esse Lyceu berço de líderes e de tantos milhares de goianos que saúdo e parabenizo, a começar de seus atuais alunos, porque o colégio permanece cultuando o ensino, conforme testemunhou há duas semanas o senhor Ministro da Educação. Seus professores, verdadeiros heróis a semear informações, sabem que estão fazendo história na instituição e moldando o futuro do Brasil. A eles, o meu reconhecimento e o meu aplauso.

Hoje, a Academia Goiana de Letras vai fazer uma homenagem solene à tradicional escola e um de seus imortais, o escritor Luiz de Aquino, ex-aluno e professor do Lyceu, será o responsável pela saudação. Luiz de Aquino, de quem sou amigo e leitor, pede que se fortaleça o Lyceu "pelas medidas que norteiam a boa educação". Diz Aquino que o Lyceu já viveu muitos momentos de crise, mas sempre sobreviveu, porque sua águia, às vezes, é uma fênix. Parabéns a essa ave de vôos altos e duradouros que é o Lyceu da minha Goiânia

querida, como canta Ivan Lins. Parabéns a seus alunos e ex-alunos, professores e ex-professores, servidores e ex-servidores. E parabéns a Goiás por ter o Lyceu.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos que uma das regiões mais conturbadas do planeta é o Oriente Médio. Lá, os conflitos entre seres humanos têm sido permanentes. Lá, a situação é tão dramática que, muitas vezes, nos perguntamos se algum dia aquelas populações terão um mínimo de paz, um mínimo de tranquilidade.

Mas graças a Deus, Sr. Presidente, está surgindo uma esperança no horizonte: o Caminho de Abraão.

Inspirada no Caminho de Santiago de Compostela, a idéia é muito simples, mas ao mesmo tempo genial. Uma jornada, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que se percorrem os mesmos 1.200 quilômetros percorridos por Abraão após ouvir o chamado de Deus para segui-lo. Uma jornada que começa em Harran, no sudeste da Turquia, onde muitos acreditam que Abraão nasceu; e que termina em Hebron, na Cisjordânia, onde estão os restos mortais do patriarca.

Ao percorrer esses 1.200 quilômetros entre uma cidade e outra, Sr. Presidente, os peregrinos cruzam terras sagradas para os muçulmanos, os judeus e os cristãos. Atravessam a Síria, Jordânia, Palestina e Israel. Passam por cidades históricas como Alepo, Damasco, Aman, Jericó, Belém e Jerusalém. Têm a oportunidade de conviver, nesse trajeto, com representantes dos três povos, das três religiões. E descobrem que são todos filhos de Deus: pessoas com as mesmas angústias, os mesmos sonhos, os mesmos temores, a mesma vontade de ser feliz.

Dizem que fazer esse Caminho era um sonho do Papa João Paulo II. Infelizmente, já debilitado pela doença, Sua Santidade não pôde realizá-lo. Mas a idéia foi retomada pelo antropólogo William Ury, da Universidade de Harvard, que no ano passado comandou um grupo de vinte pessoas na realização da viagem inaugural. Os relatos da expedição são animadores. Onde chegavam, os viajantes eram recebidos por pessoas cansadas de tantas guerras, sedentas de paz, independentemente do povo a que pertenciam e da religião que professavam.

E cabe destacar que entre esses vinte pioneiros, entre esses vinte peregrinos que fizeram a primeira viagem, havia dois brasileiros. Nada mais natural, Sr. Presidente. O Brasil é reconhecido como um País que preza a tolerância religiosa. Aqui, as comunidades cristã, judaica e muçulmana vivem em harmonia, respeitando cada uma as convicções religiosas e as tradições culturais das outras. Que sirvamos, então, de exemplo para o resto do mundo.

Foi por esse motivo, seguramente, que William Ury esteve em nosso País no último mês de setembro,

para buscar apoio político, institucional e financeiro a seu projeto. Estou certo, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que a sociedade brasileira, e especialmente o setor empresarial, não faltará com esse apoio.

Os desafios, os obstáculos para a concretização do projeto, é evidente que são grandiosos. Os conflitos na região têm sido constantes. As interferências internacionais, com as mais diversas motivações, são frequentes. A própria percepção de insegurança, provocada por esse quadro de violência, pode desanimar muitos dos interessados em fazer o Caminho. E a infra-estrutura de turismo, fora das grandes cidades, é praticamente nenhuma.

Ainda assim, Sr. Presidente, as chances de que tudo dê certo são enormes. As perspectivas de um maior desenvolvimento econômico e, acima de tudo, as perspectivas de entendimento mútuo entre os povos da região, podem levar a um engajamento de todos no sentido de viabilizar o projeto.

Como dizem os defensores do Caminho de Abraão, “quem poderia imaginar durante a Segunda Guerra Mundial, há apenas 60 anos, que hoje existiria a União Européia?”. Durante mil anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Europa foi o lugar mais sangrento do mundo. Hoje, quando se pensa num ponto do planeta em que predominam a democracia, a tolerância, a convivência respeitosa entre os seres humanos, o primeiro nome que nos vem à cabeça é a Europa. Não que tudo lá esteja perfeito. Mas não há região no mundo, convenhamos, que tenha avançado tanto no rumo da paz.

Ora, Sr. Presidente! Por que isso não poderia ocorrer, também, no Oriente Médio? Afinal, já temos o mais importante, que é um ponto de convergência: Abraão, o pai das três religiões monoteístas, o patriarca igualmente respeitado por judeus, muçulmanos e cristãos. Temos, também, a vontade inabalável dos que vivem naquela região de dar um basta a tanto ódio, a tanta violência.

Sejamos otimistas, Sr^{as} e Srs. Senadores. Logo, logo, tenho certeza, estará consolidado o Caminho de Abraão, entre Harran e Hebron. Assim como se consolidarão, logo em seguida, as expansões que já estão sendo programadas rumo ao Egito, rumo a Ur, no Iraque, e rumo a Meca, na Arábia Saudita.

Logo, logo, com as bênçãos de Deus, a paz chegará àquela região. E todos celebraremos a harmonia entre as mulheres e os homens de boa vontade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Representantes das comunidades

Cristã, Judaica e Muçulmana

e

William Ury

especialista em Técnicas de Negociação, fundador e diretor do

Global Negotiation Project da Universidade de Harvard

têm o prazer de convidar

para o jantar de lançamento e apresentação da Iniciativa

O Caminho de Abraão

projeto desenvolvido pela Universidade de Harvard, que encontrou no Brasil

um ponto de partida fundamental e que vem sendo apoiado por alguns

dos maiores ícones empresariais brasileiros e mundiais

17 de setembro de 2007, segunda-feira, às 20 horas

Fundação Maria Luisa e Oscar Americana

Avenida Morumbi 3877 - São Paulo

Traje social

RSVP 11 3634 0737

Fundação Maria Luisa e Oscar Americana

Av. Morumbi

Av. Santa Amaro
Ponte Morumbi

Ponte Morumbi

Av. Nações Unidas

Marginal Pinheiros

Rio Pinheiros

Cidade Universitária

R. Joaquim C. de Azevedo

Palácio dos
Bandeirantes

Fundação Maria Luisa e
Oscar Americana

Semáforo

Busque

Jockey Club

Ponte Cidade Jardim

O Caminho de Abraão

Muitas vezes se levantam para criticar, lamentar, se indignar contra o terrorismo internacional ou a violência nossa de cada dia. Mas raramente se vê alguém apresentar um caminho. Esse raro alguém é o antropólogo e negociador internacional William Ury, um "peace maker", que sonha em repetir no Oriente Médio o que hoje se vê na Europa. E não é um sonho impossível. Durante cerca de mil anos a Europa foi o lugar mais explosivo do mundo. Tão explosivo quanto o Oriente Médio atualmente. Durante a II Guerra Mundial, quem poderia imaginar a União Européia? Com esse parâmetro em mente, William Ury desenvolveu a Iniciativa O Caminho de Abraão. O projeto, nascido e desenvolvido na Universidade de Harvard, funciona em várias frentes: diplomática, espiritual, turística e, conseqüentemente, econômica e concretiza-se no trajeto percorrido há cerca de 4 mil anos por Abraão, patrona do monoteísmo e ícone das crenças cristã, judaica e islâmica.

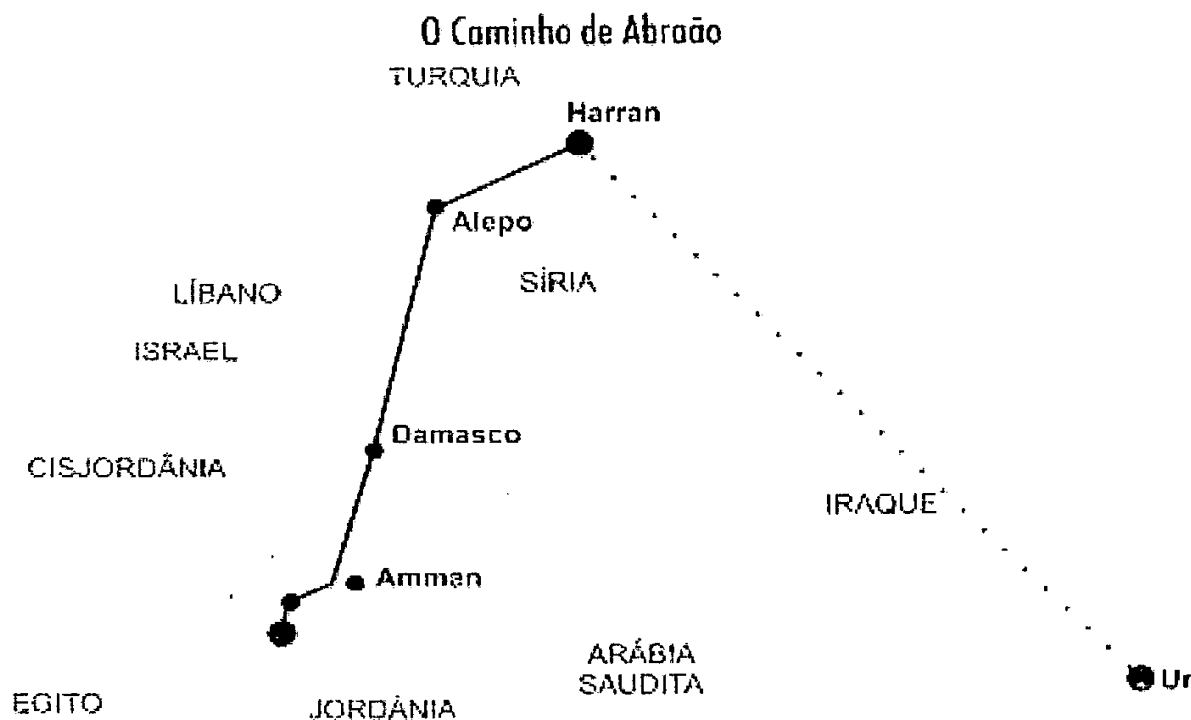
O Caminho de Abraão, que passa pela Turquia, Síria, Líbano, Israel, Palestina e Jordânia e, no futuro, também pela Arábia Saudita, até Meca - é muito mais que uma via de peregrinação... É um caminho para o entendimento entre os povos.

William Ury

Graduado por Yale, com Ph.D pela Universidade de Harvard, William Ury é reconhecido internacionalmente como um dos maiores especialistas em negociação e gestão de conflitos da atualidade. É autor de vários best-sellers, entre eles o livro *Getting to Yes*, com aproximadamente 5 milhões de cópias vendidas, traduzido para mais de 20 idiomas.

Ury é co-fundador e diretor do *Global Negotiation Project* da Universidade de Harvard.

É também um dos fundadores da *International Negotiation Network*, onde atua como intermediador neutro em negociações internacionais de grande complexidade.



O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi em 19 de novembro de 1889, quatro dias após a proclamação da República, que o então Presidente do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Manuel Deodoro da Fonseca, assinou o Decreto-Lei nº 4, adotando a atual Bandeira Nacional.

As cores nacionais – o verde e o amarelo escolhidos por D. Pedro já ao exortar seus soldados com a famosa injunção “Laços fora!”, às margens do Ipiranga –, que, dizia o Decreto, “recordam as lutas e as vitórias gloriosas do exército e da armada na defesa da Pátria” e que, “independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e a integridade da Pátria entre as nações” foram mantidas, em novo desenho – com o formato que hoje conhecemos, um círculo azul inscrito em um losango amarelo, sob fundo verde. Dessa forma, o novo governo sinalizava tanto a ruptura que marcou a passagem do Império para a República, que implicou um grande esforço de redefinição das instituições nacionais, quanto a continuidade, a “perpetuidade e integridade”, como diz o Decreto, da Pátria, que está acima e além dos governos e dos regimes.

Não há, efetivamente, símbolo mais vívido da Pátria do que a bandeira nacional – com a possível exceção do Hino nacional. Lembro aqui o célebre quadro de Pedro Bruno, intitulado, justamente, *A Pátria*, exposto no Museu da República, no Rio de Janeiro. A pintura evoca, poeticamente, a confecção da bandeira nacional. É uma cena doméstica, que mostra um grupo de mulheres bordando e costurando a bandeira e algumas crianças – uma delas abraçando carinhosamente o pavilhão nacional e outra, deitada, coberta por ele. Toda a cena transpira segurança e tranquilidade. A mensagem clara do artista é que sob a proteção da bandeira – da Pátria –, encontramos o conforto e a segurança que uma criança encontra na companhia e nos braços da mãe. Eis aí, em forma pictórica, o simbolismo da bandeira nacional, que hoje reverenciamos.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

O Dia da Bandeira é uma excelente ocasião para estimularmos o saudável sentimento de amor à pátria – que nada tem a ver com o chauvinismo, com o patriotismo cego e raivoso que mais provoca divisões do que promove a verdadeira comunidade. Ter orgulho do que somos e admirar nosso País no que ele tem de admirável – é disso que deve tratar a homenagem que hoje prestamos a um dos nossos mais importantes símbolos nacionais.

Honrar a bandeira é honrar a Pátria. Homenagear a bandeira é prestar homenagem à Pátria. Daí a importância de eventos como este de que ora participamos. Ver a todos aqui reunidos, sob o pavilhão nacional e prestando a ele as devidas homenagens, faz-nos não apenas lembrar, de maneira comovida e intensa, mas também vivenciar, por meio da emoção e dos sentimentos que todos compartilhamos neste momento, que a Pátria não é só uma abstração, mas uma realidade concreta, de ontem, de hoje e de sempre. E é isso que reverenciamos ao celebrar nossa bandeira nacional.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, “A pluralidade e a revolução dos idiotas”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* de 15 de outubro do corrente.

O artigo do jornalista Reinaldo Azevedo analisa, de forma brilhante, o episódio do assalto sofrido pelo apresentador Luciano Huck, e o artigo escrito pelo escritor e rapper Ferréz em que tratou a vítima, Huck, como réu. Decretando a culpa do artista por ser rico e usar um rolex, em um país desigual. “..... fez a apologia ao crime, o que é crime. Se admitimos a voz do assalto, por que não a da pedofilia, a do terrorismo, a da luta armada, a do racismo? Há uma revolução em curso: a dos idiotas. Eles começam agredindo a lógica e terminam justificando o assassinato”.

Como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada “Vale ameaça produzir alumínio em outro país por medo do apagão”, publicada no *O Estado de S. Paulo* de 16 de outubro do corrente.

A matéria destaca que segundo o presidente da empresa, Roger Agnelli, a oferta de energia elétrica está limitando investimentos no País.

Sr. Presidente, solicito que as matérias acima citadas sejam consideradas como parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos *Anais* do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A pluralidade e a revolução dos idiotas

REINALDO AZEVEDO

HÁ UMA revolução em curso: a dos idiotas. Eles começam agredindo a lógica e terminam justificando o assassinato. Voltarei a esse ponto.

Na semana passada, o escritor e rapper Ferréz escreveu um artigo neste espaço em que tratou do assalto de que Luciano Huck foi vítima.

Lê-se: “No final das contas, todos saíram ganhando, o assaltado ficou com o que tinha de mais valioso, que é sua vida, e o correria ficou com o relógio. Não vejo motivo pra reclamação, afinal, num mundo indefensável, até que o rolo foi justo pra ambas as partes”. Ele não pode ser mal interpretado porque não pode ser bem interpretado: fez a apologia do crime, o que é crime. Será este jornal tão pluralista que admite alguém como Ferréz? Será este jornal tão pluralista que admite alguém como eu? Lustramos ambos o ambiente de tolerância desta **Folha**? A resposta é “não”.

O artigo do tal é irresponsável. Vou eu lhe dizer que o crime não compensa? Ele tem motivos para acreditar que sim. Lênin mandaria que lhe passassem fogo — não sem antes lhe expropriar o relógio. Apenas sugiro ao jornal que corrija seu pé biográfico: ele é um empresário; o bairro do Capão Redondo é seu produto, e a voz dos marginalizados, o fetiche de sua mercadoria. Ir além na contestação de seu libelo criminoso seria reconhecê-lo como voz aceitável na pluralidade do jornal. Eu não reconheço.

Na democracia, o direito à divergência não alcança as regras do jogo. Um democrata não deve, em nome de seus princípios, conceder a seus inimigos licenças que estes, em nome dos deles, a ele não concederiam se chegassem ao poder. Ao publicar aquele artigo, a **Folha** aceita que potencialmente se solapem as bases de sua própria legitimidade. Errou feio.

O poeta Bruno Tolentino é autor de um verso e tanto: “A arte não tem escrúpulos, tem apenas medida”. O mesmo vale para a ação política. Idealmente, há quem ache que o mundo seria melhor sem propriedade privada — eu acredito que, sem ela, estaríamos de tapete na mão, puxando as moças pelos cabelos.

Posso acalantar quantos sonhos quiser, sem escrúpulos. Mas o regime democrático tem medidas. Uma delas é o respeito às leis — inclusive às leis que regulam a mudança das leis. Se

O empresário Ferréz, ao lado de Mano Brown, é um bibelô mimado pelas esquerdas e pelo pensamento politicamente correto

admitimos a voz do assalto, por que não a da pedofilia, a do terrorismo, a da luta armada, a do racismo? Aceito boas respostas.

O empresário Ferréz, ao lado de Mano Brown, é um bibelô mimado pelas esquerdas e pelo pensamento politicamente correto, para quem o crime é uma precognição política a caminho de uma revelação.

Tal suposição, somada à patrulha que tentou transformar Luciano Huck no verdadeiro culpado pelo assalto, contribuiu para esconder um fato relevante. A cidade de São Paulo teve 49,3 homicídios por 100 mil habitantes em 2001. Em 2006, 18,39 (uma redução de 62,69%). Em 2001, havia presas no Estado 67.649 pessoas; em 2006, 125.783 (crescimento de 85,93%). Não é espantoso? Quanto mais bandidos presos, menos crimes. Quanto mais eficiente é a polícia, menos mortos.

Eis que, no dia 11, abro esta mesma página e dou de cara com um artigo de Sérgio Salomão Shecaira. Escreve: “(...) O Estado de São Paulo concentra quase a metade dos cerca de 419 mil presos brasileiros (...). Enquanto, no Brasil, existem 227,63 presos por 100 mil habitantes, em São Paulo essa relação salta para 341,98 por 100 mil habitantes”. Ele está descontente. Quer prender menos: “Enquanto, no Estado de São Paulo, em 2005, houve 18,9 homicídios por 100 mil habitantes, no Rio de Janeiro a cifra foi de 40,5, e, em Pernambuco, de 48. No entanto, nesses dois últimos Estados, o número relativo de presos é bem menor que o paulista”.

Shecaira é mestre e doutor em direito penal e professor associado da Faculdade de Direito da USP. Mas ainda não descobriu a lógica, coitado!

Ora, por que será que São Paulo tem, por 100 mil, menos da metade dos homicídios que tem o Rio e quase um terço do que tem Pernambuco? Porque há mais bandidos na cadeia! Mas ele quer menos. Logo... Em vez de Ferréz se alfabetizar politicamente no contato com Shecaira, é Shecai-

ra quem se analfabetiza no contato com Ferréz.

A tragédia não é recente. Aconteceu com a universidade: em vez de ela fornecer teoria aos sindicatos, foram os sindicatos que lhe forneceram táticas de greve. Em vez de Marilena Chaui ensinar ao companheiro as virtudes do pensamento, foi o companheiro que explicou a Marilena por que pensar é uma bobagem.

A minha pluralidade não alcança tolerar idiotas que querem destruir o sistema de valores que garantem a minha existência. E, curiosamente, até a deles.

REINALDO AZEVEDO, 46, jornalista, é articulista da revista “Veja” e autor do livro “Contra o Consenso”.

www.veja.abril.com.br/blogs/reinaldo

INFRA-ESTRUTURA

Vale ameaça produzir alumínio em outro país por medo do apagão

Segundo o presidente da empresa, Roger Agnelli, a oferta de energia elétrica está limitando investimentos no País

Natalia Gómez

A Companhia Vale do Rio Doce estuda a construção de fábricas de alumínio no exterior para contornar as dificuldades que tem encontrado no Brasil para o fornecimento de energia. Segundo o presidente da empresa, Roger Agnelli, que concedeu entrevista coletiva em Nova York, a escassez de projetos de hidrelétricas está deixando a empresa pouco otimista para investir no Brasil. "A oferta de energia elétrica é um ponto crítico e está limitando nossos investimentos na área de alumínio no País", disse. A Vale anunciou na quinta-feira um plano de investimentos de US\$ 69 bilhões para os próximos cinco anos, sendo US\$ 11 bilhões somente em 2008. As aquisições, porém, não estão incluídas nesses números.

Segundo Agnelli, a empresa estuda a instalação de hidrelétricas na África e na América Latina para obter custos mais competitivos para a instalação desses projetos de alumínio.

Nos últimos anos, a Vale concentrou seus aportes em outros estágios da cadeia do alumínio, como bauxita e alumina, que consomem menos energia. Para o executivo, a geração hidrelétrica é a melhor alternativa disponível, mas a empresa também está ampliando sua produção de energia térmica. "Estamos comprando usinas de ótima qualidade na China para ampliar a autogeração", disse.

Agnelli afirmou também que o investimento em aumento de produção anunciado na quinta-feira poderia ter sido ainda maior não fosse a restrição na oferta de equipamentos e mão-de-obra especializada no mercado. "O investimento não foi limitado pela falta de capital, mas sim pela dificuldade na obtenção de equipamentos, projetos de engenharia, mão-de-obra especializada e pela liberação de licenças ambientais", disse.

Segundo o executivo, a Vale tem um "grande número de reservas de alta qualidade e pesquisas bem-sucedidas em no-

vas áreas, o que dá um espaço para investimentos ainda mais vastos". O plano anunciado pela empresa na semana passada prevê, por exemplo, elevar a produção de minério de ferro das 300 milhões de toneladas deste ano para 422 milhões de toneladas em 2012.

Agnelli disse ainda que o aumento na produção de minério de ferro deve trazer uma boa redução de custos. Segundo ele, as minas operadas hoje pela empresa estão cada vez mais profundas e com distâncias maiores para transportar o material descartado. "As novas minas terão uma relação de custo muito mais favorável", afirmou.

Com isso, segundo ele, a diferença de custo entre a Vale e as mineradoras estrangeiras deve ficar ainda maior. "Hoje, as minas que consideramos caras já possuem um custo muito inferior às estrangeiras. Com as minas novas, ganharemos ainda mais competitividade", disse.

O executivo destacou ainda que o investimento foi motivado pela grande demanda do mercado mundial. "A lógica da nossa decisão está baseada na demanda já verificada com nossos clientes", afirmou. De acordo com ele, a China, a Índia e outros países asiáticos continuarão a ser os principais propulsores do mercado mundial de metais nos próximos anos. •

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “5 QUESTÕES SOBRE O FUNCIONALISMO”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 10 de outubro de 2007.

A matéria destaca que ao contrário do que afirma o presidente Lula, um choque de gestão não é só contratar melhores servidores, mas aumentar a eficiência dos 9 milhões que já existem.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Economia

5 QUESTÕES SOBRE O FUNCIONALISMO

Choque de gestão não é só contratar melhores servidores, mas aumentar a eficiência dos 9 milhões que já existem

Giuliano Guandalini e Cíntia Borsato

O governo Lula tem contratado funcionários no ritmo mais veloz das últimas duas décadas. Em menos de cinco anos, o total de servidores do Executivo federal saltou de 810 000 pessoas para 1 milhão. Somando os estaduais e municipais, existem 9 milhões de servidores e funcionários de estatais no país. Na semana passada, o presidente indicou que não vai parar por aí. “O choque de gestão será feito quando a gente contratar mais gente, mais qualificada, mais bem remunerada, porque aí teremos também serviços de excelência”, afirmou Lula. **VEJA** ouviu uma dezena de especialistas para avaliar o diagnóstico do presidente. A seguir, cinco perguntas e respostas para se posicionar sobre esse tema.

1 Há poucos funcionários públicos?

Nem muitos nem poucos. Depende do critério utilizado. Há no Brasil aproximadamente 9 milhões de funcionários públicos, considerando-se a esfera federal, a estadual e a municipal — ou 11% do total de pessoas empregadas no país. Trata-se de um dos menores percentuais do mundo. Na Inglaterra ele é de 20%, nos Estados Unidos de 16% e no México de 15%. Por outro lado, essas estatísticas são distorcidas pela imensa informalidade do trabalho no país. Quando se levam em conta apenas os empregos privados com carteira assinada, o percentual de funcionários sobe para 22% — e, nesse caso, só é menor que o de países notórios pelo inchaço estatal, como França ou Rússia. Na avaliação do presidente do Ipea, Marcio Pochmann, o

Brasil tem poucos servidores, pelo tamanho do país e da sua população: “Hoje temos 3,6 servidores do Executivo federal para cada 1 000 habitantes: há onze anos, tínhamos 3,8 para cada 1 000”. Pochmann é favorável à admissão de mais gente. Outros sugerem que as necessidades de pessoal sejam satisfeitas com mão-de-obra temporária.

2 A contratação de mais funcionários vai melhorar os serviços e dar o “choque de gestão” pretendido pelo presidente Lula?

“Não”, responde a maioria absoluta dos economistas. De nada adianta contratar mais e mais funcionários sem que eles estejam nos postos corretos e sem que se estabeleçam critérios de avaliação e metas de desempenho. Na educação pública superior, o Brasil já tem 50% mais professores, em relação ao total de alunos, do que os Estados Unidos. Nem por isso nossas universidades alcançam níveis de produtividade e de excelência próximos dos americanos. Também é o caso da saúde. A Organização Mundial

de Saúde considera que, para cada 1 000 habitantes, deva existir ao menos um médico para atendê-los. No Brasil, país em que sete em cada dez médicos prestam serviços para o governo, a proporção é de um médico para cada 600 pessoas. Em tese, não faltam professores universitários nem médicos.

3 Os funcionários estão no lugar certo?

Não. A maior disfunção do serviço público, argumentam os analistas, está justamente na distribuição dos quadros. Quase metade dos funcionários (45% deles) atua em funções administrativas, auxiliares ou de manutenção — ou seja, em tarefas secundárias e que não têm nada a ver com o objetivo dos ministérios. A Funai é um bom exemplo: há 1 225 funcionários burocráticos e apenas 913 que trabalham diretamente com índios. Na Pasta da Educação, há outro desequilíbrio: muitos professores universitários e poucos no ensino básico. Em

- 2006, o governo federal admitiu 4 011 professores, mas a esmagadora maioria (3 269) é universitária, e apenas uma minoria (742) foi contratada para o ensino fundamental e o médio, onde há mais necessidade. Segundo Nelson Marconi, professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-diretor de carreiras da Secretaria de Recursos Humanos, há excesso de gente nas funções-“meio” e uma falta de servidores nas atividades-“fim”. Paulo Tafner, do Ipea, concorda: “Existe uma hipertrofia em cargos para pessoas de nível educacional básico ou intermediário, ao passo que faltam trabalhadores com formação superior”. Isso se agravou. Em 2001, 94% dos contratados por concurso tinham nível superior; em 2006, o percentual retrocedeu para 64%.

Os servidores ganham muito?

Diante da realidade brasileira, sim. Números do economista Alexandre Marinis, diretor da consultoria Mosaico, revelam que, em média, um servidor federal da ativa ganha 4,3 vezes mais do que um trabalhador da iniciativa privada. Na aposentadoria, a relação é ainda mais desigual: o aposentado do setor público tem um benefício 7,2 vezes maior que o de seu colega do setor privado. Essa distorção tende a se agravar ainda mais, dados os seguidos reajustes acima da inflação autorizados pelo governo. “Quanto mais o governo incha o estado, mais desigual ele torna a distribuição de renda, porque um servidor ganha muito mais do que um trabalhador privado, tanto da ativa

como aposentado”, afirma Marinis. O salário médio de um advogado é de 4 000 reais na iniciativa privada, contra 7 000 no governo (75% mais). O ganho de um auditor de uma empresa fica em torno de 4 200 reais, ante 6 500 no setor público (vantagem de 55%). Isso sem falar na aposentadoria integral e vitalícia...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ipea não vê redução da desigualdade”, publicada no Jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 21 de setembro de 2007.

A matéria destaca que o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, disse ontem que os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) não permitem afirmar que a desigualdade social está sendo reduzida no Brasil, como tem sido interpretado por diversos especialistas em pobreza e pelo próprio governo. Se-



Os servidores brasileiros são avaliados, punidos ou premiados por seus defeitos ou méritos? Ao contrário do que ocorre numa empresa e com seus colegas de países desenvolvidos, os servidores brasileiros não são recompensados se têm um rendimento acima da média e também não vão para a rua caso obtenham um desempenho sofrível. Trata-se de um tremendo estímulo à ineficiência. O Ministério da Educação chegou a adotar um mecanismo que beneficiava os professores universitários de acordo com seus resultados, mas isso deixou de ser feito. Resultado: a eficiência empacou. Em 1997, cada professor era responsável por 7,9 alunos. Esse número saltou para 11,6 em 2002 e recuou para 10,9 em 2005. Para ampliar a produtividade dos servidores seria necessário adotar um tripé de medidas: acabar com a estabilidade; dar maior flexibilidade à alocação de quadros; e instituir um sistema claro que avalie desempenhos, cobre resultados, puna os improdutivos e recompense os melhores. Afirma o economista Samuel Pessoa, da FGV: “Deveríamos caminhar para uma estrutura mais flexível, em que a chefia tivesse mais poderes para contratar e demitir, ao mesmo tempo em que fosse cobrada e tivesse parte de sua remuneração vinculada a desempenho”. Na avaliação de Paulo Tafner, do Ipea, o país deveria seguir o modelo europeu, de estabilidade parcial. “O funcionário teria um contrato de trabalho de, por exemplo, cinco anos. A estabilidade seria preservada apenas durante esse período”, afirma Tafner. Se alcança as metas, o trabalhador pode ter o direito de ficar mais cinco anos. Senão, rua. ■

gundo Pochmann, os dados mostram apenas que há uma melhor distribuição de renda do trabalho.

“Não podemos dizer que há uma redução da desigualdade da renda do Brasil, já que os dados do IBGE confirmam que houve uma queda da renda do trabalho nas últimas décadas”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ipea não vê redução da desigualdade

Instituto avalia que está havendo, sim, melhor distribuição da renda

BRASÍLIA.

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, disse ontem que os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) não permitem afirmar que a desigualdade social está sendo reduzida no Brasil, como tem sido interpretado por diversos especialistas em pobreza e pelo próprio governo.

Os dados da Pnad mostram apenas, segundo Pochmann, que há uma melhor distribuição da renda do trabalho, mas o mesmo não pode ser dito sobre o conjunto da renda do País. “Não podemos dizer que há uma redução da desigualdade da renda do Brasil, já que os dados do IBGE confirmam que houve uma queda da renda do trabalho nas últimas décadas.”

A renda do trabalho, segundo ele, caiu de cerca de 50% do PIB em 1980 para 39% do PIB em 2005, no último ano em que o IBGE disponibilizou o dado. Já na Pnad, a renda do trabalho representa 76% e, somada aos benefícios pagos pela Previdência, chega a 95%. Ou seja, a Pnad não mostra como estão

sendo distribuída as demais formas de renda geradas pela economia, como lucros e juros.

Segundo ele, o processo de inclusão social em curso no País é efetivo, mas é preciso aprofundar as análises sobre a desigualdade. Pochmann também fez uma crítica velada aos setores do governo que defendem que os benefícios da Previdência não sejam mais vinculados ao salário mínimo.

‘IBGE mostra queda na renda do trabalho nas últimas décadas’

“Quem somos nós para desautorizar qualquer discussão, mas precisamos reconhecer que um salário mínimo menor ou desvinculado dos benefícios previdenciários retiraria a potencialidade dessa política pública no combate à exclusão social”, afirmou o presidente do Ipea. Segundo ele, teríamos mais 17,2 milhões de pessoas miseráveis no Brasil se não existissem os benefícios assistenciais e previdenciários pagos pelo governo. ● S.G.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)

ATA DA 202ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,

Realizada em 6 de novembro de 2007

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 179, de 7 de novembro de 2007)

RETIFICAÇÃO

À página nº 39249, 1ª coluna.

Onde se lê:

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2007. – Senador **Mário Couto**, PSDB.

Leia-se:

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2007. – Senador **Mário Couto**, PSDB e Senador **Mão Santa**, PMDB.

PARECER Nº 69 , DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 26, de 2007-CN (nº 1132– Seses-TCU/2007, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.543/2007, proferido nos autos do processo nº TC 009.994/2007-4, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo à Auditoria realizada nas obras de Implantação, Aparelhagem e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, do Hospital Geral de Fortaleza/CE.”

Relator: Deputado **Eduardo Valverde**

I – Relatório

Trata-se do Aviso nº 26, de 2007-CN (nº 1132– Seses-TCU/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1543, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 8-8-07. Tal deliberação está inserida nos autos TC nº 009.994/2007-4, que cuidam de auditoria nas obras de implantação, aparelhagem e adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS do Hospital Geral de Fortaleza.

De acordo com o voto, da lavra do Ministro Raimundo Carreiro,

(...) os indícios de irregularidades verificados pela equipe de auditoria referiam-se à repactuação do contrato firmado entre o Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes do Estado do Ceará – DERT/CE e o Consórcio Palma Engenharia Ltda. – Fujita Engenharia Ltda. para a execução das obras de Implantação, Aparelhamento e Adequação do Hospital Geral de Fortaleza/CE. Tal repac-

tação foi questionada por este Tribunal no TC nº 007.591/2006-3 que deu origem ao Acórdão nº 53/2007 – 2ª Câmara, tendo essa decisão ocasionado o bloqueio da transferência dos recursos federais, previstos na Lei Orçamentária Anual – exercício de 2007, destinados à mencionada obra.

Registro, por oportuno, que o Pedido de Reexame interposto contra o aludido Acórdão nº 53/2007 – 2ª Câmara foi apreciado em 26-6-2007, mediante o Acórdão nº 1.680/2007, que reformou o decisum anterior, excluindo a aplicação de multa ao Sr. Paulo César Nunes de Pinho e a determinação constante do item 9.3 do Acórdão recorrido.

Como a determinação excluída referia-se à repactuação do contrato firmado com o Consórcio Palma/Fujita e ao desconto de pagamentos futuros ou obtenção de ressarcimento pelos valores a maior pagos nesse contrato, conclui-se que, mediante o Acórdão nº 1.680/2007-2ª Câmara, este Tribunal julgou descaracterizados os indícios de irregularidades apontados pela Unidade Técnica relativamente às obras do Hospital Geral de Fortaleza/CE.

Com base nessas razões, os membros do Tribunal de Contas da União decidiram, por meio o Acórdão nº 1.543/2007, o seguinte:

9.1. informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram apuradas irregularidades nas obras de Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, vinculada ao PT nº 103020000418234836 – Hospital Geral de Fortaleza/CE, encaminhando-se à Comissão cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam;

9.2. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.

É o relatório.

II – Voto

Conforme informado pela Corte de Contas, os indícios de irregularidades que impediam a continuidade das obras com recursos da União foram descaracterizados com a emissão do Acórdão nº 1.680/2007 (2ª Câmara). No trecho a seguir, extraído do voto condutor dessa decisão, consta o seguinte, acerca do revisão para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato:

14. No caso em tela, a revisão foi requerida pelo Consórcio Palma-Fujita, por meio da petição às fls. 148/149, do Anexo 1, em que demonstra o aumento excessivo de determinados insumos, em virtude da forte elevação de preços ocorrida no período de junho/2002 a abril/2004.

15. Nesse sentido, observa-se que o lapso temporal verificado entre a data da abertura das propostas (18-6-2002) e a emissão da ordem de serviço (12-4-2004), aliado ao fato de o índice de reajuste contratual não compensar os efeitos inflacionários impostos aos insumos sensíveis às turbulências do mercado, justificam o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

16. Assim sendo, esta Corte não considerou desarrazoado o reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado pela contratada, porquanto os itens especiais, de grande impacto sobre os custos, sofreram majorações muito superiores à variação do INCC.

17. A ilegalidade aventada residiria, porém, na utilização da tabela da Seinfra, pelos motivos expostos no parágrafo 9 supra.

18. Acerca do tema, forçoso salientar que a tabela Seinfra consiste em tabela oficial do Estado do Ceará, sendo obrigatório seu uso em todos os orçamentos integrantes de procedimentos licitatórios da Secretaria de Infra-Estrutura daquele Estado, conforme Portaria nº 267/2001 (fl. 565, Anexo 2). Serve, portanto, de referência para os preços praticados no âmbito da administração pública estadual, prestando-se para quantificar eventual desequilíbrio verificado.

19. E, no que concerne ao percentual de BDI, conforme alegado pelo DERT, “os preços dos serviços das tabelas da Seinfra são frequentemente atualizados por meio de pesquisa de preços realizadas no mercado e por índices específicos da FGV e não contêm BDI, mas, para efeito de orçamento, é adotado o BDI de 20%, por determinação governamental”.

20. Ficou evidenciado, ainda, que, do total de serviços enquadrados na Tabela 5 da Seinfra (585), 255 apresentaram coeficiente de variação maior que a variação do INCC e 330 apresentaram coeficiente de variação menor que a variação do INCC, tendo alguns serviços apresentado coeficiente de variação negativo. A utilização do coeficiente de variação coaduna-se, portanto, com o princípio de que o realinhamento deve ser do contrato como um todo, tanto dos itens que tiveram elevação dos preços como dos que tiveram redução.

21. Ademais, ressalte-se que a variação total do valor contratado correspondeu ao percentual de 47,03%, sendo 26,81% relativos ao reajuste pelo INCC.

22. Em razão do exposto, na linha defendida pela Serur, afigura-se razoável a utilização da tabela da Seinfra para a revisão dos itens contratados que nela se enquadram, devendo ser excluída a determinação exarada no item 9.3 do Acórdão recorrido.

Diante disso, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 26, de 2007-CN, e das peças que o acompanham;

b) exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS – Adequação do Hospital Geral de Fortaleza – CE (UO 36.901), nos termos do projeto de decreto legislativo.

Sala da Comissão, de de 2007. – **Eduardo Valverde**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS – Adequação do Hospital Geral de Fortaleza – CE (UO 36.901).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS – Adequação do Hospital Geral de Fortaleza – CE (UO 36.901).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2007. – Deputado **Eduardo Valverde**.

Of. Sec. nº 16/2007-CMO (Circular)

Brasília, 25 de outubro de 2007

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Parlamentar
Câmara dos Deputados e Senado Federal

Assunto: Prazo de emendas ao projeto de decreto legislativo apresentado ao Aviso nº 26/2007-CN.

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que o relatório apresentado pelo Deputado Eduardo Val-

verde ao Aviso nº 26/2007– CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.543/2007, proferido nos autos do processo nº TC–9.994/2007–4, TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram relativo à auditoria realizada nas obras de Implantação, Aparelhagem e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, do Hospital Geral de Fortaleza/CE”, o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL, está disponível na Página da Comissão Internet (Acesso rápido – “Relatórios apresentados à CMO por relatores”) e na Secretaria da Comissão (Anexo II da Câmara dos Deputados, sala 12, térreo).

Comunico que de acordo com o estabelecido no art. 120, inciso III, da Resolução nº 1/2006-CN, o prazo para apresentação de emendas ao projeto de decreto legislativo será no período de 26-10-2007 a 1º-11-2007 – 5 (cinco) dias úteis.

Informo, ainda, que o formulário para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente. – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Quinta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 20 de novembro de 2007, aprovou, por unanimidade, o relatório do Deputado Walter Pinheiro, Relator **ad hoc**, (Designado Relator anteriormente o Deputado Eduardo Valverde), ao Aviso nº 26/2007-CN, que nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado foi favorável à exclusão do Subtítulo Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS – Adequação do Hospital Geral de Fortaleza – CE (UO 36.901), do Anexo VI da Lei nº 11.451/07(LOA/2007). Ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 26-10-2007 a 1º-11-2007 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente; Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sibá Machado; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Magalhães, José Pimentel, Lael Varella, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro,

Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 20 de novembro de 2007.
– Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator **ad hoc**.

PARECER Nº 70, DE 2007–CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 28, de 2007-CN (nº 1.190-Seses-TCU/2007, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.617, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado nas obras de ‘Construção de Trecho Rodoviário Diamantino-Sapeza-Comodoro – na BR-364 – no Estado de Mato Grosso’ (TC nº 012.540/2007-3)”.

Relator: Deputado **Regis de Oliveira**

I – Relatório

Trata-se do Aviso nº 28, de 2007-CN (nº 1.190-Seses-TCU/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.617, proferido pelo Plenário do TCU em sessão ordinária de 15-8-07. Tal deliberação está inserida nos autos do processo nº TC-012.540/2007-3, que cuida de Relatório de Levantamento de Auditoria realizado no Programa de Trabalho nº 26.782.0236.1424.0051, que tem como objeto a “Construção de Trecho Rodoviário Diamantino–Sapezal–Comodoro – na BR-364 – no Estado de Mato Grosso”.

Segundo o voto da lavra do Ministro Relator,

(...)

3. O empreendimento foi iniciado em 1999, e sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, não produziu alterações no projeto básico, nem resultados visíveis, inclusive, não se vê a retomada das obras em alguns subtrechos. O percentual executado corresponde a aproximadamente 39% (249km, de um total de 644,5km) e o valor estimado para conclusão monta a R\$376.000.000,00.

4. O item 9.1.4 do Acórdão nº 1.120/2004 – TCU – Plenário (TC 006.530/2003-9) determinara ao DNIT não desse princípio às obras nos segmentos do trecho km 675,90 – km 1.131,10 em que ainda não houvessem sido firmados

contratos até 10-12-2004, sem que primeiro promovesse a respectiva regularização fundiária. Devido à ausência de desapropriações da faixa de domínio da rodovia BR-364, entre os Municípios de Diamantino e Sapezal, o respectivo programa de trabalho foi bloqueado pelo Decreto Legislativo do Congresso nº 13, de 10-12-2004, in **DOU**, de 13-12-2004, permanecendo neste estado, desde então.

5. Inspecionadas as obras, por equipe de auditoria deste Tribunal no período de 28-5 a 15-6-2007, foi verificado que apenas três subtrechos da Rodovia BR-364/MT (km 614,40 – km 1258,90) estão com as obras em andamento: Km 614,4 – km 675,90 (Contrato TT-00-00076/02), km 1125,90 – km 1131,90 (Contrato UT-11.014/2004-00) e km 1131,10 – km 1185,30 (Contrato UT-11.021/2004-00). Outros dois estão com as atividades suspensas: km 1185,30 – km 1222,10 (Contrato PD/11013/2001-00) e km 1222,10 – km 1258,90 (Contrato PD/11-009/2001-00). O DNIT informou que as suspensões decorrem da existência de defeitos na pista e acostamentos e as correções estão sendo providenciadas por meio de licitações nas modalidades Convite e Concorrência. Já os demais segmentos da rodovia sem obras enquadram-se na situação descrita no item 9.1.4 do Acórdão nº 1.120/2004 -TCU – Plenário (TC 006.530/2003-9), ou seja, aguardam regularização fundiária da faixa de domínio.

6. As irregularidades apontadas em fiscalizações anteriores, que ainda não estariam sanadas, consistem primeiramente em desapropriações ilegais, tratadas no TC 006.403/2005-2, encerrado em 4-9-2006, por cumprimento do objetivo processual. O Acórdão nº 1.241/2006-TCU-Plenário (TC 006.403/2005-2) determinara ao DNIT que adotasse as providências para a regularização fundiária definitiva da faixa de domínio do contorno rodoviário de Campos de Júlio/MT. Em atendimento, aquele Departamento informou que a regularização fundiária do Contorno de Campos de Júlio encontra-se em fase final, havendo apenas um conflito entre dois detentores de terras sobre a legítima propriedade de uma parcela.

7. A segunda irregularidade foi abordada pelo Acórdão nº 416/2007 (TC nº 008.277/2004-6), determinando ao DNIT/MT, que apresentasse as providências para a regularização fundiária da faixa de domínio entre os km 675,90 e 1131,10. O DNIT/MT, por meio do Mem. nº 390/2007-DPPCGDESP/Desapro-

priação, de 20-4-2007, afirmou que “nenhuma obra será executada sem a prévia regularização fundiária”. O monitoramento dessa determinação está sendo feito no bojo do TC nº 010.420/2007-6.

8. Por derradeiro, restava verificar os atrasos médios para pagamento dos serviços executados pelas empreiteiras, que alcançava 120 dias, devido a não emissão de empenho, resultante da falta de recursos orçamentários e financeiros. O Departamento informou que foram aportados recursos para emissão dos empenhos, e não há mais pagamentos ultrapassando 30 dias da respectiva liquidação do serviço, o que dá por saneada a irregularidade.

9. Assim, em vista das providências formais que estão sendo implementadas pelo DNIT/MT, e o monitoramento (TC nº 010.420/2007-6) que já vem sendo conduzido pela Unidade Técnica, no tocante à regularização fundiária da faixa de domínio da BR-364/MT entre os km 675,90 e 1131,10, e ainda considerando a importância socioeconômica da rodovia para o Estado, penso que é razoável dar continuidade ao empreendimento, informando-o ao Congresso Nacional, e arquivar os presentes autos.

Ante as razões expostas pelo Relator, os Ministros do TCU deliberaram:

9.1. Encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, às Presidências do Congresso Nacional e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informando-lhes que não mais subsistem os impedimentos que justifiquem a manutenção no Anexo VI da Lei nº 11.541/2007 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2007), do PT 26.782.0236.1424.0051 – “Construção de Trecho Rodoviário Diamantino–Sapezal–Comodoro – BR-364 – no Estado de Mato Grosso”, não remanescendo óbices à alocação de recursos para as obras.

9.2. Arquivar o presente processo.

É o relatório.

II – Voto

As obras em comento estão inseridas no Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), em razão de irregularidades graves apontadas no empreendimento, exceto para os contratos firmados até 10-12-2004.

Quanto ao subtítulo, o Tribunal de Contas da União considerou, em vista das providências formais que estão

sendo implementadas pelo DNIT/MT, do monitoramento (TC nº 010.420/2007-6) que já vem sendo conduzido pela Unidade Técnica, no tocante à regularização fundiária da faixa de domínio da BR-364/MT entre os km 675,90 e 1131,10, e ainda da importância socioeconômica da rodovia para o Estado, razoável dar continuidade ao empreendimento. Por conseguinte, deliberou que não mais subsistem os impedimentos para a liberação de recursos federais destinados à obra em questão.

Diante disso, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 28, de 2007-CN, e das peças que o acompanham;

b) exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo 26.782.0236.1424.0051 – Construção de Trecho Rodoviário Diamantino-Sapezal-Comodoro – na BR-364 – no Estado de Mato Grosso (UO 39.252), nos termos do projeto de decreto legislativo.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007. – Deputado **Regis de Oliveira**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo 26.782.0236.1424.0051 – Construção de Trecho Rodoviário – Diamantino-Sapezal-Comodoro – na BR-364 – no Estado do Mato Grosso (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo nº 26.782.0236.1424.0051 – Construção de Trecho Rodoviário – Diamantino-Sapezal-Comodoro – na BR-364 – no Estado do Mato Grosso (UO 39.252).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007. – Deputado **Regis de Oliveira**, Relator.

Of. Sec. nº 18/2007-CMO (Circular)

Brasília, 6 de novembro de 2007

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Parlamentar
Câmara dos Deputados e Senado Federal

Assunto: Prazo de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo apresentado ao Aviso nº 28/2007-CN.

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que o relatório apresentado pelo Deputado Regis de Oliveira ao Aviso nº 28/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso

Nacional cópia do Acórdão nº 1.617, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado nas obras de “Construção de Trecho Rodoviário – Diamantino– Sapezal– Comodoro – na BR-364 – no Estado de Mato Grosso”, (TC nº 012.540/2007-3)”, o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL, está disponível na Página da Comissão Internet (Acesso rápido – “Relatórios apresentados à CMO por relatores”) e na Secretaria da Comissão (Anexo II da Câmara dos Deputados, sala 12, térreo).

Comunico que de acordo com o estabelecido no art. 120, inciso III, da Resolução nº 01/2006-CN, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo será no período de 7 a 13-11-2007 – 5 (cinco) dias úteis.

Informo, ainda, que o formulário para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Quinta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 20 de novembro de 2007, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Ricardo Barros, Relator **ad hoc**, (Designado Relator anteriormente o Deputado Regis de Oliveira), ao Aviso nº 28/2007-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à Exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/07, o Subtítulo 26.782.0236.1424.0051 – Construção de Trecho Rodoviário – Diamantino-Sapezal-Comodoro – na BR-364 – no Estado de Mato Grosso (UO 39.252). Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 7 a 13-11-2007 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sibá Machado; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Cláudio Cajado, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Magalhães, José Pimentel, Lael Varella, Luiz Carreira, Manoel Júnior, Marcelo Castro,

Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 20 de novembro de 2007.
– Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Ricardo Barros**, Relator *ad hoc*.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo nº 26.782.0236.1424.0051 – Construção de Trecho Rodoviário Diamantino-Sapezal-Comodoro – na BR-364 – no Estado do Mato Grosso (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo nº 26.782.0236.1424.0051 – Construção de Trecho Rodoviário Diamantino-Sapezal-Comodoro – na BR-364 – no Estado do Mato Grosso (UO 39.252).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.
– Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Ricardo Barros**, Relator *ad hoc*.

PARECER Nº 71, DE 2007

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 30/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional a cópia do Acórdão nº 1.762, de 2007– TCU (Plenário), bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, relativos ao Levantamento de Auditoria realizado na Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – AGETOP, com o fim de verificar a regularidade da execução das obras do Complexo Prisional de Goiânia/GO, integrado pela Casa de Prisão Provisória, pelo Hospital de Custódia e pelo Presídio Regional (TC nº 010.547/2007-5)”.

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

Cuida-se, nesta oportunidade, da apreciação do Aviso nº 30/2007– CN, que encaminha o Acórdão nº 1.762, de 2007 – TCU (Plenário), bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, relativos ao Levantamento de Auditoria realizado na Agência Goia-

na de Transportes e Obras Públicas – AGETOP, com o fim de verificar a regularidade da execução das obras do Complexo Prisional de Goiânia/GO, integrado pela Casa de Prisão Provisória, pelo Hospital de Custódia e pelo Presídio Regional (TC nº 010.547/2007-5).

A presente obra encontrava-se inserida no Anexo de Obras com Índícios de Irregularidades Graves, desde a LOA/2003, tendo indícios de irregularidades graves que motivaram a sua paralisação, tendo sido identificadas na Decisão nº 950/TCU-Plenário.

Na sessão de 11-5-2005, quando do julgamento do TC 007.441/2001-5, originado com a mesma finalidade do presente, foi consignada, no item 9.5 do Acórdão 554/2005-Plenário, a inexistência de “qualquer restrição, por parte do Tribunal de Contas da União, quanto à retomada das obras em exame ou a realização de nova licitação, conforme o caso”. Essa anotação, porém, não deve ser analisada em separado de outras, contidas no mesmo **decisum**, o prosseguimento das obras foi condicionado à repactuação de preços ou anulação do contrato sub-rogado à Fuad Rassi Ltda., como segue:

9.9.2. com fulcro no art. 71, IX, da Constituição Federal e no art. 45 da Lei nº 8.443/92, determinar à Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – AGETOP que:

9.2.1. em relação às obras do Complexo Prisional de Goiânia, providencie, no prazo de 90 (noventa) dias, reestudo de preços dos itens terraplanagem e concreto armado fck 20 MPa, cotejando-os com os preços de mercado, constante de tabelas consagradas, como, por exemplo, a Pini, independente do valor final sugerido pela unidade técnica deste Tribunal, haja vista que a própria AGETOP deverá proceder da forma mais minudente, adequada e tecnicamente justificada para obras da espécie;

9.2.2. com base nos trabalhos empreendidos, na forma do subitem anterior, e diante diferença, devidamente apurada no âmbito do mencionado reestudo, sendo a apuração final a cargo da Agetop, tal valor deverá ser compensado proporcionalmente à participação de cada uma das partes envolvidas. No caso da empresa Fuad Rassi Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., se for de seu interesse a repactuação de preços do Contrato nº 402/1992 e seus aditivos, os valores eventualmente pagos a maior serão descontados, proporcionalmente, nas próximas faturas;

9.2.3. alertar para a possibilidade do prosseguimento das obras e do interesse da União em incentivar a construção de novos presídios

no País, por meio de convênios, ante a carência de âmbito nacional desse tipo de construção, embora, caso a construtora não aceite a repactuação definida no subitem anterior, deverão ser adotadas as providências com vistas à anulação do referido contrato, informando este Tribunal a respeito do assunto;

9.2.4. em relação ao item 9.2.1., findo o prazo ali estabelecido, encaminhe a esta Corte a documentação referente ao reestudo procedido, para a adoção das medidas pertinentes.

No item 9.3 do Acórdão nº 554/2005 – Plenário foram também dirigidas à Agetop várias determinações acerca das contratações, com a utilização de recursos federais.

Por não ter posicionamento definitivo e conclusivo do TCU, o Congresso Nacional decidiu por manter a obra no Anexo de Obras com Indícios de Irregularidades Graves.

Para monitoramento das deliberações contidas no Acórdão 554/2005-Plenário, foi constituído o TC nº 012.202/2005-0, conforme artigo 243 do Regimento Interno do TCU.

No processo TC nº 011.260/2006-7, o TCU antecipou notícia de manifestação da Agetop sobre a correção dos preços do Contrato 402/1992 e do desinteresse da contratada em repactuá-los.

O TCU fez verificação **in loco** da situação da obra e verificou a veracidade das informações recebidas e exarou a decisão ora em análise, relatada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Aroldo Cedraz, no sentido de:

9.1. comunicar à Presidência e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, diante do saneamento das irregularidades anteriormente detectadas e da ausência de constatação de novas ocorrências questionáveis durante as fiscalizações realizadas em 2007, as obras do Complexo Prisional de Goiânia/GO poderão prosseguir após a realização de nova licitação.

É o Relatório

II – VOTO

Em face de todo o exposto, o nosso voto é no sentido de que o Congresso Nacional tome ciência do feito, e delibere no sentido de excluir a obra no Anexo de Obras com Indícios de Irregularidades Graves da Lei Orçamentária de 2007, nos termos do Decreto Legislativo em anexo.

Sala da Comissão, de de 2007. – Senador **Augusto Botelho**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2007-CN

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo do Programa de Trabalho nº 14.421.0661.11TW.0001, relativo às obras de Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional Construção da Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Prisão Provisória. Construção do Presídio Regional de Goiânia)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o Subtítulo do Programa de Trabalho nº 14.421.0661.11TW.0001, relativo às obras de Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais -Nacional Construção da Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Prisão Provisória. Construção do Presídio Regional de Goiânia), no âmbito do Ministério do Fundo Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2007. – Senador **Augusto Botelho**, Relator.

Of. Sec. nº 15/2007-CMO (Circular)

Brasília, 23 de outubro de 2007

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Parlamentar
Câmara dos Deputados e Senado Federal

Assunto: Prazo de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo apresentado ao Aviso nº 30/2007-CN.

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que o relatório apresentado pelo Senador Augusto Botelho ao Aviso nº 30/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.762, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado na Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – Agetop, com o intuito de verificar a regularidade da execução das obras do Complexo Prisional de Goiânia/GO, integrado pela Casa de Prisão Provisória, pelo Hospital de Custódia e pelo Presídio Regional, (TC nº 010.547/2007-5).”, o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL, está disponível na Página da Comissão Internet (Acesso rápido – “Relatórios apresentados à CMO por relatores”) e na Secretaria da Comissão (Anexo II da Câmara dos Deputados, sala 12, térreo).

Comunico que de acordo com o estabelecido no art. 120, inciso III, da Resolução nº 1/2006-CN, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo será no período de 24 a 30-10-2007 – 5 (cinco) dias úteis.

Informo, ainda, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Quinta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 20 de novembro de 2007, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Augusto Botelho, ao Aviso nº 30/2007– CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à Exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/07, o Subtítulo nº 14.421.0661.11TW.0001 – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional Complexo Prisional de Goiânia. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 24 a 30-10-2007 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sibá Machado; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Magalhães, José Pimentel, Lael Varella, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 20 de novembro de 2007.
– Senador **José Maranhão**, Presidente – Senador **Augusto Botelho**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14 DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), o subtítulo do Programa de Trabalho nº 14.421.0661.11TW.0001, relativo às obras do Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional Construção da Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Prisão Provisória. Construção do Presídio Regional de Goiânia)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o Subtítulo do Programa de Tra-

balho nº 14.421.0661.11TW.0001, relativo às obras do Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional Construção da Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Prisão Provisória. Construção do Presídio Regional de Goiânia), no âmbito do Ministério do Fundo Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça

Art. 2º – Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.
– Senador **José Maranhão**, Presidente – Senador **Augusto Botelho**, Relator.

PARECER Nº 72, DE 2007 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 33, de 2007-CN (nº 1.450-Seses-TCU/2007, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.010, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de Construção das Eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará – (TC 009.362/2007-8).”

Relator: Deputado **Walter Pinheiro**

I – Relatório

Trata-se do Aviso nº 33, de 2007-CN (nº 1.450–Seses–TCU/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.010/2007, proferido pelo Plenário do TCU na sessão ordinária de 26-9-07. Tal deliberação está inserida nos autos do processo TC-009.362/2007-8, que cuida do Relatório de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará, vinculadas ao Programa de Trabalho nº 26.784.0237.5750.0015.

Com base no referido Relatório de Levantamento de Auditoria, o voto da lavra do Ministro Relator concluiu o que se segue:

(...)

2. Consoante registrado no relatório precedente, os trabalhos levados a cabo pela Secex/PA no presente exercício indicam que não foram detectadas irregularidades na execução do empreendimento em questão.

3. A Unidade Técnica constatou ainda que, por meio do Termo de Aditamento nº 11, de 28-12-2006, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT procedeu à adequação dos valores relativos ao

Contrato nº 9/1998, celebrado com a empresa Construções e Comércio Camargo Correa S/A., para execução das obras civis das eclusas e do canal de navegação, ao limite máximo de 25% estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993. Resta, portanto, cumprida a determinação constante do subitem 9.1 do Acórdão nº 1.514/2006 – Plenário, exarada por ocasião do exame da obra em questão no âmbito do Fiscobras 2006.

9. Por fim, cumpre esclarecer que as irregularidades graves que ensejaram as restrições orçamentárias ao programa de trabalho em comento relacionam-se ao Convênio nº AQ-004/2002-00 (Siafi 455173) e ao Contrato nº 49/2001, ajustes cujos objetos já estão concluídos desde 2004. Ademais, tais irregularidades foram tratadas nos TC nºs 004.911/2003-6 e 006.436/2005-3, no bojo dos quais esta Corte deliberou por rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo ex-Prefeito do Município de Tucuruí, com imputação de multa ao responsável, além de dirigir diferentes determinações à municipalidade e ao DNIT com vistas à correção das falhas constatadas (Acórdãos nºs 1.577/2005 e 880/2007, ambos do Plenário).

Em vista disso e visando dar maior efetividade às ações de controle empreendidas no âmbito do Fiscobras, entendo pertinente o encaminhamento proposto, no sentido de reiterar ao Congresso Nacional que não mais subsistem óbices à continuidade da obra objeto da presente fiscalização.

Ante as razões expostas pelo Relator, os Ministros do TCU deliberaram:

9.1. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que:

9.1.1. não foram constatados indícios de irregularidades graves nos contratos relativos às obras de construção das eclusas de Tucuruí/PA no presente exercício;

9.1.2. o Convênio nº AQ-004/2002-00 (Siafi 455173) e o Contrato nº 49/2001 extinguiram-se por decurso de prazo e as irregularidades neles constatadas, ensejadoras da inclusão da obra em exame no Anexo VI da LOA/2007, foram tratadas nos TC nºs 004.911/2003-6 e 006.436/2005-3;

9.1.3. não há, por parte desta Corte, óbice à liberação dos recursos orçamentários consignados para execução das aludidas

obras, vinculadas ao Programa de Trabalho nº 26.784.0237.5750.0015;
(...)

É o relatório.

II – Voto

As obras em comento estão inseridas no Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), em razão de irregularidades graves apontadas no Convênio nº 455173 e no Contrato nº 49/2001.

Quanto ao subtítulo em questão, o Tribunal de Contas da União comunicou a esta Comissão que não foram constatados indícios de irregularidades graves nos contratos relativos às obras em análise no presente exercício; bem assim que o Convênio nº 455173 e o Contrato nº 49/2001 extinguiram-se por decurso de prazo e as irregularidades neles constatadas foram tratadas nos TC nºs 004.911/2003-6 e 006.436/2005-3. Por conseguinte, a Corte de Contas deliberou que não há mais óbices à liberação de recursos federais destinados à obra em tela.

Diante disso, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 33, de 2007-CN, e das peças que o acompanham;

b) exclua do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo nº 26.784.0237.5750.0015 – Construção das Eclusas de Tucuruí – no Rio Tocantins – no Estado do Pará – no Estado do Pará (UO 39252), nos termos do projeto de decreto legislativo.

Sala da Comissão, de de 2007. – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo 26.784.0237.5750.0015 – Construção das Eclusas de Tucuruí – no Rio Tocantins – no Estado do Pará – no Estado do Pará (UO 39252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo 26.784.0237.5750.0015 – Construção das Eclusas de Tucuruí – no Rio Tocantins – no Estado do Pará – no Estado do Pará (UO 39252).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2007. – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.

Of. Sec. nº 17/2007-CMO (Circular)

Brasília, 1º de novembro de 2007

Ao(À) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Parlamentar
Câmara dos Deputados e Senado Federal

Assunto: Prazo de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo apresentado ao Aviso nº 33/2007-CN.

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que o relatório apresentado pelo Deputado Walter Pinheiro ao Aviso nº 33/2007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.010, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará – (TC nº 009.362/2007-8)”, o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL, está disponível na página da Comissão na Internet (Acesso rápido – “Relatórios apresentados à CMO por relatores”) e na Secretaria da Comissão (Anexo II da Câmara dos Deputados, sala 12, térreo).

Comunico que de acordo com o estabelecido no art.120, inciso III, da Resolução nº 1/2006-CN, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo será no período de 1-11-2007 a 8-11-2007 – 5 (cinco) dias úteis.

Informo, ainda, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, **Myrna Lopes Pereira** – Secretária de Comissão.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Quinta Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 20 de novembro de 2007, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Walter Pinheiro, ao Aviso nº 33/2007 – CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.451/07, o Subtítulo 26.784.0237.5750.0015 – Construção das

Eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, no Estado do Pará. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 1-11-2007 a 8-11-2007 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sibá Machado; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, João Carlos Bacelar, João Magalhães, José Pimentel, Lael Varella, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 20 de novembro de 2007.
– Senador **José Maranhão**, Presidente – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo nº 26.784.0237.5750.0015 – Construção das Eclusas de Tucuruí – no rio Tocantins – no Estado do Pará – no Estado do Pará (UO 39252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo nº 26.784.0237.5750.0015 – Construção das Eclusas de Tucuruí – no rio Tocantins – no Estado do Pará – no Estado do Pará (UO 39252).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.
– Senador **José Maranhão**, Presidente – Senador **Walter Pinheiro**, Relator.

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e dois do mês de novembro de dois mil e sete, quinta-feira, às quatorze horas, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 401**, adotada em 13 de novembro de 2007 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que “Altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2007.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5224 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 2.155/86-9.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 1922, 2006, que alterou o Ato do Presidente nº 14/1986, que aposentou a servidora **MARIA DO CARMO RONDON RIBEIRO SARAIVA**, Diretora de Secretaria, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para incluir a seguinte expressão: “com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994”.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5238 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 7.011/03-2.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 3327, de 2003, que aposentou voluntariamente com proventos proporcionais o servidor **GETÚLIO ALVES FERREIRA**, Analista Legislativo, S-45, nos seguintes termos: onde se lê, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) n.º 74, de 1994, leia-se com as vantagens previstas na Resolução (SF) n.º 74, de 1994.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5239 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Projeto de Resolução nº 62, de 1964 e do processo nº 12.891/02-9.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 2194, de 2006, que alterou a Resolução nº 56, de 1964, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 03 de novembro de 2002, **JOÃO MANOEL ROCHA DE MATOS**, Analista Legislativo, nível III, Padrão 45, para incluir a seguinte expressão: "com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994".

Senado Federal, em 22 de novembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5240 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016138/87-2,

RESOLVE tornar sem efeito o ato do Diretor-Geral nº 4668, de 2007, e alterar o Ato do Presidente nº 211, de 1987, que aposentou o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal AROLDO LACERDA GUIMARÃES, para substituir a vantagem denominada "20% de acréscimo", pelas vantagens da Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 01/07/1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5241 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 10.447/96-2.

RESOLVE **tornar sem efeito** o Ato do Diretor-Geral nº 3489, de 2005, que alterou o ADG nº 1029, de 1996, que aposentou a servidora MARIA LUIZA PEREIRA ERVILHA.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
PR – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Eptácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

PDT – Patrícia Saboya³ *
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
PTB – Euclydes Mello ^{1, 2}

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello* ^(S)

Tocantins

BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclydes Mello foi empossado em 30.8.2007.

³ Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 178 PÁGINAS